HISTÓRIA ORAL, DESIGUALDADES E DIFERENÇAS

HISTÓRIA ORAL, DESIGUALDADES E DIFERENÇAS

Organização

Antonio Torres Montenegro

Geni Rosa Duarte

Marcos F. Freire Montysuma

Méri Frotscher

Robson Laverdi

Editora Universitária UFPE

REcife | 2012

Universidade Federal de Pernambuco
Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques
Diretora da Editora UFPE: Profª Maria José de Matos Luna

Comissão Editorial

Presidente: Profª Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas

Editora associada à

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

FICHA CATALOGRÁFICA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 7

PARTE I - FONTES ORAIS E O OFÍCIO DO HISTORIADOR

1. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas 15

Regina Beatriz Guimarães Neto

2. Travessias e desafios..... 38

Antonio Torres Montenegro

3. Subjetividade e história oral: possíveis interações na autorização de cessão de uso de relatos..... 55

Marcos Fábio Freire Montysuma

4. Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976)..... 69

Pablo Alejandro Pozzi

PARTE II - HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, SUBJETIVIDADE

1. Do que falamos quando empregamos o termo "subjetividade" na prática da história oral? 83

Benito Bisso Schmidt

2. Memória e subjetividade em relatos de imigrantes portugueses..... 97

Roseli Boschilia .

PARTE III - HISTÓRIA ORAL, CIDADES E DIFERENÇA

1. À sombra do jequitibá..... 117

Marcos Alvito

2. O outro, esse incômodo sedutor..... 140

Luiz Felipe Falcão

3. Cidade, trabalho e homossexualidades vividas: aproximações reflexivas sobre a alteridade *gay* via história oral..... 162

Robson Laverdi

PARTE IV - HISTÓRIA ORAL, DESIGUALDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

1. Dinâmicas coletivas e novas subjetividades: significados e conflitos nas relações sociais no MST 191

Davi Félix Schreiner

2. Desigualdades e diferenças: história oral e movimentos sociais 218

Mónica Gatica

3. "Que a diferença não se converta em desigualdade": organizações sociais e história oral na Argentina contemporânea 231

Pablo Ariel Vommaro

PARTE V - MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

1. Migração, memória e identidade: relatos de história oral no contexto de histórias familiares e nacionais..... 247

Alexander Freund

2. Imagens de si e do outro: interpretação de fotografias e fontes orais em estudos migratórios 259

Méri Frotscher

PARTE VI - HISTÓRIA ORAL, ENSINO E DIFERENÇA

1. Entre o que era e o que poderia ter sido: a história oral e os desafios para pensar o passado..... 289

Geni Rosa Duarte

2. Projeto aborígene para a integração – ProAbi: a história oral como ferramenta de reflexão na ação 309

Bibiana Andrea Pivetta

APRESENTAÇÃO

A organização deste livro parte de uma premissa importante, a de que as realidades contemporâneas têm desafiado historiadores e cientistas sociais, particularmente aqueles envolvidos com metodologias de trabalho de campo com a história oral, a pensarem com mais atenção na profícua e virtuosa vitalidade das dinâmicas socioculturais de experimentação das desigualdades, das diferenças e das alteridades como fazeres históricos, permeados por sentidos contra-hegemônicos. A delimitação em torno do eixo temático *História oral, desigualdades e diferenças* nasceu da proposição de discutir, de maneira mais articulada, as dimensões multirrelacionais de compreensão da oralidade e das fontes orais como um todo, no interior e a partir da riqueza de processos de produção da cultura e da vida social.

Embora o eixo temático deste livro tenha sido inicialmente provocado pela realização do V Encontro Regional Sul de História Oral, que aconteceu de 25 a 28 de maio de 2009, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon, é justo sublinhar que ele não se restringe a uma memória dos trabalhos apresentados. Muito mais que isso, esta publicação resulta de um esforço de cooperação dialógica de caráter interinstitucional que os autores vêm cultivando nos últimos anos. Parte consubstancial do conteúdo reflete muito mais a energia reflexiva de troca de experiências mobilizadas em prol da história oral no âmbito desses intercâmbios do que propriamente uma acomodação finalizada diante da concretização desse evento.

No âmbito profícuo dessa articulação que permanece ativada entre seus pesquisadores, busca-se, assim, chamar a atenção para a importância da problematização daquelas noções ainda persistentes as quais se baseiam em antigas dicotomias tópicas, centro *versus* margem e/ou estrutura *versus* experiência, que por sua vez

acabam, ainda que paradoxalmente, por hegemonizar sentidos hierarquizadores combatidos pela prática historiográfica. Ao tomar esse caminho, assume-se o desafio de pensar historicamente as formas ambíguas e contraditórias de representação do real, assim como as faces múltiplas de tradução sociocultural das diferenças e dos conflitos vividos, especialmente aqueles situados em espaços entre fronteiras culturais e nacionais. Em torno dessas preocupações, o livro articula discussões temáticas atentas a essas perspectivas e abordagens multidisciplinares e a outras experimentações metodológicas da práxis da história oral.

No primeiro núcleo de textos, "Fontes orais e o ofício do historiador", são discutidos desafios na produção e interpretação de fontes orais, a partir de trajetórias de pesquisa e de reflexões sobre o ofício do historiador. Em seu artigo, Regina Guimarães Neto (UFPE) discute teórica e metodologicamente a relação entre a prática da história oral, a escrita da história e a questão da diversidade. A autora sugere a observância de alguns elementos durante a experiência cartográfica de práticas com a história oral e a constituição do *corpus* documental, assim como reflete teoricamente sobre a prática da escrita baseada em relatos orais. Antonio Torres Montenegro (UFPE) discute os desafios que a opção por trabalhar com relatos orais significaram/significam ao longo de sua própria trajetória como historiador e a forma como eles foram sendo enfrentados, diante dos deslocamentos causados por uma perspectiva histórica não mais centrada no sujeito, na causalidade e no real. Também a partir de seu próprio percurso de historiador, Marcos Fábio Freire Montysuma (UFSC) procura discutir intermediações entre pesquisa histórica baseada em história oral e subjetividades. Características particulares de testemunhos de integrantes da classe operária argentina são apontadas e discutidas pelo historiador Pablo Alejandro Pozzi (UBA). Ao levar em conta imagens, ênfases e o modo pelo qual os entrevistados estruturam suas explicações, o autor aponta como essas fontes orais são significativamente distintas das de sujeitos provenientes de outras camadas sociais.

O núcleo temático "História oral, memória e subjetividades" é constituído pelas discussões dos historiadores Benito Schmidt (UFRGS) e Roseli Boschilia (UFPR). Schmidt expõe reflexões de cunho teórico sobre as relações entre história oral, memória e, especialmente, as subjetividades. O autor acentua a importância da história oral como meio para evidenciar o caráter construído e histórico da subjetividade e para explicitar as práticas discursivas e não discursivas que instituem formas determinadas de relação com a verdade. Boschilia reflete sobre os conceitos de memória e subjetividade, tendo como fontes narrativas de imigrantes portugueses que atualmente residem em Curitiba. O seu texto analisa o processo de reconstrução da memória ancorada nas impressões e sentimentos dos e/imigrantes, ou seja, nas experiências subjetivas dos narradores.

Em torno do núcleo temático "Cidades, história oral e diferenças" são organizadas as reflexões dos historiadores Luiz Felipe Falcão (UDESC), Marcos Alvito (UFF) e Robson Laverdi (UNIOESTE). A partir de experiências concretas de pesquisa em história oral, duas delas em uma favela carioca e outra em uma comunidade quilombola, Alvito promove uma reflexão acerca da forma pela qual interpreta a narrativa dos entrevistados, alertando para a armadilha do paternalismo diante das "classes populares" e sua suposta simplicidade. Falcão, a partir de reflexões sobre a problemática das diferenças culturais nas grandes cidades contemporâneas, acentua como a oralidade pode contribuir no sentido de se apreenderem os significados emprestados pelos habitantes às transformações urbanas e as impressões que esses processos imprimiram nos panoramas, nas mentalidades, nos modos de vida e nas lembranças das pessoas comuns. Laverdi discute experiências de alteridade *gay* numa pequena cidade do Oeste do Paraná, em meio a transformações econômicas pautadas pela agroindustrialização. O autor faz aproximações reflexivas sobre a alteridade *gay* vivida para além de seu aspecto minoritário, assumida em si mesma, pensando historicamente os universos socioculturais que ela mobiliza e desloca.

No núcleo "História oral, desigualdades e movimentos sociais", os historiadores Mónica Gatica (UNPSJB/Trelew), Pablo Ariel Vommaro (UBA) e Davi Félix Schreiner (UNIOESTE) discutem a história oral como metodologia para a percepção de condições objetivas e subjetivas em estudos sobre movimentos sociais no campo e na cidade. Em seu artigo, Schreiner analisa a ambiência, os modos de ver, sentir e produzir nos acampamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Oeste e Sudoeste do Paraná, como espaços e tempos nos quais se criam novas subjetividades. O autor mostra como as narrativas informam sobre estratégias variadas de organização da vida cotidiana para tornar possível uma comunidade de iguais e, contraditoriamente, sobre práticas que negam outras subjetividades. Gatica parte das ações de sujeitos individuais e sujeitos coletivos e das tensões entre as condições objetivas e subjetivas, rememoradas durante as entrevistas, para explicitar as potencialidades da história oral na percepção de temporalidades diversas e de diferenças e desigualdades entre membros dos movimentos sociais. O texto de Vommaro busca compreender as configurações políticas, subjetivas e produtivas das organizações sociais urbanas de base territorial e comunitária que surgiram na Argentina a partir do fim da década de 1960 e começo dos anos 1970. O autor defende que a história oral não deve ser vista apenas como uma metodologia, mas também como uma perspectiva que permite indagar as problemáticas e conflitos que atravessam os sujeitos dos movimentos sociais.

O núcleo temático "Migração, memória, identidade" é discutido pelos historiadores Alexander Freund (University of Winnipeg) e Méri Frotscher (UNIOESTE). Em seu texto, o historiador Freund defende a inserção estratégica do conceito de "memória coletiva" (HALBWACHS, 1990) nas pesquisas sobre experiências de migração através da história oral. O autor salienta como os relatos orais constituem excelentes fontes para analisar os modos pelos quais imigrantes e seus descendentes lidam com as memórias coletivas do

lugar de destino. O texto de Frotscher se preocupa em apontar caminhos metodológicos trilhados em duas pesquisas sobre migrações internacionais contemporâneas, nas quais fontes orais e fotografias são utilizadas. A autora discute como o entrelaçamento de ambos os tipos de fontes durante o trabalho de campo e de interpretação desses movimentos populacionais permite aprofundar a análise de processos de tradução cultural ou mesmo de produção do "outro" em estudos migratórios.

Por útlimo, o núcleo temático "História oral, ensino e diferença" percorre as possibilidades e experiências da história oral em projetos desenvolvidos na escola e a partir dela que levam em conta a diferença, discussão conduzida pelas historiadoras Geni Rosa Duarte (UNIOESTE) e Bibiana Andrea Pivetta (Instituto Rosario de Investigaciones en Ciencias de la Educación, Argentina). O texto de Duarte reflete sobre as relações entre o conhecimento histórico e seu ensino e avalia o papel que a história oral pode exercer na discussão sobre "didática da história". A autora pleiteia a incorporação da memória no ensino de História, entendendo a história oral como meio para apreender a heterogeneidade de experiências e os conflitos vivenciados nas relações sociais. Pivetta discute a aplicação da metodologia da história oral como ferramenta didática em contextos complexos, a partir de sua experiência com a capacitação de educadores de escolas bilíngues e interculturais de populações indígenas na província de Santa Fé, Argentina, com o objetivo de elaborar materiais didáticos.



FONTES ORAIS E O OFÍCIO DO HISTORIADOR

Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas

Regina Beatriz Guimarães Neto

A prática da história oral e os novos desafios[1]

Traçando caminhos diversificados, a história oral – que não é uma disciplina, mas uma metodologia ou prática de pesquisa – afirma-se no cenário intelectual do Brasil, da América Latina e de outras partes do mundo. Não sem controvérsias, desafia novas questões teóricas e metodológicas que são fundamentais para as análises acerca da produção e dos usos dos documentos – e não apenas orais – no âmbito da historiografia.

Enaltecida ou hostilizada, a história oral, com muita frequência, é vista como uma chave para o tratamento de temas contemporâneos ou da chamada história do tempo presente e mesmo relacionada a outras temporalidades, destacando-se os textos que se referem às tradições orais. Em todo caso, desconstruindo a ideia de chave, aborda temas relativos ao presente dos pesquisadores (e daí sua articulação com várias áreas do conhecimento). Ainda assim, no mesmo passo, é acusada de falta de consistência teórica em face dos impasses entre oralidade e escritura, além de outras impropriedades apontadas, lançando-se a ideia da sua impossibilidade. Não pretendo entrar no

1 Agradeço as leituras críticas e as contribuições generosas a este texto dos estudantes de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco; a Leny C. Anzai, a Marcos Montysuma e a Antônio Montenegro.

âmago dessa polêmica. Há em um texto de Deleuze (2006), "Sobre Nietzsche e a imagem do pensamento", fazendo referência a Kant, uma questão por ele apresentada que é bastante oportuna para essa discussão:

> [...] **não basta simplesmente dizermos que não estamos de acordo. É preciso, antes de mais nada, saber admirar; é preciso reencontrar os problemas que ele [o autor] cria, a sua maquinaria própria. É por força da admiração que se reencontra a verdadeira crítica.** Hoje, a doença das pessoas é que elas não sabem mais admirar; ou, então, são "contra", aferem tudo por seus parâmetros, e tagarelam, e escrutam. Não convém proceder assim; é preciso remontar aos problemas que são formulados por um autor. **(DELEUZE, 2006, p. 179).**

Penso que esse modo de proceder nos ensina muita coisa, a mais importante delas é encontrar "os problemas que são formulados por um autor", uma obra e, por que não, um campo teórico ou uma prática metodológica que instauram a sua maquinaria própria no nível da produção. Ora, a história que lida com relatos orais deve procurar ampliar os aportes teóricos que dão amparo às discussões e sistematizações dos procedimentos de análise próprios ao seu uso e às suas peculiaridades como fonte documental, sem, no entanto, submergir em infindáveis "considerações teóricas". Porém, diante dos desafios e impasses, a pergunta insistentemente retorna: quais os problemas formulados no campo dessa prática metodológica que mais se tornam recorrentes? Ou como podemos pensar sobre a especificidade de uma prática que privilegia relatos orais – apreendidos como uma "arte de dizer/arte de fazer" (CERTEAU, 2000, p. 152) – e os inscreve em textos escritos?

Diante disso, torna-se importante pontuar algumas questões. Primeiramente, é importante dizer que não se trata de fazer "história oral" em oposição ao domínio escriturístico moderno; isto é, não se trata de contrapor escritura *versus* oralidade, mas sim de refletir acerca de um tipo especial de fonte, sem entender por fonte o registro

do que já está posto, dado, no sentido de expressar outra realidade, de pertencer a ela, o que só se pode atingir por meio de métodos adequados. Em um artigo publicado, fiz a seguinte reflexão: "É necessário reconhecer que a fonte oral não é o outro da fonte escrita: fazem parte, tanto uma quanto outra, do sistema escriturístico moderno, operando com os mesmos códigos de referência cultural (sem postular uma origem única)" (GUIMARÃES NETO, 2006a, p. 47).

Não há retorno à oralidade, esta não pode ser restabelecida como forma de comunicação privilegiada, como existe em certas sociedades ágrafas e mesmo em algumas comunidades em que não prevalece o domínio da escrita. Diferentemente da Idade Média, os textos escritos, predominantemente, não são produzidos para serem transmitidos oralmente; não são construídos para serem lidos em voz alta: a leitura realiza-se na existência individual e social burguesa e toma outras formas de socialização, assim como novas apropriações culturais se fazem presentes. Deste modo, as fontes orais de que dispomos não devem ser tratadas como reconstituições de um "elo perdido" com a oralidade – o que não impede de observarmos e retirarmos ligações matizadas, relações duradouras e especiais com as tradições, sem sucumbirmos, conforme sublinham Hobsbawm e Ranger (2008), às invenções de um passado desejado ou às "identidades restituídas". Ou como sugere, ainda, Durval Albuquerque Júnior (2007, p. 230):

> O oral não deve ser oposto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos.

Se escrever é, antes de tudo, produzir um texto – aquilo que se tece, como para os romanos –, a operação oral (contar, falar) é também vista como uma prática discursiva que movimenta a máquina produtiva da fabricação dos textos. O relato oral pode ser lido como

um texto em que se inscrevem desejos, normas e regras e, também, apreendem-se fugas; em suma, deve ser trabalhado, tecido e passível de ser lido como um texto articulador de discursos. Compreendo que, na composição narrativa, os relatos encontram-se inseridos em uma rede discursiva, na concepção de Foucault (1986), que, sem totalizá-los, dá-lhes sentido. Assinalo, ainda, que a produção narrativa não pode prescindir de uma poética da escrita, desviando-se tanto do descritivismo (subsumido às observações objetivas) quanto do subjetivismo (subsumido às associações subjetivas),[2] que operam igualmente sem a crítica do estatuto das fontes.

Outro aspecto crucial a ser debatido é o de que a história oral – prática de pesquisa – não "ressuscita vozes" e que ninguém está autorizado a falar por outrem e nem ao menos tem o poder de "salvar" o tempo passado. O tempo é reconstrução (sem postular por continuidade cronológica), respondendo às questões contidas no presente. Assim, os relatos orais não devem ser pensados na perspectiva de restituí-los à sua totalidade (a uma totalidade prévia ou restaurada); são fragmentos que devem ser avaliados em sua potência multiplicadora de criar novos significados.

Este texto parte das indagações e dos "problemas que são formulados" no campo da investigação que exercita a prática de trabalho com as fontes orais e a narrativa que resulta dessa ação. É nessa esfera que ambiciono instigar algumas reflexões, procurando contribuir com o debate. E para ser mais direta, desde já, acolhendo a pluralidade das leituras possíveis, distancio-me de abordagens que têm a pretensão de estabelecer as "regras verdadeiras" ou que reconstroem o "caminho verdadeiro", como qualquer manual tem a presunção de induzir. Os relatos orais são apreciados tendo em vista critérios de

2 Sobre a questão da subjetividade, ver o instigante texto de Benito Bisso Schmidt, no Capítulo 5 deste livro, "Do que falamos quando empregamos o termo 'subjetividade' na prática da história oral?". Nele, o autor desenvolve uma importante reflexão sobre as relações entre história oral, memória e subjetividades, atentando, sobretudo, para o uso conceitual do termo subjetividade e suas implicações políticas e culturais, isto é, para a crítica da produção do sujeito na sociedade moderna.

análises com base nas suas condições de produção, meios de circulação e apropriações diversas, interesses que envolvem tanto o entrevistador quanto o entrevistado (MONTENEGRO, 2010); suportes materiais de inscrições e transcrições e outras técnicas (ALBERTI, 2004). Insistirei muito mais, em face da complexidade apontada, sobre as práticas de pesquisa e de escrita da história.

De qualquer maneira, sem propugnar pela validade dos modelos e respostas acabadas, gostaria que pensássemos a história e sua relação com as fontes documentais (especialmente relevando o seu estatuto discursivo e suas condições de produção), em particular, os relatos de memória oral, como uma instigante tarefa que adentra universos desconhecidos, de modo algum engessada em questionários, modelos de análise e regras estabelecidas a priori, os quais impedem, a meu ver, o exercício do pensamento.

Com efeito, caberia afastarmo-nos de controvérsias vazias e estarmos atentos aos pressupostos teóricos e metodológicos relativos ao modus operand*i* da historiografia. Estes nos orientam a operar com quaisquer fontes históricas, sejam escritas, orais, visuais, entre outras, observando as suas especificidades. Aliás, o documento escrito deixa de ser a referência dominante que justifica o discurso historiográfico, abrindo espaço a uma enorme diversidade de fontes e testemunhos, convocados a fazerem parte de "práticas autorizadas". Essa variedade documental passa, portanto, a receber, cada vez mais, a atenção redobrada dos historiadores, que procuram legitimá-la segundo as regras estabelecidas no campo da disciplina da história (CERTEAU, 1982; CHARTIER, 2007).

Porém, é necessário chamar a atenção, no âmbito dos debates metodológicos mais atuais, para o fato de que não basta conferir importância e significado às fontes documentais (seu estatuto de verdade e a sua função de prova) ligadas aos objetos de investigação. Deter-se em seu estudo implica perceber o que as relaciona às suas condições de possibilidade, sem apagar o seu estatuto discursivo: sejam sociais (onde se produziu e para quem se produziu), sejam téc-

nicas (tais como os códigos, regras e convenções que as orientam), relacionando-as às práticas culturais e às escolhas interpretativas (APPLEBY et al., 1994). Os "documentos" não nascem documentos e encontram-se marcados pelos diversos interesses que coagem as ações sociais nos presentes dos passados, isto é, no tempo em que foram produzidos ou no tempo, conforme aponta Albuquerque Júnior (2009), em que "surgiram como discursos e pronunciamentos", em especial; e, também, há que se destacar, fazem parte de um conjunto de escolhas direcionadas pelo nosso presente ao presente daquele passado especialmente visado e estudado (VEYNE, 1983). Portanto, os documentos encontram-se mergulhados em uma complexa teia de relações – e imbricados com ela – que as sociedades mantêm com o seu passado e o seu presente, conferindo presença ao passado ou aos passados.

Os historiadores, orientando-se pelas sensibilidades e experiências construídas, preferem falar em diálogo entre o presente e o passado, refletindo acerca das implicações desse diálogo com a memória e a história.[3] Portanto, o documento está imbricado com as condições e relações que as sociedades mantêm com o seu passado, conferindo presença a um passado ou aos passados.[4] Segundo Antônio Paulo Rezende:

> Não podemos, no entanto, dispensar esse diálogo entre passado e presente. Ele é a base da vida, da narrativa e da constituição de memória. Sem ele, sepultaríamos qualquer reflexão sobre a história. A memória fortalece a relação entre as experiências e as sensibilidades construídas [...] (REZENDE, 2010, p. 26).

3 Atentar para as questões que são levantadas por diversos historiadores, em especial conferir os textos de Alberti (2004, 2008); Albuquerque Júnior (2007); Ferreira (2008); Heymann (2007); Laverdi (2010); Montenegro (2010); Karnal e Tatsch (2009); Rezende (2010); Sarlo (2007).

4 Exemplares são as experiências de pesquisa que se desenvolvem no Brasil em diversos campos temáticos, como aqueles direcionados às questões do trabalho, memória e política (FROTSCHER; LAVERDI, 2009; GOMES, 2007; GUIMARÃES NETO, 2006a, 2006b]; JOANONI NETO, 2009); memória, relações de gênero e história oral (PEDRO; WOLFF, 2010; PEDRO; PEREIRA; JOFFILY, 2009); ensino da história (FERREIRA; FRANCO, 2008), para citar apenas alguns trabalhos.

Opondo-se às generalizações, questiona-se sobre o tempo, a história e a escrita, meditando acerca de um tempo presente sem ancoragens:

> Escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos. Colocados nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o historiador tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 33).

É com a história ao rés do tempo, móvel, liquefeito, que a relevância dada aos mais variados tipos de fontes – orais, visuais, escritas –, em suas especificidades históricas, vem ganhando legitimidade. Essas fontes, compreendidas como documentos, recebem hoje tratamentos inovadores, atualizados segundo normas amplamente discutidas no campo da produção historiográfica. No caso das fontes orais e imagens visuais, não se tem mais a ingenuidade de considerá-las "testemunhos do real", "elos com a realidade", "captura do real", ou até mesmo levantar questões, tais como, "reviver o passado" e "dar voz aos silenciados", entre tantas afirmações do mesmo tipo. Mas, de maneira enfática, a orientação é outra, **procura-se ampliar os aportes teóricos que dão amparo às discussões e sistematizações dos procedimentos de análise próprios ao seu uso e complexidade;**[5] **v**aloriza-se o movimento ou ação dos que professam a arte de pensar acerca das palavras, dos testemunhos,[6] e segundo certos autores, observando rastros e vestígios no tempo. Os rastros não são evidentes, como apontam as reflexões metodológicas de Carlo Ginzburg (2007), que observa a opacidade do mundo, e também de Marc Bloch (2001), no seu livro póstumo, em que ressalta os testemunhos involuntários. E, nesse aspecto, sobressaindo o historiador leitor de hieróglifos, deve-

5 Ver entre outras contribuições: Alberti (2004; 2008); Harres (2009); Janotti (2005); Luca (2005); Mauad (2008); Montenegro (2010); Necochea (2005).

6 Ver Delgado et al. (2009); Janotti (2010); Necoechea (2005); Sarlo (2007).

-se assinalar ainda que, para Bloch, a imagem do historiador deve ser captada na *oficina*, lugar da prática, do exercício metodológico – direcionado pela pesquisa –, "munido de reflexão crítica", sem a qual nunca poderá instituir problemas. Problemas criados com paixão, no universo da imprevisibilidade das ações humanas. Nessa perspectiva, Antonio Montenegro, como historiador sensível aos signos da matéria da história – a vida –, também procura destituir a verdade aprisionada em um império totalizador, quebrando correspondências simplificadoras entre conceitos, palavras e o mundo material/real. Procura situar-se no fio da navalha, para desnaturalizar o jogo tenso da linguagem e da história:

> [...] voltamos ao começo desse percurso, ao movimento, à impossibilidade de capturar de forma absoluta os significados; ou mesmo determiná-los, mediante uma relação que se deseja natural entre o dito e o vivido ou o que se imagina real. Rachar as palavras, romper seus liames naturalizados e evidentes com as coisas, com o que se denomina real. A história como o digladiar de sentidos [...] (MONTENEGRO, 2010, p. 44).

Percorrer essas trilhas é considerar as fontes e testemunhos em sua complexidade e enfrentar novos desafios. Assim é que, nas décadas de 1970 e 1980, as transformações no campo da disciplina da História não são apenas intensas, mas desestabilizadoras de verdades e procedimentos metodológicos, em que fonte documental e discurso passam a receber outros tratamentos e reflexões teóricas. Um salto que obriga historiadores a se desfazerem da ideia do "passado tal como foi", colado à explicação histórica, prisioneiro da evidência das fontes. Além disso, reforça a ideia de dar seguimento à incorporação/apropriação de *novos* espaços temáticos e fontes ao território da história.

Autores como Carlo Ginzburg e Natalie Zemon Davis, que em seus livros apresentam resultados de suas pesquisas históricas, recusando dados massivos ou métodos estatísticos, questionam e anali-

sam modos de racionalidade social. Ginzburg privilegia as formas de apropriação de textos/livros por pessoas comuns, criticando a reificação da noção de cultura popular, e tanto ele quanto Davis procuram dar vida à maneira como homens e mulheres percebem e leem/constroem o mundo, mobilizando discursos e práticas culturais. Nessa perspectiva, não apenas a micro-história, em suas diversas vertentes (REVEL, 1998), mas também vários estudos e investigações no âmbito da história social e cultural oferecem leituras para a análise das estratégias dos atores, destacando as interações/vinculações e conflitos entre indivíduos, famílias e comunidades. Interações estas que constituem o mundo social, dando significado à atuação de homens e mulheres em contextos históricos específicos. Por outro lado, no mesmo movimento, apresentam-se assinaladas as determinações que controlam ou limitam as trajetórias sociais e interferem no jogo das ações dos indivíduos e comunidades, contudo, valorizando o espaço das negociações políticas e culturais (CARVALHO, 2006, 2009; REIS, 2008; VAINFAS, 2008).

Abrindo ainda mais essa senda, na esfera de outras interpretações historiográficas, a década de 1990 amplia a crítica às noções globalizadoras, totalizantes, que enfocam as sociedades. São publicados artigos e livros que propõem estudar indivíduos, grupos, comunidades específicas, revelando diversas lógicas que se mesclam e/ou convivem entre si em diferentes planos e situações. Lógicas estas que podem ser designadas como "estilos de racionalidade" (LLOYD, 1990). Essas maneiras práticas de vivenciar e pensar o mundo são mobilizadas segundo diferentes contextos de discursos e experiências, quando os indivíduos lançam mão de uma pluralidade de possibilidades. Portanto, não há univocidade de significados nas experiências sociais.

Ao mesmo tempo em que essas abordagens valorizam enfoques diferenciados – sobretudo, quando acentuam as ações dos atores sociais e recusam projetos de uma história global – e ocupam cada vez mais espaço no campo historiográfico, a importância do

estatuto narrativo da história vendo sendo amplamente discutida. Não se trata da "história-narrativa" (descrição que coloca em cena indivíduos e acontecimentos reveladores de uma verdade primeira ou essencial, que, quase sempre, primam pela disposição linear) ou do "retorno da narrativa" (alterando perspectivas de análise "entre acontecimentos e estruturas"). A problematização que estabelece um novo patamar de análise é a que se posiciona diante do próprio estatuto do conhecimento histórico. A história é pensada também como texto, não entendido como a expressão técnica de um repertório de palavras aparentemente coerentes, dispostas a cumprir sua missão estrita de leitura documental (descritivista), mas uma escrita urdida com palavras que produzem novos significados, ampliando o seu campo de inteligibilidade. Explicando e narrando – aquilo que se tece, como para os romanos (e para as rendeiras...) –, produz deslocamentos semânticos, estruturando-se em *relato*. Este, o relato, é tributário "do valor da linguagem literária – que tem como material as palavras e suas relações –, diz respeito ao novo, ao inesperado, à mutação, à invenção", como assinala Roberto Machado (2009, p. 206).

As abordagens, os procedimentos e as operações metodológicas frequentemente indicam opções diversas, considerando a multiplicidade das interpretações. E são bem-vindas, ou deveriam ser. Do mesmo modo, a utilização de diversos tipos de fontes documentais (visuais, orais, escritas, entre outras) na construção propriamente narrativa da história propõe desafios constantes. Estes instituem paradoxos, oposições, encontros e desencontros, mas que, por isso mesmo, abrem-se a uma miríade de diálogos, ligados estreitamente às histórias, com as quais lemos, discutimos e analisamos as relações entre o presente, o passado e o futuro. É nessa perspectiva que se torna pertinente explorar a produção da escrita da história na relação com as práticas de produção das fontes orais, revelando como as pesquisas e análises elaboradas carregam as marcas das experiências das quais os textos são resultados.

Relatos orais e a escrita da história

Em face dos limites para discutir este tópico em apenas uma parte do presente texto, torna-se necessário traçar brevemente um percurso de orientação geral. Faço duas considerações pontuais: uma que passa pelas práticas de pesquisa que atuam na produção das fontes orais (como ainda de outras fontes), constituindo um possível *corpus* documental; e a outra, sem propugnar pela ordem de importância, que avalia as práticas da escrita da história ou das histórias, a fim de dar conta das configurações narrativas e retóricas que orientam a construção do passado e do presente. Assim, os registros orais, testemunhos, declarações e pronunciamentos diversos são tratados como fontes documentais numa operação complexa que não compreende apenas as ações de transcrição, edição, arquivamento, entre outros procedimentos técnico-metodológicos (autorizados no campo historiográfico), mas também a análise crítica das suas condições de produção e discurso. E, ainda assim, a fonte oral se constituirá documento histórico na dinâmica da linguagem escrita, que configura o texto como narrativa e discurso histórico. Segundo P. Ricoeur (2007, p. 247), "a história é uma escrita, de uma ponta a outra: dos arquivos aos textos dos historiadores, escritos, publicados, dados a ler". Nesse movimento, em que se entrelaçam pesquisa e escrita, ainda na trilha de Ricoeur (2007), é importante observar as diferenças – e possíveis relações – entre testemunho (com base naqueles que obtêm credibilidade) e documento (operação historiográfica), com os quais os historiadores irão operar segundo as regras estabelecidas em seu campo de conhecimento. Ricoeur pontua as diferenças entre os modos de representação do passado, distinguindo o conhecimento histórico das operações da memória (também no caminho aberto por diversos autores, como Pierre Nora); e parte de estruturas fundamentais que marcam a operação historiográfica e o trabalho da memória, avaliando as diferenças entre a memória/testemunho e o documento. Para o autor, a operação historiográfica está ligada indissoluvelmente aos relatos de memória, relativa às reminiscên-

cias que têm como referência aqueles que narram os acontecimentos nos quais se encontram envolvidos (base fiduciária). Em espanhol, encontramos as duas palavras que nos ajudam a diferenciar: testimonio e testigo. A memória que tem como referência a declaração direta de quem a dá é testigo, testemunho que pode ser reconhecido, identificado. Já o documento, segundo Ricoeur, é a "memória de ninguém", é a memória de todos, é a memória dos tempos, é a memória dos conflitos humanos, uma espécie de "testemunho-arquivo" (base indiciária). Os documentos são resultados das operações realizadas no campo historiográfico, inscrições que selecionamos e passamos a considerar como documentos; de estatuto indiciário, encontram-se em uma teia, em uma rede social e cultural, contendo várias informações e acontecimentos entrelaçados. Assim, pode-se pensar que o documento é a apresentação/representação daquilo "que se escreveu sobre", mas aquilo "que se escreveu sobre" só ganha estatuto de acontecimento, importância e significado históricos a partir do momento em que é narrado, pertencendo a outra rede discursiva. A memória-testemunho também tem seus elos vitais inseparáveis da vida social e cultural, é histórica; tem relação direta com os testemunhos. Esse estatuto de testemunho se baseia na confiabilidade de quem relatou, de quem viveu, ancorando-se nas experiências vividas; já os documentos, os registros que foram selecionados como documentos, necessitam passar pelo conjunto ou pelo crivo das regras instauradas no campo da história. Critérios de seleção e constituição do *corpus* documental, imprescindíveis ao trabalho dos historiadores, devem ser, pois, explicitados e analisados. E, hoje, além das operações já estabelecidas como crítica interna e externa à análise dos mais diversos documentos, estes são estudados averiguando-se as suas condições de possibilidade, sem apagar o seu estatuto discursivo: sejam sociais (onde se produziu e para quem se produziu), sejam técnicas (tais como os códigos, regras e convenções que as orientaram), relacionando-as às práticas culturais e às escolhas interpretativas. Esses procedimentos, ao utilizar os documentos, levam a reconhecer seu

estatuto indiciário, que os coloca em relação a uma série de outros documentos, de outros escritos/textos de historiadores, que também irão validá-los. Porque quando se diz que as regras do fazer história são compartilhadas, legitima-se o diálogo e o confronto, ou seja, o debate. O dialogo, enfim, possibilita relacionarmo-nos com outros textos. O que confere legitimidade ao discurso do historiador é o fato de que não se fala de um lugar isolado. Dialoga-se com vários documentos (inclusive com outros suportes materiais, como os audiovisuais, por exemplo). Os historiadores estabelecem conversações com os pares; e participam de uma rede de aprendizagem, de uma teia de leituras compartilhadas que, afinal, utiliza e seleciona notas, citações e referências bibliográficas bem como se reflete nelas. Com elas constrói-se ou configura-se um quadro de onde se fala e para quem se fala. Qual é o lugar institucional? Esta é uma pergunta tão importante para delimitar o que se chama de campo de conhecimento que confere legitimidade ao *corpus* documental escolhido. Por fim, como vários autores chamam a atenção, sobretudo historiadores e filósofos, o nosso laço é com a memória. A história possui uma relação fulcral com a memória, contudo, postulando uma relação de não equivalência – "memória não é história" –, trata-se, então, não só de destacar as diferenças, mas de refletir sobre as relações entre história e memória, em especial, sobre a presença do passado no presente e as expectativas do futuro.

É, sobretudo, com esse *corpus* documental, reunido, selecionado, que se tece o texto com os relatos de memória (lembrando que para W. Benjamin (1985): é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo da textura, tessitura, do texto). Não se pode perder de vista que a história moderna é relato escrito (historiografia), o qual articula uma prática atenta às regras discursivas de suas fontes documentais, relacionadas ao lugar de enunciação, como práticas discursivas.

Destacarei três aspectos para o debate crítico, em que privilegio as análises acerca dos relatos orais como fontes documentais para as práticas de pesquisa e construção da história:

1. No que tange à "pesquisa de campo" ou à produção das fontes orais – considerando tanto as histórias de vida como as entrevistas temáticas –, creio ser fundamental operar com o "caderno de anotações". Tal atividade deve estar de acordo com a observância às considerações técnicas e de método relativas à produção das entrevistas, já indicadas neste texto, incluindo a identificação dos entrevistados e entrevistadores, condições físicas e sociais das entrevistas, transcrições e organização dos textos e técnicas de arquivamento (ALBERTI, p. 2004). O "caderno de anotações" pode ser uma ferramenta de grande auxílio. Ele se movimenta no registro do que não foi dito e tem o papel de documentar atentamente o que não foi declarado, mas que se encontra "colado" às palavras, como os silêncios e os gestos que compõem o conjunto dos relatos na mesma dimensão das entrevistas/testemunhos. Para Montysuma (2006), o caderno de campo valoriza a pesquisa porque possibilita anotar as circunstâncias que envolvem uma entrevista, o que cerca o entrevistador e o entrevistado, distinguindo particularmente a pessoa que relata. Tal prática permite relacionar as respostas aos sinais emitidos pelo rosto, pelas mãos, pela postura corporal. Nessa trilha, considero parte fundamental do trabalho de constituição das fontes o registro de uma experiência cartográfica das práticas de pesquisa com a história oral, aquelas que inscrevem no campo da investigação (a) os gestos, os silêncios, as imagens que se projetam das palavras, ou seja, uma linguagem inscrita no corpo, que não se confunde ou não se reduz aos "gestos e silêncios" produzidos em um discurso que iguala tudo à subjetividade (ou a uma ideia equivocada de "subjetividade"); (b) as projeções cartográficas desdobradas das experiências nos espaços habitados/pra-

ticados (GUIMARÃES NETO, 2006a; 2008); (c) as configurações dos diversos tempos vividos em suas múltiplas linhas que tecem as experiências lembradas e/ou involuntárias. Torna-se importante assinalar que a lembrança não é a repetição do mesmo, ela é criação não de um "igual" ou cópia, mas de um equivalente, que tem por base um ponto de vista "espiritual", uma imagem, voluntária ou involuntária (DELEUZE, 1987; PROUST, 1990); ou semelhante na perspectiva de W. Benjamin (1985).

2. O trabalho de constituição do *corpus* documental: seleção e reunião das entrevistas/testemunhos: a produção do lugar socioinstitucional, indicando a trajetória da memória-testemunho (no instante da declaração) para o estatuto de memória-arquivo. Essa prática é marcada pela dinâmica do deslocamento da "fase testemunhal", do relato de memória, para o texto escrito, instituindo outro movimento – inserido em relações diversas (as dos pesquisadores e os interesses do seu lugar socioinstitucional) – em nada neutro; considerando esse trabalho de produção documental como um ato de inscrição no universo da escrita que produz modificações importantes (não se entendendo a escrita como o "outro" da oralidade).

3. O entrecruzamento com outras coleções documentais exige também diálogos com diversas produções teóricas e metodológicas que lidam com fotografias e outras fontes visuais; jornais, revistas e impressos diversos; documentos oficiais; e tantos outros registros que os historiadores trazem para o seu campo de análise. Entrecruzamentos cruciais que instituem configurações diversas e alteram as percepções dos pesquisadores. Essa operação permite refletir e interpretar não apenas as entrevistas/testemunhos e as implicações da memória individual e social, mas também as práticas discursivas no espaço social, especialmente a posição do entrevistador e a do entrevistado em relação aos grupos sociais envolvidos.

Práticas de escrita: a dinâmica da narrativa histórica – do relato oral ao texto escrito

Para dedicar-me à discussão das práticas de escrita da história, recorro primeiramente a Paul Veyne: "A história é narrativa de acontecimentos" (1983, p. 14). O vivido tal como é conhecido "sai das mãos dos historiadores" e não dos atores (mesmo considerando a sua importância central); o vivido não é visto através de uma máquina do tempo, não é direto, é, pois, narrado, por meio dos documentos e testemunhos – pelo conjunto de suas possibilidades –, portanto, conhecimento parcial, sem ambição totalizadora.[7] Veyne "vincula a compreensão histórica à atividade narrativa", como assinala Paul Ricoeur (1994, p. 243), entendendo que o fato de figurar numa intriga é o que qualifica um acontecimento como histórico: "Um acontecimento histórico não é somente o que acontece, mas o que pode ser narrado ou o que já foi narrado nas crônicas ou lendas". No momento mesmo em que são narrados, transformam-se em histórias, sínteses narrativas (efeito da seleção, organização, síntese), resultados de escolhas constantes, que conferem significado a um contexto designado como histórico. Nessa trilha, Veyne coloca em outra dimensão as grandes querelas debatidas pela historiografia no século XX, sobretudo acerca do factual e do não factual e da história quantitativa e não quantitativa: se o enfoque é factual ou não, esse debate deixa de ter importância; assim como os métodos quantitativos, que mobilizam números, cifras e outros dados para as pesquisas. Importa mais, para ele, o que pode ser narrado ou não. Ele compreende a história como aquilo que integra acontecimentos diversos, dando a eles significados (sem pregar a univocidade da palavra) e trazendo pontos de vista diferenciados que elaboram um discurso sobre o passado ou que presentificam esse passado, como na concepção de Walter Benjamin.

7 Torna-se importante observar, para não cair no plano das simplificações reducionistas, que a noção de acontecimento, a qual atravessa todo o seu livro *Como se escreve história* (1983), para Veyne é bastante precisa e sustenta sua tese sobre o significado da história e sua escrita.

Nessa linha de reflexão, para além dos embates entre as várias posições teóricas que incidem sobre a questão "história e narrativa", as investigações no campo da história e os seus registros e análises decorrentes só adquirem estatuto de conhecimento quando ganham corpo na construção narrativa, como escrita da história. Somos nós que conferimos, por meio dos documentos pesquisados – manuscritos, impressos, fontes orais, processos civis e criminais, imprensa, boletins, entre outros –, a importância relativa que lhes confere o desenrolar da história narrada. Os documentos, nessa perspectiva, não "dizem" a história, não recuperam o passado. O passado não pode ser restituído, refeito, ele é narrado com análises críticas, sempre mediado pela operação historiográfica.[8] Mas é necessário ver que, para Veyne, a noção de intriga opera como uma "lanterna mágica", que implica considerações de ordem teórica e metodológica: os documentos, nessa ótica, são vistos como fragmentos significativos, habilmente selecionados, que devem quebrar a ideia da identidade do sujeito e da univocidade da palavra e podem ser muito mais a prova da incompletude do conhecimento. No âmbito dessas considerações, pode-se esboçar um pensamento sutil, o de que apenas um recanto do mundo será iluminado. Para P. Veyne, assim como para Paul Ricoeur (1994), há intriga todas as vezes que a história reúne fragmentos e dá sentido à diversidade, porque a intriga (como atividade literária) cria efeito de coesão e torna possível o relato histórico, em que circunstâncias, objetivos, fins e acasos das ações de homens e mulheres adquirem novos significados.

A questão da escrita, nessa perspectiva, suscita um rico diálogo entre história e literatura. Na pista de algumas trilhas abertas por escritores como Orhan Pamuk, podemos tentar perscrutar alguns delica-

8 É bastante conhecido o debate entre P. Veyne e Michel de Certeau, quando este responde às indagações de Veyne com as reflexões desenvolvidas, sobretudo, em seu texto "A operação histórica", publicado na obra, em três volumes, de 1974, *Fazer história*, organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff. Contudo, isso não impede que possamos valorizar os vários aspectos desse debate no campo epistemológico e traçar contribuições dos dois autores referentes às relações entre historiografia e narrativa, que apontam as dissonâncias e, por que não, as ressonâncias.

dos fios – filigranas – para indagarmos acerca das narrativas literárias e o seu poder de criação e transformação do mundo pelo discurso poético. O que pensa sobre a criação (poesia) e transformação do mundo está, para ele, contemplado na questão mais importante, que opera no poder da imaginação como "a capacidade de transmitir significados aos outros" (PAMUK, 2007, p. 67) e não como meio para "falsificar ou fantasiar a realidade", modo pelo qual, muitas vezes, a imaginação é compreendida. É a imaginação do romancista que dá ao mundo limitado da vida cotidiana a sua particularidade, a sua magia, a sua alma (p. 65). Também os historiadores têm a intenção de "transmitir significados aos outros", realizar leituras diversificadas e elaborar análises que desloquem evidências simplificadoras, estruturando a narrativa histórica. Investigam e relatam, assim, as especificidades da vida cotidiana, da guerra, da morte; criando correspondências e diferenças praticam e compõem experiências. E, para o romancista, o que marca esse ato de escrever é a obediência à "regra eterna da literatura: o talento de contar as próprias histórias como se fossem histórias dos outros, e contar as histórias dos outros como se fossem suas, porque é isso a literatura" (p. 19). Em seu texto-conferência, Pamuk diz que devemos ser capazes de contar as nossas histórias como se fossem dos outros, como também devemos ler uma história e associá-la às nossas experiências, abrigando o mundo de alguém como se fosse o seu próprio (estilhaçando o debate que prima pela análise que divide o singular e o universal, o objetivo e o subjetivo). Em ambos os casos, na história e na literatura, encontram-se os seus escritores envolvidos com as imagens do mundo, para "escrever" o mundo. Estudos, pesquisas e escritos; tempo-espaço envolvidos em problemas e questões. Sim, aquele que escreve habita o mundo e o mundo vive nele. Não há ação que deixe de suscitar a questão tão crucial para Pamuk (2007, p. 13): "Escrever é transformar em palavras esse olhar para dentro, estudar o mundo para o qual a pessoa se transporta quando se recolhe em si mesma [...] cercada pelas sombras, constrói um mundo novo com as palavras".

Para a escrita da história, seguindo essas reflexões, a dimensão poética do discurso não deve ser vista como obstáculo ao rigor metodológico que se exige da disciplina ou como aquilo que se contrapõe às regras da escrita da história. Chartier (2007) também se manifesta na mesma direção. Sobretudo, quando afirma, na trilha aberta por P. Ricoeur (2007), que não apenas os documentos permitem dar "autenticidade" ao texto historiográfico – convocando R. Barthes a este debate, para quem padecemos do ato compulsivo de "autenticar o passado" –, mas que a narrativa deve também produzir inteligibilidade no "dar a ver" e "a contar" na configuração da arquitetura textual, criando vida no território dos mortos. E, de maneira bastante enfática, coloca a escrita tanto quanto os documentos no centro da operação historiográfica:

> Fundar a disciplina em sua dimensão de conhecimento, e de um conhecimento que é diferente daquele fornecido pelas obras de ficção, é de uma certa maneira seguir ao longo da falésia. Os historiadores perderam muito de sua ingenuidade e de suas ilusões. Agora sabem que o respeito às regras e às operações próprias à sua disciplina é uma condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer a história como um saber específico. Talvez seja seguindo o percurso que leva do arquivo ao texto, do texto à escritura, e da escritura ao conhecimento, que eles poderão aceitar o desafio que lhes é hoje lançado. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Em face dessa postura metodológica é que a prática da história oral, das entrevistas aos arquivos, dos testemunhos às narrativas – orientando-se pelos procedimentos metodológicos compartilhados pelos seus pares e dialogando com diversas áreas do conhecimento –, tem como grande desafio a tarefa de colocar, compor e desdobrar os relatos orais em textos escritos (abertos aos leitores!) para oferecer sua contribuição à produção historiográfica.

Referências:

ALBERTI, Verena. "Narrativas pregnantes" como "jogos de linguagem": possibilidades da história oral à luz da teoria da linguagem de Wittgenstein. *História Oral*: revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, jan./dez. 2008.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História*: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2009.

APPLEBY, J.; HUNT, L; JACOB, M. *Telling the truth about history*. New York: W. W. Norton, 1994.

BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v. 1).

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco, 1831-1848. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Império (1808-1889).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2, p. 121-183.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O outro lado da independência: quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brazil), 1817-23. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 43, n. 1, p. 1-30, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. El pasado en el presente: literatura, memoria e historia. *Historia, Antropología y fuentes orales*, Barcelona, n. 37, 2007.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

DELEUZE, Gilles. Sobre Nietzsche e a imagem do pensamento. In: DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta*: e outros textos. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELGADO, Lucilia de A. N.; BERTOLINO, F. Ação popular: memória, testemunhos e história. *Oralidades*: revista de história oral, Rio de Janeiro, v. 4, p. 15-31, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família*: casamentos, alianças e fortunas. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, R. Desafios do ensino de História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 79-93, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber***. Rio de Janeiro: Forense, 1986.**

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso***. São Paulo: Edições Loyola, 2004.**

FROTSCHER, Méri; LAVERDI, R. (Org.). Dossiê migrações. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 20, 2009.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História Oral*: revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, jan./dez. 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *Direitos e cidadania*: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: MONTENEGRO, Antonio Torres et. al. *Cultura e sentimento*: outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Los espacios múltiples de la memoria y de la violencia: narrativas orales y prácticas culturales entre los trabajadores de la Amazonía, Brasil. *Words and Silences/Palabras y Silencios*, México, v. 3, n. 2, 2006a.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). *História Oral*: revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./jun, 2006b.

HARRES, Marluza. Pelos caminhos da memória: uso de fontes orais na pesquisa histórica. In: HARRES, Marluza; JOANONI NETO, Vitale. *História, terra e trabalho em Mato Gosso*: ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos/ Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009.

HEYMANN, Luciana. O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Direitos e cidadania*: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.15-44.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10, 2010, Recife. *Mesa-redonda*: impasses e controvérsias: fontes e história oral. Recife: UFPE, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XX. In: HARRES, Marluza; JOANONI NETO, Vitale. *História, terra e trabalho em Mato Gosso*: ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos/Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LAVERDI, Robson. Viveres urbanos de jovens rapazes homossexuais no interior do Brasil: alteridades na e pela história oral. *Historia, Voces y Memoria*, Buenos Aires, v. 2, p. 13-40, 2010.

LLOYD, Geoffrey. *Demystifying mentalities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*: ensaios sobre histórias e fotografias. Niterói: EDUFF, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, **2010.**

MONTYSUMA, Marcos. Um encontro com as fontes em história oral. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 117-125, jun. 2006.

NECOECHEA, Gerardo. *Después de vivir un siglo*: ensayos de historia oral. México: INAH, 2005.

PAMUK, Orhan. *A maleta do meu pai***. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.**

PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; PEREIRA, I.; JOFFILY, M. (Org.). Dossiê memória, relações

de gênero e história oral. *História Oral*: revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, jan./dez. 2009.

PROUST, Marcel. *Tempo redescoberto*. Rio de Janeiro: Globo, 1990.

REIS, João J. *Domingos Sodré*: um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala:* a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Antônio Paulo. *Ruídos do efêmero*: histórias de dentro e de fora. Recife: Editora da UFPE, 2010.

RICOEUR, Paul. História. In: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa.* Campinas: Papirus, 1994. tomo I.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito B. Do que falamos quando empregamos o termo "subjetividade" na prática da história oral? In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL: DESIGUALDADES E DIFERENÇAS, 5, 2009, Marechal Cândido Rondon. *Anais*... Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México (1880-1920).* México: El Colegio de México/Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora, 2006.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. La frontera imaginaria: usos y manipulaciones de la fotografía. *Revista Cuicuilco*, México, mayo/ago. 2007.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição:* um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

2.Travessias e desafios

Antonio Torres Montenegro

O tema desse artigo contempla de maneira fundamental algumas questões metodológicas suscitadas tanto pela documentação como pela leitura de autores diversos no campo da historiografia, da metodologia e da filosofia, entre outros.

Escrito inicialmente para a mesa-redonda "Perspectivas teórico--metodológicas da história oral" no V Encontro Regional Sul de História Oral – Desigualdades e Diferenças –, ao adaptá-lo para publicação, operei alguns deslocamentos analíticos bem como diversos acréscimos e reformulações.

Ao concluir a escrita desse texto, percebi que os percursos trilhados se apresentavam como travessias intermináveis, quase uma ego-história, pois procurei pontuar questões, dilemas e desafios que o trabalho com a documentação, de maneira geral as fontes orais de memória, me foram possibilitando formular à medida que avançava na pesquisa e escrita da história ao longo dessas últimas décadas.

Quando fui aceito para meu doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1985, tinha como proposta geral entrevistar pessoas das camadas trabalhadoras que nos habituamos a denominar de popular, para ouvir delas o que construíam e representavam como passado histórico. Partia então da vaga suposição de que muitas, ou a grande maioria, por não terem frequentado os bancos escolares, não havia aprendido a história oficial. Dessa forma, o

que representariam como passado histórico? As suas vivências cotidianas na família, no trabalho, nos sindicatos, nas associações recreativas e culturais, entre outros. Era então necessário entrevistá-las para conhecer essa história.

Fui em busca de projetos de história que utilizassem entrevistas com trabalhadores como técnica para produção de uma fonte que pudesse servir de base à pesquisa e à escrita da história. Nessa busca, alguém me recomendou um projeto desenvolvido no Centro de História Oral da Universidade de Indiana, dirigido pelo professor John Bodnar, que no início dos anos 1980 havia entrevistado quase uma centena de operários e funcionários de diversos escalões da fábrica de carros Studebaker, a qual encerrara suas atividades na primeira metade da década de 1960.

A minha reduzida bagagem de experiência de pesquisa tinha sido até então jornais, anais parlamentares, panfletos e também um pouco de literatura do século XIX. Fora com essa documentação que havia escrito minha dissertação de mestrado, acerca dos vinte anos finais da escravidão no Brasil. Recordo ainda o grande dilema que foi a escrita da história na dissertação, sobretudo porque pensava e defendia a necessidade de romper com uma narrativa centrada na cronologia. Estava e estou inteiramente convencido que o relato histórico fundado na cronologia, e, portanto, prisioneiro da causalidade, significa estar inteiramente submetido à lógica e ao domínio dos signos que a documentação apresenta. Difícil era lidar com a permanência dessa escrita "linear", ou talvez, em que as marcas de uma lógica histórica centrada em causas e consequências ainda tinham preponderância sobre minhas novas leituras e quase aprendizagens teóricas e metodológicas. Só depois de defendida a dissertação, aliviado do fantasma dos prazos e pressões da banca e do orientador, pude então construir uma questão em torno do tema da dissertação escravidão/abolição, ou seja, indagar sobre quais os meios que as sociedades utilizam para inventar e desinventar o tema da escravidão. Nos livros que então escrevi, o paradidático *Reinven-*

tando a liberdade e *Abolição*, este último para a Série Princípios, já me sentia livre da causalidade e, por extensão, da cronologia como fio condutor e determinante do sentido historiográfico.

Da Studebaker à Casa Amarela

Fechado esse parêntese, voltemos ao Projeto Studebaker em Indiana University. Em janeiro de 1986, lá estava eu numa fria Bloomington para pesquisar nesse acervo oral as entrevistas desses trabalhadores da fábrica de carros. E foram três longos meses, ouvindo e lendo as transcrições de todo aquele conjunto de fitas gravadas. Como muitas vezes ocorre quando estamos pesquisando uma documentação em que não temos ainda uma questão ou problemática definida, passei a anotar alguns temas que poderiam interessar-me para, posteriormente, escrever um artigo e também o relatório a ser apresentado ao CNPq. Daquele amplo quadro de histórias de trabalhadores, um conjunto de relatos interessou-me e passei a tomar notas. Nelas registrei: o orgulho que muitos expressavam ao dizer que trabalharam centenas de sábados e domingos (imaginava impossível ocorrer algo parecido no Brasil); uma greve que ocorreu e a perseguição aos seus líderes; a questão de utilizar a estratégia de empregar diversos membros de uma mesma família como forma de controle, pois, se algum deles cometia uma falta, o pai ou aquele considerado a autoridade da família era chamado pela direção da empresa; o problema do alcoolismo; e finalmente os casos de suicídios que ocorreram quando a empresa faliu. Este foi para mim o tema que mais chamou a atenção, pelo desespero que os relatos expressavam, alguns afirmando que trabalhadores perderam aposentadorias construídas durante décadas em questão de meses, semanas ou dias. Também declaravam, em algumas entrevistas, que aquele havia sido um tema pouco, ou quase nada, noticiado pela imprensa.

Concluída então essa etapa, comecei a organizar as notas. Uma sensação foi surgindo à medida que a escuta das fitas avançava e agora ela tornava-se mais clara: não havia como contar uma história,

ou esboçar um relatório com um maior nível de reflexão historiográfica, apenas com o que ouvia. Definitivamente, não concordava com a afirmação, que lera em algum livro ou manual de história oral, de que uma fita transcrita se transforma em um documento igual a qualquer outro documento escrito. E, nessa hora, vinham à lembrança os jornais ou os debates parlamentares em que pesquisara para a dissertação e que me permitiam minimamente esboçar um relato historiográfico. No entanto, aqueles relatos de memórias, tão preciosos, pareciam luzes que se acendem e se apagam. Não era possível ir adiante apenas com eles. Para poder escrever sobre aqueles suicídios era necessário, por exemplo, conhecer a legislação trabalhista dos EUA e do estado de Indiana, assim como a política trabalhista da empresa; também pesquisar nos jornais e visitar o sindicato para verificar se dispunha de arquivos sobre aquele tema. Por outro lado, os relatos de memória me diziam de uma experiência de trabalho e de vida numa empresa de carros, que normalmente a documentação escrita não oferece. Os próprios arquivos das empresas, os arquivos sindicais, os jornais, a legislação, entre outros, não contemplam esse tipo de relato, em que a história vivida no cotidiano em suas múltiplas dimensões é apresentada sob os mais diversos enfoques.

Encerrado aquele estágio, meu relatório se constituiu fundamentalmente numa dupla aprendizagem. Estava diante de uma fonte que me oferecia outra perspectiva historiográfica, ou seja, movimentos, lutas, reflexões, sentimentos, relações de poder e de trampolinagem (como aprenderia mais tarde com Certeau) que as demais fontes não costumam oferecer. No entanto, e ao mesmo tempo, não poderia prescindir das outras fontes, pois de certa forma elas possibilitariam construir um campo projetado em uma rede mais ampla, com informações imprescindíveis para situar os múltiplos vividos que as memórias relatavam.

Retornando ao Brasil vou, então, em busca de homens e mulheres dos bairros pobres de Recife para realizar as entrevistas. E aqui me deparo – de saída – com a forte crítica de que os intelectuais

costumam ir aos bairros populares desenvolver suas pesquisas e, no final, nada deixam para essas pessoas. Ou seja, a apropriação da mais valia dos patrões tinha sua correspondente apropriação do saber popular pelos intelectuais e acadêmicos. Nesse sentido, o relato de uma mulher, Tota, moradora do bairro Casa Amarela se tornou para mim paradigmático.

> Depois que eles filmaram tudinho, eu digo: vem cá. Aí tinha um que entendia o que a gente dizia. Eu digo: vem cá. Aí tinha um que entendia o que a gente dizia. Eu digo: vai sair alguma coisa sobre isso? Vai sair nada, não é?!! Aí vai ficar tudo assim, é? Somente filmar, chegar lá, vocês vão receber o dinheirinho desse filme, né? Alguma coisa aí, e a gente fica nessa, né? [...] Eu digo: o menino com fome, o comer para cuidar, eu aqui empalhada com vocês, vai sair nada não, é? Eu digo: é, para vim conversar besteira com a gente, vocês só anda sem dinheiro, agora quando vier aqui, vou cobrar. (MONTENEGRO, 1992, p. 25).

Foi então que propus à federação do bairro Casa Amarela fundar um Departamento de Memória com os próprios moradores, treinados por mim e uma equipe. Todas as entrevistas seriam de propriedade do Departamento e criaríamos uma linha de produção de livros, programas de rádio e vídeo, de forma que todos aqueles relatos não fossem dirigidos apenas para embasar minha tese e nossos artigos acadêmicos. Isso efetivamente foi realizado e produzimos um livro com três entrevistas de moradores na íntegra, uma cartilha, seis programas de rádio e um vídeo. Ouvir a histórias de vida dos moradores do bairro se constituiu em muitas aprendizagens. Algumas talvez só se materializaram alguns anos depois, como, por exemplo, a dificuldade de lidar com um entrevistado que dizia ter combatido na Coluna Prestes, mas seu relato se apresentava como uma grande criação de sua imaginação. Só anos mais tarde, lendo o artigo de Janaína Amado *O grande mentiroso* (1995) e o de Portelli *Sonhos ucrônicos* (1993), pude constatar como fui no mínimo inábil na con-

dução daquela entrevista. Também outra aprendizagem foi descobrir que o Departamento de Memória da Federação de Moradores, que recebia candidatos para entrevistas a conta-gotas, pois muitos tinham receio de vir relatar suas histórias de vida, de um momento para outro, passou a ter filas de candidatos na antessala de sua sede. Minha alegre surpresa em breve se desvaneceu, pois um morador acabou por me explicar o que se passava: "Professor é o seguinte, já se espalhou no bairro que é só vir aqui e contar umas besteiras e o senhor paga dez reais". Pronto, estava desnuda outra vez a relação de classe, de poder, e as brechas e piruetas que o povo cria para driblar pessoas, instituições, relações tão diferentes das do seu universo cotidiano. Afinal, havia pensado desde o início desse projeto, para o qual tínhamos obtido recursos do governo estadual, que fora depositado na conta da Federação de Moradores e era por ela gerido, que se eu tinha minhas horas de pesquisa pagas por uma bolsa, por que não pagar também as horas em que aquelas pessoas eram retiradas dos seus afazeres para falar de suas vidas. Passada a ingênua decepção, as dezenas de entrevistas até então realizadas ajudaram-me a compreender que nem todas as pessoas são capazes de transformar suas lembranças em narrativa. Algumas apresentavam narrativas sem concluir uma ideia, misturando e associando vários temas quase de forma simultânea, outros ainda, talvez movidos por um grande receio de se comprometer ou dizer alguma coisa "indevida" àquele professor, transformavam seu relato em grandes e homéricas apologias do seu passado. Talvez ainda devido à minha pouca experiência, não era capaz de interagir e mudar esse tipo de relação entrevistador/entrevistado quando ela se apresentava. No entanto, mais tarde, num outro projeto com professores aposentados da Faculdade de Engenharia da UFPE, encontrei professores que também não concluíam suas ideias, saltando, a cada momento, de um tema a outro, transformando seu relato de memória em um labirinto, sem o fio de Ariadne.

Havia ainda aqueles moradores e moradoras de Casa Amarela que, ao começar a lembrar sua infância e mesmo seu passado, eram

tomados por uma grande tristeza e iniciavam a chorar, fazendo-nos imediatamente interromper e não insistir naquela operação de construção ou reconstrução das memórias. Não somos psicólogos ou psicanalistas e um rememorar tão doloroso tornava-se, do meu ponto de vista, algo muito perigoso.

Encerrada essa etapa da pesquisa, veio o período de trabalho nos arquivos e a coleta de documentos que ajudassem a situar historicamente os principais temas historiográficos abordados naquelas entrevistas. Um deles, por exemplo, apresentou-se de forma marcante em muitas memórias, a luta pela erradicação dos mocambos na década de 1930 e 1940 levada a cabo pelo interventor Agamenon Magalhães.[9] Descobre-se um verdadeiro pânico que se formou, gravado na memória de muitos desses homens e mulheres, em face do perigo de saírem para o trabalho e quando retornarem para suas casas, estas haverem sido derrubadas pelo Serviço Social Contra o Mocambo. Nunca esqueci um relato de um morador que diz ter enfrentado com uma foice os funcionários do Estado que tinham vindo derrubar sua casa coberta de palha. Verdade ou não, Benedito José de Moraes, morador de Casa Amarela, pelo menos para a história se construiu, se apresentou, como um Hércules. Ele conta que depois os "homens voltaram e negociaram com ele" outra casa para morar. Narra ainda que alguns enlouqueceram quando retornaram do trabalho para casa e a encontraram demolida (MONTENEGRO, 1992).

Desafios metodológicos: história e memória

Ao iniciar o período da escrita da tese, em contato com diversos autores e teóricos da memória e da história, Maurice Halbwachs (1990) me provoca um grande choque. Isso porque, no seu clássico *A memória coletiva*, apresenta como uma das suas teses principais a ideia de que a memória e a história são inconciliáveis. A memória

9 Agamenon Magalhães se tornou ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Getúlio Vargas em 1934, acumulando também a pasta da Justiça em 1937. Com o golpe do Estado Novo em 1937, torna-se interventor em Pernambuco, permanecendo no cargo até janeiro de 1945, quando então volta a assumir o Ministério da Justiça.

é sempre viva e presente na vida das pessoas de uma comunidade, porém, quando se transforma em história, deixa de estar viva e é enviada aos arquivos. Ao mesmo tempo, sua compreensão da história era cumulativa de histórias regionais apontando para uma história das civilizações. E, então, como ficaria minha tese que trabalhava os relatos de memória como fonte para história? Foram diversas leituras e releituras – desesperadas – até o momento em que pude compreender que estava dialogando com um autor cuja obra foi escrita na década de 1920 e que era preciso refletir sobre as concepções de história então predominantes naquele período. No entanto, entre os muitos aprendizados que essa sua obra me trouxe, destacaria a relação indissociável entre memória individual e social. Nesse sentido, esse autor me deu uma grande ajuda para pensar que não precisava me preocupar com um número representativo de entrevistados, pois de alguma forma um relato oral de memória, por mais particular que ele seja, carrega as marcas da rede social, profissional, política, cultural daquele entrevistado (HALBWACHS, 1990).

Concluída a tese, dois problemas passaram a atormentar-me. Primeiramente as memórias que ajudaram a construir o percurso historiográfico da tese foram pensadas como provas do vivido e não como reconstrução mnemônica realizada pelos entrevistados a partir de uma série complexa de fatores que o presente produz, intervindo nesse itinerário. Só então me dei conta que era preciso situar aqueles relatos de memória como sinais, em constante movimento de ressignificação e não como prova do vivido. Essa compreensão me fez durante muito tempo ter gana de apagar da tese, depois transformada no livro *História oral e memória: a cultura popular revisitada*, a expressão "resgate da memória" ou, pelo menos, substituí-la por construção ou ressignificação da memória. Por outro lado, nada garantiria que, em breve espaço de tempo, outra categoria ou mesmo trecho do livro não precisasse ser substituído ou ter sua escrita aperfeiçoada. Escolhi então, diferentemente de muitos escritores e historiadores que optam por reescrever suas obras, aceitar aquele trabalho

como um momento da minha caminhada. E talvez isso tenha incomodamente me tranquilizado, pois afinal aprendi a duras penas a pensar o conhecimento e por extensão a produção do conhecimento historiográfico como movimento, inconcluso, e não como o estabelecimento de verdades acabadas e definitivas.

Não podia deixar de me preocupar com os críticos que afirmavam, numa direção inteiramente oposta, não se poder confiar na memória, pois a cada momento as pessoas narram as mesmas lembranças de forma inteiramente diversa. Nesse período, a difícil leitura de Henri Bergson foi muito proveitosa e ajudou a pensar, por meio do seu famoso cone, uma resposta a esses críticos. Afinal, segundo Bergson, jamais retornamos à memória original. Toda memória seria sempre memória da memória, haja vista que ela se interliga de maneira inseparável às impressões apreendidas pela percepção a qual nos mantém em contato permanente com o mundo ao nosso redor. E esta, em seu devir infindável, estaria permanentemente apresentando novos acontecimentos, novas situações, novas experiências e, por extensão, outras formas de analisar e refletir acerca do que nomeamos por real. Para expressar graficamente a inseparável relação entre a memória e a percepção, esse autor se utiliza de uma figura geométrica em forma de cone. A base do cone representaria a memória, enquanto as retas que se estendem da base ao vértice representariam a percepção. Dessa forma, a memória e a percepção são indissociáveis e não seria possível a percepção pura, nem tampouco a memória pura. Em todo ato de percepção estariam presentes as marcas da memória, porém também todo relembrar carrega as marcas, os signos, os sinais do presente, apreendidos pela percepção em permanente contato com o mundo exterior. Por essa razão o relembrar estaria marcado pelas impressões e experiências do presente. Afinal, o vértice do cone é considerado o ponto de contato da percepção com o mundo exterior, sinônimo de constante movimento e mudança. O *élan* vital pensado por Bergson, que, de certa forma, o torna um autor sobre o qual Gilles Deleuze irá dedi-

car um livro, *Bergsonismo*, numa época em que aquele filósofo ainda era criticado como idealista, tornar-se-á uma leitura muito cara a mim. O estudo desses autores ajudou a repensar a crítica dos historiadores ao uso da memória como fonte; pois assim como cada um "teoricamente" opera um ressignificar constante das suas memórias, a historiografia institui uma reescrita e uma releitura constante de obras, acontecimentos e documentos a partir das novas experiências sociais, culturais, políticas, bem como em face de novas abordagens teóricas e/ou a descoberta de novos documentos no presente. Portanto o movimento de releitura e ressignificação das memórias individuais e coletivas, como da própria historiografia, são intermináveis. Passei então a argumentar com esses críticos da volatilidade da memória que também a história, os documentos, as obras, nossos escritos são alvo dessa "denominada" volatilidade, afinal tudo que é sólido desmancha no ar.

A questão do real

Todo esse percurso até então narrado, à medida que instituía algumas respostas às questões metodológicas referentes à memória e à história, remetia a outra problemática, poder-se-ia dizer, muito mais radical, ou seja, a relação entre o documento e a realidade. E, nesse momento, dois outros autores, duas outras leituras, irão direcionar o trabalho e obrigar-me a operar escolhas. Refiro-me primeiramente (sem ordem de importância) ao livro *Relações de força*, de Carlo Ginzburg (2002, p. 44-45), em que ele afirma não existir mais a ingenuidade de pensar que o documento seria um reflexo do real, mas a possibilidade de considerar "as fontes como construção, porém não incompatível com a prova". No polo epistemológico inteiramente oposto estava o livro *Isto não é um cachimbo*, de Michel Foucault (1988). Esta obra provocou um grande impacto em mim, pois definitivamente me fez repensar como a ordem da linguagem não se reduz à ordem das coisas, ideia com a qual já vinha trabalhando por meio de outras leituras. A frase "Isto não é um cachimbo", escrita

por René Magritte, em seu quadro que tem acima o desenho de um cachimbo, é o ponto de partida de uma travessia de desconstrução da perspectiva de pensar que os significados advêm do mundo ou do que durante anos denominamos realidade concreta; ou, como foi amplamente discutida por Saussure (1970), a relativa autonomia da linguagem em relação à realidade, em que a relação entre o significante e o significado é arbitrária. Somos nós, por meio de nossas redes sociais, que construímos e significamos o mundo. Em outros termos, vivemos nos discursos que acreditamos, ou aprendemos a acreditar como verdadeiros por meio de nossas redes sociais e culturais. O real é o que e como aprendemos a significar o mundo ao nosso redor. Ou ainda como observa Foucault (2002, p. 35-36):

> É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem: mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de um "polícia" discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.

Esse princípio seria uma das razões dessa luta "ensandecida" pelo domínio da historia, pelo domínio da memória, pelo controle do que é o real, os acontecimentos, o passado e, por extensão, o presente e o futuro e de como significá-los.

Essa opção metodológica – também nomeada construtivista – levou-me a ser acusado de ceticismo histórico, de solipsismo e ainda de transformar o real em jogos de linguagem. No entanto, outros três autores ajudaram a, pelo menos provisoriamente, seguir essa trilha, aqui brevemente delineada. Por um lado, o psicanalista Garcia-Roza (1991, p. 31), quando em seu livro *Introdução à metapsicologia freudiana* afirma que em nosso primeiro ano de vida:

A percepção não oferece objetos com os quais a palavra vai se articular para obter seu significado. A percepção pura e simplesmente não

oferece objetos. Aquilo que ela recebe do mundo não são imagens de objetos, mas imagens elementares (visuais, táteis, acústicas) que vão constituir o complexo das associações de objeto. Essas associações de objeto, por si mesmas, não formam uma unidade, não formam um objeto; é apenas na relação com a representação-palavra que essa unidade vai surgir. É a palavra que constitui o objeto como objeto. Portanto, o que fornece ao objeto seu significado, e *a fortiori* sua unidade, não é a coisa externa, mas a articulação da associação de objeto com a palavra.

Por outro lado, aquilo que na escrita de um psicanalista adquire foro de uma teoria epistemológica a partir da obra freudiana, no relato de um neurologista que narra casos excepcionais de sua experiência clínica, adquire contornos de uma experiência clínica oftalmológica. O Dr. Oliver Sacks narra o caso de um jovem, Virgil, que ficou cego aos 6 anos e após uma operação de catarata aos 50 anos voltou a ver: "Mas o que viu não tinha qualquer coerência. Sua retina e nervo óptico estavam ativos, transmitindo impulsos, mas seu cérebro não conseguia lhes dar sentido: estava, como dizem os neurologistas, agnósico" (SACKS, 1995, p. 129).

Em outros termos, não vemos com os olhos, mas com os significados processados em nosso cérebro. O olho é o condutor sensível das impressões exteriores, que só permite formar ou reconhecer uma imagem se o significado foi anteriormente construído por meio da linguagem.

Parecia-me assim que por meio desse percurso filosófico, psicanalítico e neurológico não havia mais como duvidar que percebemos aquilo que denominamos real não como ele se apresenta, mas por meio do universo de significados que a cultura possibilita interiorizar, e qualquer certeza de verdade que desejamos defender sobre o mundo que nos cerca não advém da realidade exterior de forma pronta e acabada, como a ciência clássica, cartesiana, newtoniana, galileana havia ensinado. Ao mesmo tempo, parecia-me que trabalhar historicamente nessa perspectiva não significava reduzir todo

o conhecimento a um jogo linguístico, ou ao relativismo solipsista, como se a ordem da verdade estivesse reduzida a um capricho individual. A ordem da verdade é da ordem da cultura, ou ainda como afirma Geertz (1995, p. 14): "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu".

De certa forma, é a partir dessa perspectiva de que as pessoas estão significando, organizando, explicando o mundo com os referenciais que interiorizam por meio da sua rede social, em sintonia com os sinais ou signos que captam do mundo a sua volta, que de certa maneira analiso duas reportagens jornalísticas que tratam de um mesmo tema ou objeto, o Nordeste no final da década de 1950 e início de 1960.[10] O que me marcava de maneira radical nessas duas reportagens era talvez o fato de que elas se apresentavam a minha escrita em um período em que digladiava intensamente por meio de leituras, aulas, debates com a questão do real e a produção dos documentos. Estava diante de duas séries documentais (publicadas na imprensa) que construíam, produziam, significavam uma região – o Nordeste – num mesmo período histórico, de forma inteiramente diversa. Essa documentação me projetava irremediavelmente para a reflexão acerca do tema "Verdade e Poder" que Foucault desenvolve em entrevista a Alexandre Fontana, publicada na *Microfísica do poder* (1979, p. 13), em que afirma:

> Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.

10 A análise detalhada dessas duas reportagens foi publicada na Coleção Brasil Republicano 3, *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (FERREIRA; DELGADO, 2003).

As duas reportagens, muito bem construídas, articulavam informações estatísticas, depoimentos diversos, fotografias, mapas, o que lhes dava o poder de produzir um enorme efeito de verdade, embora inteiramente oposto.

A primeira série foi escrita por Antonio Callado para o jornal do Rio de Janeiro *Diário da Manhã* e alcançou grande repercussão na opinião pública, reproduzida em diversos jornais, nas Assembleias Legislativas de vários estados e também na Câmara Federal. Além de denúncias sobre como os latifundiários transformam a seca em um grande negócio, é por meio desses textos que se institucionaliza a expressão "indústria da seca". Poder-se-ia dizer que o debate promovido por Antonio Callado em suas reportagens, escritas após viagem pelo Nordeste, polariza de Norte a Sul do país os setores que defendem o *status quo versus* aqueles segmentos que defendem reformas sociais, políticas e econômicas. Naquelas décadas, como é bastante conhecido por meio da literatura do período, essas duas forças eram nomeadas respectivamente de direita e esquerda. Callado encerra sua série de reportagens narrando a experiência das Ligas Camponesas e a atuação de Francisco Julião, que, como advogado e deputado, vem ajudando a fundar novas Ligas nos estados do Nordeste e de outras regiões. Para o jornalista, esse movimento poderá se tornar um ponto de partida para que o trabalhador rural do Nordeste deixe a condição de escravo: "O Nordeste tem um grande, imenso caso de polícia, que é exatamente seu tratamento do lavrador, lá ainda muito mais escravo do que homem livre" (CALLADO, 1960, p.5 7-58).

Numa direção inteiramente contrária à reportagem de Antonio Callado encontra-se o texto escrito pelo jornalista Tad Szulc para o New York Times, em outubro de 1960. Enviado a Pernambuco, ele produz uma longa reportagem que, diferentemente de Callado, aponta esse estado e o Nordeste como se constituindo em um grande perigo para o Brasil, para os EUA e para o continente. Isso porque seus trabalhadores rurais liderados pelas Ligas Camponesas defendem a reforma agrária na lei ou na marra, podendo a qualquer

momento ter início um levante comunista que facilmente se alastraria por todo o país. E a situação ainda se torna mais grave em face da disposição do governo, entenda-se a prefeitura e o estado possuírem diversos postos-chaves ocupados por comunistas. O prefeito era do Partido Socialista, e o governador, embora um usineiro, para conseguir se eleger, teve que ceder muitos cargos aos comunistas em secretarias e órgãos públicos.

De que forma ler essas duas reportagens, que, mesmo tratando de um único tema, acerca de uma mesma região, no mesmo período de tempo, instituíam realidades paradoxalmente diversas? Em primeiro plano, poder-se-ia dizer que elas produzem duas realidades marcadas de significados inteiramente distintos. E, portanto, produzem distintos efeitos de verdade. No entanto, a verdade dessas reportagens não seria mais analisada por mim a partir de referenciais externos ao discurso que enuncia e que o valida, mas da perspectiva da rede social, política e cultural em que é produzido.

Por outro lado, embora não tenha sido alvo de minha pesquisa um estudo da recepção dessas reportagens, percebe-se, pelo livro publicado posteriormente, que essa série de reportagens foi amplamente divulgada. Nele consta a reprodução dos inúmeros jornais que republicaram os textos de Callado, assim como os incontáveis discursos a favor e contra nas inúmeras Assembleias Legislativas dos estados e mesmo na Câmara e no Senado.

A reportagem de Tad Szulc talvez tenha se somado aos relatórios que o consulado dos EUA enviava a Washington por meio de agentes da CIA que trabalhavam como funcionários daquela instituição, e seu efeito foi registrado por Joseph A. Page no livro *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Também ainda como efeito da ameaçadora onda comunista que partia do Nordeste para dominar o Brasil, como afirmava Tad Szulc naquela reportagem, o governo dos EUA tenha enviado Edward Kennedy em agosto de 1961 a Pernambuco. Ele foi pessoalmente ao engenho Galileia, considerado a sede da primeira Liga Camponesa, e, depois de conhecer

as condições de vida dos trabalhadores, perguntou a estes o que mais necessitavam. A resposta foi: energia elétrica. Alguns meses depois, chegava à Galileia um gerador de energia (PORFÍRIO, 2009).

No golpe de abril de 1964, o exército cercou o engenho Galileia, prendeu e interrogou os moradores, procurando armas que dizia existirem – e com as quais acreditava que os moradores fariam a revolução –, como documentou Eduardo Coutinho em *Cabra marcado para morrer*.

Esses percursos relatados se somam a uma aprendizagem cotidiana, pois somos cercados por uma avalanche de histórias que se apresentam e são anunciadas como evidentes. Desfazer-se da ideia de causa, de sujeito (enquanto indivíduo ou classe), de essência e mesmo de um fim teleológico para a história, significa, para mim, um exercício permanente. Sobretudo porque exigi um desconstruir de práticas culturalmente dominantes.

Referências:

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*: revista da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. *O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Brasil Republicano, 3).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga Almeida Sampaio. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARCIA-ROZA, Luiz A. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. v. 2.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória*: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução:* Pernambuco (1959-1964). Recife: Editora da UFPE, 2009.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*: revista do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

SACKS, Oliver. *Um antropólogo em Marte*: sete histórias paradoxais. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970.

3. Subjetividade e história oral: possíveis interações na autorização de cessão de uso de relatos

Marcos Fábio Freire Montysuma

Este ensaio é um diálogo ampliado com a minha própria experiência de pesquisa no campo da História. E, de pronto, já alerto ao leitor a respeito dos clichês reinantes que rotulam e/ou enquadram o conteúdo elaborado sob um determinado prisma, delegando um *status* fora de seu contexto ou intenção. Chamo a atenção que pelo enredo que a escrita toma não se trata de um texto conhecido apenas e tão somente como um "memorial". Na verdade, trata-se de uma escolha, porque defendo a ideia de uma prática de pesquisa militante, uma vez que estou envolto nas questões de meu cotidiano. Minha formação acadêmica contribuiu para uma prática em pesquisa que caminha nesse sentido, conforme espero deixar claro através das ideias que aqui seguem. O itinerário que tomarei se baseia em três momentos de minha vida acadêmica, e somente.

Desde o período da graduação em História, na Universidade Federal do Acre, ouvia alguns professores falarem de uma dada objetividade histórica, de uma objetividade científica, amparada na ideia de que ao pesquisador caberia a responsabilidade de assistir aos acontecimentos de maneira neutra, sem envolvimentos, sem emoção. Era como se fosse possível ao historiador ficar numa arquibancada assistindo, de fora, à história acontecer, comparando mal, seria como assistir a um desfile de escola de samba ou algo semelhante. Quando fiz o mestrado em História, na Universidade Federal do

Rio de Janeiro, ao preparar o projeto de pesquisa, fui ainda ensinado que estudar os seringueiros da Amazônia brasileira das décadas de 1960, 1970 e início de 1980 não passava de sociologia, pois não teríamos fontes e metodologias para estudar essas questões e suas temporalidades.

Tais perspectivas me incomodavam porque não via a menor possibilidade de discutir uma temática sem paixão, sem cumplicidade. Depois me emocionei ao apresentar um seminário no doutorado (PUC/SP), fiquei com a voz embargada, em silêncio por alguns instantes. Quando consegui expressar-me pedi desculpas por discutir o viver de seringueiros de modo tão apaixonado. A professora Maria Odila Dias imediatamente tomou a palavra e disse: "Só vale discutir História com paixão!". Essa postura (deveras diferente das anteriores) fez-me compreender que podemos trabalhar sem sofrer, discutindo tudo que bem entendermos, bastando para isso nos comprometermos em deixar claro, de modo coerente, como construímos o referencial teórico-metodológico que sustenta as nossas buscas.

Acredito no trabalho que me empenho a realizar, por contar com o apontamento claro de como atuo no momento da pesquisa, do início ao fim. No contato com as pessoas, tomo sempre o cuidado de deixar bem claro o que orienta minhas ações naquela empreitada. Falo das minhas intenções quando as procuro, lhes comunicando quanto à importância de receber seus relatos/entrevistas/memórias para constar de uma pesquisa. E para isso conto com a certeza do envolvimento dessas pessoas, porque por algum motivo a minha presença e a de meus colegas naquele lugar lhes servem para algo. Daí por diante creio que estabelecemos uma cumplicidade que possibilita o desenrolar do trabalho, de modo a atender às variadas expectativas ali postas. Portanto, não vejo nenhum problema em assumir *paixões* na prática da história oral.

A partir dessa perspectiva anunciada acredito haver uma responsabilidade política de nossa atividade para com a sociedade de nosso tempo. Por esse motivo me envolvo na discussão histórica

situada da *História do tempo presente*. Nesse campo, compartilhamos ideias que apontam para a discussão de questões rotineiras, cotidianas, algumas vezes instigantes ou nem tanto, dadas como presentes na vida dos sujeitos, que perduram na memória das pessoas. E que, por um olhar questionador, o pesquisador se lança no seu encalço, problematizando aspectos da vida ordinária, corriqueira, da cultura. Compreendemos que são as inquietações do presente que movem as pessoas na busca da solução dos seus problemas. Logo, com elas compartilhamos experiências e nos vemos envoltos em ações coparticipantes, não tendo assim como fugir à responsabilidade nos processos com os quais interagimos.

É por meio dos olhares questionadores lançados pela janela da história que buscamos alcançar respostas que nos satisfaçam, dividindo a construção da dignidade com as pessoas. E de muitos modos, procurando tornar seus dias confortáveis com versões do (seu) passado que lhes satisfaçam e com as quais consigam conviver em paz. E, dando visibilidade às pesquisas que vimos realizando, ao abordarmos o cotidiano das pessoas, consideramos discutir uma historicidade das ações desses sujeitos, através das tramas nas quais estes se envolvem. É isso que vislumbro através do trabalho que realizo. Logo, o que faço na pesquisa me situa numa dimensão política do meu tempo, em comprometimento com os meus pares, com a sociedade, com os povos com quem trabalho. Nessa prática, não vejo como não questionar aspectos da minha história de vida – acadêmica –, buscando decompor um quadro de *verdades* calcificadas por determinadas teorias imutáveis, em que a sisudez do distanciamento científico se encarrega de destituir os sujeitos da interação histórica.

Quando ainda no mestrado, pesquisando o confronto entre brasileiros e bolivianos, no início do século XX, encontrei um documento elaborado pelo engenheiro e seringalista Gentil Tristão Norberto, que, após sofrer derrota militar, relata de próprio punho as formas que os brasileiros deveriam adotar para impor uma derrota aos bolivianos. Ali apontava a necessidade de impedir o abastecimento de

água e de gêneros alimentícios bem como interceptar a entrega de materiais bélicos e a troca de correspondências. Após dez laudas de recomendações e conselhos, que mostravam como derrotar os oponentes, o *Diário militar* (NORBERTO, 1901) é encerrado mediante o compromisso dos brasileiros de não mais pegar em armas, nem semear a discórdia contra os bolivianos.

Através do fragmento acima, temos uma referência clara a uma ucronia na história, tal como nos faz lembrar Portelli (1993). O "se" que *dizemos* não existir em história estava assentado num documento depositado no acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty. Então, quando ouço comentários que desqualificam a história oral, acusando-a de ser parcial, fragmentária, comprometida com um lado, lembro-me sempre desse documento parcial, fragmentário e comprometido com um sentimento. Passados mais de dez anos da referida pesquisa, aplaquei minhas dúvidas por entender que a história tem (ou está prenhe de) documentos fragmentários, parciais a nos provocar. Logo o trabalho de história elaborado através da chamada história oral envolve uma ideia de pertencimento com os sujeitos, com o tempo do historiador, mesmo quando a pessoa que realiza a pesquisa não perceba suas ações. Essas *condições* ficam claras quando ocorre a escolha do objeto pesquisado. Não me aflige que determinados setores ignorem essas *condições*, porque seriam imbuídos de *um* distanciamento científico, um ato de estar fora a equacionar suas fórmulas pela adoção de referências aparentemente universais de análise, que espelham também um pertencimento.

A professora Yara Aun Khoury, ao discutir diversidade cultural e inclusão social, durante o VII Encontro Nacional de História Oral, na cidade de Rio Branco, em 2006, apresentou uma sugestão do que entendia ser a nossa responsabilidade como historiadores nos dias atuais. Na seguinte passagem:

> Penso ser importante discutirmos essa questão atentos ao atual momento político e às responsabilidades sociais que temos nesse processo, como profissionais e como cidadãos.

> Como historiadora, falo de um lugar que afirma a profunda relação entre história e vida e a figura do historiador como homem do seu tempo. Eu e o grupo com o qual me alinho procuramos retirar a história do campo da erudição neutra e da mera especulação do passado, trazendo-a para o campo da política. Colocamo-nos o desafio de superar um pensamento único; admitir e destrinchar as questões da diferença, da diversidade, da multiplicidade, da pluralidade, sem negar a contradição e o conflito; o desafio de buscar ver essas diferenças e essa diversidade engendradas por um embate de forças sociais, de campos que se opõem ou se complementam. [...] Nessa trajetória interessa-nos investigar processos sociais, lugares, momentos, grupos e coletividades, observando as relações sociais vividas, o lugar que diferentes sujeitos históricos ocupam nessa experiência, compreendê-los em sua singularidade. (KHOURY, 2006, p. 1).

Acredito ter oferecido através da citação uma possibilidade de compreensão de minhas abordagens na pesquisa de campo. Se não, vejamos: as pessoas que você conhecerá logo mais, ao longo deste texto, não se situam num dado campo de domínio hegemônico, atuando na sociedade ou exercendo poderes proclamados pelo ideário republicano na contemporaneidade liberal/neoliberal capitalista, com acesso universal aos serviços prestados pelo Estado burguês. Estado este que é cantado em prosa e verso, inclusive por setores intelectuais que acreditam numa república *justa*, *universal*, sem predileções; que é acessível a todos indistintamente. Muito pelo contrário, as pessoas com as quais interagimos se envolveram em lutas pela sobrevivência a todo instante de suas vidas. Muitas delas estiveram sob a mira das armas de pistoleiros ou de policiais, ou de ambos ao mesmo tempo.

Logo, a pesquisa que realizamos com a história oral enxerga esses setores e sujeitos, compreendidos como marginalizados/excluídos/ignorados, exercendo poderes singulares para reivindicar e conquistar seus direitos. Inclusive intermediando com o pesquisador,

de modo claro e objetivo, as condições sob as quais concederiam a entrevista para incluir em nossa pesquisa. E, uma vez mais, provocado pela professora Yara Aun Khoury, sinto-me integrado ao seu campo de compreensão de uma responsabilidade social, assim como também do exercício da cidadania através da prática de pesquisa histórica que realizo.

Vejamos o primeiro relato selecionado, realizado com Dercy Teles, mulher que exercia a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri pela segunda oportunidade, no período de 2006 a 2008. Vale lembrar que fora presidente anteriormente, apoiada por Chico Mendes. Quando perguntada se autorizava gravar a entrevista e se poderíamos usá-la em nossa pesquisa, escrevendo e publicando textos, respondeu nos seguintes termos: "Olha Marquinho, eu autorizo, desde que o produto final nos seja devolvido! Né?" (MONTY-SUMA; CRUZ, 2006).

Dercy Teles não usa subterfúgios, faz um discurso direto, vai ao cerne do que entende constituir o seu problema principal na relação com os pesquisadores que se dirigem a Xapuri às dezenas a cada ano. Autoriza o uso de seu relato, mas exigindo que façamos a devolução do produto final daquele trabalho, que compreende tanto os relatos acumulados quanto os textos publicados que se utilizam do conteúdo de seus discursos. E ainda complementa com um "né?!", em tom interrogativo exclamativo, convocando à reflexão sobre a nossa responsabilidade de lhes devolver o resultado daquele trabalho, por uma simples questão de justiça, de direito a que têm de também usufruírem de seus resultados. Cremos também na ideia de que não é ético, nem justo, haver algo escrito sobre a pessoa sem ela ter o domínio daquilo que foi publicado. O início de seu relato é muito perspicaz, porque ao nomear-me de Marquinhos insinua certa proximidade, por conhecer-me de fato de muito tempo atrás, desde o período em que trabalhei naquele sindicato, como assessor, nos idos dos anos de 1980, e desse modo os companheiros me tratavam. Mas, ainda assim, resguarda o devido distanciamento pronunciando as

condições sob as quais concederia seu relato. E é justo que opere nessas condições. Prossegue explicando o que vem ocorrendo e por que age nos termos que foram versados:

> Porque ao longo desses anos, principalmente depois da morte do Chico Mendes, a gente já fez vários trabalhos dessa natureza. Centenas de entrevistas que a gente já tem dado e a gente não tem o produto final desse trabalho, porque é interessante a gente ter aqui. Né?[11]

Por intermédio de sua fala acompanhamos a expressão de uma *estrutura de sentimentos* presente nos seringais de Xapuri. Seu conteúdo está pleno de um sentido de pertencimento a uma cultura das florestas, nos remetendo à experiência constituída nas práticas do fazer cotidiano. Esse fazer cotidiano é objeto do olhar *admirado* do *outro*, que para lá se dirige na busca do novo ou do que é eleito como tal, dentro do campo dos significados de defesa ecológica preservacionista das florestas tropicais. Essa "corrida" se dá em razão da figura de Chico Mendes e de seus companheiros, que lutaram contra fazendeiros e outros instrumentos utilizados pelo Estado para *manter a ordem*, contra quem saíram vencedores, conquistando as reservas extrativistas e invertendo a ordem jurídica, após longos anos de confronto. O tempo marcado pela sindicalista é longo, conforme ela própria diz: "ao longo destes anos". Entendemos que assim se expressa como marca da sua consciência de si na história, na história da militância política de seu sindicato. Ela refere-se ainda ao tempo do depois, por certo o mais procurado pelos pesquisadores, remontando ao período das grandes derrubadas das florestas. Era no tempo das grandes mobilizações de seringueiros sob a liderança de Chico Mendes à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Por isso marca "principalmente depois da morte do Chico

11 Entrevista realizada com Dercy Teles, em Xapuri, em 2006, por Marcos F. F. Montysuma e Tereza A. Cruz. Faz parte do projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq, "Visões de gênero na utilização dos recursos ambientais na Amazônia: uma ponte entre o Acre e o Tocantins (1964/2006)".

Mendes" como o tempo em que mais passaram a conceder entrevistas, as quais não retornam para seus domínios. Vem daí a justificativa de sua atitude registrada nos seguintes termos:

Porque é interessante a gente ter aqui a nossa história registrada e a gente também dispor dela, pra gente lembrar de alguns fatos que passa na vida e depois a gente só lembra no momento como esse, que tem alguém suscitando essa lembrança, do contrário passou, tá passado e gente só vivendo o presente, e acaba esquecendo alguma coisa da história de si próprio. Por isso é importante ter uma cópia desse produto final.[12]

Por um lado, o ideário de luta desses sujeitos em defesa de suas culturas é convertido em um instrumento útil, com um conteúdo *administrável* pelos setores sociais que dominariam o conhecimento acadêmico. Estes, de posse das *informações*, submetem tudo aos seus interesses, garantindo a sua própria projeção, sendo elevados à categoria de cientistas engajados, eventualmente, nas lutas preservacionistas, por estarem realizando pesquisas/entrevistas com os seringueiros. Mas depois saem de Xapuri sem *deixar nada* para as populações locais. Ainda mais, levam consigo conhecimentos das culturas das florestas úteis aos seus propósitos aprisionando ainda mais as experiências, as memórias e as histórias relativas aos passados e aos espaços que conhecem e vivem. Nunca mais voltam para dar satisfações dos escritos publicados. Por certo, as elaborações resultantes de tais contatos possivelmente comportariam ou seriam passíveis de censura pelo simples fato de os seringueiros não concordarem com o que foi escrito sobre o conteúdo que transmitiram. Por isso Dercy Teles reivindica a devolução do produto final, para manter sob o seu domínio e de seus companheiros as memórias registradas, guardadas no seu lugar de origem, para não serem lembradas somente quando discutidas por pessoas de fora. Dercy pleiteia o

12 Entrevista realizada com Dercy Teles. Ver nota 12.

domínio de suas memórias para significar a sua história, numa atitude protagonista do exercício de elaboração. Assim fazendo acaba discernindo papéis, deixando de ser alvo útil da elaboração do outro de um modo passivo, apenas como fonte, como *informante*. Entendemos, e com justa razão, que quer ela própria ser a pessoa a discutir e a *reinventar* a sua própria história e a de seus companheiros, atuando e compartilhando o exercício social criativo.

Com base nessa mesma compreensão, foi recepcionada a fala de Dona Raimunda Gomes, líder fundadora da Associação das Quebradeiras de Coco, na região do Bico do Papagaio, no Tocantins. No momento da entrevista, não mais desempenhava um mandato político na diretoria, mas mantinha expressiva liderança junto às suas companheiras. Ela, quando questionada se nos autorizava a utilizar seu relato, falou nos seguintes termos:

> Olha, eu autorizo sempre essa nossa história. É em qualquer relato, em qualquer filme, porque nós fomos sempre escondidas, no Maranhão, no Piauí, no Pará, em vários lugares deste país, principalmente no Maranhão, que é o principal lugar que as companheiras mais quebravam coco. Tem companheira aí que quebra coco no Tocantins, mas vieram do Maranhão... Aí essa história é bom que ela seja divulgada.[13]

Dona Raimunda[14] nos autoriza a usar o seu relato porque está ela também situada numa *estrutura de sentimentos* e integrada num pertencimento de responsabilidade coletiva na construção da história das mulheres quebradeiras de coco. Por isso fala que autoriza "sempre essa nossa história". Essa formulação aponta para a proximidade do pertencimento da/na história construída/vivenciada por

13 Entrevista realizada com Raimunda Gomes, em São Miguel do Tocantins, em 2007, por Marcos F. F. Montysuma. Faz parte do projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq, "Visões de gênero na utilização dos recursos ambientais na Amazônia: uma ponte entre o Acre e o Tocantins (1964/2006)".

14 Líder das quebradeiras de coco em São Miguel do Tocantins, Tocantins. Fundadora do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e membro da diretoria do Conselho Nacional dos Seringueiros (MONTYSUMA, 2006).

ela e por suas companheiras, aquelas que "*foram sempre escondidas*" pelos interesses de toda ordem. Dona Raimunda fala da construção de uma invisibilidade das mulheres quebradeiras de coco e toda e qualquer forma de dar visibilidade a elas lhe ocorre ser bem-vinda. Por isso nos autoriza. Ela assim como suas companheiras e seus familiares dirigiram-se para a região, principalmente aquelas oriundas do Maranhão, vem daí o destaque para "*essa história*", a história dessas mulheres protagonistas, visto terem sido elas as que enfrentaram jagunços. É "essa história", a vivida por elas, porque não é outra, elas não querem, não admitem que seja *outra*, por isso reivindicam e autorizam que seja divulgada. Desse modo, assinala-se que tal processo ocorreu marcado pela perseguição no tempo dos "conflitos de terra", conforme rememora no trecho seguinte:

> Porque em [19]79 eu já imaginava isso com as companheiras quando cheguei aqui. Quando chegamos aqui, era em cima dos conflitos de terra muito grande que existia aqui... que eram terras, que eram ocupadas pelo povo há muitos anos. Desde [19]40, [19]50 o pessoal já migrava do Ceará, Maranhão, Piauí, de todo lugar... Porque a vida lá pra fora já tava ruim, e começaram a tomar... Estas terras aqui eram muito boas.[15]

Era o tempo marcado pelos conflitos, porque a terra era boa, era boa para plantar, como falam os agricultores. Mas a mesma terra era também objeto de cobiça dos fazendeiros, que queriam aqueles espaços para plantar pastos utilizados na pecuária. Por isso Dona Raimunda pontua de modo singular, no relato de suas experiências, o período agudo dos conflitos motivados por disputas de terras. Sua *formação política* se coloca no fazer cotidiano, no calor da hora das ações, que exige dela e das companheiras uma atitude rápida para frear o avanço de jagunços, da polícia, enfim, para assegurar a estabilidade e a vida aos seus familiares. Mas, ainda que relate a importância da luta pela conquista da terra, ela também *adere*, ou se vê

15 Entrevista com Raimunda Gomes. Ver nota 14.

pertencente a outra categoria de ativistas políticos, qual seja, a de *extrativistas*, filiando-se a outro grupo liderado por Chico Mendes. A categoria de extrativistas não está posta nessa parte de seu discurso, só apareceria mais tarde. Mas aqui ela já dá um preâmbulo do que viria mais à frente. Seu discurso ganha esse contorno porque, ao discutir os conflitos agrários, aponta para outras dimensões, dentro de outras temáticas circunscritas no presente. Ou seja, a categoria *extrativista*, e *extrativista* como sinônimo de preservacionista do meio ambiente, é uma construção de significados no presente. Vejamos:

> Quando foi de [19]74 pra cá começaram os conflitos de terra, nessa região, e a gente lutava pela terra e a gente não falava que lutava pela sobrevivência do babaçu, que a gente não falava que lutava pela preservação do meio ambiente, porque a gente tinha mais necessidade da terra, que era uma questão fundiária. E a gente não via que lutava também pela preservação do babaçu, porque a gente sem terra, com as terras tomadas a gente era pobre. A gente não via que tava mais abaixo da linha da pobreza porque as terras tinham sido tomadas e a gente não tinha onde trabalhar, nem tinha terra da gente nem dos outros pra trabalhar. E nisso não tinha como preservar o meio ambiente porque não tinha terra.[16]

A dimensão atribuída por Dona Raimunda à luta das mulheres pela conquista da terra, reconhecidamente, centrava-se na conquista da terra em si, *ignorando* o babaçu como instrumento pelo qual elas se vinculavam à terra. E assim se vinculavam àquela terra, e não a outra terra, porque nela havia babaçu. Terra por terra, em tese qualquer uma bastaria, mas não: é aquela terra que tem o babaçu. Mas Dona Raimunda, ainda assim, destaca: "a gente lutava pela terra", porque, antes de tudo, reconheciam-se como agricultores. Naquela cultura, cabe aos homens produzir os gêneros alimentícios e cuidar das plantações da mandioca, do milho, do arroz e demais produtos.

16 Entrevista com Raimunda Gomes. Ver nota 14.

Mas são as mulheres que enxergam as terras ricas em babaçu e apontam para a terra boa para a família ocupar. Vem dessa compreensão uma dimensão de lutar pela conquista de determinado espaço de terra. O parâmetro que orienta a luta pela terra pressupõe existir o babaçu. Mas, para as mulheres, naquele momento, não havia a consciência quanto ao uso dos recursos do ambiente, o babaçu como tal não era cogitado como um instrumento que constituísse conteúdo para elaborar o argumento que possibilitasse lutar por sua preservação. E, nesses marcos, a terra lhes pertenceria por uma relação de caráter cultural com aquela espécie de palmeira. Mas não é por esse entendimento que elaboram suas reivindicações. A luta é para saírem da linha da pobreza e a conquista da terra lhes possibilita tal superação.

Mas, ao lutarem por aquela terra, mais tarde tomariam conhecimento da luta dos seringueiros de Xapuri, que se mobilizavam em defesa da preservação das florestas que continham seringais. Dona Raimunda e suas companheiras também se perceberam atuando em defesa do babaçu. Mas, inicialmente, não perceberam que conquistando a terra, que continha o babaçu, também preservariam o meio ambiente. Só transcorrido determinado tempo que tal sentido lhes pareceu tão óbvio, a partir daí envidarão esforços para que essa condição seja reconhecida e se empenharão na organização política da categoria de mulheres extrativistas quebradeiras de coco.

Não é demais lembrar que as pessoas haviam chegado à região do Bico do Papagaio, no estado do Pará, oriundas de outros estados do Nordeste, já expulsas pelas parcas condições materiais e sociais de sobrevivência a partir das décadas de 1950 e 1960. Ali constituíam posse das terras devolutas e, com o passar dos anos, principalmente a partir da década de 1970, fazendeiros chamaram para si a condição de *donos* da terra, questionando a posse daquelas famílias extrativistas.

Vem desse período a luta pela terra na região. Mas Dona Raimunda percebe que a prática extrativista do babaçu, que lhes asse-

gura alimento, produção de sabão, óleo e até de moradia, exigia das mulheres cuidados excepcionais com a palmeira do babaçu. Falo das mulheres porque são elas que se dedicam integralmente à sua manipulação. É através das suas mãos que se transmite a cultura extrativista do babaçu. Porque dominam todo o manejo, manipulam o fruto para produzir receitas de toda ordem, que resultam em óleo, sabão, e tratam as palhas da palmeira para cobrir e cercar casas. Em suma, conhecem as estações e os meios para tornar o babaçu útil em seus cotidianos. E assim significou:

> Então por isso é importante isso ser divulgado, principalmente dentro da universidade, porque dentro da universidade os estudos é completamente distorcido da realidade da vida da gente. Já falei isso dentro da universidade de Piracicaba, onde eu tive, e na Universidade do Rio Grande do Sul, na UNB [...][17]

Então, essas mulheres "escondidas", tal como relatado por Dona Raimunda, têm uma história para ser conhecida. Foi por esse motivo que autorizou o uso de seu relato destacando que "é importante isso ser divulgado". Agora, caro leitor, veja o escárnio que se abate sobre nós, os *pesquisadores*, que mantemos contato com essas populações. Em seu discurso, ela autoriza o uso desse conteúdo, para ser divulgado, por uma razão, conforme frisou: "principalmente dentro da universidade, porque dentro da universidade os estudos é completamente distorcido da realidade da vida da gente". Com isso a entrevistada dá a devida dimensão do quanto são vítimas em *nossas* mãos, por aquilo que somos capazes de produzir, distorcendo os ricos relatos que nos chegam. Temos, nesse trecho, a mais contundente crítica ao trabalho que nós, os *pesquisadores*, realizamos com esses povos. Seja em Xapuri, seja no Bico do Papagaio ou qualquer outro lugar, temos a capacidade de elaborar, com o material adquirido, as mais espantosas teorias e interpretações que não lhes satisfazem, que não

17 Entrevista com Raimunda Gomes. Ver nota 14.

lhes agradam, que deturpam, corrompem, distorcem a sua realidade. E Dona Raimunda, uma mulher que não foi à universidade, percebe isso e se posiciona criticamente. A seu modo, nos confia uma oportunidade para dar outros rumos à sua história, que de certo fora deturpada por outras pessoas, em outras oportunidades.

Retomando as questões iniciais, temos então que tanto a minha história de vida quanto aquelas situações encontradas nas pessoas com as quais venho interagindo possibilitam exercitarmos as práticas em nosso ofício. Tanto Dercy quanto Dona Raimunda nos provocam a pensar numa militância comprometida, política e eticamente, com maneiras de nos comportarmos na relação com o *outro*, a considerar a subjetividade intermediando as negociações postas na ordem do dia. Porque nos autorizar a usar um relato não pressupõe apenas a permissão ao pesquisador para poder usá-lo livremente, mas, acima de tudo, envolve comprometer-se com a manutenção de um sentido, aquele dado pela pessoa que fala. Afastar-se dele significa corromper o conteúdo que expressa a cultura e os sentidos políticos da fala do outro. Dercy e Raimunda estão de prontidão para essas dimensões da subjetividade na história oral. E, no fundo, tudo que elas mais querem é manter o domínio a respeito do que se escreve sobre as suas histórias.

Referências:

KHOURY, Yara Aun. *Diversidade cultural, inclusão social e a escrita da história*. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 14., 2006, Rio Branco, Acre. Texto digitado.

MONTYSUMA, Marcos F. F. *Projeto visões de gênero na utilização dos recursos ambientais na Amazônia*: uma ponte entre o Acre e Tocantins (1964/2006). Florianópolis: UFSC/CNPq, 2006.

NORBERTO, Gentil Tristão. *Diário militar da expedição em volta da empresa 237-1-10.* Rio de Janeiro: Acervo do Itamaty, 1901.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

4. Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976)

Pablo Alejandro Pozzi
Tradução: Robson Laverdi

Durante os últimos anos, diferentes pesquisadores têm se dedicado a estudar o fenômeno da militância da década de 1966 a 1976. A carência de acesso às fontes documentais tem levado muitos a depender de entrevistas com os diversos protagonistas como fonte e janela para a subjetividade militante. Em geral, essas pesquisas têm trazido uma indubitável riqueza ao conhecimento histórico do período, incluindo aspectos como a complexidade dos processos de politização individual e coletiva, a importância da militância feminina, a construção de mitos nas histórias partidárias ou a continuidade de tradições e sua ressignificação em práticas revolucionárias socialistas. Ao mesmo tempo, os entrevistadores vêm sendo cuidadosos ao trabalhar temas como: gênero, experiência, deferência e hierarquia, além do papel da subjetividade no testemunho. O resultado tem provocado uma maior e mais profunda compreensão deste que é considerado o período histórico central para a constituição da sociedade argentina contemporânea.

Um dos aspectos que deveríamos começar a encarar nos testemunhos é o tema das diferenças de procedência social (ou seja, de classe), tanto na dinâmica entrevistador-entrevistado como para explicar, entre outras coisas, as diferenças na estrutura narrativa, os detonadores da memória e os significados e significantes do discurso. Isso é importante, em particular, porque, ainda que tenhamos nos

concentrado em entrevistar antigos militantes provenientes de setores médios – por sua acessibilidade e disposição de oferecer os testemunhos –, o período estudado se apresenta notável. Por um lado, pela forte politização de mulheres e, por outro, dos próprios trabalhadores. De fato, minha pesquisa sobre o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP) deixa claro que por pouco essa organização teria uma composição social representativa muito próxima daquela da sociedade argentina da época, conseguindo envolver uma quantidade considerável de operários e operárias. Com relação aos mais de seis mil militantes do PRT-ERP no final de 1975, pude reconstruir a história de vida de setecentos deles. Desse total, utilizando como categorização a localização social da procedência da família, inferi que 45% provinham da classe trabalhadora (trabalhadores rurais, industriais e da construção), incluindo uma quantidade que provinha de famílias de ideários peronistas (POZZI, 2001, p. 73).

Trata-se aqui de lançar algumas ideias em torno de diferenças que distinguem os testemunhos oferecidos por entrevistados de origem social trabalhadora, em particular a respeito de como explicam o seu processo de politização. A premissa básica é a de que as narrativas são significativamente distintas enquanto imagens, ênfases e modos de estruturar suas explicações em relação àqueles que provêm de outros setores sociais. O que parecem indicar os testemunhos é que a politização é compreendida como algo natural, ou seja, como uma extensão de sua experiência de vida, mais do que como um despertar ou um processo de politização.[18] Por exemplo, explicou um entrevistado: "Comecei a lembrar da vida de onde vivíamos. Nas obragens, como vivia a gente [...] que havia superexploração, que não pagavam salário, que lhes pagavam com papéis, com mercadoria, que não tinha atendimento médico, que morriam sangrando por suas feridas, por picadas de cobras, que se, até lepra tinha havido no

18 Todos os testemunhos citados se encontram transcritos e em áudio, disponíveis no arquivo do Programa de História Oral, Instituto de Investigações Bibliotecológicas, Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina.

povoado em que eu vivia; e eles [os companheiros] me diziam 'isso é violência, isso também é violência'".[19]

Essa visão é diferente daquela a que estamos acostumados, pois a tendência, tanto do investigador como dos entrevistados pertencentes aos setores médios, é explicar a politização como um processo vivido, e também externo, que produz um "despertar" para uma realidade social injusta e cruenta. Um exemplo disso é o testemunho de Vasco, um advogado, que até 1968 era estudante na Faculdade de Direito da Universidade de Córdoba:

> Eu lia tudo que estava acontecendo em Tucumán. A resistência dos trabalhadores ao fechar os engenhos. As marchas. A situação social que se vivia em Tucumán. E isso me impacta muitíssimo. [...] Bom, nesse momento, Tucumán era um barril de pólvora. E a mim tudo o que era social me interessava muito. E a partir dali me dava conta que isto, de estudar e de estar na universidade e outras coisas, não me permitia conhecer muitas coisas. Estava como que cansado de uma vida de estudo, de não conhecer outras coisas. […] Primeiro vivi a situação social de San José. […] As pessoas viviam muito, muito mal, muito mal. […] Então, a situação social me sensibilizou muito, muito impactante.[20]

A estrutura do testemunho é clara: há uma progressão racional dos fatos baseada num processo de estímulo-resposta. Diferentemente da entrevista anterior, consideramos o testemunho de Poroto, um motorista de ônibus urbano, ativista peronista, filho de lenhador na província de Santiago del Estero:

> Bom, me lembro que o dia em que se fundou o sindicato, a mim me mantiveram preso [...] Porque o meu irmão o haviam detido em Córdoba [...eu] não militava, mas era irmão de um guerrilheiro [...] eu andava com a cabeça em outra coisa, nada a ver. [...] Me acusaram de qualquer coisa,

19 Entrevista realizada com Angel "Poroto" Gutiérrez, em Santiago del Estero, em 1992, por Pablo Pozzi.

20 Entrevista realizada com Carlos "Vasco" Orzaocoa, em Córdoba, em 1993, por Pablo Pozzi.

que sabia onde havia um esconderijo de armas [...], mas nesse momento eu não tinha nada a ver com a história do PRT, nem de nada. Eu confiava em Deus – eu calculo que foi aí que me saiu a religiosidade –, que já se vai fazer justiça, que já vão me soltar. He, me soltaram com a anistia! [...] Nos transferiram para a [prisão de segurança máxima de] Rawson [...] Eu queria estar com meu irmão. Então, um dia faço um pedido, uma entrevista com o diretor. O tipo me concede a entrevista e me diz: você que problema tem? E eu lhe disse: "Eu tenho um irmão que está em outro pavilhão e quero estar com ele para ter notícias de minha família". O tipo disse: "Mas você é comunista". Eu, para mim era uma novidade. Ou seja, a prisão me fez mudar, descobri coisas. Era como se tivesse tomado consciência de muitas situações que não as entendia, eu sempre confiava em Deus. Eu comecei a me desiludir com o peronismo, entende? Nem tinha ideia do que estava acontecendo. Como dizem agora, era um estúpido total. Fiz-me amigo de um tucumano, que era filho de um operário de cana-de-açúcar; também do PRT, e eu me lembro que ele dizia: "Não sei por que me prenderam, mas não sei, creio em Deus, que vai se fazer justiça". [Ele dizia]: "Mas terás que estudar algo aqui, aproveitar o tempo até que o soltem". E me fiz amigo de um cara de Santiago de Estero, igual eu. Um dia lhe disse: "terá que me emprestar isso que vem de vocês", eram livros políticos. Comecei a ler um, outro, eu gostava. E lendo os livros eu comecei a pensar em política. Estava começando a descobrir o que era ideologia e era como que através dessa descoberta havia começado a me ver, a ver onde eu estava, por que estava ali preso. Lembro-me que uma das coisas que havia me impactado era a luta de classes. Eram coisas que a mim me fascinavam, porque dizia: "Isto é certo, eu estou aqui porque há luta de classes e eu estou do lado de uma classe que está enfrentando outra classe, e todos os que estamos aqui somos de uma classe". Porque veja, o catador é filho de catador de cana; Humberto é pedreiro; outro que havia trabalhado nas minas de Jujuy; eu era motorista de ônibus; tenho um irmão que estuda, há estudantes, mas são filhos de gente trabalhadora que esfola a bunda para estudar os filhos. E

> claro era como que, veja, eu me sentia forte, era como dizia: "Não, ou, eu não estou aqui arrependido de nada. Aqui eu fui ignorante que não sabia nada e estou agradecido, não sei se agradecido a Deus ou a quem agradeço que me trouxe para cá, para conhecer isto". E era como se aquilo fosse me definindo politicamente. [...] eu sentia que havia feito meu nome e que, além disso, eu sabia o que queria, e o que queria não estava em contradição com minha consciência. Eu sempre, minha consciência está tranquila, entende?[21]

Se, por um lado, o relato de Vasco é uma progressão racional, por outro, o de Poroto é uma narração existencial em que o eixo é a revelação do oculto. Para o primeiro, a politização é um processo que se inicia com a informação jornalística que o levara a conhecer uma dada realidade, segundo ele, "impactante". O impacto é o que teria gerado o despertar e a politização, todo relatado em um tom sério e contido, que tendia a enfatizar o peso do que havia dito. A mudança para o operário que viera de Santiago del Estero era de que ele "era comunista" de fato, ou seja, sem se dar conta. Para o primeiro, a leitura foi o início do processo, ainda que para o segundo o que promoveu a mudança foi o cárcere e a leitura, que lhe permitiram explicar [revelar?] o porquê de sua situação. De fato, para Vasco, a tomada de consciência política é um despertar: há um antes e um depois. Já para Poroto, se bem que também haja um antes e um depois, o divisor de águas não é a confirmação da injustiça, mas sim a explicação de sua realidade. Assim, a politização não é apresentada como a ruptura, mas, numa forma secundária, de fato é o que o completa como ser humano.

Por outro lado, cada uma das narrativas é articulada de forma distinta. Poroto busca enfatizar os postos-chave de seu testemunho com adjetivos contundentes (estúpido) e com ironia, ainda que a todo o momento buscasse reconciliar sua vida e sua militância às suas crenças ("não sei se estou agradecido a Deus"). Em outro sen-

21 Entrevista realizada com Angel "Poroto" Gutiérrez. Ver nota 20.

tido, Vasco tenta a todo instante ser preciso, exato em sua explicação. Ele busca certa lógica no relato de seu processo de politização, de outro modo Poroto enfatiza que a militância é um produto de sua vida e, por assim dizer, coloca-a como algo natural: "É certo, estou aqui porque há luta de classes". Se, para Vasco, a militância foi produto de um despertar, para Poroto a politização não é nenhum processo, tampouco um despertar, mas uma extensão da realidade social que é revelada de forma plena através de leituras políticas.

Outro testemunho similar ao de Poroto é o de Goyo, um operário mecânico de Córdoba, filho de peões rurais, que chegou à militância marxista proveniente de um passado católico e nacionalista. Uma vez mais se repetem os temas: a ironia, o uso da adjetivação para ressaltar aspectos de sua história e o fato de a militância ser apresentada como uma extensão natural de sua experiência de vida. Como no caso de Poroto, a politização não representa uma ruptura com suas crenças anteriores, pelo contrário, ele dá ênfase à sua continuidade. Em ambos os casos, a educação (leitura) assume o papel central para explicar a realidade. Goyo explica em seu testemunho:

> Puseram um aviso no dia de eleição aqui, na minha seção; e saí por unanimidade. Os chamava de negros, a puta que o pariu [risos], eu não quero ser delegado, me vão encher de merda, porque a todos enchem de merda. Então, eu não queria saber de nada. Mas bem, saí por unanimidade. Bah, agarrei e já uma vez que agarrei bem este... vivi todo o processo da greve, que saí bem, tive uma grande experiência, e me dei conta que havia muitas coisas que eu não entendia. Eu tinha terror aos comunistas, mas terror, me parecia que tinham cara diferente, que tinham uma visão... de.... assim claro assim... eu me lembro havia um tal Nicolás e tinha uns olhos grandes assim e saltados e eu dizia, "que cara de comunista que tem esse tipo". Olha a imagem que teria eu! Mas, terrível, terrível. E... e tinha um amigo que era do PC, muito combativo, muito combativo, e ele me falava sempre. [...] Este... em [19]65 saiu uma invasão a Santo Domingo, e nós estávamos em uma assembleia pela discussão de

> convênio e, num determinado, momento este rapaz pediu a palavra e disse... que queria que a assembleia fizesse um repúdio contra os marines americanos que estavam invadindo Santo Domingo. Eu assoviei pra todo mundo! Eu dizia: "mas que negro estúpido, mas que merda teria que ver Santo Domingo conosco que estamos discutindo um convênio coletivo! Deixem-me de encher o saco!". E chorava o pobre negro... Este... e bem depois com o tempo pude entender. Quando perdemos a greve em [19]65, eu disse: aqui isto é uma confusão. E então eu disse: "bem, eu tenho que me pôr estudar". Eu me pus a estudar por meus próprios meios, estudei, estudei, estudei, fui buscando e digo: "puta merda, tenho que ser um esquerdista!" [risos] Foi através de um processo muito, muito duro, porque eu era nacionalista, eu sempre me reivindiquei como um nacionalista.[22]

De alguma maneira, Goyo e Poroto parecem rir do que entendem como sua situação prévia de militância: a não compreensão das chaves de sua própria vida que, além disso, são evidentes para outros (Poroto e o comentário do diretor, Goyo e o operário militante do PC). Uma vez mais, em Goyo se repete o processo em que a vida leva à politização e o catalisador é a educação. O tema da educação, sobretudo em seu aspecto autodidata, é algo central na cultura operária argentina. Desde a época dos anarquistas, os trabalhadores argentinos têm ressignificado as traduções do radicalismo artesanal que difundem a ideia: "a educação te fará livre". Assim, o conhecimento não implica um despertar, e sim uma compreensão plena do processo de exploração, sendo por assim dizer central à dignidade humana. Esse conhecimento se adquire tanto pela educação formal como pela leitura e experiência de vida. Como expressou um entrevistado a este entrevistador: "Eu fui a uma universidade que vocês nunca pisaram, garoto: a universidade da rua".[23] Um elemento central nessa educação pela transmissão oral são os ensinamentos dos

22 Entrevista realizada com Gregorio "Goyo" Flores, em Buenos Aires, em 1994, por Pablo Pozzi.

23 Entrevista com Eduardo Tesini, em Nova Iorque, em 1983, por Pablo Pozzi.

companheiros de trabalho ou de bairro. Por exemplo, segundo Mario Leiva, operário mecânico cordobês, militante do peronismo de base: Aos 15 anos me despediram por agitar os companheiros de trabalho. Para que não houvesse briga, os patrões me recomendaram a uma oficina metalúrgica para quando saísse da escola. Entrei aí no tempo das férias. Ainda ia ao secundário. No quarto ano, um professor nos dava matemática. Dizia que para entender a matemática tinha que entender o peronismo e vice-versa. Então a aula era uma hora de política peronista e uma hora de matemática. Sempre começava com a história do peronismo. Aí me politizou unilateralmente, pois o professor só falava da grandeza de Perón e de que o mais nobre era ir trabalhar em uma fábrica de aviões. Para fazer a Argentina grande. O professor também nos dizia que os peronistas são os que vêm de baixo: os da base. Ademais, começou a frequentar nossa casa músicos que meu pai trazia: eram mais politizados e falavam da revolução. Diziam que tínhamos de fazer algo. Eram esquerdistas peronistas.[24]

A estrutura e o tom do relato repetem pautas encontradas nos de Goyo e de Poroto: o começo esclarecendo que já havia antecedentes de ativista, o tom irônico, a revelação. Mario inicia afirmando que ele já era um ativista para explicar sua politização através de uma combinação entre o papel do seu professor no secundário e o dos "esquerdistas peronistas". No entanto ele se esforça por assinalar a diferença entre a visão de seu professor e uma visão "classista", ao especificar que "somente falava da grandeza de Perón". Essa frase, em sua narração, marca a separação entre o intelectual politizado, que não entende de tudo da realidade, e a experiência operária, que somente pode ser compreendida na sua plenitude quando outros trabalhadores a explicam.

Para ressaltar esse ponto, consideraremos brevemente dois testemunhos de antigos militantes do PRT-ERP. O primeiro é o de Leonel

24 Entrevista realizada com Mario Leiva, em Córdoba, em 1994, por Pablo Pozzi.

Urbano, médico nascido na cidade de Bahia Blanca, o segundo é de Humberto Tumini, filho de uma abastada família de Córdoba.

Explicou Urbano:

> Lembro de ter lido a José Ingenieros […] Uma espécie de bíblia, para mim era... E quando tinha16, 17 anos, li uns livros que iam me impactar para o resto de minha vida, que ademais os recomendo a todos os que não o leram. Um foi *Mis gloriosos hermanos*, de Howard Fast, um escritor norte-americano, comunista […] é a história de Jehuda, o Macabeu, e é praticamente a reconstrução da primeira guerrilha dos macabeus contra os assírios que invadiram a Judeia, e é um livro lindo. […] E esta é a primeira história de uma guerrilha que eu tenho em mente, de uma guerrilha e por uma causa justa. E de Howard Fast, também quase simultaneamente, devo ter lido *Espártaco* […] Isso definiu parte de minha formação política. E me lembro de dois livros, um que se chama *Operación noche y neblina*, que é um livro muito lindo, com dados históricos de como, desde a Hungria, Bulgária, do Leste europeu, se organizam uma rede de contraespionagem antinazista, que para guerrear, para resistir e para criar redes de escape de judeus e que depois se podiam ciganos, comunistas.[25]

Em sua entrevista, Tumini contou como começou a militar:

> Eu de política não entendia uma merda. Era muito baixo meu nível político. […] Eu me contatei com dois amigos que eu via que estavam em algo. Então lhe disse: "Por que não me passam algo?". Não vim a me convencer, eu fui falar com eles. Disse-lhes: "Vocês, o que fazem?". Passaram-me um par de documentos que não tinham assinatura, eram documentos de linha política, e não me diziam o nome da organização. Então, eu não sabia em qual organização estavam. Eu li os documentos e me pareceram bons; não entendi uma merda, mas, ademais, ali dizia que havia que enfrentar

25 Entrevista realizada com Abel "Leonel Urbano" Bohoslavsky, em Buenos Aires, em 1999, por Pablo Pozzi.

> com as armas. Então eu disse: "Eu estou de acordo, vamos fazer algo" […] E bem, assim me somei ao ERP. Ou seja, eu me somei ao ERP, marxismo-leninismo marxis... que eu, com quarenta livros lidos nesse ano de [19]70.[26]

Claramente, no testemunho de Urbano, a leitura das obras de Ingenieros e de Fast foram chaves em seu despertar político. Para Tumini, o relato partiu de uma relação de amizade e de uma inquietude quase aventureira para clarear, imediatamente, ao ler "quarenta livros". Em vez disso, para Mario Leiva, Poroto e Goyo, as chaves desse despertar se encontravam na própria realidade de vida como trabalhador. De nenhuma maneira isso implicava dizer que a experiência de vida não jogara um papel importante tanto na politização de Urbano como na de Vasco e de Tumini. Além do mais, tratava-se de assinalar como se constrói e se apresenta o testemunho. Para os trabalhadores entrevistados, a politização partia de uma explicação em torno de sua realidade laboral ou existencial, e a educação servia para revelar e explicar uma vida já existente. Daí que todos os testemunhos de operários sobre a politização tendem a começar explicando a situação laboral do entrevistado, sua participação em distintas lutas, para, eventualmente, recontar como um companheiro explica a realidade ou o leva a leituras políticas que o façam.

Por detrás disso, o que sugerem as coincidências nos relatos desses trabalhadores militantes é a existência de uma estrutura de sentimento, um sentido comum, genericamente classista, que vai dando contexto e explicação a uma vida duríssima e muito explorada. Para os entrevistados em particular, a luta de classes não é um conceito teórico, é a *sua* vida. Isso é o que transmite Poroto, não como ideologia, e sim como experiência: os patrões são o inimigo; o peronismo é um engano; a dignidade do ser humano está intimamente vinculada à luta consciente contra o sistema de exploração. É a partir de suas experiências como operários que os entrevistados desenvolveram

26 Entrevista realizada com Humberto Tumini, em Buenos Aires, em 1991 e 1992, por Pablo Pozzi e María C. Scaglia.

uma forte consciência para si. E é por isso que os testemunhos assinalam momentos culminantes de conflitividade nos quais haviam sido protagonistas.

Aqui surge novamente o problema da politização desses operários argentinos. O que seria pertinente colocar é o que entendiam os obreiros argentinos em geral e estes testemunhantes em particular por "política". É válido sublinhar que nas entrevistas anteriormente citadas, tanto Poroto como Goyo e Mario Leiva assinalaram que tinham uma participação importante nas lutas operárias, algo igual a uma ideologia (católica, peronista ou nacionalista). Contudo, todos eles não pareceram considerar essa participação como "política"; de fato todos consideraram sua politização como a militância de uma organização determinada. A imagem que emerge é aquela a partir da qual a incorporação à militância foi algo natural, produto da experiência de vida e da estrutura de sentimento forjada durante várias gerações de uma família operária. Ao mesmo tempo, seria importante contrastar os testemunhos de operários militantes com o de não militantes e compará-los, por sua vez, a partir dos gêneros. Não devemos supor que o testemunho de um operário politizado necessariamente expresse uma estrutura de sentimento que se pode generalizar para o conjunto dos trabalhadores. Ao fim e ao cabo, a própria politização é algo que diferencia o operário militante. Contudo, o que sugerem os testemunhos discutidos é que os discursos e narrações de cada um desses militantes se articulam a uma cultura e sentido comuns, que são compartilhados pelo conjunto dos trabalhadores e os diferenciam de outros setores sociais.

Referências:

POZZI, Pablo. *El PRT-ERP*: la guerrilla marxista. Buenos Aires: EUDEBA, 2001.



HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, SUBJETIVIDADE

1. Do que falamos quando empregamos o termo "subjetividade" na prática da história oral?

Benito Bisso Schmidt

Resolvi, neste texto, não apresentar aspectos de uma pesquisa específica, mas expor algumas reflexões de cunho mais teórico sobre as relações entre os três termos que compõem o título da nossa mesa-redonda: história oral, memória e subjetividades, especialmente sobre este último, pois me parece – e acentuo o caráter impressionista dessa afirmação – que, em geral, ainda partimos, em nossas investigações que envolvem a metodologia da história oral, de uma noção muito vaga, de senso comum mesmo, do que seja subjetividade, sem nos preocuparmos com uma utilização mais precisa e teoricamente fundamentada do termo. Obviamente, as reflexões que aqui proponho dialogam com a minha prática de história oral, mas, reafirmo, as considerações que seguem são prioritariamente de ordem teórica. Em todo caso, espero que elas contribuam para a nossa discussão sobre as potencialidades e os limites da história oral.

Como sabemos, a história oral envolve a produção, através dos complexos mecanismos da memória e por meio da relação dialógica entre entrevistador e entrevistado, de narrativas autobiográficas. Mesmo quando os nossos entrevistados falam de outras pessoas ou de eventos dos quais não participaram diretamente, eles o fazem a partir de suas vivências e visões de mundo particulares – ainda que socialmente condicionadas –, de seu próprio "eu". Afinal, como ressalta Krzysztof Pomian (2002), a memória é intrinsecamente egocêntrica.

Uma das primeiras bandeiras da história oral foi justamente a possibilidade de trazer à tona a subjetividade dos agentes, suas emoções e sentimentos, de inserir nas explicações históricas a dimensão subjetiva dos processos sociais. Tal expectativa relaciona-se com a crítica aos grandes paradigmas de cunho estruturalista e/ou funcionalista, às explicações macro-orientadas e às interpretações que levam em conta apenas os atos conscientes e os discursos racionais dos indivíduos (vistos aqui como encarnações concretas da "ficção científica" do século XIX: o *homo economicus*). Nessa proposta – principalmente na chamada fase "heroica", "pioneira" ou "romântica" da história oral –, associaram-se, e seguidamente confundiram-se, os termos subjetividade, indivíduo, sentimento, inconsciente e irracional, termos esses que remetem a teorias sociológicas, psicológicas e psicanalíticas bastante densas e complexas, mas que, seguidamente, serviam – e ainda servem, creio eu – para justificar a importância da história oral como uma "contra-história", diferente daquela produzida de forma preponderante na academia.

Ao ser incorporada nas universidades, a história oral passou por um rigoroso repensar de seus referenciais teóricos e de seus procedimentos metodológicos, o que, segundo alguns autores, conduziu-a a um distanciamento de seus projetos políticos iniciais. Os praticantes dessa metodologia tiveram que incorporar à sua formação e à sua bagagem, por exemplo, os debates sobre memória e sobre suas complexas relações/tensões com a história; tiveram também que discutir os aspectos narrativos das falas que "colhiam", ficando atentos não só – e talvez não preponderantemente – ao conteúdo empírico delas, mas igualmente à sua formulação como discurso, aos seus encadeamentos lógicos e semânticos, à sua função de produtoras de sentido. Dessa caminhada resultaram, a meu ver, os melhores trabalhos de história oral, ou que empregaram de forma substantiva essa metodologia, surgidos nas últimas décadas.[27] Porém, parece-me que as discussões sobre o termo subjetividade ainda não mereceram

27 Como exemplo bem-sucedido dessa reflexão, destaco o livro de Daniel James (2000).

o mesmo investimento em termos de debate e reflexão, ao menos não coletivamente.[28] Seguidamente ainda utilizamos – e eu faço isso com frequência – a palavra de forma vaga e imprecisa. Continuamos um tanto deslumbrados com a possibilidade de recuperar a subjetividade dos nossos entrevistados, mas ou não pensamos muito bem em como fazer isso, ou acreditamos que podemos fazê-lo de forma intuitiva.[29] Acredito – e essa é a minha proposta para a discussão – que, de maneira geral, ainda estamos mal equipados, em termos teóricos e metodológicos, para dar conta dessa dimensão. Normalmente, de maneira muito impressionista, descrevemos as emoções dos depoentes e buscamos inferir as influências destas sobre o que eles lembram, recalcam, esquecem e silenciam. Por exemplo, analisamos os ditos e os não ditos que configuram as entrevistas a partir da noção de "trauma", que se tornou moeda corrente nos estudos de história oral. Mas será que sabemos avaliar, com algum grau de competência, os efeitos dos acontecimentos traumáticos sobre os nossos entrevistados? Não nos tornamos, muito seguidamente, psicólogos e psicanalistas "de botequim", sem domínio efetivo do arsenal teórico dessas áreas de conhecimento e sem noção da distância que nos separa delas?[30] Basta pensar, por exemplo, na diferença entre

28 Uma exceção é a mesa-redonda "Problemas da subjetividade em história oral", ocorrida no III Encontro da Associação Nacional de História Oral, em Campinas, no mês de maio de 1996. Os textos do historiador Henry Rousso ("Usos do passado na França hoje") e da psicóloga Monique Augras ("História oral e subjetividade"), apresentados naquela ocasião, foram publicados em Simson (1997). Parece-me, contudo, que é sobretudo o segundo texto, não por acaso de uma profissional da área da psicologia, que toca mais de perto o tema da subjetividade, já que a intervenção de Rousso se refere aos usos políticos do passado.

29 Não se pode esquecer, porém, que, para muitos historiadores, talvez ainda excessivamente apegados ao empirismo próprio de certas tendências cientificistas do século XIX, a subjetividade característica da metodologia da história oral (e da fonte por ela produzida) é vista como um obstáculo, um problema a ser minimizado ou superado, e não como uma variável potencialmente esclarecedora de determinados fenômenos sociais.

30 Nesse sentido, Augras (1997, p. 31-32), ao comentar a questão da intersubjetividade própria da entrevista, reivindica que: "[...] nesse ponto, é forçoso reconhecer que o psicólogo leva vantagem pela sua própria formação. Quer se filie a uma linha fenomenológica [...], quer se situe dentro de uma das diversas correntes psicanalíticas [...] reconhece que qualquer encontro implica uma troca de emoções, valores e representações. E o treinamento do psicólogo clínico consiste na aprendizagem de uma escuta que lhe permite apreender

entrevista psicanalítica e entrevista de história oral. Obviamente, não tenho a mínima competência para dar conta dessas questões. Meu objetivo é muito mais levantá-las, trazê-las à discussão e, quem sabe, apresentar alguns pontos que possam ajudar na sua resolução.

Comecemos pelo mais simples: o dicionário *Aurélio* define o substantivo feminino *subjetividade* como "qualidade ou caráter de subjetivo" e o adjetivo *subjetivo* como:

> 1. Relativo a sujeito. 2. Existente no sujeito. 3. Individual, pessoal; particular [...] 4. Passado unicamente no espírito de uma pessoa. 5. Filos. Válido para um só sujeito. 6. Filos. Que pertence unicamente ao pensamento humano, em oposição ao mundo físico, i. e., à natureza empírica dos objetos a que se refere [...] (FERREIRA, 1986, p. 1620).

O verbete remete, portanto, a uma série de termos que de forma alguma são neutros, em especial sujeito, indivíduo e pessoa; termos estes profundamente comprometidos com uma determinada epistemе, a do pensamento ocidental moderno, constituída desde o Renascimento, mas que se afirmou com força a partir do Iluminismo. Pensamento que postula o indivíduo como "ponto zero" do conhecimento, unidade dotada de razão e consciência, consistência e constância, produtora de discursos e ações que só podem ser explicados e compreendidos a partir da autoria, do "interior" daquele que proferiu a palavra e executou o gesto – o agente, aquele que, para evocarmos o sentido gramatical do vocábulo sujeito, pratica a ação e que, portanto, pode ser responsabilizado por ela. Essa figura, o indivíduo pensado como sujeito, legitima a prática da história oral. Afinal, é ele que fala, que é o autor da fala e que, por isso mesmo, assina a famosa "carta de cessão", doando ao pesquisador os direitos sobre aquilo que

esse emaranhado de informações muitas vezes contraditórias". Talvez o historiador, inteirado das contribuições da psicologia, possa "levar vantagem" em outro sentido: apontando a historicidade característica dessas emoções, valores e representações, e do próprio ato de transformar em narrativa esses elementos, como se eles constituíssem a história de um indivíduo.

lhe pertence: os significados que saíram de sua mente e de sua boca. O discurso, por mais social que o pensemos, na prática da história oral é sempre referido a um indivíduo, a um sujeito, a uma pessoa, à Dona Tereza, ao Seu João. Famoso ou anônimo, o depoente é o rei, aquele que tem sua identidade afirmada ou ocultada, explicitada ou protegida, e a partir de quem o dito ganha sentido. É somente desde esse ponto de vista que podemos pensar em explorar a subjetividade do depoente, aquilo que existe no sujeito, que se passa no espírito de uma pessoa, que lhe é particular, que o singulariza; pretensão aproximada à da psicanálise, também uma teoria e uma prática oriunda da modernidade ocidental.

O que procuro ressaltar com essas considerações é que a noção de subjetividade não deve ser pensada, sobretudo por nós historiadores, como uma figura ou uma dimensão a-histórica ou trans-histórica, uma essência de todo ser humano, uma matéria alojada no coração ou na mente dos homens, algo natural e que pode ser resgatado e analisado pelos praticantes da história oral; ela é, sim, resultado de múltiplos percursos históricos que convergiram, não sem tensões, para a fabricação do indivíduo moderno, aquele que "possui" uma determinada subjetividade. Talvez, então, seja o caso de darmos um passo atrás e entendermos como se constituiu tal sujeito e, assim, avaliarmos melhor de que forma a história oral pode nos auxiliar a compreendê-lo. Nesse percurso, recorro inicialmente às contribuições de Michel Foucault.

Como sabemos, esse autor propôs uma "crítica radical do sujeito humano pela história", procurando examinar como "nossa sociedade definiu tipos de *subjetividade*, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade". Em *A verdade e as formas jurídicas*, ele afirmou:

> Atualmente, quando se faz história [...] atemo-nos a esse sujeito de conhecimento, a este sujeito da representação, como ponto de origem a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece. Seria interessante tentar ver

> como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que a cada instante é fundado e refundado pela história. (FOUCAULT, 2008, p. 10-11).

No final desse livro, um interessante debate envolvendo Foucault e o psicanalista brasileiro Hélio Pelegrino ilustra bem a diferença entre o que poderíamos chamar de uma concepção essencialista de sujeito e de subjetividade e outra que, na falta de melhor termo, designaremos como historicista. Pelegrino define o complexo de Édipo como "uma estrutura fundamental da existência humana", ao que Foucault rebate: "[...] não é absolutamente uma estrutura fundamental da existência humana, mas um certo tipo de *contrainte*, uma certa relação de poder que a sociedade, a família, o poder político, etc., estabelecem sobre os indivíduos". O debate continua e Foucault argumenta com a sua costumeira ironia: "Por que se desejaria sua mãe? Já não é tão divertido assim ter uma mãe... O que se deseja? Bem, desejam-se coisas, histórias, contos, Napoleão, Joana d'Arc, tudo. Todas essas coisas são objetos de desejo". Pelegrino vale-se, então, de um princípio básico da psicanálise: "Mas o outro é também objeto de desejo. A mãe é o primeiro outro. A mãe se constitui dona da criança" e, logo depois, Foucault questiona: "Qual é o outro fundamental do desejo?". O filósofo esclarece seu ponto de vista: "Não há outro fundamental do desejo. Há todos os outros". Mais adiante, Pelegrino volta à carga, buscando ancorar o seu ponto de vista em um exemplo "científico": "Há umas experiências hoje de um psicanalista muito importante chamado René Spitz. Ele mostra o fenômeno hospitalístico. As crianças que não têm maternização simplesmente perecem, morrem por falta de 'mãe materna'". Foucault contra-argumenta elevando o grau de ironia: "Compreendo. Isso só prova uma coisa: não é que a mãe é indispensável, mas que o hospital não é bom" (FOUCAULT, 2008, p. 131-134).

Esse debate, aparentemente polido, mas na verdade repleto de ataques pontiagudos, mobiliza duas perspectivas: uma que postula a existência de estruturas fundamentais do ser humano, de desejos fundamentais, constitutivos da essência do sujeito, de sua subjetividade, e alojados em lugares ocultos de sua psique; outra que não acredita em fundamentos, apenas na história, na pluralidade de desejos que não derivam de uma mesma matéria, e sim de práticas discursivas e não discursivas múltiplas, concretas e historicamente constituídas. Transitamos, assim, do desejo primordial oculto na subjetividade para os desejos subjetivados pela ação de múltiplos dispositivos de saber e poder.

Permito-me fazer, nesse momento, uma citação um tanto longa do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior que, me parece, esclarece com bastante precisão a forma usual como os historiadores tratam a questão do sujeito na história – e, por conseguinte, da subjetividade, já que, como nos lembra o *Aurélio*, ela "pertence" ou é "relativa" ao sujeito – e as críticas que Foucault dirige a tal perspectiva (chamo a atenção para as metáforas "futebolísticas" empregadas pelo autor):

> Nós, historiadores, temos muita dificuldade em pensar o sujeito como um exercício, como uma função que se exerce numa ação, num discurso, como algo que não está pronto no início da ação [inclusive na ação de depor, diria eu], que não vem antes do discurso, mas que é seu resultado final, sujeito que só aparece na prorrogação. Estamos sempre buscando sujeitos originários, aquele que deu o pontapé na ação, aquele que começou o jogo, que deu a saída, quando isto pouco importa, pois o jogo ou a História é o que se desenrola daí para frente e seu resultado independe completamente de quem veio por escalação momentânea ou posição que ocupava ao dar o primeiro piparote no jogo. Sempre alertamos para o fato de que os sujeitos em História são coletivos; fazem parte de uma grande equipe; na História não se joga sozinho; sempre dizemos que a História, como o jogo, passa-se entre os jogadores, é feita das suas jogadas, de seus lances, mas mesmo assim estamos sempre buscando

> aquele que da marca da cal deu o chute decisivo, cobrou o penâlti salvador, aquele herói que sozinho ganhou o jogo, aquela mão salvadora que no último instante desviou a trajetória do balão. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 177).

Deslocando essa reflexão mais geral para o campo específico da história oral, pode-se indagar: será que, em vez de, por meio da entrevista, buscarmos trazer à tona a subjetividade do entrevistado, não seria mais proveitoso pensar que este último também constitui a sua subjetividade *na* e *por meio da* entrevista? Que o falar a um historiador – figura catalisadora de um determinado saber-poder – condiciona o sujeito falante, o qual, atravessado por múltiplos discursos, sujeita-se e assujeita o seu interlocutor? Nesse diálogo/conflito entre duas posições de sujeito – a da "testemunha" capaz de dizer o que foi e a do "especialista" (único?) capaz de analisar o que foi dito –, conformam-se subjetividades e talvez caiba a nós, praticantes da metodologia da história oral, estarmos ainda mais atentos que os nossos colegas de outras especialidades às estratégias, às táticas, aos avanços e recuos que configuram tal relação de conhecimento, na qual se estabelecem as fronteiras entre o que pode ou não ser dito, não em função de "traumas", por exemplo, mas em razão do que entra ou não no jogo da verdade da história – também uma filha da modernidade, vale lembrar.

Desde outra perspectiva teórica, Pierre Bourdieu, no conhecido texto "A ilusão biográfica", também desconstrói a concepção usual de indivíduo-sujeito, típica da modernidade, ao questionar o pressuposto de "[...] que a vida é uma história, [de que] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história". O autor também alerta que "o sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) [o entrevistador e o entrevistado, acrescento] têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada (e, implicitamente, de qualquer existência)". Buscando desnaturalizar tal pressuposto, Bourdieu indica que

o mundo social "[...] dispõe de todo tipo de instituições de totalização e de unificação do eu [...]", sendo a mais evidente o nome próprio e sua manifestação concreta, a assinatura, que buscam assegurar "[...] aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e de todas as flutuações biológicas e sociais, a *constância nominal*, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo, de *constantia sibi*, que a ordem social demanda". Ele ainda ressalta: "[...] ele [o nome próprio] só pode atestar a identidade da *personalidade*, como individualidade socialmente constituída, à custa de uma formidável abstração". Contudo, diferentemente de Foucault, Bourdieu propõe como saída metodológica não a análise da produção dos sujeitos por práticas discursivas e não discursivas, mas a interpretação dos acontecimentos biográficos como "[...] *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado". Nessa perspectiva, não há espaço para o "resgate da subjetividade", apenas para a análise das relações sociais objetivas que "[...] uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço de possíveis" (BOURDIEU, 1996, p. 183-184, 186-187 e 190, grifos do autor).

A perspectiva objetivista de Bourdieu foi criticada, entre outros, pelo psicólogo Yves Clot que, no texto "La otra ilusión biográfica", pondera:

> Todo sujeito, no curso de sua existência, enfrenta periodicamente situações, encontros, acontecimentos que são fontes de conflitos. A avaliação de seu *campo de possibilidades subjetivo* que denuncia, nos dois sentidos do termo, suas vacilações ou suas negociações nos proporciona um ponto de referência precioso para nos orientarmos no campo de uma eventual clínica biográfica. (CLOT, 1989, p. 40, grifo nosso).

Retornamos aqui à ideia de que cada indivíduo-sujeito "possui" a sua própria subjetividade, que não poderia ser resumida ao conjunto das relações sociais objetivas das quais ele participa, correspondendo mais a um terreno singular de conflitos e elaborações cuja interpretação serve de ponto de referência a "uma eventual clínica biográfica". Isso nos remete às questões colocadas no início desse texto: nós, profissionais que utilizamos a metodologia da história oral, temos domínio suficiente dos instrumentos teóricos e metodológicos necessários à operacionalização dessa "clínica" do "campo de possibilidades subjetivo" que denuncia os conflitos de nossos depoentes? Caso a resposta seja negativa, o caminho seria nos aproximarmos das reflexões da psicologia e da psicanálise? Mas, caso caminhemos nessa direção, não estaríamos des-historicizando a nossa prática e encarando a figura do sujeito que se singulariza pela sua subjetividade particular como universal, expressão de uma estrutura profunda e essencial do indivíduo?

Alguns poderiam dizer: "sim, mas as pessoas que entrevistamos *são* os indivíduos modernos ocidentais, constituídos como unidades coerentes e integradas (já que a ausência de coerência e de integridade psíquica significa, em nossas sociedades, ou patologia ou falta de caráter), que se consideram e são considerados como atores/autores responsáveis por seus atos e palavras". Tendo a concordar com essa ponderação, sublinhando ainda, mais uma vez, que a própria história – inclusive a história oral –, como "singular universal" capaz de agregar em uma síntese as múltiplas experiências humanas, só ganha sentido no âmbito dessa episteme moderna. Mas, por outro lado, se não questionamos tal posição de sujeito – a do autor unificado, responsável, e que, desde a sua subjetividade, dá sentido às suas falas –, ocupada por nossos entrevistados, não estaremos contribuindo, na verdade, para a constituição de mais um dispositivo de produção de subjetividades, de determinadas relações com a verdade, profundamente comprometidas com certas formas de saber-poder as quais, por sua suposta naturalidade, escapam à crítica? Ou, se partirmos da perspectiva de

Bourdieu, a história oral não atuaria como mais uma instituição de totalização e de unificação do eu, ao apostar no nome próprio como definidor de uma certa identidade? Questões complexas sem dúvida, mas que, a meu ver, não podem estar ausentes da agenda de discussões dos praticantes da história oral.

Para complicar ainda mais essa já complicada reflexão, seria preciso acrescentar que, ao indivíduo produzido pelo Iluminismo, corresponde um pressuposto ético: o livre-arbítrio. Mas, nesse ponto, prefiro fazer um intervalo lúdico e trazer as palavras de Luis Fernando Verissimo a respeito do personagem Batman e das diferenças entre ele e o Super-Homem:

> Desde o momento em que foi matar uma mosca e demoliu a mesa, o Super-Homem conhecia seus poderes. Os poderes definiram o homem. Ele não poderia ser outra coisa além de Super-Homem, sua vida estava decidida já nas fraldas. Batman escolheu ser Batman. Nada determinava a sua escolha. [...] Se a legenda do Super-Homem é uma parábola sobre a predestinação, a do Batman é uma reflexão sobre o livre-arbítrio. A única coisa que une os dois é a obsessão em fazer o bem [...]. [O que a legenda do Batman nos diz], e talvez por isso dure tanto, é que o ser humano é cheio de imperfeições e maus impulsos, limitado pela biologia e condicionado por mitos e tradições, mas é livre para escolher o que quer ser. E decidir ser justo.
>
> Está aí, um super-herói do iluminismo. Longa vida para o Batman. (VERISSIMO, 2008, p. 3).

O texto de Verissimo, como de costume, nos faz rir e pensar, ao sublinhar a ideia de que praticar o bem e a justiça é uma escolha moral, ética, e não o resultado de uma predisposição natural dos homens. Suas palavras soam como um alerta humanista em um mundo que, insistentemente, nos revela a preferência pelo mal e pela injustiça, justificada por vários determinismos e fundamentalismos.

Contudo, do seio da própria modernidade que gestou Batman, herói por escolha, justiceiro por opção, também emergiram cor-

rentes de pensamento que questionaram a centralidade do "herói--homem", detentor de livre-arbítrio, senhor de seus caminhos, capaz de avaliar serena e racionalmente suas condutas, do super-herói do iluminismo enfim. Para ficarmos nos casos mais conhecidos, bastaria citar Marx e Freud. O primeiro procurou mostrar como a consciência social é determinada pelo ser social, pelo conjunto de relações de produção e de reprodução da vida humana – nesse caso, será que Batman não seria menos um justiceiro e mais um defensor da propriedade e da ordem burguesas? Já Freud pretendeu demonstrar o papel preponderante das pulsões do inconsciente na conformação da personalidade – segundo tal perspectiva, a opção do homem--morcego por fazer o bem talvez resultasse menos de livre-arbítrio e mais da sua infinita obsessão em vingar os pais. De qualquer forma, ambos, Marx e Freud, mostraram os limites da liberdade humana e também os condicionamentos da subjetividade individual pelas relações materiais de produção e pelos desejos inconscientes. Porém, os dois, como homens do século XIX comprometidos com o projeto da modernidade, não fugiram da ideia de uma essência humana, seja a busca pela emancipação, que só atingiria sua completude com a abolição das classes, seja pela identificação de uma frustração primordial, metaforizada no complexo de Édipo.

Mais recentemente, e sobretudo a partir da década de 1960, diversas correntes de pensamento – seguidamente reunidas sob o rótulo de "pós-estruturalistas" – buscaram desestabilizar as supostas essências que organizam a nossa vida social e psicológica, indicando a sua historicidade, o seu caráter de artefato e, em especial, mostrando que elas estão profundamente comprometidas com relações de poder que constituem sujeitos e subjetividades. É preciso, então, que, concordando ou não com tais perspectivas, levemos em conta esses debates, respondendo, por exemplo, a questões como: que definições de subjetividade estamos empregando em nossas pesquisas? A quais posições de sujeito elas correspondem? Com que categorias podemos analisar – ou, ao menos, levar em conta – a subjetividade

de nossos depoentes sem essencializá-la como uma categoria a-histórica ou trans-histórica? Ou ela constitui realmente uma essência do sujeito, conforme postulam certas correntes da psicologia? Ou ainda (e confesso que essa direção me parece mais sedutora): como a história oral pode ser um meio útil para, justamente, evidenciar o caráter construído e histórico da subjetividade, para explicitar as práticas discursivas e não discursivas que instituem formas determinadas de relação com a verdade e consigo e, em consequência, sujeitos morais como Batman e os personagens que habitam nossos estudos?

Encerrar um texto com perguntas pode significar que seu autor não conseguiu concluir satisfatoriamente o seu pensamento, o que é verdade nesse caso. Mas também revela um convite ao debate e, ao menos, uma certeza: a importância de empregar a noção de subjetividade de forma menos "inocente" e mais consistente em termos analíticos para, com isso, realizarmos uma associação satisfatória entre os três termos que compõem o título de nossa mesa: história oral, memória e subjetividades.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: _____. *História:* a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

AUGRAS, Monique. História oral e subjetividade. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral.* Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CLOT, Ives. La otra ilusión biográfica. *Historia y fuente oral*, Barcelona, n. 1 e 2, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro: PUC-RJ/NAU, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio*: dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JAMES, Daniel. *Doña María's story*: life history, memory, and political identity. Durham/Londres: Duke University Press, 2000.

POMIAN, Krzysztof. Sur les rapports entre mémoire et de l'histoire. *Le Débat*, n. 122, p. 24-31, nov./dez. 2002.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral.* Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

VERISSIMO, Luis Fernando. Poderes. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 31 jul. 2008.

2.Memória e subjetividade em relatos de imigrantes portugueses

Roseli Boschilia

Como ponto de partida para essa reflexão,[31] e sem nenhuma preocupação com a originalidade, gostaria de fazer referência ao palácio da memória de Matteo Ricci (SPENCE, 1986).

Como sabemos, esse sacerdote jesuíta, que trabalhou em Macau no século XVI, ensinou os chineses a construir o palácio da memória. Segundo ele, uma pessoa poderia construir palácios modestos ou grandiosos, dependendo das memórias que quisesse armazenar. Mas, se desejasse um espaço íntimo, poderia usar apenas o canto de um pavilhão, um altar num templo, ou, até mesmo, um objeto tão doméstico como um guarda-roupa ou um divã (SPENCE, 1986, p. 19). Assim,

> a melhor forma de iniciar o treinamento da memória seria imaginar-se percorrendo o interior de um prédio. Ao visualizar o movimento através desse espaço, criava-se uma sequência para as lembranças. Cada um dos cômodos devia aparecer com clareza aos olhos da mente, decorados de maneira apropriada ao assunto que se queria recordar. (SMITH, 2002, p. 78).

Com muita frequência, algumas pessoas, ao serem entrevistadas,

31 Tiveram participação neste trabalho de pesquisa além das bolsistas do PIBIC Celina Fiamoncini e Giseli Cristina dos Passos, os alunos de graduação Celina Bastos, Laura Jackson, Clarissa K. Gottfried e Thiago Evaldo Rosa.

parecem colocar em prática esses ensinamentos, conforme podemos verificar no exemplo abaixo:

> Tinha a sala de visita, a sala de jantar, tinha o corredor, o meu quarto, a copa, a cozinha, tinha a oratória, eu tinha um oratório bonito e grande que, aliás, eu tenho até hoje, está lá na fazenda [...] Daí tinha o banheiro e a escadaria que descia, embaixo tinha dois depósitos grandes, um dei para as crianças brincarem, tinha balança, tinha tudo e o outro era para mantimentos.[32]

Devemos lembrar, contudo, como alerta Richard Smith (2002, p. 78), que "as expressões orais que uma entrevista documenta [...] contêm mais que palavras arrumadas em frases ordenadas, em narrativas de extensões variáveis". Ou seja, quem trabalha com a metodologia da história oral não deve se iludir com a frieza que as transcrições incentivam, mas, pelo contrário, lembrar sempre que a palavra falada é inseparável da emoção e do gesto. Por trás daquilo que é dito, é possível perceber outras linguagens que surgem não só nos gestos, olhares e outros movimentos do corpo, mas também nas pausas, nas ênfases, nos silêncios e devaneios. Assim, nessa construção, como diz Harold Pinter (apud LOWENTHAL, 1998, p. 75), o passado tanto pode ser "o que você lembra, [como o que você] imagina que lembra, convence a si mesmo que lembra, ou finge que lembra".

Por outro lado, é preciso lembrar também que, sendo a memória um fenômeno social, ela carece da inter-relação com os outros para que sua construção se efetive e, posteriormente, possa emergir, ganhando materialidade a partir de práticas discursivas ou não.

Nesse percurso, longe de trazer à tona uma lembrança congelada do passado, ao rememorar, a pessoa procura dar sentido a sua narrativa a partir de códigos, representações e valores do presente,

32 Entrevista realizada com Aurora Pizzato Fruet, em Curitiba, em 1990, por Roseli Boschilia.

levando, desse modo, a memória a um processo de ressignificação contínuo. E no exercício dialético de reconstruir o passado, a partir de um olhar ancorado no presente, cada pessoa procura articular questões ligadas ao seu universo particular, ou seja, aquilo que compõe sua subjetividade, com o mundo social externo.

Como tributárias dessa experiência, surgem marcas singulares que se evidenciam tanto na formação individual quanto na construção de crenças e valores compartilhados e que irão constituir a experiência histórica e coletiva de diferentes grupos.

Nesse sentido, como reflete Michael Pollak (1992, p. 5), a memória se configura como "um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si". Assim, pode-se afirmar que, ao lado das crenças e dos valores, a reconstrução da memória constitui um dos vetores privilegiados no processo de socialização e identificação dos indivíduos.

Com base nesses pressupostos, ao trabalhar com o tema da imigração, a partir de fontes orais, o pesquisador deve ter clareza que está lidando com sujeitos "deslocados", pois devemos lembrar, como alerta Sayad (1998), que a mobilidade demográfica impõe igualmente um deslocamento identitário, na medida em que esse sujeito se vê privado do seu lugar no espaço social e de suas referências simbólicas. Logo, o ato de e/imigrar exige que o sujeito não só se posicione diante do desconhecido, que perceba diferenças e semelhanças, mas, sobretudo, que formule estratégias no sentido de desconstruir e reconstruir sua identidade,[33] de acordo com o contexto no qual se encontra.

33 Longe de ser vista de forma estática, como fixa e definitiva, a categoria identidade deve ser entendida aqui como algo em constante movimento, que resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações (CUCHE, 1999). Ou seja, ela constitui uma categoria de distinção, baseada em oposições simbólicas, que serve para demarcar as igualdades e as diferenças existentes entre os grupos sociais.

E é, portanto, a partir da experiência, dos desejos, aspirações e motivações presentes no imaginário coletivo que o e/imigrante operacionaliza e reconstrói seus sistemas simbólicos e elabora determinadas representações de si. Desse modo, refletir acerca da experiência da e/imigração também requer do pesquisador uma atenção especial para questões ligadas às subjetividades, aos sentimentos, enfim, ao conjunto de modos de percepção, afeto, medos e desejos que animam os sujeitos atuantes (ORTNER, 2007) e o meio social no qual ele está inserido.

No caso dos portugueses, a experiência da e/imigração é marcada por algumas especificidades que os diferenciam dos demais grupos de imigrantes que vieram para o Brasil a partir do século XIX. Em primeiro lugar, vale lembrar que, a despeito de estarem presentes no território desde o século XVI, só passaram a ter o estatuto de imigrante após a Independência ocorrida em 1822. Além disso, muito embora tenham constituído um dos grupos mais numerosos[34] no contingente de imigrantes, ao longo dos séculos XIX e XX, os portugueses, ao contrário de outras etnias, nunca mereceram qualquer espécie de subsídio por parte das políticas imigratórias.

Como se sabe, os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil no contexto da segunda metade do Oitocentos eram atraídos com o intuito de atender os objetivos propostos pela política imigratória voltada à recepção de camponeses que estivessem interessados na aquisição de terras, em regime de pequena propriedade, e cuja mão de obra estivesse direcionada, prioritariamente, à produção agrícola. Os portugueses, ainda que fossem na sua grande maioria originários do campo, não se enquadravam, entretanto, no perfil de imigrante desejado pelo governo brasileiro. No processo de implementação das políticas imigratórias, a preferência por outras etnias, em detrimento dos portugueses, estava vinculada, em grande medida, ao comportamento do grupo, mais afeito às atividades urbanas. Desde os tempos

34 De acordo com Florentino e Machado (2002), esse período foi marcado pela entrada de parcela significativa de imigrantes portugueses, cujo número superou em mais de sete vezes a quantidade daqueles que desembarcaram durante todo o período colonial.

coloniais, a forte inclinação para o comércio e outras atividades afins estimulava a fixação dos lusitanos nos grandes centros urbanos.

Assim, o perfil econômico dos portugueses contribuiu para que eles permanecessem à margem das políticas promovidas tanto pelo Império quanto pelos governos provinciais no intuito de suprir a carência de mão de obra na área agrícola.[35] A ausência do grupo na documentação produzida acerca da imigração colaborou para a sua invisibilidade, sobretudo no que se refere à historiografia voltada para os estudos imigratórios.

Alijados das políticas governamentais, os portugueses buscaram criar estratégias ou mecanismos de sobrevivência com o intuito de facilitar a sua inserção na sociedade brasileira. Desse modo, as redes de solidariedade, efetivadas a partir do apoio de conterrâneos e da ação promovida pelas associações beneficentes, foram fundamentais para a sua fixação não só nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, como também em núcleos menores como Manaus, Pelotas e Curitiba. No caso do Paraná e especialmente Curitiba – espaço privilegiado na presente análise –, a vinda de portugueses, durante o século XIX, acompanhou o fluxo dos demais grupos de imigrantes que aqui chegaram até o final da Primeira República.

Destaque-se que, embora os documentos oficiais não contenham informações substanciais sobre eles, uma vez que a maior parte passou por outras cidades brasileiras antes de radicar-se na província, a sua presença na sociedade paranaense pode ser rastreada por meio da análise de outras fontes. Assim, além de serem localizados nos registros de desembarque de imigrantes no porto de Paranaguá e nas correspondências do governo, muitos também podem ser encontrados nos anúncios publicados em jornais e nos registros da Sociedade Portuguesa Primeiro de Dezembro, fundada em Curitiba já em 1878.

A partir do rastreamento das fontes disponíveis, é possível afirmar que a imigração portuguesa no Paraná manteve-se estável

35 É importante destacar que, do mesmo modo que os portugueses, outros grupos, como os espanhóis e os árabes também não mereceram qualquer espécie de subsídio do governo brasileiro.

durante quase um século, sofrendo um arrefecimento somente a partir da década de 1930, quando o governo Vargas implantou uma política de restrição à vinda de novos imigrantes para o Brasil.

No interior desse novo contexto político, que coincidiu com a instalação do regime salazarista em Portugal, os imigrantes portugueses passaram a enfrentar maiores dificuldades para entrar no Brasil. Um dos fatores impeditivos nesse sentido estava vinculado à exigência feita pelo governo brasileiro de que portassem um documento assinado por uma pessoa aqui residente, assumindo a responsabilidade pela sua manutenção nos primeiros seis meses de permanência no país. Diante das dificuldades para obter o referido documento, conhecido como "carta de chamada", muitos, impossibilitados de vir para o Brasil, se dirigiram às colônias portuguesas na África, que nessa época ofereciam subsídios para aqueles que desejassem lá trabalhar.

Vale lembrar, entretanto, que a partir de meados da década de 1970, uma parcela desses e/imigrantes, dentre os quais estão alguns de nossos entrevistados, deixou as colônias africanas para fixar-se no Brasil, em decorrência dos conflitos políticos ocorridos por conta dos movimentos de independência naquele continente.

Desse modo, convém lembrar que durante o período salazarista, apesar das medidas restritivas impostas pelo governo brasileiro, o interesse dos portugueses pelo Brasil como país de destino permaneceu. Nessa conjuntura, as redes de solidariedade entre os imigrantes se intensificaram, revestindo-se de novos significados simbólicos. O apoio do imigrante estabelecido ao conterrâneo que vinha em busca de novas oportunidades podia ser o elemento unificador entre pessoas que, apesar das diferenças econômicas e sociais, partilhavam do mesmo sentimento de "deslocamento" identitário.

Tendo em vista a singularidade da imigração portuguesa e também a ausência de fontes para mapear, sobretudo, os indivíduos que chegaram ao Brasil, no período pós Segunda Guerra Mundial, a história oral se apresenta como uma metodologia privilegiada para

reconstruir a trajetória desses e/imigrantes que, embora tenham deixado heranças tão presentes na nossa cultura cotidiana, ainda são pouco conhecidos pela historiografia.

Nessa perspectiva, essa reflexão busca investigar as práticas discursivas sobre a experiência da e/imigração, a partir das narrativas de quatro e/imigrantes, três homens e uma mulher, que saíram de Portugal no período pós Segunda Guerra Mundial e hoje residem em Curitiba. Destaque-se que desses quatro, três deixaram Portugal durante a infância e tiveram oportunidade de retornar ao país de origem uma ou mais vezes, depois de adultos. Para fazer o contraponto, selecionamos ainda um quinto depoimento, do imigrante Candido Polido, que nasceu em 1936, no Alto Douro. Veio para o Brasil com 25 anos, já casado, e, diferentemente dos demais entrevistados, jamais retornou a Portugal.

Embora tenhamos clareza de que os depoimentos carecem ser trabalhados na sua inteireza de modo a possibilitar uma análise mais apurada das questões que desejamos problematizar nessa reflexão, selecionamos alguns trechos com o intuito de exemplificar aspectos que estão presentes ao longo das narrativas construídas por nossos interlocutores. A partir dessas entrevistas pretende-se não só refletir acerca das diferentes estratégias de e/imigração, mas também problematizar, com base nas impressões e sentimentos dos e/imigrantes, questões relacionadas aos laços identitários dos narradores com a cultura portuguesa.

Convém lembrar que no contexto enfocado pela pesquisa, compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o momento imediatamente após a Revolução dos Cravos (1974), a sociedade portuguesa continuava marcada por um intenso ruralismo, no qual a família era vista como um ponto importante de construção e transmissão dos valores nacionalistas. Além de defender o estatuto da família, o regime salazarista procurava reforçar a ideia de que no mundo rural se encontraria o refúgio seguro da virtude e da moralidade. Essa representação de um lugar mágico e aconchegante estava

presente no imaginário social das populações camponesas, ressurgindo nas narrativas de muitos imigrantes que chegaram ao Brasil no início da década de 1950. Em muitas narrativas, em meio às referências sobre a precariedade de recursos, a aldeia natal ressurge como o lugar de pertencimento e de coesão, sempre ancorado nas redes familiares.

Seguindo os conselhos de Ricci, procuramos conduzir nossos narradores para os espaços mais íntimos, muitas vezes escondidos nos palácios de suas memórias. Nessa direção, ao reconstruir a memória sobre o lugar onde passou a infância, um dos narradores diz:

> Lamoso, como toda aldeia, tem a capelinha da santa padroeira, tem as eiras, casas de pedra em ruínas, a rua do canelho, a rua do carrascal e a caleja do lameirão. Tem os cerejais e a moreirica, uma ponte de pedra sobre ribeira, a lagoa cheia de rãs a coaxar, a fonte onde se colhia água à mão.[36]

Após descrever a aldeia, como uma das tantas que existem no norte de Portugal, Amílcar, com os pés no presente, procura refletir sobre os motivos que provocaram o despovoamento da região.

> Falar de Lamoso é para mim algo que sempre me dá muito prazer, e recordar passagens do tempo que lá vivi, mais ainda [...] Quando a minha família saiu de Lamoso, em 1947, ficaram lá 21 famílias e pelo menos outras tantas crianças em idade escolar [...] como a vida por lá era muito dura, vida de lavoura, à medida que a garotada se tornava adulta, ia procurar vida em outras paragens e assim Lamoso foi-se despovoando [...][37]

Em seguida, narra a dor e angústia que sentiu ao saber que deixaria sua aldeia portuguesa para viver em um lugar estranho.

36 Entrevista realizada com Amílcar Fernandes Silva, em Curitiba, em 2005, por Roseli Boschilia.

37 Entrevista com Amílcar Fernandes Silva. Ver nota 37.

> Quando meu pai começou a pensar em ir para o Brasil, em 1944 [...] eu fui invadido por um desgosto e uma agonia profunda [...] Fisicamente incapaz de parar o rumo das coisas e de convencer meu pai a desistir da ideia, comecei a pensar uma forma de ficar em Portugal e decidi que fugiria na hora do embarque em Lisboa [...] Dois carros de bois levaram-nos, junto com as malas, até a estação do Variz, onde na manhã do dia seguinte tomamos o comboio para o Porto e depois para Lisboa. No dia 2 de abril, a bordo do navio Mousinho, saímos de Lisboa.[38]

Interessante notar que o desejo inicial da família Silva era migrar para o Brasil. O projeto, no entanto, não se concretizou devido às dificuldades encontradas pelo pai de Amílcar no sentido de cumprir uma das exigências do governo brasileiro, a apresentação da "carta de chamada". Diante da necessidade de emigrar, a família Silva preferiu dirigir-se a Angola, país que, naquele contexto, oferecia subsídios, buscando atrair novos grupos de imigrantes. Foi preciso aguardar três décadas para que, finalmente, Amílcar chegasse ao Brasil. Isso ocorreu no momento das lutas pela independência da Angola, em meados da década de 1970, quando ele chegou aqui, com sua mulher e filhos.

Já Maria Helena, filha de uma camponesa que, como a maioria dos emigrantes, saiu de Portugal premida pelas condições materiais, constrói suas lembranças ancorada nas representações acerca do modo de vida que essas famílias comumente levavam nas aldeias.

> Nasci em Valpaço, aldeia insignificante, da região de Trás-os--Montes, entre Chaves e Vinhais. Como todos do lugar, eu vinha de uma família de camponeses que cultivavam o essencial para sobreviver, nas pequenas eiras, que vinham sendo divididas e subdivididas há muitas gerações a ponto de cada família não possuir mais que simples quintais. A minha casa era de xisto, com um só cômodo, dividido em "lugar de dormir" e "lugar de cozinhar". Ao rés do chão, o palheiro.[39]

38 Entrevista com Amílcar Fernandes Silva. Ver nota 37.

39 Entrevista realizada com Maria Helena Correa, em Curitiba, em 2005, por Roseli Boschilia.

Além de evidenciar aspectos ligados à estrutura fundiária, ao clima e à arquitetura, a sua narrativa destaca também outros elementos simbólicos ligados não só ao patrimônio imaterial, mas à própria subjetividade.

> E havia o frio, e havia a miséria, e havia o analfabetismo secular. Só fome não havia ali, por conta do que se criava e plantava. Luxos? Só o direito de sonhar. Creio que as pessoas só se lembravam de ser felizes no dia da festa do santo padroeiro. E era essa vida: sofrida, minguada, previsível, conformada [...][40]

Assim, na sua construção discursiva, ao lado da aridez do clima, da carência material e do conformismo dos camponeses, o sonho aparece como um elemento capaz de provocar mudanças na vida, pelo menos dos mais jovens. A referência ao direito de sonhar serve, talvez, para justificar a atitude da mãe que a deixou, temporariamente, em Portugal para tentar uma nova vida no Brasil.

> Na década de [19]50, além de minha mãe, muitas mulheres partiram da aldeia ou de aldeias próximas. Ainda assim, o número de homens que emigraram sempre foi mais elevado. Todos partiam pelos mesmos motivos: a falta de perspectiva do trabalho no campo, as eiras cada vez mais divididas entre os parentes [...] o aumento da miséria, o sonho de enriquecer. As mulheres acabaram quase todas como domésticas, por conta de a maioria, talvez 90% delas, ser analfabeta.[41]

Após três anos de permanência no Brasil, a mãe de Maria Helena, finalmente, conseguiu saldar a dívida feita para custear a própria passagem e pôde então fazer um novo empréstimo para mandar buscar a filha. Impossibilitada de pagar a passagem de um adulto que pudesse acompanhar a criança, recorreu a uma amiga de infância que iria embarcar no mesmo navio com o intuito de tentar a sorte no Brasil.

40 Entrevista realizada com Maria Helena Correa. Ver nota 40.

41 Entrevista realizada com Maria Helena Correa. Ver nota 40.

Sobre a experiência da partida, Maria Helena conta:

> Apesar de ser muito criança, lembro-me da partida. Minha avó e tios preparam-me um parco enxoval que meteram numa mala velha e carcomida pelo tempo [...] Parti com mala e impaciência, num carro de boi, depois tomei um ônibus e, finalmente, entrei no navio, que era inglês, muito velho [...][42]

Contudo, após o relato da viagem, retratada aparentemente como o início de uma aventura, ela passa a refletir sobre o significado que a saída da aldeia teve para ela e a mãe.

> Fui arrancada dos braços de minha avó, eternamente enlutada e cega; arrancada do chão de minha terra, dos sons, das cores e dos cheiros de minha aldeia para ser "plantada" em São Paulo [...] Vivi com minha mãe durante 12 anos na casa da família onde ela trabalhava como doméstica.
> Minha mãe fugira dos "trabalhos sem fim dos campos" para acabar por definhar no "trabalho sem fim como empregada", numa casa alheia, numa pátria alheia, longe dos seus.[43]

Como diz Ecléa Bosi (1979, p. 17), "a memória assume uma função decisiva, o passado não só vem à tona das águas do presente, misturando-se com as percepções imediatas, como também desloca estas últimas ocupando o espaço da consciência".

Assim, no discurso de Maria Helena construído no presente, e prenhe de poesia, é possível perceber que as marcas da separação irrompem não só nas reminiscências da menina que deixou a aldeia para encontrar a mãe de quem não mais recordava o rosto, mas também ocupam espaço privilegiado no seu campo de trabalho como escritora.

José Rodrigues, outro e/imigrante que saiu de Portugal ainda criança, também faz um exercício de reflexão sobre o fenômeno do

42 Entrevista realizada com Maria Helena Correa. Ver nota 40.
43 Entrevista realizada com Maria Helena Correa. Ver nota 40.

deslocamento temporário ao qual muitos emigrantes se submetiam, visando buscar melhores condições de vida para sua família.

> [O lugar onde nasci] era uma aldeia na beira do rio Mondego [...] Vivia eu, meu pai, minha mãe, minha irmã e meu irmão. Aí quando eu tinha 6 anos meu pai veio para o Brasil, que isso era muito tradicional, a família toda já tinha feito isso, meus avós, meus bisavós já tinham vindo para o Brasil. Eles vinham, ganhavam um pouco de dinheiro e iam para Portugal, compravam uma propriedade, faziam uma casa, voltavam, ganhavam um pouco mais de dinheiro, voltavam. Isso era o ritmo do imigrante na época [...] Então, o meu pai veio pra cá para trabalhar com o irmão dele, num armazém de secos e molhados em Floraí, perto de Paranavaí, no Norte do Paraná.[44]

Ao fazer o relato sobre a decisão do pai, que, após conseguir se estabilizar economicamente, mandou buscar a esposa e os filhos, José fala sobre as primeiras lembranças do Brasil:

> A primeira lembrança que tenho foi em Santos. Eu no convés do navio olhando, tentando achar meu pai [nesse momento o entrevistado faz uma pausa, procurando evitar as lágrimas], fazia quatro anos que a gente não se via, aí de repente eu vejo ele lá embaixo, de terno, gravata e chapéu na cabeça, essa foi a primeira emoção [...][45]

E ele prossegue falando sobre a viagem de Santos ao interior do Paraná, nos idos da década de 1950, e a expectativa de chegar a Araruna, onde o pai já estava estabelecido na área do comércio:

> Subir a serra de Santos para São Paulo foi uma aventura, porque tudo era diferente, era realmente uma sensação totalmente nova. Depois ir para a Estação da Luz, pegar o trem, chegar em Maringá [...] depois pegar o jipe, amassar

44 Entrevista realizada com José Rodrigues, em Curitiba, em 2008, por Laura Jackson e Celina Bastos.

45 Entrevista realizada com José Rodrigues. Ver nota 45.

> barro até chegar em Araruna [...] e você fica com uma expectativa muito grande: "eu vou ver uma casa maravilhosa". Era um barracão de secos e molhados! Bem como a gente vê nos filmes de faroeste, uma casa de madeira, de tábua para servir de degrau, com aquele tronco na frente, para os cavaleiros amarrarem os cavalos. Enfim, foi tudo diferente, tudo novo pra mim. Era uma excitação muito grande, tudo, tudo, é uma mistura de fortes emoções com novidades.[46]

Com esses exemplos, o que se percebe é que, ao recordarem os tempos de infância, marcada não só pela precariedade da vida nas aldeias, mas essencialmente pela experiência do deslocamento, narradoras e narradores articulam o seu discurso a partir das referências cognitivas e emocionais, mesclando razão e emoção.

Desse modo, com o intuito de dar inteligibilidade às lembranças, os e/imigrantes penetram no palácio da memória, em busca de um passado que, em alguns momentos, apresenta-se fugidio e desordenado e, em outros, ressurge como se ainda fosse possível ouvir o canto dos pássaros, o ruído do riacho e o agradável odor da comida sobre o fogão de lenha.

> Ao passar a portaria de pedra, vi que a porta de madeira carcomida pelo tempo era ainda a mesma que tantas vezes abri e fechei. Ao transpô-la, senti um misto de expectativa e emoção quase me dominarem. Eu estava de novo na minha casa, no berço dos meus primeiros sonhos. Passei pela sala, entrei na curralada, que pena me deu de ver tudo abandonado, mas algumas coisas estavam na mesma, como as manjedouras de pedra onde as vacas comiam, até o lugar das galinhas porem os ovos estava lá [...] Voltei à sala e passei à cozinha. Lá encontrei outras velhas relíquias, como o armário embutido na parede, à entrada à esquerda, onde minha mãe guardava queijo, marmelada, presunto e outras coisas [...] Também estavam lá as vigas do fumeiro, a chaminé de pedra [...] e a mesa de madeira onde fazíamos as refeições. (SILVA, 2010, p. 77).

46 Entrevista realizada com José Rodrigues. Ver nota 45.

Vale destacar que, ao serem convidados a falar sobre as rupturas e ausências em relação ao seu lugar de origem, a memória gustativa emergia como um dos elementos que possibilitava uma reaproximação com os laços identitários.

Estreitamente associadas à sensorialidade, as lembranças sobre a comida ressurgem nas narrativas dos e/imigrantes como referência de pertencimento a uma determinada cultura, na qual padrões e modelos traduzem uma ordem social e simbólica.

> O meu avô, ele tinha uma propriedade grande e ele era um, enfim, aqui é um pequeno agricultor, mas pra lá, para o tamanho de Portugal é uma grande propriedade, e ele tinha produção própria de azeite, ele tinha produção própria de vinho. E na casa de meu avô a gente comia umas bacalhoadas maravilhosas, porque ele pegava o azeite, e em vez de usar o azeite em garrafa a gente pegava o potinho de azeite mesmo e derramava em cima das batatas e do bacalhau, então me lembro muito desses momentos de refeição junto com o meu avô e com a família.[47]
>
> Aquela batata com bacalhau, meu Deus, ainda hoje sinto falta. Polvo, aquele polvo. A sardinha lá é muito gostosa também. Colocar na brasa ou botar na frigideira [...] não precisa botar azeite, não precisa nada, que a própria gordura dela, ela desmancha. E é muito gostoso. E as frutas que tinha também. Era demais.[48]

No interior da narrativa, a saudade se manifesta "como uma felicidade triste que nasce do encontro fugidio com uma lembrança, é o prazer nascido do fugaz contato com um objeto do desejo que se torna presente por instantes" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 121). Fazendo jus à afirmação desse mesmo autor, de que a saudade se apresenta como "um gosto que traz um desgosto iminente", o narrador dá sequência ao seu raciocínio dizendo:

47 Entrevista realizada com José Rodrigues. Ver nota 45.

48 Entrevista realizada com Cândido Polido, em Curitiba, em 2008, por Clarissa K. Gottfried e Thiago E. Rosa.

> Bem que eu gostaria de ir lá outra vez, mas não dá [...] *Tenho que me contentar em ficar aqui mesmo.* Comer um feijãozinho, arroz. De vez em quando ir [ao supermercado] e comprar um pedaço de bacalhau e cozinhar com batata.[49]

Além do saudosismo, que aparece, quase sempre, atrelado a um passado idílico, mitificado, outra questão presente nas narrativas é a ambiguidade em relação ao sentimento de adesão à sociedade receptora. Assim, no processo de reconstrução das lembranças, os narradores deixam escapar, sutilmente, elementos que podem nos ajudar a refletir sobre as relações de adesão ou rejeição que eles estabelecem com seus grupos de pertencimento. Ou seja, a partir das suas práticas discursivas, é possível encontrar pistas para discutir o lugar da sua ancoragem identitária, procurando perceber até que ponto eles se encontram encerrados nas malhas de fidelidades e de pertencimentos que lhes impõem seus comportamentos (RUANO-BORBALAN, 2004).

Nesse sentido, quando provocados pelos entrevistadores, na tentativa de saber se hoje se sentem mais brasileiros do que portugueses, os narradores, algumas vezes, se posicionam de modo contraditório.

> Estou morando mais tempo no Brasil. Aqui estou com 40 anos e pouco no Brasil. E lá morei 25 anos. Então quer dizer que agora sou mais brasileiro que português [mas] não quis me naturalizar. Fiquei assim mesmo.[50]
>
> Minha casa é no Brasil, sem dúvida nenhuma, o que eu ainda não consigo é torcer pra seleção brasileira quando ela joga contra Portugal [risos], não consigo, não tem jeito, nem no futebol de salão, nem no futebol de campo, não dá, aí o sangue puxa mais forte! Mas fora disso, eu vim pra cá, o Brasil me acolheu de forma maravilhosa [...] o Brasil sempre foi muito generoso conosco, e com a minha família toda. Aqui que eu ganho meu dinheiro, e que eu me envolvo com a comunidade, aqui que eu criei meus filhos [...] então minha pátria é esta aqui.[51]

49 Entrevista realizada com Cândido Polido. Ver nota 49.
50 Entrevista realizada com Cândido Polido. Ver nota 49.
51 Entrevista realizada com José Rodrigues. Ver nota 45.

Outras vezes, a resposta em relação ao seu lugar de pertencimento aparece de modo mais enfático, sintetizando com maior clareza o sentimento de identidade desses imigrantes:

> [Lá] eu deixei a casa de xisto, as oliveiras, as cerejeiras, os montes de palha seca [...] Deixei amigos, as andorinhas, a neve. Deixei as batatas, as sardinhas assadas, as postas de bacalhau [...] deixei o riacho. Deixei o repicar do sino da igreja... Lá eu deixei metade de mim. (CORREA, 2011, p. 167).
> Luanda era estranha pra mim. Eu procurava a integração e não conseguia. E assim por meu mal sentia-me desterrado em minha terra natal. Minhas raízes, meus amigos, os meus sonhos que não desabrocharam. Tudo afinal que era meu tinha ficado em Portugal [...][52]

Nesse turbilhão de lembranças, em que "o saudosismo parece nascer da angústia diante da sucessão de novidades, como fruto da insegurança na presença de novas estruturas sociais que vêm substituir a antiga ordem, destruindo os lugares e as hierarquias sociais já estabelecidos" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 119), os e/imigrantes explicitam o desconforto em relação à experiência do deslocamento. Termo este que, para muitos, condensa não só o isolamento geográfico, a privação do espaço social, o distanciamento de referências simbólicas, mas acima de tudo as fraturas e cicatrizes presentes na sua identidade subjetiva.

Enfim, podemos afirmar que, ao permitirem nossa entrada em seus palácios da memória, os narradores, ainda que não tenham nos dado a chave para acessar os espaços mais íntimos da sua subjetividade, possibilitaram que olhássemos, furtivamente, pelo buraco da fechadura.

52 Entrevista realizada com Amílcar Fernandes Silva, em Curitiba, em 2005, por Roseli Boschilia.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina H.; PARENTE, Temis G. *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p.117-139.

BOSCHILIA, Roseli. A sociedade portuguesa em Curitiba: um projeto identitário (1878-1900). In: MATOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando; HECKER, Alexandre (Org.). *Deslocamentos & histórias*: os portugueses. Bauru, SP: Edusc, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

CORREA, Maria Helena. A bruxa madrinha. In: BOSCHILIA, Roseli; ANDREAZZA, Maria Luiza (Org.). *Portuguesas na diáspora*: histórias e sensibilidades. Curitiba: UFPR, 2011. p. 163-174.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DRAAISMA, Douwe. *Metáforas da memória*: uma história das idéias sobre a mente. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo com o grau de afastamento do mercado de cativos. *Salvador Afro Ásia*, n. 24, p. 51-70, 2002.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 63-202, 1998.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. *Horizonte antropológico*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, jul/dez 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RUANO-BORBALAN, Jean C. Introduction générale: la construction de l'identité. In: HALPERN, Catherine; RUANO-BORBALAN, Jean Claude (Dir.). *Identités(s)*: l'individu, le groupe, la societé. Auxerre: Sciences Humaines, 2004. p. 1-10.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SILVA, Amílcar Fernandes. *Diário de um sonho*. Curitiba, 2010. 115p.

SILVA, Amílcar Fernandes. *Retalhos de minha vida.* Curitiba, 2005. Texto datilografado.

SMITH, Richard C. Circuitos de subjetividade: história oral e o objeto de arte. *Estu-*

dos históricos, Rio de Janeiro, n. 30, p. 76-90, 2002.

SPENCE, Jonathan. *O palácio da memória de Matteo Ricci*: a história de uma viagem da Europa da contrarreforma à China da dinastia Ming. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.



HISTÓRIA ORAL, CIDADES E DIFERENÇA

1. À sombra do jequitibá

Marcos Alvito

Sem ter condições de ensinar algo de novo e extraordinário acerca da história oral, gostaria de compartilhar aquilo que tenho aprendido na aventura da pesquisa, sobretudo naquele momento decisivo e muitas vezes mágico em que nos vemos diante de uma outra pessoa e pedimos a ela que conte sua história. Será *uma história sobre histórias*. Adoto aqui a perspectiva de Portelli (2005, p. 3) de que em um trabalho de história oral não *estudamos* as pessoas e sim *aprendemos* com elas.

Até um certo dia de maio de 1995, eu era um pacato professor de História Antiga fazendo um doutorado na USP sobre o que eu chamava de "A apropriação social do corpo feminino em Atenas e Esparta". Por conta de uma reviravolta pessoal e acadêmica que não cabe contar aqui, meses depois eu estava pesquisando a favela de Acari. Localizada a cerca de 25 quilômetros ao norte do Centro do Rio de Janeiro, era na época formada por três favelas e um conjunto residencial onde moravam, em uma densidade demográfica superior à de Copacabana, por volta de quarenta mil pessoas.

Àquela época, Acari era um dos principais postos de venda de drogas a céu aberto do Rio de Janeiro, palco de uma confrontação cotidiana e sangrenta entre policiais e jovens traficantes. Em meio a isso, uma comunidade de trabalhadores pobres, muitos deles acordando às três horas da manhã para pegar no serviço pesado de "car-

regador" da maior central de abastecimento de alimentos da cidade, a CEASA. Costumo brincar com meus alunos dizendo que o suco de laranja que eles tomaram de manhã provavelmente foi descarregado de um caminhão pelos braços firmes do pessoal de Acari.

A violência tornara a rua – e também as próprias casas, cujas paredes muitas vezes eram atravessadas por tiros de fuzil – um lugar perigoso, afetando toda a vida comunitária, restringindo a circulação das pessoas, as brincadeiras de criança, as festas, os encontros e até os jogos de futebol.

Uma das consequências desse cenário era a multiplicação de igrejas evangélicas, sobretudo as de denominação neopentecostal, com sua retórica maniqueísta de uma oposição entre o Bem e o Mal. Tudo que estava acontecendo no "mundo" era atribuído ao Diabo que devia ser combatido, nas palavras de uma "missionária" que vamos conhecer melhor mais adiante, com "um exército de anjos".

Era ali que eu, pesquisador iniciante, realizei minhas primeiras entrevistas de história oral, sem nenhum preparo anterior. Quando digo "sem nenhum preparo" não estou exagerando. De início, minha única leitura específica havia sido o ótimo livro de Paul Thompson (1992) *A voz do passado*. Mas, como todos os que pesquisam em história oral sabem, a entrevista é uma arte que só se aprende na prática.

Uma das primeiras entrevistas que consegui, depois de seis meses frequentando Acari, foi com os fundadores de uma associação de moradores do local. Preocupados com o destino a ser dado ao seu depoimento, um deles negociou comigo, ou melhor, impôs a condição de falarem "somente sobre o passado" e de que eu não lhes perguntasse nada "sobre o que estava ocorrendo hoje" (sobretudo a violência). Em suma, iriam tratar somente da fundação da associação de moradores e das lutas empreendidas por eles: a primeira e precária rede de esgoto construída pelos moradores, a instalação de "cabines de luz" exploradas por particulares e algumas melhorias conseguidas com políticos.

Aqui eu já aprendia a minha primeira lição de história oral: devemos sempre nos perguntar os motivos pelos quais nossos entrevistados nos "concedem" uma entrevista. Depois de conversar com um jornalista, o sambista e partideiro Aniceto do Império fez um samba dizendo: "sofri uma entrevista esta manhã". Ou seja, se o etnógrafo, no dizer de Clifford Geertz (1989), vive a perseguir "sujeitos inteligentes com perguntas obtusas", resta saber por que eles se sujeitam a isso. No caso dos fundadores da Associação dos Moradores do Parque Vila Rica, eles tinham uma consciência muito clara de que haviam desempenhado um papel importantíssimo na história local e estavam dispostos a "sofrer uma entrevista" para que isso fosse documentado e registrado. Portelli (1991, p. 59) ensina que "contar uma história faz o narrador escapar do esquecimento; a história constrói a identidade do narrador e a herança que ele ou ela quer deixar para o futuro".

É claro que o que iriam me contar seria uma versão parcial e interessada, uma espécie de história oficial para as futuras gerações, o que ficou claro por conta de um incidente ocorrido durante a entrevista. Quando um dos entrevistados menciona divergências internas existentes na associação de moradores, é interrompido por Seu Tião Peixeiro, que havia combinado comigo a realização da entrevista e as condições na qual ela transcorreria. Com a autoridade de quem estava na laje da sua casa, ele pede ao "professor" que desligue o gravador e, em seguida, lembra a seu antigo companheiro de associação que eles não estavam ali para isso (falar dos problemas), e sim para relembrar as *conquistas* da associação. É claro que isso não diminui o valor daquele depoimento, pois a história oral deve deixar a verdade factual em segundo plano e atentar para a "verdade do coração humano" (PORTELLI, 1991, p. ix). Aquele depoimento não estava sendo concedido para servir de fonte "imparcial" a uma reconstrução da história da comunidade, e sim para que aqueles homens reafirmassem sua identidade de personagens relevantes da luta comunitária diante do pesquisador, que, supostamente, seria capaz

de preservar e transmitir essa "informação". Dentro desse "espírito", a menção às disputas internas na associação comprometia o objetivo do depoimento.

Aceitas as condições de realização da entrevista, ela começou da forma mais desastrada possível, com o pesquisador iniciante embolando ansiosamente *várias* perguntas iniciais. Assim que a confusão é desfeita e os entrevistados entendem que lhes estava sendo solicitado um breve relato de como haviam chegado a Acari, Seu Tião Peixeiro começa a contar sua história:

> Bem, quando eu vim pra aqui, eu morava no Jorge Turco, num quarto alugado, eu trabalhava na empresa de ônibus que faz a 362, mas eu achando que não dava pra continuar pagando aluguel, eu tinha vontade de ter minha casinha, nem que fosse numa favela, mas minha. Na época eu não tinha condição de comprar um terreno e construir uma casa. Pelo qual eu vim sem conhecer ninguém aqui dentro, nunca tinha vindo aqui dentro, aí vim de bicicleta, procurando, ia comprar um pedacinho lá embaixo, lá dentro do brejo, naquela época cem mil réis, né, foi em [19]71, aí estiquei pra frente, vim até aqui, chegando aqui uma vizinha me disse: "ó, esse pedaço daí tá desocupado, o moço roçou aí, mas não apareceu mais, te aconselho esse pedaço aqui", que ele também não morava aqui. Mas, a minha situação não tando boa, eu não tinha como fazer a casa. Aí comprei, lá no Jorge Turco, um bocado de madeira, umas pernas de três, não tinha dinheiro pra pagar o aluguel, dei um relógio que eu tinha pra pagar o carreto, coloquei aqui a madeira, deixei o vizinho do lado, que aqui tinha um barraquinho de táubua, de madeira, tomando conta pra mim, e a outra vizinha aqui do lado, até que eu pudesse vim e fazer o barraco; aí vim, reuni uns colegas, vim, eu botei as madeiras, joguei as telhas em cima, não tinha madeira pra cercar; comecei a juntar táubua de caixote, que é pra fechar o barraco.

Aí fechei um cômodo com táubua de caixote, não tinha porta pra entrar, vim morar, num barraco de chão, precisava fazer a cozinha,

aí fiz a cozinha, não tinha telha, tudo cercado de táubua de caixote, aí eu fui na lixeira, arrumei um encerado, tapei com encerado. Aí fiquei, não tinha conhecimento nenhum. Aí cerquei, daqui até lá na frente, não pra vender, pra dar pras pessoas, de modo que pudesse trazer pessoas conhecidas pra perto de mim, que eu aqui era completamente estranho, aí comecei a dar esses pedaços daqui pra lá, aí comecei a arrumar ambiente com os moradores.[53]

O que temos até aqui? À primeira vista, nada de mais, apenas um relato acerca de um motorista de ônibus que, querendo se livrar do aluguel, decide construir sua "casinha", "nem que fosse numa favela", mas *sua*. No entanto, se ouvirmos com calma o que é efetivamente "dito" nessa narrativa, se a tomarmos a sério como uma construção de significado, veremos que ela nos diz muita coisa. O narrador, à época da entrevista, era um senhor de 60 anos que tinha se tornado um comerciante muito bem-sucedido na favela. Sua "birosca" era um primor de organização, cada produto, meticulosamente arrumado, tinha afixado o preço em papeizinhos escritos à mão. Se voltarmos à sua narrativa, elaborada 25 anos depois, podemos reparar na voz tranquila, pausada e contida, mas que deixa transparecer certa emoção e um compreensível orgulho ao relembrar o início difícil. Percebemos que o relato é carregado da ideologia do "*self made man*", do empreendedor: seu desejo inicial é de ter uma propriedade "nem que fosse numa favela, *mas minha*". Sem conhecer ninguém, esse *indivíduo* vem de bicicleta procurando até que acha um "pedaço" para construir. Sem dinheiro para construir, compra uns pedaços de madeira, vende seu relógio para pagar o transporte do material, improvisando materiais como "tábua de caixote" (os caixotes em que são transportadas as laranjas e outros alimentos no CEASA) e um "encerado" (lona) encontrado no lixão, cerca sua propriedade e constrói sua casa, de chão de terra batida e ainda sem "porta pra entrar". Mas toda essa notável iniciativa individual coe-

53 Entrevista com Sebastião Carvalho Sobrinho (Tião Peixeiro), em Acari, Rio de Janeiro, em 1996, por Marcos Alvito.

xiste com uma percepção muito clara da necessidade de construir relações e da importância delas. Ele descobre o seu "pedaço" aconselhado por uma senhora a quem ele já chama respeitosamente de "vizinha". Depois que transporta a madeira para o terreno, tem que contar com a ajuda de dois vizinhos para "guardar" os materiais e garantir que aquela terra não seja ocupada por outrem. Voltando ao local, não constrói a casa sozinho, mas com a ajuda de "colegas". A consciência de que a sua notável disposição individual necessitava de um "ambiente" propício para dar certo é expressa com clareza no uso da palavra "conhecimento". Ele diz a certa altura: "Não tinha *conhecimento* nenhum". Que saber era esse que ele dizia não ter? Não era aquilo que se aprende em livros, mas aquilo que era essencial para que ele se estabelecesse no local: *conhecer* os outros moradores. Sendo assim, ele cerca outros terrenos em torno do dele, "não pra vender", mas para dar para outras pessoas da sua confiança, "conhecidas", e assim "criar um ambiente com os moradores". Portanto, ao contrário do que poderia supor um intelectual de classe média que imagina esse "outro" que é o morador de favela como alguém premido somente pela necessidade, esse "outro" vê a si próprio como sujeito da sua própria história, a qual ele tem que construir passo a passo, não só com as próprias mãos e dos seus "colegas", mas também a partir de uma avaliação "sociológica" sutil denotada pelo uso próprio do termo "conhecimento".

Deixemos Seu Tião Peixeiro continuar a sua narrativa (em meio aos fogos de artifício soltados pelo tráfico), até mesmo para nos ensinar por que ele tem o epíteto de "Peixeiro":

> Mas sendo que eu tava licenciado pelo INPS, não tinha nenhum convívio aqui dentro, amizade com ninguém, eu ia todo dia lá pro Jorge Turco, e vinha à noite, à noite eu ia deitar cedo, quando era duas, três horas da manhã, acordava, perdia o sono, aí ficava rolando na cama... Descansando, né? Aí, um dia eu inventei, tava com três mil réis no bolso na época, aí inventei de descer às três horas, falei: "ah, eu vou descer pra ir a Ramos", aí desci pra Praia de Ramos, comprei

> um ganhozinho de peixe – uma mistura, né? Aquele ganhozinho de peixe, eu vim trouxe pra aqui, botei ali e vendi até oito horas da manhã. Aquele dia eu só fumei um cigarro pra economizar o dinheiro pra poder no outro dia comprar dois ganhos. Aí, desci, comprei dois, dois cestos e trouxe, botei ali, até as oito horas, sobrou um pouquinho, botei na bicicleta, fui até aqui em baixo, vendi. No terceiro dia eu desci, já trouxe três, aí já botei na porta embrulho da bicicleta, o qual tenho ela até hoje. Isso já tem 25 anos.[54]

É claro que aqui temos uma narrativa *mitológica*, quase bíblica, a parábola dos peixes que se multiplicam simetricamente até que ele possa se estabelecer como comerciante. Afora essa tonalidade religiosa, é o relato clássico de um capitalista bem-sucedido, não faltando inclusive o ascetismo forçado: "Aquele dia eu só fumei um cigarro pra economizar o dinheiro pra poder no outro dia comprar dois ganhos [de peixe]". Onde imaginamos carência material, somos confrontados com um relato acerca da inventividade ("Aí, um dia eu inventei", "inventei de descer") e do aproveitamento dos recursos disponíveis. Onde sonhamos com uma difusa solidariedade coletiva, encontramos o relato de um indivíduo empreendedor que se relaciona de forma racional e calculada com a coletividade.

De que maneira a consciência da desigualdade e da injustiça contamina nossas representações da diferença? De que maneira ela acaba sendo construída de acordo com a nossa leitura bem-intencionada e paternalista do Outro? O Outro para o pesquisador de classe média – que ainda é maioria – é o pobre, o favelado, o negro, o operário (cada vez menos). O grande perigo consiste exatamente em que busquemos na história oral apenas a confirmação desse "outro" imaginado, romântico e deliciosamente simples.

Tendo internalizado em nosso *habitus* os preconceitos da classe a que pertencemos, somos "surdos seletivos", muitas vezes incapazes de perceber que a narrativa dessas histórias aparentemente sim-

54 Entrevista com Sebastião Carvalho Sobrinho (Tião Peixeiro). Ver nota 54.

ples pode ser bastante complexa, elaborada, em um entrelaçamento de forma e conteúdo que contém metáforas valiosas e reveladoras. Mais uma vez seguindo Geertz, precisamos levar a sério aquilo que o "nativo" diz.

Se me permitem outro exemplo acariano, eis o início de outra entrevista realizada por mim naquela região, desta vez com a "Missionária Miriam", 31 anos, que estava à frente da igreja neopentecostal "Missão Apostólica Milagres da Fé". Em uma salinha adjacente a seu templo, cerca de uma hora antes de começar o culto noturno, a missionária me contou como tinha se tornado uma líder religiosa:

> Marcos, eu nasci lá em Vila Kennedy, na rua [?] número 20, Vila Kennedy. Eu nasci em casa mesmo, não nasci no hospital, eu sou a filha mais nova e tenho cinco irmãos, comigo são cinco, eu sou a mais nova, o outro já partiu, mais novo, e na minha casa só quem é cristão sou eu, não tem mais ninguém evangélico. Eu fui levada pra igreja com 6 anos, tinha 6 anos nesse tempo, quando eu fui pra igreja. Eu não fui levada pelos meus pais, meus pais não eram cristãos, fui levada por uma senhora da Igreja Congregacional, uma igreja que tinha lá em Vila Kennedy, ainda tem essa igreja, e essa senhora se chamava Dona Juventina. Eu achava bonito aquelas crianças todas da rua, festival dominical, né que se chama, se chamava, e eu comecei, como diz, naquela coisa toda de criança, gostava muito, fazia muita bagunça na igreja, às vezes eu virava até banco da igreja, criança, né, com 6 anos. Eu me lembro como se fosse hoje. E dali eu comecei. Aí as meninas foram se formando, foram ficando mocinhas também. Mas as minhas irmãs também iam com gosto pra igreja, a turma daquelas crianças toda.
>
> E dessas crianças só quem escapou assim que ficou mesmo até hoje na igreja, né, foi eu e mais duas moças, que hoje seguiram outros caminhos, outras igrejas, que é a Tânia e Janete. E eu fiquei, mas eu fiquei nessa igreja até os 12 anos, porque só tinham pessoas de idade lá, né, então eu não sei, com 12 anos, vi as coisas assim mais clara na minha mente, aí senti um desejo assim de fazer algo para Deus. Entendeu? Com 12 anos. Então eu dizia que queria ser uma mis-

> sionária, eu não dizia pastora, eu dizia que queria ser uma missionária, desde os meus 12 anos. Que eu queria ser uma missionária, que eu queria fazer a obra de Deus. Entendeu? Mais aí eu não entendia nada. Não tinha assim aquela sabedoria dentro da palavra. Eu pensava que ser uma missionária era só chegar ali na frente, pegar o microfone, lê um versículo da Bíblia, pronto, acabou. Mas conforme a gente vai crescendo, né, assim, espiritualmente dizendo, na palavra, não é nada daquilo, a gente tem que estudar, né, entrar bem na palavra de Deus. Então para ser uma missionária não é só chegar ali na frente e falar, tinha que descobrir se eu tinha mesmo um chamado de ser uma missionária. Eu te falei, se eu tinha mesmo o chamado de ser escolhida, de ser enviada a um lugar, né, ser uma missionária mesmo.[55]

Aqui, obviamente, temos outro tipo de relato. Indivíduo e sua vontade são relativizados, ao contrário do caso do Seu Tião Peixeiro. Trata-se de um relato acerca da *predestinação*, acerca do "chamado" de Deus: não basta frequentar a igreja, porque de um grupo enorme de crianças só três moças "escapam" (ou se salvam), dentre elas a futura missionária Miriam. O desejo de "fazer algo para Deus" e de ser uma "missionária" surge aos 12 anos, espontaneamente, mesmo que ela diga que ainda "não entendia nada". Aqui, todavia, ao contrário de Seu Tião Peixeiro, querer não é poder, é a vontade de Deus que impera, era preciso saber se ela "tinha mesmo o chamado de ser escolhida". Mais à frente, em outro trecho da entrevista, ela vai contar como obteve a confirmação da sua vocação. Aos 18 anos de idade, na avenida Brasil, dirigindo-se ao ponto de pregação que mantinha perto do presídio de Bangu 1, a jovem missionária atravessa a rua para escapar à perseguição de um bêbado que queria agarrá-la e que, ao segui-la, é atropelado e morto por uma Kombi. Muito nervosa, sentindo-se culpada e pedindo desculpas a Deus, ela chega ao ponto de pregação onde tenta não demonstrar o que acontecera. Uma senhora que nada sabia dirige-se a ela e a acalma, dizendo que Deus

55 Entrevista realizada com a Missionária Miriam (nome fictício), em Acari, Rio de Janeiro, em 1996, por Marcos Alvito.

tinha lhe dado "um livramento naquela noite". Treze anos depois, quando estava sendo entrevistada, ela chama aquele episódio de "primeira profecia", em suma, do primeiro sinal que Deus lhe dá de que ela havia sido efetivamente escolhida por Ele para "fazer a obra".

Voltando ao trecho citado, descobrimos neste relato uma forma de saber, de conhecimento, muito sutilmente apresentada. Quando a missionária diz que não tinha "sabedoria dentro da palavra", chama atenção um uso pouco comum da preposição. Afinal, ela não diz que conhecia pouco a palavra de Deus, ela diz textualmente que "Não tinha assim aquela sabedoria *dentro da palavra*". Não é uma fala acidental ou ignorante, afinal logo depois ela vai dizer: "conforme a gente vai crescendo, né, assim, espiritualmente dizendo, *na palavra*, não é nada daquilo, a gente tem que estudar, né, *entrar bem na palavra de Deus*". A que se presta esse uso inventivo da preposição? Por que a missionária diz que é preciso crescer espiritualmente "na" palavra de Deus? Por que ela diz ser necessário "*entrar* bem *na* palavra de Deus"? O que isso significa? O que quer dizer estar "*dentro da* palavra"?

É claro que, se subestimarmos o Outro, no caso uma líder religiosa neopentecostal, seremos surdos a essa forma muito própria de expressar-se e iremos "traduzir" a mensagem para "agir de acordo com a palavra de Deus" ou "com o conhecimento da palavra de Deus". Se assim o fizéssemos perderíamos totalmente de vista o que realmente está sendo "dito" nessa narrativa enganadoramente simples. É preciso entender que a experiência da conversão religiosa cria, no dizer de Santayana (apud GEERTZ, 1989, p. 103), "um novo mundo em que viver". A religião é um sistema simbólico que permite reconstruir todo o sentido do universo em que passa a viver o crente. No trabalho de campo, inúmeras vezes me defrontei com pessoas que afirmavam com toda a certeza serem "novas criaturas em Cristo". A cerimônia de batismo das igrejas evangélicas, por imersão nas águas, realizada, ao contrário do batizado católico, somente depois dos 18 anos, equivale a um renascimento. Por isso "ex-bandidos"

davam "testemunhos" acerca da sua vida pregressa como se as barbáries tivessem sido perpetradas por outra pessoa. Esse tipo de relato, capaz de atrair multidões aos templos evangélicos, fato cuja periculosidade é proporcional à antiga criatura, era visto como exemplo do poder da palavra de Deus. Aqui chegamos, finalmente, à palavra. Palavra sagrada que tem um poder mágico, uma eficácia, uma capacidade de transformar o próprio ser em outro. Em suma, a palavra de Deus tem o poder de "criar um novo mundo em que viver". Ela constrói uma redoma cósmica, a Igreja encarnada na comunidade de fiéis que vivem nela, "*na* palavra", em oposição aos que vivem "*no* mundo", onde é o Diabo que impera. Por isso foi preciso, para efetivamente se transformar numa missionária, obter a "sabedoria dentro da palavra", crescer espiritualmente "na palavra". Era necessário "*entrar bem na palavra de Deus*". Antes ela "pensava que ser uma missionária era só chegar ali na frente, pegar o microfone, lê um versículo da Bíblia, pronto, acabou". E quando ela vai conseguir *entrar na palavra*? Somente após confirmação do "chamado" divino. Somente depois da prova pela qual passara (a tentativa de estupro e a morte do seu perseguidor), somada à profecia emitida por uma senhora que nada vira, ela tem a certeza, aos 18 anos de idade, que havia sido escolhida. Pois, nas suas próprias palavras: "para ser uma missionária não é só chegar ali na frente e falar, tinha que descobrir se eu tinha mesmo um chamado de ser uma missionária".

Para terminar, uma última história, aquela que dá o título a este artigo: "À sombra do jequitibá". No início de 2009, comecei a lecionar um curso para os alunos de graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) chamado "Do jongo ao samba: a dialética da carioquice". Na primeira parte do curso, referente ao jongo, vimos que ele fora uma criação dos escravos do Sudeste, sobretudo aqueles que trabalhavam nas fazendas de café do Vale do Paraíba. Ao final da pesada semana de trabalho, os escravos se reuniam no sábado à noite para, em torno de uma fogueira, cantar e dançar ao som do caxambu e do can-

dongueiro, um par de tambores escavados com fogo no tronco de árvores e recobertos com couro animal. Durante muito tempo, os viajantes estrangeiros que descreveram essas festas, muitas vezes dando-lhes o nome genérico de batuques, viram nelas uma manifestação da irracionalidade, do descontrole, da animalidade dos negros, como fica muito claro na representação que os viajantes Spix e Martius (apud SCHWARCZ; REIS, 1996, p. 40) fizeram de um batuque em São Paulo (Fig. 1).

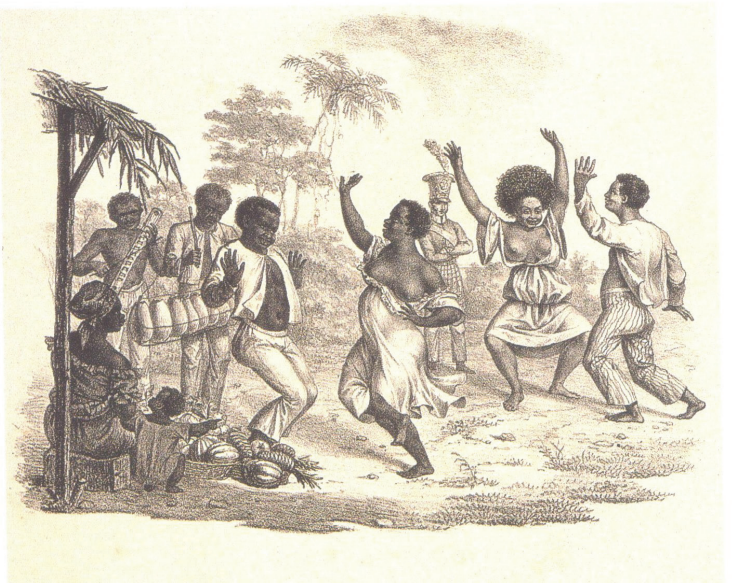


Figura 1 - *Batuque em São Paulo*, 1820
Fonte: Ilustração de Spix e Martius (apud SCHWARCZ; REIS, 1996)

Após a Abolição, mesmo os folcloristas que vieram depois dos viajantes estrangeiros pouco se importaram com as canções elaboradas por aqueles negros, um deles chegou, inclusive, a afirmar que elas não tinham nenhum sentido.

Quando o historiador norte-americano Stanley Stein chegou ao Brasil no final da década de 1940 para pesquisar e escrever seu

magnífico livro sobre o município de Vassouras à época do café, ele teve oportunidade de conversar com ex-escravos e seus descendentes. Stein foi a algumas festas de jongo na região e logo percebeu que as letras das canções muitas vezes remetiam à época da escravidão e que eram carregadas de sentido. Na verdade, os jongueiros chamavam-nas de pontos, dando exatamente a ideia de algo que fora costurado, que tinha um nó a ser desatado, ou seja, cujo significado precisa ser interpretado.

Um dos jongos gravados por Stein na voz de um ex-escravo de Vassouras foi este:

> Ô ô, com tanto pau no mato
> Embaúba é coroné
> Com tanto pau no mato, ê ê
> Com tanto pau no mato
> Embaúba coroné

São apenas dois versos que se repetem. Seu significado, no entanto, é poderoso. Em seu livro, Stein comenta:

> O jongo seguinte acerca da árvore embaúba e do coronel fazendeiro tipifica o aspecto de duplo sentido nos jongos: Com tanto pau no mato/ Embaúba é coronel. De acordo com um ex-escravo, a embaúba era uma árvore comum, inútil por ser podre por dentro. Muitos fazendeiros eram conhecidos como coronéis porque ocupavam esse posto na Guarda Nacional. Combinando os dois elementos, embaúba e coronel, os escravos produziam o superficialmente inócuo, mas sarcástico comentário. (STEIN, 1990, p. 248).

Na verdade, há ainda mais nós a desatar nesse ponto de jongo. Além de ser uma árvore oca por dentro, de polpa mole e imprestável, a embaúba era a árvore preferida do bicho-preguiça, uma crítica certeira ao dono da fazenda que passava o dia balançando na rede da varanda enquanto seus escravos trabalhavam até 14 horas por dia. Em um belíssimo trabalho em que faz dialogar a história e a antropo-

logia, outro historiador norte-americano, Robert Slenes, retorna ao ponto sobre a embaúba com dados novos provenientes dos estudos sobre a África centro-ocidental, a região que forneceu a maior parte dos escravos vindos para as fazendas de café do Vale do Paraíba no século XIX.

O que Slenes descobre? Ele descobre que havia significados compartilhados pelos escravos provenientes das regiões do Congo e de Angola (África centro-ocidental). Nessa área cultural, ensina:

> [...] homens (e ancestrais) de grande valia eram rotineiramente identificados com árvores de madeira de lei; assim, por contraste, homens moralmente fracos, mesmo que poderosos, facilmente poderiam ser comparados a paus de polpa mole. Chamar o senhor de "embaúba", portanto, era denunciá-lo como impostor ou, pior, como "feiticeiro", alguém que ganhou riqueza e proeminência às custas dos outros. De fato, na floresta da escravidão o mundo decididamente estava de cabeça para baixo. (SLENES, 2007, p. 132).

A interpretação não para aqui. Carmo Moraes, um jongueiro de Angra dos Reis (apud THEOBALDO, 2003, p. 72), comentou que a embaúba é uma árvore alta e imponente, mas que não dá sombra, ao contrário das árvores de madeira de lei, ou seja, ao contrário de um verdadeiro chefe, o coronel não protege, não acolhe, no sentido positivo de ficar à sombra de alguém. E mais, na área cultural da África centro-ocidental, acreditava-se que um sacerdote (*nganga*), ao colocar uma pitada de cinza nos cantos dos olhos das pessoas, podia fazer os mortos aparecerem diante dos vivos. Chefes e sacerdotes acreditavam no poder curativo das cinzas do fogo doméstico, desde que este fosse alimentado com madeira dura, de queima lenta. O mesmo jongueiro já citado assinala que a madeira da embaúba "queima rápido, dá um fogo frio e não fabrica carvão. A madeira de lei, ao contrário..." (THEOBALDO, 2003, p. 72).

Sendo assim, vemos que em apenas dois versinhos os escravos conseguiam fazer uma crítica devastadora ao senhor de escra-

vos. Se tomarmos a definição de cultura dada por Marshall Sahlins (1990, p. 192) como "a organização da situação atual em termos do passado", entenderemos que os escravos utilizaram toda a cosmologia e os valores da área cultural centro-africana para traduzir e expressar o que estava ocorrendo em um novo contexto histórico. Usaram signos locais como a embaúba e o coronel, carregando-os de significados do código cultural que já compartilhavam na África.

Partindo dessa pista do valor da árvore de madeira de lei para a cultura afro-brasileira e da possibilidade de que tenha ocorrido aquilo que Sahlins (1990, p. 50) chama de "reavaliação funcional das categorias", vamos chegar a resultados bem interessantes. Mangueira e Salgueiro, duas das principais escolas de samba do Rio de Janeiro, foram buscar seu nome em árvores imponentes, de boa madeira e que dão generosa sombra. No caso da Mangueira, há uma música de José Ramos que a compara explicitamente a um jequitibá, uma árvore de tronco grosso, que pode alcançar a altura de um prédio de vinte andares e viver mais de três mil anos:

> Madeira de dar em doido é Jequitibá
> Deixa a Mangueira passar
> [...]
> Ô, ô, ô, ô, ô, ô, o Jequitibá do samba chegou

No restante da música, a verde e rosa é chamada de "floresta de sambistas", "onde o jequitibá nasceu" e "ficou" mesmo que tenha sido queimado pelo "fogo", tombado pelo "vento" e atacado pelo "machado". Mas o jequitibá, além de invencível, carregado de força e autoridade, é também uma arma de crítica, uma "madeira de dar em doido". Não seria essa música uma crítica sutil e poderosa como o jongo sobre a embaúba, desta vez afirmando a sobrevivência do samba a despeito da violenta repressão sofrida pelas manifestações culturais afro-brasileiras ao longo da história?

E a sombra do jequitibá? Em maio de 2009, fui com uma turma de História da UFF ao quilombo São José da Serra, no município de Valença, a três horas de carro do Rio de Janeiro. Essa comunidade de descendentes de escravos habita essas terras há 150 anos. Eles ainda mantêm viva a tradição da roda de jongo, sobretudo para celebrar o Treze de Maio. E ainda dançam em volta da fogueira cantando o ponto sobre a embaúba-coroné.

Lá chegando, depois de 22 quilômetros de estrada de terra batida, à margem da qual avistei algumas embaúbas, fomos recebidos com uma deliciosa feijoada. Após o almoço, eu e alguns alunos resolvemos conhecer o jequitibá centenário que domina o alto de uma das encostas que circundam as terras do quilombo. Por um acaso feliz que só posso atribuir à bondade dos deuses, Nathanael da Silva, um morador da comunidade que passou pelo nosso grupo, fez questão de nos levar até lá, pois já estava entardecendo e seria difícil encontrarmos o caminho. Subindo por uma trilha muito bonita, em meio às casinhas de sapê e muitas flores silvestres, chegamos perto do jequitibá.

Nathanael nos mostrou uma estreita passagem na mata que conduzia à base da árvore. O jequitibá do quilombo São José é tão grandioso que suas raízes abraçam enormes pedras e seu entorno fechado pela mata forma uma espécie de caverna, acolhedora como um útero materno. Antes que me acusem de exagero, vejamos o que disse Nathanael:

> É uma árvore que nasceu sozinha no mundo, né coitada... Sem mãe, sem madrinha, que eu não sei quem é mãe disso tudo, naquela época, só a mãe que sabia, né, a mãe de santo, ela falou muita coisa... ela nasceu sozinha, taí uma baita duma árvore grossa, muitas alegrias, essa raiz toda em volta dela, é uma maravilha, que é uma mãe pra gente que nós temos de corações abertos, o que [está faltando?] é ela, chegou aqui a gente sai de corpo leve, quem achar que tá pesado, pede a ela, bate a cabeça aí que amanhã, hoje mesmo vai saltar igual cabrito, mas sempre tá com viamento [?], né,

> viamento, apesar que nós não temos luz pra [?] igual uma vela, eu não sabia que [?] uma luz pra ela, mas sempre tem os corações aberto, ela é mãe de nós todos, ela sempre taí... daí que nosso pai Oxóssi, nossos caboclos faz trabalho, dia de ano eles vêm aí faz uma oferenda pra caboclo aí, também, que esse caboclo é da mata, tá sempre aí trabalhando, aí tem índio aí que vocês nem conhece, cada índio aí assim, ó.[56]

Vejam que o jequitibá, na narrativa de Nathanael, simboliza a comunidade de ex-escravos abandonados à sua própria sorte depois da Abolição: "sozinha no mundo [...] sem mãe, sem madrinha". O jequitibá é o solo materno onde são depositadas as oferendas por parte dos adeptos do terreiro de umbanda. A sua sombra representa proteção e cura, uma divindade que abraça seus filhos de coração aberto. Ela é vista como a mãe ancestral cujo desaparecimento implicaria a extinção do grupo, pois como nos disse Nathanael naquele dia: "Se morrer a nossa vida tá ó... cabou isso aí ó, vai ter reviração... mas num morre não porque ele nunca morreu, mas ele é bom, é bom o jequitibá, é uma mãe pra gente".[57] É uma teia de significados perfeitamente compatível com a cosmologia centro-africana trazida pelos ancestrais de Nathanael há várias gerações.

Para ampliar a interpretação seria interessante recorrer a uma obra coletiva acerca do simbolismo das árvores em diversas culturas (RIVAL, 1998). Laura Rival (1998, p. 1) assinala que "as árvores fornecem alguns dos mais poderosos símbolos do processo social e da identidade coletiva". Duas qualidades das árvores as tornam apropriadas para simbolizar as coletividades: a vitalidade e o poder de autorregeneração, sendo representações culturais de reafirmação da vida e negação da morte (RIVAL, 1998, p. 3). Na fala de Nathanael citada acima, a existência do jequitibá e a da comunidade estão interligadas: "Se morrer a nossa vida tá ó...", sendo que a crença na vitalidade da árvore é inabalável: "mas num morre não porque ele nunca morreu".

56 Entrevista realizada com Nathanael Silva, no quilombo São José da Serra, Valença, em 2009, por Marcos Alvito.

57 Entrevista com Nathanael Silva. Ver nota 57.

É preciso sublinhar que estamos adotando o conceito de "símbolo" como algo que "reúne e distingue, sob a forma sensível de um *artefato*, todo um conjunto de valores, normas, crenças, estatutos e sentimentos" (VOGEL; MELLO; BARROS, 1998, p. 2, grifo nosso).

Tendo descoberto a centralidade do jequitibá como símbolo do quilombo São José da Serra, retornei à comunidade em outubro de 2009 para realizar uma pesquisa de história oral em parceria com os estudantes dessa disciplina. No roteiro das entrevistas realizadas pelos alunos, foi inserida uma pergunta acerca da relação da comunidade com o jequitibá que permitiu aprofundar a investigação acerca dessa árvore como símbolo.

Aqui precisamos ampliar nossas informações sobre o quilombo São José. Essa comunidade de descendentes de escravos foi reconhecida como "remanescente de quilombo" em 1998, a partir daí tendo lutado pela obtenção das terras que vêm cultivando há gerações e que passariam a lhes pertencer de acordo com o "artigo 68" das disposições transitórias da Constituição de 1988. A luta da comunidade pela implementação do "seu direito" demorou 11 anos até que em novembro de 2009 fosse assinado um decreto presidencial concedendo-lhes as terras. Antes disso, a existência e a permanência da comunidade nessas terras estiveram sob forte ameaça. Seu acesso à terra foi progressivamente negado pelos fazendeiros que tentaram inclusive expulsá-los dali. Hoje em dia, enquanto esperam que o Incra finalmente demarque sua propriedade permitindo-lhes tomar posse, as dezenas de famílias da comunidade vivem apertadas em apenas nove hectares. Com isso, muitos de seus membros, sobretudo os mais jovens, são obrigados a migrar para centros urbanos em busca de trabalho. Apesar disso, a comunidade como um todo sempre volta a se reunir durante as duas festas anuais mais importantes: o Treze de Maio e o Vinte de Novembro.

Essa resistência a um ambiente hostil encontra uma correspondência perfeita em uma das histórias contadas acerca do jequitibá pelo líder da comunidade, Antônio Fernandes do Nascimento, mais

conhecido como Toninho Canecão:

> [...] esse jequitibá, quando chegou uma época, o fazendeiro vendeu o jequitibá. E veio uns mineiro aí, a gente fala mineiro, porque os mineiro, ele, ele, eles ia pra mata, e chegava lá jogava o pau no chão e saía da mata tábua, essas coisas e tudo. E os mineiro andava, pegando, comprando essas... madeira, assim, de lei, pra poder ele tirar tábua, tábua mais valorizada, né? Aí o fazendeiro vendeu. Vendeu a comunidade, foi a primeira vez que a comunidade se manifestou assim, dentro da comunidade, tomou uma posição e abraçou o jequitibá. Falou: "Essa árvore aqui não vai ser derrubada". E aí pra cá que a gente viu o valor do jequitibá.[58]

Nessa narrativa, há uma contraposição entre o valor comercial da árvore para os que vinham de fora ("os mineiro") e o seu significado para a comunidade, que teria inclusive despertado para a força da sua manifestação coletiva ("foi a primeira vez que a comunidade se manifestou assim") diante da ameaça ao jequitibá. Na mesma entrevista, Toninho Canecão assinala que a árvore, que teria duzentos anos, chegou antes da comunidade, motivo pelo qual ele chama o jequitibá de "aquele paizão forte", "o pai de todos aqui na comunidade". Mãe para Nathanael, pai para Toninho Canecão, de qualquer forma o jequitibá é uma espécie de ancestral mítico de toda a comunidade. Por isso, outro entrevistado, Sebastião do Nascimento Fernandes, acha que o jequitibá "era lugar dos quilombola que era refugiado pra lá". Dessa forma, a árvore é uma aliada daqueles que teriam resistido à escravidão, ideia central na construção da identidade de uma comunidade "remanescente de quilombo".

É sobretudo como símbolo religioso que o jequitibá aparece nas narrativas. João Batista de Azedias, um dos entrevistados, acredita que um chá feito com a casca da árvore é capaz de curar o câncer.

58 Entrevista realizada com Antonio do Nascimento Fernandes (Toninho Canecão), no quilombo São José da Serra, Valença, em 2009, por Alvito Marcos. Com a presença dos alunos de história oral ad UFF.

Dona Carminha (Maria do Carmo do Nascimento Máximo) vê no jequitibá uma fonte de energia que funciona como garantia para a comunidade:

> O jequitibá porque ele é, ali é que está as forças todas, né!? É as forças tudo. O jequitibá é transformação numa tradição de força. A raiz está toda ali, sabe? Tudo, assim, de bom que você querê alcançar alguma coisa, você chega lá, faz um pedido, abraça nele. Faz um pedido de bom pra você alcançar aquilo [...] As pessoas vai lá, canta lá. Assim, o povo do centro canta lá. Eles afirmando. Eles mesmo abraça... É a coisa mais importante que nós tem é aquele jequitibá ali. Aquilo é uma garantia. Aquilo é uma força, sabe? E as forças está toda lá na raiz dele. É uma força muito forte, uma corrente muito forte. Aí todo mundo fala lá que muita gente que vem aqui, eles falam que só no entrar daquela porteira pra cá, já recebe energia da força dele. Tem gente que quer botar até o pé no chão pra receber aquilo. [risos] É, é muita força mesmo![59]

Em várias outras entrevistas, o jequitibá aparece como dispensador de força, energia e conforto para aqueles que estejam atravessando dificuldades. Bastaria sentar alguns momentos à sua sombra, abraçá-lo, eventualmente fazer uma oração, para que a pessoa seja beneficiada.

Em nenhuma entrevista, todavia, seu papel central como símbolo religioso da comunidade fica mais explícito do que naquela concedida por Mãe Tetê (Terezinha Fernandes de Azedias), a mãe de santo responsável pelo terreiro de umbanda do quilombo São José:

> Ah... o jequitibá da gente é uma coisa muito importante. A gente respeita ele. Igual eu respeito o terreiro de umbanda aqui em baixo eu respeito ele e aquela pedra grande. Que ele é uma segurança pra nossa vida. Enquanto a gente tiver a gente sabe que tem vida e tem esperança. Todo dia a gente

59 Entrevista realizada com Maria do Carmo do Nascimento Máximo, no quilombo São José da Serra, Valença, em 2009, por Hiolly B. de Souza.

> vencerá toda a nossa dificuldade daqui do lugar. Igual a gente ele não tombou, ele tá sempre firme. Então na firmeza dele a gente também firma nossa cabeça pra poder conseguir aquilo que a gente quer. Pede a Deus por ele, vai lá abraça ele. Aí quando dá acende luz [vela] pra ele. Quando eu não vou acender luz lá, eu vou no terreiro, pedindo a força pela natureza. E aí... pelo nosso Brasil sagrado, que ajude a aquela árvore conservar muitos anos de vida. Que nada atinja ele. Então é uma coisa muito importante pra gente.[60]

Um símbolo funciona como aquilo que Geertz (1989, p. 107-108) chama de "modelo de" e "modelo para". Enquanto "modelo de", o símbolo descreve algo, representa algo. O jequitibá é um sinônimo da ancestralidade, do enraizamento, da antiguidade da ocupação daquele território pelo grupo. Ele condensa como o grupo vê suas origens, que remontam ao "tempo do cativeiro" (RIOS; MATTOS, 2005). Por outro lado, o símbolo é também um "modelo para", uma espécie de manual de como se deve agir. Diante do sofrimento e das dificuldades, deve-se resistir bravamente feito a árvore centenária: "Igual a gente ele não tombou, ele tá sempre firme. Então na firmeza dele a gente também firma nossa cabeça pra poder conseguir aquilo que a gente quer". Por isso o destino da comunidade e do jequitibá está entrelaçado: "Enquanto a gente tiver [o jequitibá] a gente sabe que tem vida e tem esperança".

O que podemos concluir a partir destas três histórias: Seu Tião Peixeiro e sua saga de pioneiro, a missionária Miriam e a descoberta de sua vocação religiosa e, por fim, o jequitibá e o quilombo São José da Serra?

Em todas as três situações, os relatos dos entrevistados pareciam muito simples e até mesmo banais. Mas, para compreender efetivamente o que cada uma dessas pessoas estava querendo dizer, foi preciso, primeiramente, recuperar o contexto de suas falas e a situação

60 Entrevista realizada com Terezinha Fernandes de Azedias (Mãe Tetê), no quilombo São José da Serra, Valença, em 2009, por Arliny R. Cavalcante.

em que se deu o diálogo entrevistador-entrevistado. No caso dos ex-líderes comunitários, seu depoimento visava garantir a preservação da memória da luta coletiva e do papel que eles enquanto indivíduos haviam desempenhado. A Missionária Miriam queria dar um "testemunho" da sua fé, tentando difundir a força da "palavra de Deus". Já os membros da comunidade do quilombo São José, em meio à luta pela terra, buscavam em seu discurso afirmar a identidade do grupo e dos valores em nome dos quais eles continuavam (e continuam) a resistir.

Mas o significado das palavras dos entrevistados, além de levar em consideração a "situação" da entrevista, deve remeter à visão de mundo do "nativo", que deve ser investigada da forma mais profunda possível. Sem isso, nos arriscamos a sermos ventríloquos, fazendo nossos entrevistados "falarem" aquilo que *nós* queremos dizer (PORTELLI, 1998, p. 72).

O historiador oral deve entender que as palavras aparentemente singelas que nossos entrevistados generosamente compartilham conosco merecem uma interpretação que faça jus à sua complexidade de significados e profundidade histórica. Devemos perceber que esses discursos podem ser tão ricos e sutis como a sombra de um jequitibá.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). In: *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.183-191.

FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Entre-vistas*: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-72, dez. 1996.

PORTELLI, Alessandro. *Representing the poor*. Hong Kong History Oral Archives. Hong Kong, 2005. Disponível em: <http://www0.hku.hk/sociodep/oralhistory/4/images/art/key%20Portelli%20article%203%20_Representing%20the%20poor_.pdf>. Acesso em: 15 maio 2009.

PORTELLI, Alessandro. *The death of Luigi Trastulli and other stories*: form and meaning in oral histories. New York: State University of New York Press, 1991.

PORTELLI, Alessandro. What makes Oral History different. In: PERKS, Robert; THOMPSON, Alistair. *Oral History reader*. London: Routledge, 1998. p. 63-74.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativeiro*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIVAL, Laura (Org.). *The social life of trees*: anthropological perspectives on tree symbolism. Oxford: Berg, 1998.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHWARCZ, Lilia M.; REIS, Letícia V. S. *Negras imagens*: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

SLENES, Robert N. "Eu venho de muito longe, eu venho cavando": jongueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (Org.). *Memória do jongo*: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007, p. 109-156.

STEIN, Stanley J. *Vassouras*: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

THEOBALDO, Délcio. *Cantos de fé, de trabalho e de orgia*: o jongo rural de Angra dos Reis. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco A. da Silva; BARROS, José F Pessoa de. *Galinha d´Angola*: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

2. O outro, esse incômodo sedutor

Luiz Felipe Falcão

O relato minucioso da rotina desprovida de heroísmos, porém plena de violências, sofrimentos e humilhações, vivenciada pelo autor Primo Levi (2000) e pelos demais prisioneiros do campo de extermínio nazista de Auschwitz durante a II Grande Guerra impressiona, entre outras coisas, pelo modo como transcorriam diariamente aquelas violências, sofrimentos e humilhações. Amparadas por um sentimento de superioridade racial e moral cultivado com esmero, as brutalidades físicas e psíquicas pareciam se desenrolar não por trabalho ou intervenção humana, mas como uma automática decorrência ou imposição do mundo natural. Talvez por isso, Levi adverte já no prefácio que não pretende revelar nenhum novo detalhe atroz sobre o tema dos campos de extermínio, mas talvez fornecer elementos "para um sereno estudo de alguns aspectos da alma humana". Escreve ele então:

> Muitos, pessoas ou povos, podem chegar a pensar, conscientemente ou não, que "cada estrangeiro é um inimigo". Em geral, essa convicção jaz no fundo das almas como uma infecção latente; manifesta-se apenas em ações episódicas e não coordenadas; não fica na origem de um sistema de pensamento. Quando isso acontece, porém, quando o dogma não enunciado se torna premissa maior de um silogismo, então, como último elo da corrente, está o Campo de Extermínio. Este é produto de uma concepção de mundo levada

> às suas últimas consequências com uma lógica rigorosa. Enquanto a concepção subsistir, suas consequências nos ameaçam. A história dos campos de extermínio deveria ser compreendida por todos como um sinistro sinal de perigo. (LEVI, 2000, p. 7).

De acordo com ele, portanto, sua descrição poderia ser útil para compreender a concepção de mundo que presidiu a criação e, ao mesmo tempo, para servir como aviso de um risco: tratava-se (e se trata), segundo Levi, da crença consciente ou não de que "cada estrangeiro é um inimigo", que no mais das vezes "jaz no fundo das almas como uma infecção latente", manifestando-se apenas esporádica e descoordenadamente. E, talvez mesmo por essa característica pouco ordenada e quase involuntária, a convicção de que o estrangeiro é uma ameaça obstinada e permanente não merece a devida atenção até o momento em que ela se torna um perigo inadiável. Ou seja, até o instante em que se nota que o estrangeiro não é apenas o forasteiro, e sim todo aquele que não pertence, ou não se considera pertencente ou não é considerado como pertencente, a um determinado local, meio, categoria ou cultura, e que em razão disso é presumida sua incompatibilidade, o que lhe vale ser mantido à parte ou mesmo ser despojado quando for o caso.

Claro está que a incompatibilidade aludida aqui é mais perceptível, e tende a ter um curso mais facilitado, num país ou num ambiente social em que uma eventual cultura da intolerância ou ainda uma aplicada cultura da ordem e da obediência irrestrita tenham fincado raízes antigas e profundas (ELIAS, 1997; REICH, 2001). Seria, porém, uma ingenuidade e mesmo um engano com efeitos irreparáveis desconhecer ou subestimar sua presença em sociedades com acentuada disposição favorável ao convívio com o outro, seja ele o estranho ou o novo, até porque mesmo aí uma cultura da intolerância e uma cultura da ordem e da obediência nunca estiveram totalmente ausentes, como é o caso do Brasil (CARNEIRO, 2002).

Neste país, o processo de decomposição da ditadura militar implantada em 1964, processo esse consumado em 1985 sob a hegemonia de lideranças políticas conservadoras, por ter sido impulsionado por significativas mobilizações de trabalhadores e das classes populares de um modo geral – as quais também estimulou –, criou uma espécie de desatenção para a constatação de que na sua esteira também se articularam ou rearticularam grupos e organismos refratários a maiores mudanças políticas, econômicas ou socioculturais, a cosmopolitismos, à convivência com as diferenças, etc. Sem qualquer preocupação em hierarquizar sua importância em termos do número de adesões conseguidas ou da visibilidade social alcançada, podem ser citados, entre outros: a União Democrática Ruralista (UDR), fundada em 1985 por proprietários rurais motivados pela resistência a qualquer preço à reforma agrária; os diversos agrupamentos que reivindicam a herança da Ação Integralista Brasileira, movimento ultranacionalista de inspiração fascista criado na década de 1930, a partir de seu lema "Deus, Pátria e Família", com destaque para a Casa de Plínio Salgado, organizada em São Paulo no ano de 1981, e para a Frente Integralista Brasileira (FIB), surgida em um congresso nacional no ano de 2004; e os Carecas ("Carecas do ABC", "Carecas do Subúrbio", etc.), os *white powers* e as várias modalidades de neonazistas surgidas no início dos anos 80 do século XX, dedicados a promover ações de cunho violento contra pessoas ou propostas consideradas "esquerdistas" ou, conforme a inclinação ideológica de seus membros, contra homossexuais, judeus, negros, prostitutas e quaisquer outros que manifestem sua alteridade irredutível.

Portanto, o fato é que a redemocratização do Brasil não ficou incólume a expressões de intolerância e de violência relacionadas com a presença de um outro que é impossível reduzir ao mesmo, ao idêntico, expressões essas que inclusive podem ter sido incrementadas no período por variados motivos, como é o caso da não condenação explícita das perseguições, das torturas e das mortes de presos políticos durante o regime militar, tudo isso a pretexto de defender

o Brasil de projetos e interesses alienígenas. A persistência da figura do "desaparecido político" sem maiores informações acerca do seu paradeiro por parte das Forças Armadas, a manutenção do sigilo dos arquivos dos organismos encarregados de reprimir aquilo que era considerado como subversivo e a própria impunidade dos torturadores que jamais responderam judicialmente por seus crimes justificam, ao menos parcialmente, um regime que sempre procurou se apresentar como defensor de uma nação ameaçada por projetos escusos inspirados ou insuflados do exterior.

Seria, no entanto, um inequívoco despropósito imaginar ou sugerir que o país esteve ou está na iminênica de ser governado por ultranacionalistas animados pelo uso da força para reprimir ideias ou comportamentos que desaprovam, ou seja, um tipo de "aviso de incêndio", como o denominou Michel Löwy (2005) ao comentar as "Teses sobre o conceito de História!" formuladas por Walter Benjamin em 1940. Existe, sem sombra de dúvida, uma grande distância entre a iminência de que o atual "estado de exceção" assuma suas feições mais endurecidas e excludentes de tudo o que for considerado como nocivo para a sociedade brasileira e uma contemporaneidade na qual a desconfiança e a indisposição para com o outro permanecem em certa medida incubadas, aflorando aqui e ali em circunstâncias de descontrole, porventura à espreita de uma ocasião propícia para revelar todo o seu vigor.

No sentido inverso, e para não cometer injustiças, cabe dizer que, nesse mesmo meio, não é difícil perceber a sedução e mesmo a aceitação do outro, estimuladas por um postulado amplamente aceito de acordo com o qual a formação social brasileira foi marcada, desde o seu começo, pela presença de muitos povos e culturas que se misturaram em proporções variadas e de maneira nada pacífica ou harmônica. E, no correr do tempo, tais presenças e misturas não pararam de se acentuar por conta da imigração europeia das últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX; da expansão da fronteira agrícola e das migrações internas em busca de melhores condições

de vida e de trabalho durante todo o último século; da importância cada vez maior dos meios de comunicação de massa na difusão de novos hábitos e de novas alternativas de lazer, com destaque para o turismo; da maior integração com outros países da América do Sul, em especial Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai; etc.

Na dimensão que então se abre, o outro dispõe de singularidades que se descortinam como encantos secretos, despertando curiosidade e fascínio, instituindo porosidades e, por essa via, facultando permutas insólitas. Nesses momentos, esse outro usufrui em toda plenitude outra característica encontrada em escala apreciável na sociedade brasileira, que é certa resistência em admitir o conflito como parte integrante do convívio humano e, portanto, conformador das relações sociais. Aqui, o conflito é divisado muitas vezes como negativo em si mesmo, como denunciador de alguma incapacidade ou insuficiência, devendo ser por esse motivo recalcado e mantido em sigilo, o que, nessas condições, favorece a presença do estrangeiro sem maiores sobressaltos.

Todavia, como nada é perfeito e imune a tensões e conflitos internos, os encantos secretos também são entrevistos pelo reverso de toda atração, ou seja, pela desconfiança e pela repugnância diante do desconhecido, do inabitual, que agora se converte no anômalo, no anormal. A essa altura, o conflito não é mais desestimado, ainda que apareça camuflado no anonimato de uma broma maliciosa reproduzida distraidamente, na espontaneidade calculada de uma maledicência ou de um impropério, no ímpeto trivial de uma bravata pronunciada com emoção intensa ou na candura de uma lembrança conscientemente seletiva. Aí, não mais que de repente, como se fosse um desatino, a fictícia deformidade se revela e revela o outro como estrangeiro potencialmente temerário.

Por seu caráter episódico e por não formar um conjunto organizado de ideias ou um programa político-partidário encarado com legitimidade, pode parecer estéril e excêntrico ocupar-se com esse tema. Afinal, como já afirmado anteriormente, no horizonte mais

imediato, não é possível vislumbrar o risco de um enrijecimento do atual "estado de exceção", por exemplo mediante a organização de movimentos ultranacionalistas e xenófobos com significativo respaldo entre a população do país. A desatenção nas manifestações de intolerância com o outro, porém, representaria não apenas um desdém em face dos perigos futuros, na realidade, isso consistiria, principalmenmte, em aceitar com ingenuidade a mera tolerância para com o outro e subestimar os sistemáticos e sintomáticos obstáculos atuais para um efetivo convívio democrático com o diferente.

Identificar com precisão as expressões de inconformidade com o outro na atualidade e na trajetória histórica recente do Brasil nem sempre é algo muito simples, entre outras coisas, pelo estatuto de não aceitação do preconceito e da discriminação no imaginário social. Além disso, desenhar um mapa da intolerância com o outro no nosso país é uma tarefa improvável, tendo em vista a disseminação desse tipo de sentimento por todo o território, além da esterilidade de toda mensuração que se pretendesse efetuar. Poder-se-ia, quando muito, assinalar que negros e mulheres padecem generalizadamente de preconceitos indicadores de sua inferioridade nos padrões dominantes de avaliação profissional ou pessoal, enquanto o culto do machismo e das prerrogativas masculinas bem como a homofobia contam com uma anuência indisfarçada em certas expressões culturais do Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003) e a presença de "carecas", *whitepowers* e neonazistas é mais frequente em São Paulo e no Sul (SALEM, 1995).[61]

61 Apenas a título de ilustração, vale dizer que apelidos e formas de tratamento coloquial muitas vezes tornam o racismo evidente e, ao mesmo tempo, flexível e impreciso, como se pode notar na denominação de alguns atletas como Grafite, Júnior Negão e Rubens Feijão. Por seu turno, os homossexuais são alvo preferencial de quase todos os humoristas brasileiros que, por meio de piadas de um gosto duvidoso, procuram distrair suas plateias e levá-las às gargalhadas. Finalmente, de outra parte, os nordestinos, que desde a década de 1950 se dirigem a São Paulo em busca de trabalho e condições melhores de vida, enfrentam sentimentos indisfarçadamente desfavoráveis: ali nasceu a designação de "gelo baiano" para os pré-moldados utilizados pelas autoridades de trânsito para organizar o tráfego de veículos, enquanto vem circulando pela internet a informação de que um aluno do terceiro ano do ensino médio de um colégio particular na capital paulista, ao ser instado numa prova para

Um dos locais privilegiados para perceber a inconformidade com o outro é a cidade contemporânea, seja porque é de sua própria natureza abrigar um elevado contingente de indivíduos oriundos de procedências as mais diversas, seja pela resistência ao cosmopolitismo oposta por alguns de seus moradores em razão do temor da perda de identidade. Nesse sentido, as cidades apresentam mesmo contradições insuperáveis: nelas não é possível pretender uma completa homogeneidade e nelas, igualmente, a variedade se converte, em certas situações, num embaraço, favorecendo a criação e a destruição ininterrupta de fronteiras que vincam seus territórios em todas as direções (JOHNSON; MICHAELSEN, 2003). E isso é ainda mais perceptível quando elas passam por um surto de transformações urbanas rápidas e intensas, envolvendo o crescimento demográfico inclusive pela incorporação de estranhos, a dinamização das atividades econômicas que abriga e a complexificação das relações socioculturais que dá ensejo, impondo a mercantilização de praticamente todos os aspectos da vida social e erigindo o individualismo enquanto fator de dissolução dos antigos mecanismos de controle (SIMMEL, 2005).

Resultado bem tangível desses processos de mudança, a produção de versões acerca de suas trajetórias e dos contornos que acabaram por adquirir traduz as diferentes sensibilidades e sociabilidades existentes no contexto citadino, que ora incentivam a convivência com o outro, considerado como indispensável para que as mudanças se efetuem e se consolidem, ora sancionam indisposições capazes de gerar suspeitas, tensões e conflitos de difícil superação para com esse mesmo outro. Apreender essas versões é, então, um exercício de interpretação dos significados emprestados às transformações urbanas por parte daqueles que as experimentam de perto, com ou sem

dissertar sobre o Vale do Paraíba (região em que primeiro se expandiu em larga escala a plantação de café no século XIX e que hoje abriga um importante polo industrial), associou-o a benefícios sociais como o vale-transporte e o vale-refeição e concordou com sua concessão porque os "paraíbas" (como muitas vezes são designados genericamente todos os nordestinos) ganham baixos salários, gastando quase tudo com alimentação.

surpresa, prazer, ou com horror, e, nesse particular, a oralidade pode contribuir em muito fornecendo de maneira mais efetiva as impressões que aqueles processos imprimiram nos panoramas, nas mentalidades, nos modos de vida e nas lembranças das pessoas comuns (PORTELLI, 1996).

Indícios disso podem ser deduzidos das trasnformações urbanas que se fizeram sentir no Brasil ao longo da segunda metade do século XX, período em que a população das cidades sobrepujou a do meio rural e, também, em que movimentos migratórios repartiram irregularmente pessoas, hábitos e representações do mundo por todo o país (ANDRADE; SERRA, 2001), acompanhados de perto pelos meios de comunicação de massa que potencializaram em muito o conjunto de suas implicações. Em consequência, contatos e confrontos sucioculturais fizeram-se sentir em quase todos os lugares, modificando em profundidade as relações e as percepções do tecido social em que estavam inseridas, aproximando o outro e sua sedução incômoda.

Como exemplo e estudo de caso, será tomada Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil.[62] Até a década de 1970, ela tinha uma população não muito numerosa, ainda que possuísse um número expressivo de funcionários públicos, e não mostrava grande dinamismo em termos econômicos e culturais. Por isso foi descrita, ou apresentada em rememorações posteriores, em crônicas e artigos jornalísticos, em opúsculos de divulgação da cultura local, em entrevistas com seus habitantes mais proeminentes (letrados, lideranças políticas, etc.), como "pequena", "pacata" e mesmo "provinciana",

62 Algumas das manifestações de intolerância mais recentes em Santa Catarina tiveram repercussão nacional, como a presença de dois estudantes blumenauenses declaradamente nazistas (um deles tinha uma suástica tatuada no corpo, que era exibida a todo instante com orgulho) participando do VIII Encontro Regional de Estudantes de História (VIII EREH Sul), realizado em abril de 2006, em Joinville, o que provocou debates em plenária durante os quais vários universitários defenderam que eles deveriam ter o direito à liberdade de expressão, posicionamento esse que ao fim acabou derrotado, ou como o movimento "fora haole Floripa", que motivou uma investigação da Polícia Federal em 2007 por incitar a aversão aos estrangeiros, em Florianópolis, mediante pichações, adesivos plásticos em carros ou mesmo agressões físicas.

onde todos se conheciam e de algum modo se ajudavam, aspectos esses que, conforme certas versões, teriam se perdido irremediavelmente no decorrer das últimas décadas do século passado, graças, em especial, à chegada de um grande número de estrangeiros.

O núcleo urbano do município dividia-se entre sua porção insular, em que ficava sediado o centro da cidade, as principais repartições públicas, o comércio mais vultoso e as residências das famílias de maior relevância social, e sua porção continental, em redor da qual existiam várias pequenas localidades relativamente distantes nas quais preponderavam as atividades de subsistência pautadas na agricultura e na pesca. E como os acessos eram precários, e os meios de transporte disponíveis muito raros e caros para quase toda a população, podia-se dizer que a vida transcorria num ritmo pouco frenético se comparado a outras capitais brasileiras. Todavia, a imagem de uma cidade "pequena", "pacata" e mesmo "provinciana", onde todos se conheciam e de algum modo se ajudavam, e que desapareceu em grande parte por obra dos estrangeiros, é no mínimo controversa, correspondendo mais propriamente a uma operação de ilusionismo vinculada aos interesses do grupo social que as formula.

De imediato, essas imagens que oscilam do bucólico ao paroquial tendem a causar a impressão de que os habitantes da cidade e do município eram culturalmente uniformes e estavam inteiramente desconectados do que acontecia fora dos seus estreitos limites. Em outras palavras, elas desconsideram que os moradores, tanto os do núcleo urbano quanto os das localidades do interior do município, tinham diferenças culturais em nada desprezíveis e mantinham uma série de contatos com outros locais, como o atestam as viagens de trabalho, negócio, lazer ou estudo das parcelas mais endinheiradas da população ou as experiências dos embarcados – indivíduos pobres que todos os anos se empregavam durante meses na pesca em lugares distantes, como Rio Grande do Sul – entre as décadas de 1940 e 1970 (RIAL, GODIO, 2006), sendo, pois, afetados com intensidade pelo que acontecia no restante do país, como o comprovam o envol-

vimento nas disputas político-partidárias e eleitorais que agitavam o cotidiano e a imaginação da sociedade brasileira como um todo ou ainda as influências difusas proporcionadas pelo rádio, uma vez que as emissoras também reproduziam programas do Rio de Janeiro e de outras cidades maiores.[63]

Relacionadas com isso, duas séries de questões ganham relevância. Primeiramente, as imagens de uma cidade pequena e pacata, como que apartada do mundo, elidem as divisões sociais que nela tinham livre curso e que sustentavam redes de dependência ligando assimetricamente pobres e ricos a fim de garantir empregos públicos, vagas na rede escolar ou bens os mais variados, como remédios, alimentos e materiais de construção, em troca de votos nas eleições ou outros tipos semelhantes de apoio. Mais ainda, tal silêncio diante das divisões sociais escamoteia a ostensiva discriminação perpetrada contra a população negra da cidade que, assim, permanece em grande medida invisibilizada, afora no que se refere a momentos ou contextos convenientes, como a exaltação do carnaval enquanto um relevante atrativo turístico ou a referência a antigos cabos eleitorais que atuavam em determinadas localidades. Isto é, existia um outro ou, caso se queira, existiam outros no espaço da cidade, nela nascidos ou nela ambientados de longa data, que ficam ocultos graças a um refinado exercício de prestidigitação.

63 Cabe lembrar que, entre a segunda metade da década de 1940 e a segunda metade da década de 1970, o Brasil vivenciou uma série de situações econômicas e políticas, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, os golpes e contragolpes para assegurar a realização das eleições e a posse do Presidente Juscelino Kubitschek (1954-1955, quando o então senador catarinense Nereu de Oliveira Ramos, ex-interventor no governo de Santa Catarina durante todo o Estado Novo e, depois, vice-presidente de Dutra, assumiu a Presidência da República); o governo desenvolvimentista do Presidente Kubitschek, com a construção de Brasília e a implantação da indústria automobilística; a renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros e a crise política que culminou com o golpe de Estado, o qual afastou o Presidente João Goulart e inaugurou uma ditadura militar no país (1964); o rápido crescimento econômico denominado "milagre brasileiro" (1968-1973, sendo que seus efeitos continuaram a se fazer sentir até 1979); etc. E isso sem falar nas significativas transformações culturais ocorridas ao longo de todo esse período, que deixaram marcas indeléveis em toda a sociedade brasileira.

A existência desse outro, morador dos bairros pobres, das favelas ou do interior do município, e quase sempre esquecido pelos habitantes do núcleo urbano, é assim relatada em depoimento por Aílton Laureano Teixeira, que nasceu e vive até hoje na localidade da Cachoeira do Bom Jesus, norte da Ilha de Santa Catarina:

> Percebíamos que eram mundos diferentes, pois existia muito desprezo, descaso com a periferia. A distância entre a periferia da Ilha e a cidade era incomensurável, física e culturalmente... As pessoas adoeciam e morriam aqui – crianças, jovens, velhos – e ficavam aqui. Morriam porque não tinha assistência médica. Não tinha como ir pra cidade. Era uma odisseia ir pra cidade. Ninguém tinha automóvel. Não tinha táxi. Não tinha telefone. Não tinha posto médico [...] as pessoas adoeciam e iam a pé de um bairro a outro buscar uma dosa... Era uma distância enorme. As pessoas não tinham como ser socorridas. Lá na cidade era para uma elite que não tinha nenhuma preocupação, nada. Isso aqui não contava para a vida da cidade.[64]

Na época a que ele se refere, décadas de 1950 a 1970, a Cachoeira do Bom Jesus não era um bairro da cidade como nos dias de hoje, e sim "campos de pasto e terra para plantar", habitados por uma população rarefeita e bastante pobre, muito diferente das camadas abastadas que moravam no núcleo urbano. Essa situação, ele prossegue, tinha como base "um determinismo perfeito, que pobre é pobre porque Deus quer", não havendo por isso nenhuma discussão ou reivindicação e "nem como aspirar às coisas que existiam na cidade". A cidade, Florianópolis, era então um mundo distante, dando a sensação de que sua elite pouco se importava com aquela população pobre, limitando-se, ainda segundo Aílton Laureano Teixeira, a usar "politicamente, eleitoralmente a gente, até mesmo com um pouco de desprezo, porque o contingente era tão insignificante que não tinha peso".

64 Entrevista com Aílton Laureano Teixeira, 63 anos, em Florianópolis, em 2005, por Janete Pasini.

Circunstâncias semelhantes eram vivenciadas pela população pobre do núcleo urbano, em especial pela população negra que sentia em todo momento a força da discriminação e do preconceito, havendo como atenuante o que porventura viesse a ser obtido nas teias das relações de dependência. Confrontar isso não era nada fácil e atraía a indignação das autoridades e das lideranças mais tradicionais da cidade, que reagiam ofendidas diante de qualquer contestação à ordem social vigente. Exemplo disso é abordado por Márcio de Souza, nascido e criado no núcleo urbano de Florianópolis, professor licenciado de Química da rede pública de ensino fundamental e médio, militante antirracista e vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em seu terceiro mandato, ao recordar as repercussões da pioneira comemoração do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), nos idos de 1980:

> No início da década de 1980, nós fizemos ainda em plena ditadura militar o primeiro ato contra o racismo e as péssimas condições de vida da população negra,[65] promovido pelo grupo Antonieta de Barros, presidido pelo professor Oswaldo Silveira... O ato foi vigiado pelo sistema de segurança e informação da época e acompanhado por várias pessoas (todos os partidos de esquerda estavam representados)... Foi o primeiro desse tipo em Santa Catarina.
> [...] Nós tínhamos planejado a presença da bateria da Escola de Samba Protegidos da Princesa, mas ela foi impedida de chegar em razão da polícia ter fechado a descida do Morro do Mocotó. Na madrugada alguns dos nossos foram presos quando faziam a colagem de cartazes convocando para o evento... Depois do ato, nós tivemos uma série de editoriais nos jornais chamando-nos de divisionistas, que nós queríamos implementar aqui o preconceito às avessas, [...] que nós éramos pessoas que estavam chegando de outros locais do Brasil para semear a discórdia na pacata Florianópolis, essa cidade da igualdade, que isso nunca tinha acontecido na

65 A referência à discriminação e ao preconceito – inclusive o espaço de brancos e negros era dividido, durante os bailes nos salões dos clubes, com uma corda, até pelo menos a década de 1960 – é uma constante nos depoimentos da população negra de Florianópolis.

> cidade e vem essa gente de fora semear a discórdia, a divergência e o ódio racial. De verdade, nós fomos atacados por um bom tempo por esse tipo de comportamento, que cumpria um papel político bastante identificado com as forças que ofereciam sustentação para a ditadura militar.[66]

A tentativa, por parte das autoridades vinculadas ao regime militar, de preservar o território da cidade das perturbações trazidas pelos movimentos sociais, como o que buscava repudiar a discriminação e o preconceito que atingiam a população negra, é bem nítida nesse depoimento. Os manifestantes foram mantidos sob vigilância e alguns presos na madrugada, e depois do ato de protesto as acusações proliferaram atribuindo-lhes o intento de introduzir em Florianópolis uma divisão racial ali desconhecida, impulsionando um "preconceito às avessas". No entanto, há igualmente um aspecto digno de atenção, que é a referência à "gente de fora" vinda para "semear a discórdia, a divergência e o ódio racial".

Essa menção não era nada casual e teve como pretexto o comparecimento, na manifestação, de um grupo de jornalistas, alguns deles oriundos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que, depois de atraídos para a cidade pelo projeto de renovação do principal jornal catarinense de então, *O Estado*, estavam naquele momento, envolvidos com a mais bem-sucedida experiência de imprensa alternativa em Santa Catarina, o tabloide *Afinal*, que mesclava uma crítica política contundente à ditadura militar e aos seus representantes no Estado (notadamente, o então governador Jorge Konder Bornhausen) com um sensacionalismo jocoso.[67] Mas, em verdade, reportar "gente de fora" espalhando discórdia já possuía um alcance bem maior para a Florianópolis da época, porque as obras de infra-

66 Entrevista com Márcio José Pereira, 50 anos, em Florianópolis, em 2009, por Luiz Felipe Falcão e Paulo R. Santhias.

67 A imprensa alternativa correspondeu à produção de um jornalismo desvinculado da chamada grande imprensa durante o regime militar, entre outros motivos pela estreita vinculação dessa grande imprensa com o regime então vigente, e teve grande expansão entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980, na esteira do processo de desagregação da ditadura (CHINEM, 2004).

estrutura e de construção civil haviam levado, entre outras coisas, à retificação do traçado, ao asfaltamento da rodovia BR 101 (que acompanha boa parte do litoral do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil), concluído em 1971, facilitando o acesso à cidade e abrindo caminho para levas de turistas e de trabalhadores com diferentes níveis de qualificação, e à instalação da Eletrosul Centrais Elétricas S. A., empresa estatal de geração e distribuição de energia, em 1976, para a qual vieram transferidos muitos funcionários naturais também do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Ou seja, um outro, agora um estrangeiro portador de outras referências culturais, já ostentava visibilidade suficiente para que lhe fossem adicionados defeitos e qualidades que impactavam o cotidiano da cidade, facultando assim uma segunda série de questões depreendidas da operação de ilusionismo aludida anteriormente, que é a mistificação do papel desempenhado pelos forasteiros no processo de transformação urbana em Florianópolis, denunciados por atentar contra o ordenamento habitual da cidade ou por aproveitar a ingenuidade dos pescadores nativos para adquirir terras à beira-mar por um preço aviltante. Tal presunção despreza ou menospreza as muitas indicações de que foram líderes políticos e empresários locais os responsáveis por impulsionar várias daquelas mudanças num momento inicial e foram também os mais beneficiados por conta de lucrativos investimentos, por exemplo, em incorporação imobiliária, construção civil ou atividades de lazer e de turismo. Isto é, as modificações urbanas foram preparadas (para não dizer planejadas) com antecedência com o objetivo de auferir ganhos elevados com a edificação de casas de veraneio e a criação de balneários para os habitantes do núcleo urbano, numa região que não possuía atrativos para projetos industriais de vulto, nem terras agricultáveis de valor apreciável por sua fertilidade, extensão ou facilidade de escoamento da produção, e isso muito antes da chegada, numa escala apreciável, de adventícios.

Nesse sentido, Moraes Coutinho Júnior, comerciante nascido,

criado e atualmente morando no bairro de Jurerê, norte da Ilha, recorda que foi um conhecido político e empresário local, Aderbal Ramos da Silva, quem iniciou os negócios imobiliários naquela região litorânea ao adquirir as terras de uma viúva de quem se constituíra advogado, em 1935, e, décadas depois, inaugurar, em 1957, um loteamento desenhado por Oscar Niemeyer. Mais adiante, a área foi comprada por um grupo econômico sul-rio-grandense, Habitasul, que ali implantou um dos empreendimentos mais luxuosos e exclusivos da cidade, Jurerê Internacional.

> A Imobiliária Jurerê era do Aderbal Ramos, o Deba, era assim que ele era conhecido. O Deba, pro pessoal da época, ele botava muito medo. O pessoal tinha medo dele, ele era o cacique da região, ele era polícia, juiz, era tudo aqui, a lei era ele. Na verdade eu acho que ele foi, não que eu tenha sofrido, porque eu era criança na época, mas pelo que eu vejo falar, das pessoas mais corajosas, das que não tinham o rabo preso com ele [...].
>
> Realmente, quando chegou a Firma, como era chamada a imobiliária, muita gente desse bairro, até pode-se dizer que foi um batalhão de gente, foi trabalhar para ela. Antes disso não se tinha emprego, não se tinha salário. Todos trabalhavam na plantação, na colheita do café e na pesca. Cada um tinha a sua terrinha. Esses morros eram todos plantados de cebola, de fio a pavio... Nos engenhos de farinha tinha o pessoal que ia lá raspar mandioca, sovar, e em troca o pessoal ganhava o seu quinhãozinho pra trazer pra casa. Mas não era emprego. Emprego foi quando a Firma chegou, aí começou a girar mais dinheiro. Boa parte das pessoas aqui do bairro começaram a abrir vala, na pá, nesses campos, para drenar o terreno.[68]

O domínio do litoral por atividades que nada tinham de rurais ou extrativistas ocorreu, portanto, muito antes da chegada e fixação, em larga escala, de estrangeiros oriundos do interior do estado de

68 Entrevista com Moraes Coutinho Júnior, 43 anos, em Florianópolis, em 2007, por J. L. Santos.

Santa Catarina, de outros estados do Brasil ou mesmo do exterior, acarretando uma significativa metamorfose na cidade, que aproximou as localidades e municípios do seu entorno por meio de estradas, de avenidas e de uma nova ponte ligando suas porções insular e continental. No cerne desse processo, encontra-se a transformação em mercadoria com equivalência em moeda circulante de componentes do mundo natural e da vida social, conferindo valor de troca tentador para terras que despertavam até então pouca ambição porque reservadas a um labor agrícola árduo ou porque excediam a capacidade de serem cultivadas.

Nessa mesma direção, Vera Lúcia Custódio, professora de educação infantil na rede pública de ensino municipal, que não se recorda de ter enfrentado maiores problemas com pessoas que vieram residir na cidade nas últimas décadas, salientou que o começo das transformações no bairro do Campeche, região litorânea do leste da Ilha, inclusive com um forte impacto ambiental, foi provocado por pessoas da própria cidade que ali ergueram casas de veraneio:

> A primeira mudança aqui veio com o asfalto, que foi até meio trágico na época porque as pessoas não estavam acostumadas e muita gente foi atropelada e morreu... Aí já tinha um acesso bom e os nativos passaram a vender os terrenos... Então, um dia, quando vi a máquina derrubando as dunas, eu digo: Eu não acredito! Isso, para construir a casa de praia do Paulo Toniolo, que é um dos donos da Pedrita.[69] Segundo contam, seu Aparício e seu Bertoldo venderam os terrenos antes das dunas, mas para ver o mar ele simplesmente tirou tudo e construiu a casa. Foi uma coisa bem triste para mim, porque as dunas eram lindas...
>
> O pessoal vendeu as terras porque achava que ia ficar rico, e ficou cada vez mais pobre. Não estavam acostumados a

69 A Pedrita a que ela se refere é uma empresa que no início, em 1973, explorava uma pedreira não muito longe do bairro do Campeche, mas que hoje atua em vários ramos da construção civil. Um dos membros da família Toniolo, Paulo Toniolo Jr., foi preso pela Polícia Federal em 2007 durante a Operação Moeda Verde, voltada para combater presumidas fraudes na obtenção de licenças ambientais para a edificação de imóveis por parte de autoridades públicas e de empresários de Florianópolis.

> ter dinheiro na mão, então pensavam que podiam vender para comprar qualquer coisa, comprar um fusquinha, então venderam tudo. Tem gente depressiva até hoje por isso, com os filhos vivendo um por cima do outro...
> Foi questão de ganância mesmo. Sobre isso, tem até uma história interessante do seu Bertoldo: ele vendeu as terras dele, fez um buraco, botou o dinheiro e plantou um pé de cana em cima. Depois, não sabia em que pé de cana tinha enterrado. Quando achou, o dinheiro caducou, perdeu todo o valor, já tinha até mudado. Ele então não aguentou, teve um piripaque e partiu.[70]

As evidências indicam, portanto, que o desejo de obter dinheiro vivo para as mais diversas finalidades levou muitos agricultores ou pescadores que habitavam certas regiões próximas da orla marítima do município a venderem suas terras para empresários locais ou para membros das camadas abastadas da população do núcleo urbano, em especial durante a rápida expansão da atividade econômica no período conhecido como "milagre brasileiro" (1968-1973) e nos anos imediatos que se lhe seguiram. Com isso, casas de praia e balneários passaram a ocupar a paisagem litorânea e a contribuir para que nela aparecessem novos personagens, como banhistas e surfistas, e hábitos tipicamente urbanos, sem nenhuma afluência substantiva de estrangeiros, o que só começou a ocorrer nos últimos anos da década de 1970.[71]

O apelo à imagem do estrangeiro desagregador, pela força do poder de compra do dinheiro que trazia, pelos costumes excêntricos que com persistência introduzia ou pela resistência que opunha aos projetos que poderiam trazer progresso para a cidade, foi, todavia,

70 Entrevista realizada com Vera Lúcia Custódio, 52 anos, em Florianópolis, em 2009, por Luiz Felipe Falcão.

71 Não é raro, nos depoimentos de pessoas que habitam a região litorânea de Florianópolis há muito tempo, a menção, também, ao uso da violência para expulsar a população que ali residia e que, muitas vezes, não possuía o título de propriedade das terras que ocupava. Por outro lado, em partes dessa mesma região litorânea, as primeiras tensões e conflitos opondo nativos e "estrangeiros" envolveram pescadores e surfistas, ainda que muitas vezes estes últimos fossem lídimos filhos de famílias do núcleo urbano do município.

utilizado desde então várias vezes em campanhas publicitárias e eleitorais, ou mesmo em crônicas, charges e matérias jornalísticas de diversos teores. Nelas, aludiam-se aos elementos indesejáveis que, desamando a cidade, não aceitavam de bom grado empreendimentos como a abertura de marinas ou a construção de arranha-céus para abrigar hotéis de luxo nas praias e reduziam, assim, as oportunidades de inversão e a oferta de empregos, ou ainda aos insolentes que afrontavam a sociedade local e aos turistas pobres que não tinham muitos recursos para gastar nas temporadas de verão (como remédio para o assédio destes últimos, por exemplo, era sugerido sem rodeios um controle rígido dos acessos à cidade).

Com isso, criou-se por vezes a impressão de que a cidade estava dividida entre nativos e forasteiros, impressão esta que, com certeza, não era ou é exclusiva de Florianópolis, nem foi erigida por um mero contrassenso (ELIAS; SCOTSON, 2003; FANTIN, 2000). Afinal, a própria alteração da composição demográfica da cidade, do município e da própria região metropolitana parecia e parece justificar uma percepção desse matiz, como se pode depreender a partir das tabelas abaixo:

Tabela 1 – Evolução da população dos principais municípios da Grande Florianópolis (1950-2000)

	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Florianópolis	67.630	97.827	138.337	187.871	255.390	342.315
Palhoça	38.692	16.273*	20.655	38.031	68.430	102.742
Biguaçu	19.604	14.550*	15.360	21.434	34.063	48.077
São José	22.899	26.383*	42.434	87.817	136.293	173.559
Total	148.825	155.233	216.786	335.153	494.176	669.693

Fonte: censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *1967

Tabela 2 – População residente em Florianópolis segundo local de nascimento (1960-2001)

População\ Ano	1960	1970	1980	1991	2001
Nascidos no município	81.041	107.443	120.724	155.958	196.322
Migrantes	16.786	30.894	67.147	99.432	145.993
População total	97.827	138.337	187.871	255.390	342.315

Fonte: censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tabela 3 – Percentual da população residente em Florianópolis segundo local de nascimento

População\ Ano	1960	1970	1980	1991	2001
Nascidos no município	82,85	77,67	64,26	61,07	57,36
Migrantes	17,15	22,33	35,74	38,93	42,64
População residente	100	100	100	100	100

Fonte: censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esses dados permitem visualizar com nitidez a acentuada mudança no padrão demográfico da cidade e da região em que ela está inserida, indicando não apenas um rápido incremento da população ali residente, mas principalmente a presença crescente de habitantes que não são originários de Florianópolis. E, se for considerado que, nesses números absolutos ou nesses percentuais, estão incluídos filhos e filhas desses estrangeiros nascidos na cidade ou no município de Florianópolis e que mantêm ao menos em parte referências culturais de seus pais, bem como moradores que, até algumas décadas atrás, eram discriminados em sua condição de autênticos habitantes da cidade ou do município, ao passo que, por outro lado, tais números absolutos e percentuais não incorporam turistas ou indivíduos que se encontram apenas de passagem, então se torna possível franquear uma dimensão aproximada do caráter cada vez

mais impessoal e multicultural exibido por Florianópolis no correr das últimas décadas.

Mais ainda, se for levado em conta que a cidade, por ser uma capital, abriga um grande contingente de funcionários públicos que, nesse mesmo intervalo de tempo, passou a ser selecionado quase que exclusivamente por concursos para os mais distintos cargos, com diferentes graus de qualificação, atraindo candidatos de diversas procedências, o impacto das transformações urbanas torna-se maior. Aqui não pesa simplesmente a presença do outro, nascido ou não na cidade, mas a paulatina e progressiva desarticulação das relações tradicionais de dependência, que cada vez menos estão em condições de pleitear, oferecer ou garantir empregos ou benesses com base na pessoalidade.

Esmiuçando a argumentação, a dinamização das atividades econômicas derivadas da incorporação imobiliária e da construção civil, da indústria do turismo e do lazer e da ampliação do setor de serviços (em que acabou por se destacar tudo aquilo referente à informática) potencializou a vinda para a cidade de um grande contingente de população proveniente do interior do estado, de outros estados da federação ou de outros países, o que, associada à maior exposição, circulação e interação dos "estrangeiros locais" (antigos pescadores ou agricultores e seus descendentes, negros e mestiços de pele acastanhada ou trigueira, etc.), dotou Florianópolis de um novo e mais variado colorido sociocultural e fragilizou as redes de dependência pessoal, em parte porque muitos forasteiros possuíam elevado capital social e cultural, não necessitando, portanto, recorrer a elas, em parte porque a mercantilização de quase todos os elementos do mundo natural e da vida social tornou obrigatório lançar mão de outras modalidades de sujeição.

Como desfecho, vale repetir que os processos aqui examinados não são exclusivos de Florianópolis, tampouco vertem numa única direção. Nos territórios das cidades contemporâneas, em realidade, ocorrem múltiplos deslocamentos que impulsionam afinidades ele-

tivas, como as concebeu Goethe (2008), e amálgamas complexos, ao mesmo tempo em que definem fronteiras estanques para impedir passagens, apartar pessoas, ideias e costumes, cultivar uma presumida uniformidade legada pelos antepassados ou flertar, consentir e celebrar prejulgamentos aparentados com a xenofobia ou com o fundamentalismo. E, no que diz respeito ao domínio de tais fronteiras estanques, as advertências de Primo Levi referidas no início, segundo as quais a convicção de que "cada estrangeiro é um inimigo", que jaz no fundo de muitos corações e mentes "como uma infecção latente" e se manifesta no mais das vezes em ações ocasionais e não concatenadas, mantêm toda uma atualidade impressionante e ameaçadora, merecendo por isso todo o desvelo de suas mais prováveis vítimas.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino*: uma invenção do falo: uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (Org.). *Cidades médias brasileiras.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CARNEIRO, Maria L. T. *Minorias silenciadas*: história da censura no Brasil. São Paulo: EUSP, 2002.

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha*: a imprensa alternativa brasileira. São Paulo: DISAL, 2004.

ELIAS, Norbert. *Os alemães*: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders.* Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FANTIN, Márcia. *Cidade dividida.* Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2008.

JOHNSON, David E.; MICHAELSEN, Scott. Los secretos de la frontera: una introducción. In: JOHNSON, David E.; MICHAELSEN, Scott. (Org.). *Teoria de la frontera*: los limites de la politica sultural. Barcelona: Gedisa, 2003.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LÖWY, Michel. *Walter Benjamin*: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins, 2001.

RIAL, Carmen S. M.; GODIO, Mateus (Org.). *Pesca e turismo*: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.

SALEM, Helena. *As tribos do mal*: o neonazismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Atual, 1995.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, out. 2005.

3. Cidade, trabalho e homossexualidades vividas: aproximações reflexivas sobre a alteridade *gay* via história oral

Robson Laverdi

Porque se eu for dar importância para o que as pessoas falam, eu nem saía de casa. É verdade, o que me move é a minha consciência. O que eu penso, o que Deus pensa de mim, pra mim, é o que importa. O que as pessoas, as outras pessoas que eu queria que me apoiassem e que aceitassem como eu sou realmente, são meu pai e minha mãe. O resto não me interessa, o que as pessoas pensam. E a vida é minha, sou eu que vivo, sou eu quem faço, eu sou uma pessoa independente, sou uma pessoa de maior. Então, acho que as pessoas tinham que abrir um pouco mais a mente para poderem aceitar as diferenças. Nós estamos vivendo no século XXI, as pessoas tinham que se colocar na realidade atual, não é?[72]

Na transcrição acima, narração e consciência se constituem juntas, dando forma a uma força subjetiva toda particular ao relato concedido por um jovem trabalhador do setor agroindustrial, de 23 anos, de assumida orientação *gay*,[73] que vive em Assis Chateaubriand, no Oeste do Paraná. Neste texto, vamos chamá-lo Márcio. Embora ele não tenha expressado nenhuma preocupação ou restrição quanto à utilização do nome verdadeiro, preferimos o uso de um nome fictí-

72 Entrevista realizada com Márcio (nome fictício), 23 anos, em Assis Chateaubriand, em março de 2007, por Robson Laverdi.

73 Utilizamos o termo estrangeiro *gay* para nominar a experiência homossexual neste texto, pois esse é o modo corrente pelo qual os entrevistados se reconhecem a si próprios e aos outros.

cio como forma de proteção a sua integridade física e social.

Desde que chegou a essa pequena cidade, pois é proveniente do meio rural do distrito de Paulistânia, município de Alto Piquiri, trabalha no abatedouro avícola de uma grande cooperativa que tem se lançado com forte pulsão de investimentos no chamado mundo do agronegócio, cuja filial fica localizada em cidade vizinha (omitida pelo autor) a Assis Chateaubriand. Exceto Alto Piquiri, que está localizada na porção Noroeste do Paraná, Assis Chateaubriand e a cidade vizinha, onde trabalha, ficam localizadas na porção Oeste do estado. Para além do envolvimento emocional a que o relato convida, que é forte, de fato, ficamos estimulados a pensar, naquele mesmo movimento metodológico advertido pelo historiador Pablo Alejandro Pozzi (2009, p. 92) de que o:

> Testemunho (além de sua beleza ou qualidade emocional) faz sentido para os historiadores muito além de sua construção como discurso, como narração ou imaginário. Seu sentido é dado (ou não) por aquele que fornece uma janela especial para melhorar nossa compreensão de uma dada sociedade. (tradução nossa).

A entrevista concedida pelo jovem Márcio foi feita na pacata Praça das Américas, localizada nas cercanias de vários bairros de periferia da pequena cidade de Assis Chateaubriand, que atualmente conta com população estimada em pouco mais de 30 mil habitantes. O contato inicial foi feito pela indicação de outro jovem, também *gay*, que vive na cidade de Toledo e que fora entrevistado em momento muito anterior, como parte de pesquisa mais ampla, sob a responsabilidade deste autor, com outros jovens de orientação *gay*, em alguns casos assumida publicamente, na região Oeste do Paraná.

Pouco mais de dois anos transcorridos desde a produção da primeira entrevista feita com Márcio, em 2007, outra conversa foi gravada em 2009. A proposta foi produzir entrevistas em momentos distintos. Tal proposição decorreu de questões trazidas pela força

subjetiva de consciência social histórica presentes no relato obtido na primeira ocasião. Cabe dizer que fomos tocados pelo reconhecimento da extraordinária riqueza simbólica que constitui a narrativa desse jovem em relação a outras dimensões da experiência social de que participa e na qual se constitui.

Entre essas dimensões, situam-se profundas transformações nas relações vividas no trabalho e na cidade, por sua vez situadas num chão mais amplo de tensões e expectativas de pertencimento que elas produzem e são produzidas nesse meio. Em razão disso, toma vulto a complexidade assumida por todo o campo de produção do relato, que adquire importância particular para reflexão histórica, tal como adverte Pablo Pozzi (2009, p. 90-91):

> Porque não se trata apenas de fazer entrevistas e contar histórias, mas expressar questões complexas a partir das experiências reais das pessoas. Trata-se de lidar com memórias vivas para que futuras gerações possam construir o seu futuro. A boa história oral é uma forma que, a partir de experiências individuais, um ser humano comum pode se sentir refletido, aprender com essas experiências e repensar a sua própria realidade. (tradução nossa).

Em quase toda a extensão do Oeste do Paraná, como em boa parte do Brasil, assiste-se, por um lado, a um processo desenfreado e avassalador de emprego de capitais e outras energias sociais e políticas na esfera produtiva da agroindustrialização. Os frigoríficos de abate de aves, implantados na última década na região, são uma demonstração concreta desse processo que engendra novas dinâmicas a serem vividas. Por outro lado, uma dilacerada e atuante projeção de modos de vida urbanos são pressupostos para a materialização das mais diversas expectativas, que para esse campo de experiências são concentradas. Na prática, isso tem se materializado em deslocamentos de pessoas do campo para cidade, assim como nota-se um retorno de trabalhadores migrantes, de diferentes gerações, que haviam se deslocado para o Paraguai nas últimas quatro

décadas. Em relação a esse aspecto, na última década, quantidade expressiva de homens e mulheres, trabalhadores pobres do campo, especialmente jovens, tem regressado ao país para se empregar nos frigoríficos recém-instalados em cidades de fronteira na extensão entre Foz do Iguaçu e Guaíra.

A despeito do reconhecimento público de que essa força política de progressão econômica do agronegócio recebe olhares de investidores atentos, é preciso dizer que essas transformações não deixam de ser marcadas por conflitos e tensões vividos como experiência social. Em relação a isso, percebe-se também como tal fato se constitui narrado num âmbito intersticial entre a posição assumida no interior de uma classe trabalhadora urbana em constituição e outra cuja constituição de identidades *gays* encontra lastros mais amplos no Brasil das últimas décadas. De um conjunto de 12 jovens de orientação *gay* entrevistados nas cidades de Assis Chateaubriand, Toledo e Marechal Cândido Rondon, quatro deles haviam trabalhado ou trabalhavam no setor industrial avícola. Sem contar o caso de outros tantos que manifestaram expectativas de ingresso nesse setor.

Nesse âmbito de experimentações da ordem da realidade, há muito mais a dizer do que simplesmente constatar o crescimento da atividade produtiva agroindustrial para os denominados "vocacionados" médios e grandes produtores rurais e celebrar festivamente a abertura de vagas de trabalho no meio urbano. Interessa discutir o sentido e a abrangência do envolvimento de jovens trabalhadores *gays*, que estão também presentes no setor e que se veem imbricados nessas novas relações de trabalho e viveres urbanos.

Tal preocupação se constitui como articulação de reflexão histórica, na medida em que se busca não apenas perceber como eles ingressam ou vivem cotidianamente no interior e para além desse setor produtivo. Sobretudo, como lidam com o preconceito e a homofobia, que são constituintes dessas e nessas relações de trabalho e vida urbana.

Interessa discutir dimensões outras dessa experiência, interpretando-se o relato de Márcio em mão dupla: apreender a historicidade de como esses jovens são incorporados e assimilados como operários nessas dinâmicas de produção. Isso porque também a esses jovens não é limitado o acesso ou a permanência nas plantas industriais, ainda que notória a compreensão corrente de ampliada discriminação aos homossexuais que vivem no campo ou mesmo nas pequenas cidades. Desse modo, buscamos apreender como a alteridade *gay* se processualiza como sentidos de pertença para *gays* e héteros nessas novas relações de trabalho e vida urbana no âmbito dessas transformações em curso.

Diante do desafio de interpretação dos relatos, temos em mente que lidamos com fontes decorrentes de práticas humanas vivas, produzidas em âmbitos de experiência marcados por estruturas de sentimentos, como assim nomeia tão peculiarmente Raymond Williams (1988). Às entrevistas gravadas somam-se conversas informais com trabalhadores e outros moradores da cidade, além de outras leituras etnográficas que trazem diferentes possibilidades interpretativas, situadas para além do plano da constatação das transformações produtivas que, por vezes, são repetidamente comemoradas como aquelas substancialmente capazes de dirimir contradições que se põem nesses universos relacionais vividos entre o campo e a cidade. Isso porque, de maneira toda especial, como ainda expressa Pozzi (2009, p. 91-92):

> No caso da história oral, suas pautas diferentes têm a ver, sobretudo, com o fato de que pela oralidade se desencadeia a memória para construir uma fonte que nos permita, de uma forma mais completa, a compreensão de todo processo social. [...] Se a história é o ser humano em sociedade no tempo, então a história oral resulta numa fonte para o historiador apreender tanto a subjetividade de uma época como para obter informações que de outra maneira não haviam sido registradas. (tradução nossa).

Ao se buscar, assim, pensar transformações constituídas e interpretadas nos rastros do tempo, os relatos de história oral dão a ver planos múltiplos e imbricados de experiência social histórica, tanto de diferenças como de desigualdades que, por sua vez, são vividas e contadas pelos entrevistados. Importa considerar, em plano mais amplo, algumas dimensões históricas do conflito imbricadas nessas transformações, que podem ser lidas também em documentos de expressão pública produzidos sobre ou para a pequena Assis Chateaubriand. Uma imagem pública, ou que se pretenda como tal, é potencialmente emblemática nesse sentido. Trata-se da alusão à cidade redigida por pessoa ou instituição não identificada, no *site* Wikipédia. Muitas vezes questionado pela sua metodologia considerada não "fidedigna", o conteúdo abaixo tornado público permite entrever uma disputa de sentidos muito marcante:

> O município de Assis Chateaubriand, no dia 9 de maio de 1983, instituiu a frase "*Assis Chateaubriand Morada Amiga*", através da Lei nº 594/83. O objetivo é identificar o município de Assis Chateaubriand e o povo acolhedor que lá reside com sua amizade e cordialidade. A cidade de Assis Chateaubriand conserva ainda a magia de uma cidade pequena de interior de estado, onde as pessoas ainda se cumprimentam ao se encontrarem umas com as outras em andares pouco apressados. São comuns os "bons-dias", "boa-tarde" e "boa-noite". (WIKIPÉDIA, 2009, grifo do autor).

Independentemente da discutível credibilidade que se possa atribuir ao emprego de informações veiculadas *por* sites mantidos com a participação autônoma de internautas, como o caso do Wikipédia, uma vez que o seu conteúdo é aberto a contribuições livres de usuários, interessa destacar a importância atribuída aos valores da fraternidade e da cordialidade preconizados no verbete da cidade. Não seria menos discutível caso o conteúdo tivesse sido veiculado pelo poder público e sua suposta oficialidade. Também se faz intrigante o altruísmo harmonizante a partir do qual a "Assis Chateaubriand

Morada Amiga" se faz presente no viver das pessoas a ponto de necessitar de lei para identificá-la como tal institucionalmente. Ademais, a virtualidade trabalha um sentido público, com vistas a conter possíveis formas em disputa acerca da apreensão quanto às indesejáveis mudanças nos meios e valores que se moldam de maneira negativa na cotidianidade de Assis Chateaubriand.

A despeito da suspeição que se possa atribuir ao sentido de coletividade que aparece implícito no conteúdo publicado, não se pode deixar de colocar em destaque o fato de que tal veiculação pela internet não deixa de disputar sentidos de pertença e contiguidade em chão mais amplo de discursos outros também constituídos nesse cenário. Para enfocar mais esse aspecto, cabe dizer o quão curioso, para não dizer perturbador, é o emprego da composição discursiva "morada amiga", que se utiliza de duas notações sociais adjetivadoras muito poderosas, quais sejam: moradia e amizade.

Ao buscar valorizar a mágica aura de "uma cidade pequena de interior de estado" e ao tecer uma ode de reconhecimento aos costumeiros tratamentos pessoais tradicionais que confeririam uma marca própria a Assis Chateaubriand, o conteúdo parece buscar dar conta do caráter fragmentário trazido pela "perigosa" impessoalidade que talvez passasse a reger os novos modos de vida locais. Na prática, o emprego da identificação "morada amiga" e a reivindicação da lei em prol dela constituem reclamação institucionalizante de valores universais para aquele meio citadino, entre os quais a acolhida, a amizade e a cordialidade. Em termos mais simples, seria a admissão tácita de que tais valores, embora apregoados como inerentes a esse corpo social, não marcariam mais a esfera pública das relações sociais vividas em Assis Chateaubriand. Todavia, será que tais valores evidenciados marcaram de fato os termos consensuais que o documento propugna? Ao reivindicar dada permanência de valores e práticas relacionados a esses "bons modos", não estaria o *site* lidando concretamente com a crise de valores plantada e sentida no presente?

Atribuir ao passado dada harmonia social ausente no presente é maneira convencional, todavia não confessa, de dizer que o presente não a contém. Parece que se tem aí evidenciado um desalinho temporal (e de domínio) fundado em lastro de perenidade dos ideais industriosos de seus "desbravadores". O tempo de outrora, que fora narrado, aparece cristalizado como desejo consciente de "progresso" dos primeiros homens que dominaram (e parecem continuar dominando) esse espaço. No âmbito reconhecível do discurso laudatório eivado no presente acerca dessas marcas temporais:

> Quando tudo era mata virgem onde o sol, com seus raios luminosos, iluminava essas terras cheias de vida, onde os pássaros e outros animais viviam harmonicamente conforme a Lei da Natureza, estava a sombra do surgimento de um pequeno povoado que pertencia ao Município de Guaíra. Lá pelos idos de 1958, a Colonizadora Norte do Paraná S/A veio a desbravar a região do Vale do Piquiri, tendo como Presidente o Senhor Oscar Martinez, que voltou os olhos para estas terras e entendeu que seria mais um grande centro industrial, devido à fertilidade do solo, pois são as melhores terras do mundo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND, 2009).

A "lei da natureza" assume o panteão peremptório reificador da ocupação da região do Vale do Rio Piquiri, onde está plantada a municipalidade de Assis Chateaubriand. Se, por um lado, a mesma "lei da natureza" abençoava o "pequeno povoado" que viria a ser "desbravado" nos anos 1950, de outro lado, o herói dadivoso profetizava a qualidade de "grande centro industrial" que estaria fadado a se constituir. Não deixa de ser curioso perceber a articulação política que relaciona, consecutivamente, a fertilidade do solo, que em tese seria potencialmente importante para agricultura em contraposição à razão primordial vocacionada à industrialização.

Um processo de largo espectro nesse âmbito encontra-se em curso no Oeste do Paraná. O argumento que defende a industria-

lização é o que tem sido plantado com vigor discursivo na nova economia do agronegócio. De tão falado, tal processo foi transformado numa das verdades inquestionáveis sobre a nova vocação econômica da região. O setor cooperativo agropecuário, que no Brasil tem ganhado uma virtuosa positivação e investimentos nas últimas décadas, em razão da ideia marcada de valores de associativismo ou cooperativismo, reivindica de muitos modos o passado rural e a pujança agrícola como fundacionais do então celebrado mundo do agronegócio.

Com um pouco de atenção crítica, denota-se que tal processo de agroindustrialização é validado social e politicamente por alto grau de inevitabilidade, tendo sido engendrado em processo destituído da ação e presença concreta de agentes sociais reais. Em outras palavras, toma-se a agroindustrialização recente como mecanismo autoativado pela emergência e emprego da alta tecnologia e produtividade no campo, em grande parte autorizada moral e eticamente pela força cooperativista que já tomaria conta da região desde os anos 1970.

Como então relacionar tão pujante e inevitável processo de agroindustrialização recente à reivindicação de valores tradicionais em Assis Chateaubriand, cuja experiência se liga ao jovem Márcio? Diríamos que em muitas coisas. Em primeiro lugar, cumpre observar que a trajetória desse jovem, de modo diferente, reivindica outra compreensão, não laudatória, da processualidade histórica que levou a um patamar tão comemorado a agroindustrialização recente em toda a região.

Filho de pequenos agricultores, Márcio foi inicialmente empregado assalariado no campo. Contou assim como foi a saída para a cidade:

> Então, aconteceu assim: meu pai trabalhava na fazenda, meu padrasto na realidade, minha mãe, meu padrasto, então meus irmãos, eu sou irmão deles por parte de mãe. O meu padrasto é japonês. E ele trabalhava na fazenda. E eu ajudava ele, trabalhava também. Meu outro irmão também

> ajudava a trabalhar na fazenda. E daí, o motivo foi que o proprietário da fazenda não estava tendo lucro com a propriedade, daí ele resolveu arrendar a propriedade para plantar soja, era só gado. Daí com isso ele seria obrigado a demitir os funcionários, já que não precisava mais. Daí o meu pai também foi um dos demitidos. Daí a gente ficou sem rumo. Pois a gente ficou morando dez anos lá. Daí a gente pegou e pensou: pra onde a gente vai agora? Daí o meu pai tinha os netos dele aqui em Assis e daí ele quis vir pra cá. E eu também, de início eu me interessei em vir pra cá porque eu imaginava que aqui, por ser uma cidade um pouco maior, eu conseguiria um trabalho de repente mais fácil do que em Alto Piquiri ou naquela região lá. Daí a gente conversou. A gente chegou a conversar e chegou à conclusão de que seria melhor a gente vir pra cá. Daí a gente veio pra cá e estamos aqui até hoje.[74]

Cabe notar que a vivência do meio rural recordada por Márcio não foi representada como marco idealizado. É contada como espaço social em transformação. Até mesmo o grande fazendeiro, teoricamente em melhores condições econômicas, para o qual a família de Márcio prestava serviços assalariados, não sobreviveu à nova ordem que se impunha. Isso levara o patrão da época, proprietário, a arrendar as terras em outro sistema de produção, todavia de larga escala, de soja e gado, "obrigando", por certo, a demissão do pai.

A argumentação narrativa de Márcio merece uma vista mais detida. A dispensa do pai pelo fazendeiro foi contada sem conflitos, retirando do proprietário as expensas morais pela demissão. Independentemente do modo como narrou o episódio a partir do qual indiretamente absolvera pessoalmente o patrão, na prática deixou marcado o fato de que "daí a gente ficou sem rumo".

Uma expectativa maior parecia interpor o tom ameno atribuído à dispensa sumária pelo patrão, até porque "de início eu me interessei em vir pra cá porque eu imaginava que aqui [Assis Chateaubriand], por ser uma cidade um pouco maior, eu conseguiria um

74 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.

trabalho de repente mais fácil do que Alto Piquiri ou naquela região lá". Em outras palavras, a narrativa parece não apenas considerar como motivo do deslocamento a dispensa do antigo patrão, mas também, de outros modos, a expectativa que Assis Chateaubriand assumia no horizonte de suas escolhas e de sua família. Cumpre sublinhar, no relato, a insegurança que representava uma mudança para a cidade. A compreensão quanto à existência de pessoas conhecidas pela família na cidade, no caso, netos do seu padrasto, a quem respeitosamente chama de pai, contribuiu muito no processo, tanto é que "daí a gente conversou. A gente chegou a conversar e chegou à conclusão de que seria melhor a gente vir pra cá".

Na corriqueira conversa familiar, a decisão do deslocamento para a cidade impunha ao narrador um sublime afastamento daquele universo de trabalho rural. Em suas impressões: "essa fase da minha vida na fazenda foi muito difícil essa convivência, porque eu me via no meio daqueles homens trabalhando. No meio de homens se fala tudo, de mulher, não sei o quê... E eu me sentia completamente perdido, totalmente". O sentimento de não pertencimento àquele espaço lhe era remetido por uma questão crucial: "Meu Deus! O que é que eu estou fazendo aqui?". De outra parte, a resposta cristalina: "aqui não é o meu lugar!". Para Márcio, os tempos da vida no campo e sua lida lá com outras pessoas, todos teoricamente heterossexuais, lhe impunham um convívio social perturbado por sensações de dor e por novos anseios:

A vontade que eu tinha era de fugir daquele lugar. Eu não me sentia bem. Eu não me sentia feliz, não era o que eu queria pra mim. Nossa! Quantas vezes eu tentava conversar com a minha mãe e falava: "Mãe, isso não é pra mim". Nossa sempre quis ir para a cidade, para trabalhar, para ter uma vida assim diferente, conhecer gente, gente assim como eu. Onde eu pudesse ter amizade, dividir essa experiência, conviver junto.[75]

75 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.

O desejo de compartilhar a vida com pessoas que lhe pudessem acrescentar a sua existência pessoal *gay* é uma constante marcação no relato de Márcio. Segundo constatou, sua dificuldade consistia no fato de que, no campo onde vivia e trabalhava, "não tinha *gays*, não tinham lésbicas, não tinha. Pelo menos não aqui assumido, porque se tinha era muito escondido, porque lugar desse [gestualidade] tamanhozinho tem muito preconceito". Ao se colocar desse modo, utilizando-se da gestualidade, quer expressar o tamanho pequeno do lugar onde vive. Em seu relato, argumentou ainda:

> Depois que eu me mudei, na verdade aconteceu depois que eu me mudei, que eu vim aqui pra Assis [Chateaubriand], que eu conheci bastante homossexuais, daí me envolvi com alguns deles porque houve aquela afinidade. Mas não foi uma experiência, até então pra mim, com os homossexuais com os quais me envolvi, não foi sabe, uma coisa assim, que me realizou cem por cento. Eu senti que alguma coisa faltava, que até então eu só tinha me envolvido com homens heterossexuais e os que eu me relacionei aqui eram semelhantes a mim, não houve aquela afinidade. Eu senti que faltou algo, faltou alguma coisa.[76]

No relato de Márcio, além do deslocamento do campo para a cidade, assume importância a vivência de relações homossexuais, não necessariamente com *gays*, que até então pareciam estar plantadas no âmbito de idealização. Implicitamente, o relato revigora a frustração vivida em relação às expectativas quanto às outras relações pessoais que entendia como difíceis ou impossíveis de serem vividas no campo. Na prática, parece se comprometer com uma reflexão difícil sobre as quebras trazidas pela frustração que lhe impunha alguma forma de comparação e, por sua vez, de relativização quanto aos sentidos do viver urbano em sua trajetória. Parece até ironia, mas o jovem Márcio aparenta se dar conta de que o meio rural lhe preenchia a vida com melhores experiências, *gays* ou não, que a vida urbana.

76 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.

Para Márcio, a cidade não fora apenas promessa, era a realidade que precisava ser compreendida, pois "muitas vezes, quase que frequentemente você sofria discriminação. As pessoas falavam, te colocavam em situações". Pois,

> Com o passar do tempo, eu aprendi a conviver, a filtrar. […] Não fazer com que aquilo me fizesse mal. Porque eu entendi que o preconceito sempre existiu e sempre vai existir. A gente tem que aprender a conviver com ele. Infelizmente é uma coisa, é a realidade. Existiu, existe, não é? A gente tem que aprender.[77]

A narrativa de Márcio passa a colocar em pauta uma série de situações de conflito e discriminação que vivera no espaço de trabalho na planta industrial do frigorífico de aves na cidade vizinha, principalmente durante o deslocamento de uma cidade à outra cotidianamente. Uma das marcações narrativas mais contundentes que foi trazida para o diálogo relaciona-se a viver a orientação sexual. Nesse relato, chamou a atenção uma série de situações de preconceito vividas no transporte da sua cidade até o trabalho naquela localidade:

> Inclusive no ônibus que eu vou, o meu banco do lado, é até, em dois anos em maio que eu vou completar na empresa, nenhum homem senta comigo. Já aconteceu de, por exemplo... Eu pego, eu sofro um pouco dentro do ônibus por causa disso. Já aconteceu de o ônibus estar cheio e ter um banco do lado vazio, o cara ir em pé daqui [Assis Chateaubriand] a [omitida pelo autor], mas ele não senta comigo. Acontece![78]

O transporte diário de ônibus constitui-se num espaço social de experimentação bastante dramático para sua vivência de trabalhador e *gay*. Para Márcio, não é nada fácil ter que lidar com essa situação,

77 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.
78 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.

em que, tal como contou, não sobram dúvidas quanto ao preconceito vivido. Trata-se da distância de mais de 40 km, o que equivale a uma hora de viagem, motivo pelo qual se mostra magoado. Tal situação não se restringiu ao transporte, mas ocorreu também no interior do próprio espaço de trabalho. Em sua narrativa:

> Que nem ontem, por exemplo, aconteceu um caso. Eu entrei no banheiro, daí tinha dois caras conversando. Daí o outro saiu e, no que o outro saiu, o outro já saiu atrás. Não queriam ser vistos junto comigo. Isso! Não conversam comigo, não me cumprimentam, não falam comigo. É desagradável, mas…[79]

O banheiro é espaço que faz parte do ambiente de trabalho e é narrado por Márcio. Ressente-se, assim, de não poder compartilhar esse espaço do mesmo modo como outros trabalhadores do frigorífico em virtude da assunção de sua orientação sexual , pois o evitam. Segundo o entrevistado, "isso acontece muito":

> No setor que eu fico, eu trabalho com mais dois caras. Não tem o que conversar com eles, não tem assunto. É só questão de trabalho. Eles começam a conversar entre eles, falar de futebol, falar de mulher, falar de carro e eu fico totalmente perdido. Nossa! Eu não sei. De mim pra eles eu só converso questões formais, sabe? Não tem o que conversar. Os assuntos não batem.[80]

Fica muito claro que a indignação de Márcio não é em relação ao fato de esperar um convívio marcado por relações sexuais ou afetivas homo-orientadas. Esse jovem se ressente da impossibilidade de viver sua experiência laboral em termos mais amplos, ultrapassando a margem restritiva da condição de trabalhador. Para ele, o espaço de trabalho significa muito mais que o lugar para ganhar a subsistência. O trabalho no frigorífico é um espaço de sociabilidade impor-

79 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.
80 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.

tante que, no caso denunciado, torna-se limitante à vivência integral, restando apenas conversar de "questões formais". Falar com colegas sobre temas usualmente tidos como essencialmente heterossexuais é, na leitura desse jovem, pressão contra sua presença homossexual no espaço daquela indústria. De acordo com Márcio,

> O que eu quero não é que as pessoas me aceitem. Não é isso o que eu quero. Eu quero respeito. O fato de elas não me aceitarem como eu sou, eu queria que elas não se achassem no direito de ficar me condenando, a minha vida, o tipo de vida que eu levo. Lá no armazém onde eu trabalho, por exemplo, lá as pessoas, tipo assim, me respeitam, pelo menos assim dentro da parte de trabalho, me respeitam sabe? Mas tem aquelas pessoas que não conversam comigo, tem aquelas pessoas que quando eu passo tiram sarro, fazem uma piadinha, um comentário maldoso. Só que eu procuro nem dar importância pra isso. Porque se eu for dar importância para o que as pessoas falam, eu nem saía de casa.[81]

A despeito do tom de desprezo para com tais questões, tudo indica que Márcio se ressente sim e muito do preconceito sofrido, mas não o bastante para deixá-lo preso a sua casa. De acordo com sua elaboração quanto a esse processo, reconhece: "eles não me querem ao lado deles, isso é visível. Então, eu vou lá, na hora que eu chego eu troco de roupa e já saio. Na hora da janta eu vou lá, escovo os dentes, depois já saio e vou pra fila". O relato, por sua vez, não dá conta apenas do preconceito sofrido, mas também da compreensão quanto aos desafios que sua orientação *gay* lhe impõe para conviver naquele espaço de trabalho. Nesse sentido, é interessante perceber que essa convivência difícil não se restringe apenas à prática de ficar calado. Vejamos um exemplo trazido pelo jovem:

> E aconteceu esse caso de o cara vir com uma revista [de mulheres] para o meu lado querendo que eu olhasse e falando: ué, você não gosta? Você tem que olhar! E eu me

81 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.

> senti mal porque tinha mais pessoas, mais caras e ficaram rindo, ficaram zoando com a minha cara. Daí eu subi lá para o meu setor e conversei com o meu superior. Aí a gente foi conversar com o encarregado e foi resolvido naquele dia mesmo.[82]

Interessante destacar que, em relação ao acontecido, encontramos Márcio agindo não apenas no sentido de encontrar uma maneira mais amena de lidar com o conflito, nesse caso fazendo-se oculto. Passa a contar, assim, de maneira quase dilacerada, como acionou seus chefes para lidar com a agressão que sofrera. Na continuidade do relato, contou como a situação teria sido resolvida pela sua chefia que "encaminhou e resolveu e, inclusive, faz um ano que ele veio perguntar pra mim e, porque agora eu mudei de setor". Além de contar como o conflito foi assumido e resolvido pela chefia, Márcio pareceu acentuar essa condução prestativa, tanto é que "ele perguntou se o pessoal do outro setor não está mexendo comigo, os caras".

A princípio, podemos ficar até comovidos com a tão iminente posição que teria sido tomada pela chefia, tal como foi contado por Márcio. Mas precisamos ir além dessa rasa constatação, o que pode nos ajudar a compreender outras tramas conflituosas e transformações nesse meio. Para isso precisamos lidar com a resposta que o jovem teria dado ao chefe quanto à preocupação manifestada:

> E eu falei assim: olha, acontecer, acontece. Mas como eu não tenho tempo nem de ficar ouvindo o que eles falam, o que eles fazem. Eu nem sei quem é, mas acontece sim. E inclusive falou que se eu sentisse realmente prejudicado para eu passar para ele tomar providências. Quanto a isso, não tenho o que reclamar do meu chefe, porque ele é supercabeça.[83]

Embora a preocupação de recuperar o sentido dessa posição "supercabeça", assumida pela chefia, algo mais parece se constituir

82 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.
83 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.

em seu movimento narrativo:

> E você vai se expor? Claro, não vai. Vai ser ali particular e tal. Mas você vai estar assim se expondo, se desgastando, aquele desgaste emocional. Aquilo vai mexer com você. Vai te fazer mais mal assim. Quanto mais você mexe, mais se desgasta, te faz mal. E você acaba deixando de lado, resolve remediar.[84]

Ao mesmo tempo em que levanta o fato de ter tido a coragem de buscar seus direitos como trabalhador, assim como de referenciar positivamente a resposta da empresa ao episódio de preconceito, o jovem Márcio denota compreender a existência de um parâmetro de possibilidades plausíveis para aquele gesto, pois "quanto mais você mexe, mais se desgasta", levando-o a "remediar".

A narrativa apresenta, com relativa clareza, o modo pelo qual esse jovem é levado a compreender os limites de sua coragem denunciadora das injustiças vividas naquele espaço de trabalho. Até mesmo porque, como disse Márcio, esse "é um caso. Isso é, porque é difícil você administrar isso". No estabelecimento do diálogo, precisamos compreender que há também um flanco aberto pelos interesses pessoais projetados por ele para aquele espaço, pois "desde que eu entrei na empresa, eu queria mostrar a minha capacidade, mostrar que eu tenho potencial, que eu sou igual a um homem, a minha vida". Nesse momento, o jovem delimita assim suas referências de entendimento em relação ao que vive no trabalho e em sua vida sexual:

> Essa questão da minha orientação sexual, eu sou *gay* do portão pra fora. A partir do momento que eu entrei do portão para dentro, eu vou agir como um homem, eu vou trabalhar e vou mostrar que eu tenho capacidade. Inclusive, eu faço muita coisa que muito homem não faz. Eu vou atrás, eu faço acontecer e procuro mostrar que o fato de eu ser *gay* não quer dizer que eu não sou capaz de trabalhar igual a um homem, ou de, se chegar a um cargo, de repente, de respon-

84 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2007. Ver nota 73.

> sabilidade, de decisões. Pelo contrário, eu ajo normalmente e sempre procuro colocar que eu tenho capacidade. Eu sou um homem, não é? Lá eu trabalho como tal e procuro fazer acontecer. Mas é meio complicado porque muitas vezes, como as pessoas já sabem de mim, todo mundo não é? As pessoas torcem o seu nariz e pensam: ah, não tem capacidade, não pode fazer. Mas você, a cada dia, você tem que está provando que você é capaz, que você pode. Porque as pessoas são muito doentes às vezes, muito maldosas nesse sentido.[85]

Embora o relato de Márcio seja individual, podemos deslocar nossa atenção para alguns elementos de significação de sua experiência que não parecem reduzidos a sua individualidade, mas ao universo social vivenciado por outros *gays* na esfera do trabalho. Quais sejam: o fato de assumir para si, ainda que subliminarmente, o desafio de ser melhor que quaisquer outros trabalhadores, como uma forma de "superar" a internalização de sua inferioridade pelo fato de ser *gay*. Claro que isso não pode ser tomado como categorização sentencial quanto aos desejos mais profundos de realização profissional desse jovem. Muito menos deixar de crer que o ambiente de trabalho em questão esteja fortemente marcado pelo sentido de competitividade elevado no âmbito da gestão das atividades laborais. Todavia, o tom narrativo deixa explicitamente marcado o quanto esse dilema se faz presente na experiência de vida desse jovem, uma vez que "a cada dia, você tem que estar provando que você é capaz, que você pode". O relato, por sua vez, chama a atenção pela aura de tensão mais ampla vivida por esses trabalhadores. Tão assim que "atualmente foi até divulgado um documento no mural. Todo mundo passou por um treinamento e que a empresa não pode discriminar ninguém. Seja por orientação sexual, é cor, religião, por opinião política ou qualquer aspecto".

No conjunto das tensões em torno da assunção de sua orientação sexual, o panorama reflexivo de sua narração se deslinda com uma

85 Entrevista realizada com Márcio (nome fictício), 25 anos, em Assis Chateaubriand, em julho de 2009, por Robson Laverdi.

força incrível, fazendo parecer que Márcio talvez assumisse o papel de refém dessa situação:

> Atualmente trabalho na gestão de qualidade. Tem um ano e meio já que eu então passei a este setor. Nossa! Depois que eu então passei, me senti muito valorizado, sabe? Muito é reconhecido pelo meu trabalho, pelo meu esforço, pela minha dedicação, sabe? E assim quando as coisas começam a dar certo na tua vida você se sente mais motivado, mais inteirado pra cada vez se dedicar mais. Cada vez se esforçar mais. Cada vez se doar mais, pra aprender coisas novas. E na verdade são dois lados: a vida pessoal e a vida profissional. Então, a gente às vezes tem que procurar sempre conciliar as duas, às vezes uma não anda muito bem, mas a outra está. E assim vai indo. Mas nessa questão do campo profissional, sabe, atualmente estou muito satisfeito, sabe, graças a Deus consegui chegar onde eu almejava e estou bem contente, sabe.[86]

O valor dado à realização nas relações de trabalho aparece fortemente marcado na experiência de Márcio. Seria bastante fácil acreditarmos precisamente que o modo como se lança no ambiente de trabalho no frigorífico estaria descolado de um âmbito maior, no caso a vivência social. Somos levados, no entorno dos sentidos em disputa evidenciados pelo diálogo, a pensar naqueles elementos constitutivos da experiência da alteridade *gay* no confronto com interesses mais amplos e manifestos do capital, no caso em questão as formas de exploração do trabalho implantadas nesse espaço de incremento na área de agroindustrialização. Assim como a pensar nos contornos assimilados pela promessa de emancipação individual, além de outras expectativas que se engendram no horizonte de possibilidades para esses jovens trabalhadores. O entrevistado sintetiza:

> É como se fosse assim: quando eu me assumi, tomei uma posição. É como se, assim, algumas portas se fechassem

86 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.

> sabe, talvez não no campo profissional, mas de repente na amizade pra algumas pessoas, assim. Elas fecharam a porta pra mim de tal forma, assim, que pra mim conseguir abrir sabe, é muito difícil. Uma barreira tão alta que pra derrubar leva tempo, tem que ter paciência sabe? E assim, às vezes eu até falo, quando tem pessoas [*gays*] que perguntam, que conversam comigo e tal, e falo assim: olha essa decisão cabe a você. Posso te colocar os prós e contras do que eu passei, mas é uma decisão somente sua. Você que tem que saber o que você quer pra tua vida. Eu só não acho que você deva levar outra vida, querer viver de aparências. Agora se você quer viver publicamente ou de repente só pra algumas pessoas, pros amigos, é talvez você assim, pra quem não quer de repente assim sofrer tanto, não ter de frente uma preparação ou sabe ser assim, mais…[87]

O trecho da narração assume uma compreensão política do jogo em questão. É possível relacionar algumas dimensões, entre outras, que brotam desse diálogo. Cumpre destacar diferentes âmbitos dialógicos assumidos pela narrativa em relação a essas dimensões. O primeiro confere ao entrevistador um papel de espelho para a própria compreensão do caminho que assumiu, validando-se com uma narrativa calcada na interposição imitadora da realidade: "é como se fosse assim". Em segundo momento, a narrativa assume entonação política pautada pela assertiva: "tomei uma posição". Em seguida, Márcio relaciona sua experiência individual à de outras pessoas que vivenciam o mesmo drama da assunção pública de sua orientação *gay*. Vale finalmente considerar a defesa de sua posição em relação ao "que passei".

Curiosamente, Márcio, embora talvez se sentindo mais fortalecido pelas decisões que tomara e pelas conquistas que alcançara, não assume sua escolha como um nexo universal a partir do qual outros *gays* devessem assumir o mesmo caminho. Para ele, cabe, em cada experiência, compreender o jogo das relações e possibilidades que

87 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.

estão em causa. Na prática, a narrativa evidencia com alguma clareza, nesse campo das relações de trabalho e em toda a sua extensão consciente imbricada ao social, o quanto os valores e sentimentos não são fixos, mas profundamente negociados a partir do conjunto de correlações de forças.

E, talvez, até mais que isso. No caso em evidência, a posição de Márcio não se assegura num sentimento transversal marcado por suposta maior visibilidade e aceitação *gay* no Brasil nos tempos que correm. Assim como não se revela uma desdenhosa consciência das condições concretas de competitividade marcadas pelas novas relações de trabalho que se constituíam em seu meio.

Ao trazer para o centro da discussão uma suposta dúvida apresentada pelo outro colega de trabalho, também *gay*, quanto à assunção de sua orientação, o relato revigora nossa percepção em relação à vitalidade social presente na narrativa individual marcada na experiência intrincada por relações de alteridade:

> Quando eu entrei [empresa omitida pelo autor] assim, acho, tava nuns três meses assim que eu, que eu cheguei à conclusão que eu tinha dois caminhos pra seguir: ou eu assumia e vamos em frente ou eu ia tentar fazer como muitas pessoas fazem, como muitos homens que eu conheço. É tentar viver um mundo, uma vida de aparência. O que seria conveniente você arrumar uma namorada, só que não estaria sendo feliz. Eu sempre falo pras minhas amigas: gente eu não seria capaz de fazer isso comigo, eu não seria feliz viver uma coisa que não é pra mim. Eu tenho que viver o que tenho vontade, a vida é uma só. Eu não posso ficar vivendo uma vida pra tentar agradar os outros e deixar a minha felicidade. Felicidade também tem parte da gente, você tem que fazer tua felicidade, você que escreve a tua história, só depende de você. E, assim, quando eu assumi lá [empresa omitida pelo autor] pras pessoas… E assim, rapidamente, numa proporção muito grande, a notícia correu. E assim foi uma fase muito difícil da minha vida porque eu fui muito discriminado pelos homens. As pessoas se afastavam muito de mim,

> os homens, assim, que não tinham um entendimento e que não sabiam de repente conviver com uma pessoa assim. Até então, naquele tempo tinha poucas pessoas que tinham essa coragem de chegar e assumir a tua orientação sem medo de qualquer coisa.[88]

Márcio, nessa perspectiva, pensa sua existência e ação como um todo no social em que participa, avaliando também o sentido de sua ação:

> Com o passar do tempo eu mostrei, acredito eu, pras pessoas que o fato de você ser homossexual não diferencia você de uma pessoa. Você é igual a todo mundo, o que diferencia é só esse desejo que a gente tem. Esse modo de vida. Mas na sociedade você pode exercer a sua função, outra pessoa normal sem nenhuma dificuldade. E muitos, na verdade, são as pessoas com as quais você convive que têm dificuldade de te aceitar hoje, de conviver com as pessoas assim. É uma forma diferente de estar pensando, de pensar.[89]

A partir de sua "forma diferente de estar pensando", o enredo narrativo de Márcio permite discutir uma trama social envolvida no processo de assunção da alteridade *gay* naquele meio. Exemplo disso é a menção a um colega de trabalho, que ele elege para representar a dinamicidade das tensões existentes no chão da empresa e além dele:

> Não, eu não sei onde é que ele [colega de trabalho] mora. Ele trabalha [empresa omitida pelo autor] também. Eu até fiquei bravo com ele. Teve um dia, um período que eu fui trabalhar no outro turno. Daí ele tava lá trabalhando e tal e eu fui pra conversar com ele. Daí eu peguei eu me senti na liberdade de falar isso pra ele. Daí conversa vai, conversa vem, e daí eu falei assim: olha, eu admiro muito as pessoas como nós que assumem a sua sexualidade. Daí ele parou e olhou pra mim. Assumir o quê? Daí eu falei: ah, ser *gay*. E ele: mas eu não sou *gay*! Aquilo eu fiquei tão sem graça. Eu

88 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.
89 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.

> fiquei tão constrangido, que eu… Eu não sabia nem o que falar. Eu fiquei vermelho. Eu perdi a fala. Eu… [risos][90]

Em questão, Márcio colocou muito mais do que a decepção com o colega de trabalho que não demarcou vivenciar do mesmo modo a situação de experiência pública da homossexualidade. Tal prática de diálogo propugnado pela sua "transparência", evocada por um sentimento de pertença, pareceu não ser a tônica de todas as experiências *gays*. Tanto é que o levou a "ficar vermelho" em sua fisionomia diante da surpresa. Nesse intercurso, Márcio desvendou para esta análise outras dimensões dessa dificuldade de lidar com a alteridade *gay* na vida societária, que não é exclusiva ao público homossexual:

> Assim, em relação aqui na cidade, aqui onde eu moro, ainda não sei de repente, não vou dizer que é falta de tempo ou não, porque sempre acaba sobrando um tempinho, mas acredito que eu não fiz novas amizades aqui na cidade com as pessoas do meio [*gay*]. Acaba que eu conheço outras pessoas mais fora, de outras cidades através de amigos, de amigas, tal. Que a gente vai se conhecendo e acaba estabelecendo algum vínculo de amizade. Mas com as pessoas daqui [Assis Chateaubriand], que nem eu te expliquei já a vez passada [primeira entrevista gravada em 2007], que eu não tenho muitas amizades na cidade. Tenho poucas amizades e assim essas pessoas daqui da cidade, as que eu conheci, eu posso dizer não tive muita felicidade assim em conhecê-las porque eram pessoas que não vieram a somar na minha vida, não vieram agregar sabe uma coisa legal. Não…[91]

A solidão parece contada como um sentimento poderosamente atuante quando se refere a sua vida em Assis Chateaubriand. Em outros termos, Márcio infere não ter encontrado uma "morada [tão] amiga" assim. Para se divertir entre os pares, precisa ir "lá em Cascavel. Não sei se você sabe, tem uma boate GLS e a gente acos-

90 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.
91 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.

tuma [costuma] sempre ir pra lá. Todo sábado que dá pra gente ir a gente vai pra lá".

A amiga lésbica e Márcio compartilham esse significado de solidão: "até assim eu sempre falo pra ela [amiga] brincando que eu não gosto de sair aqui em Assis porque eu não me sinto… Em partes eu não me sinto à vontade quando saio em… Das pessoas, dos jovens, dos *points*". Cascavel, que é uma cidade maior, com mais de 250 mil moradores, localizada a pouco mais de 80 km de onde vive, tem centralizado a atenção de muitos jovens *gays* pela existência de espaços de maior sociabilidade para o público LGBT.[92] Embora não sendo isso uma regra, pois muitos jovens entrevistados não trilham esse mesmo caminho.

O deslocamento para Cascavel, nos finais de semana, assume assim outros sentidos:

> Só que de repente indo lá eu sinto uma maior liberdade pra você conhecer as pessoas, pra você realmente ser quem você é. Você poder agir como você. Você poder se divertir, sem de repente… Não é uma questão de você despertar a atenção, mas numa questão de você ser julgado, de você…[93]

Para Márcio, a danceteria LGBT:

> É um local assim que não sai briga. É um local assim gostoso pra você dançar, pra você ouvir uma música, pra você conhecer gente. E, assim, por ser a mais próxima aqui da região, então todas as pessoas assim do meio [*gay*] vão pra lá. Então acaba sendo um local de encontros. Então de repente não sai somente pra…[94]

É possível afirmar com alguma segurança que tais experiências, por mais que sejam narradas com intuito de marcar com fidelidade os sentidos sociais de crueldade e violência vividos por ele e compar-

92 Lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais.

93 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.

94 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.

tilhados por outros jovens homossexuais, não retiraram de Márcio a energia de seu propósito de realização pessoal. Pois, durante a realização da segunda entrevista, em julho de 2009, já traçava horizontes oníricos para seu futuro:

> Então, eu estou vendo pra começar voltar a estudar. O ano que vem, agora, no começo do ano, agora, instalou lá em [omitida pelo autor] uma faculdade a distância que é uma vez por semana. Daí a minha chefe veio conversar comigo me falando, me apoiando e que ela ia me liberar pra mim poder ir uma vez por semana pra assistir às aulas. E eu estou bem empolgado pra poder, pra começar a estudar. Então vai ser alguma coisa. Daí é bem na área, o curso é gestão de processo industrial. E daí eu estou bem empolgado pra começar a fazer.[95]

Fazer uma faculdade a distância ou na área de interesse ou atuação da empresa pode soar, à primeira vista, como uma assimilação ao mundo da precariedade e uma internalização da dominação levada a efeito. Todavia, a partir do tecido tramado pela experiência compartilhada por Márcio em suas duas entrevistas, cabe pensar com maior profundidade quanto aos sentidos implícitos de quebra de paradigmas que sua trajetória imprime nesse lugar.

Do campo à cidade, da cidade ao trabalho, de uma cidade a outra, o relato de Márcio mostrou-se construção narrativa consciente e atenta ao campo de escolhas e determinações moldadas pelas situações concretas como protagonista de sua própria história em tensão com o preconceito e a opressão vividos. Porém driblados com uma coragem existencial toda particular. Em grande parte, demonstra possuir força negociadora compreensiva muito evidente.

A partir desses universos sociais trazidos à cena reflexiva, viabilizados pela história oral, não podemos, e muito menos devemos, falar de um mundo *gay* já constituído e cristalizado. Assim como não podemos afirmar que a agroindustrialização foi conhecida total-

95 Entrevista com Márcio (nome fictício), realizada em 2009. Ver nota 86.

mente em seus interesses e práticas de domínio e concentração de riqueza. Todavia, como buscamos destacar nessa discussão, a história oral assume não apenas o papel metodológico de reflexão, mas o de norte desafiador para testar nossa capacidade interpretativa de compreender o mundo em suas relações entre o universo individual e o social, tal como tanto propugnou Raymond Williams (2003).

O caminho que buscamos trilhar neste texto permitiu, pelo menos em parte, entender e ultrapassar algumas armadilhas da discursividade vazia da "morada amiga" como um dos sentidos em disputa naquele meio, de modo a dar conta da concreticidade pulsante da alteridade *gay* que também está presente. Ainda que ela não se dê de forma majoritária, no espaço dessa planta industrial e em outras relações e espaços de trabalho.

Temos alguma clareza ainda para afirmar, entretanto, que não penetramos em todos os campos e sentidos dessa experiência social. Em parte porque, embora desejemos apreender sua totalidade, ela nos escapa pela incapacidade de nos colocarmos no lugar de pertencimento do outro. Noutra parte, porque nosso próprio entrevistado, cioso de seu mundo, compreendendo as mazelas da ignorância humana, revelou-nos apenas o que "acredito que o que eu queria passar pra você foi de acordo com que você foi fazendo as suas perguntas. É claro que eu não consegui passar tudo de mim". Nesses termos, como é da compreensão de Márcio, e de nossa própria compreensão também, o que foi dito é o resultado de uma relação "conforme você foi fazendo as perguntas". O que nos acalanta nesse processo, com insuspeita força de significação, é que "mas alguma parte de mim acho que eu consegui passar com essa conversa".

Referências

LAVERDI, Robson. *A vida "fora do armário" e outras dinâmicas envolvendo jovens de orientação homossexual masculina em pequenas cidades do Oeste do Paraná (2007-2009).* Marechal Cândido Rondon: Projeto de Pesquisa UNIOESTE, 2007.

POZZI, Pablo Alejandro. Historia social, historia militante: "um producto colectivo". *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 81-115, jan/jun. 2009. Disponível em: <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/viewarticle.php?id=211&layout=abstract>. Acesso em: 22 nov. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND. *Assis Chateaubriand, uma viagem na história*: 45 anos: um pedaço de chão, a terra de uma gente. Assis Chateaubriand: 2009. Disponível em: <http://www.assischateaubriand.pr.gov.br/artigos/artigos.php?id=123>. Acesso em. 30 nov. 2009.

WIKIPÉDIA. *Assis Chateaubriand (Paraná)*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis_Chateaubriand_%28Paran%C3%A1%29>. Acesso em: 24 nov. 2009.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución.* Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura.* Barcelona: Ediciones Península, 1988.



HISTÓRIA ORAL, DESIGUALDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

1.Dinâmicas coletivas e novas subjetividades: significados e conflitos nas relações sociais no MST

Davi Félix Schreiner

Trabalhadores!

Os trabalhadores rurais, seus modos de vida e seus movimentos sociais, durante muito tempo foram ignorados pela produção historiográfica no Brasil. Não eram vistos como sujeitos da história, capazes de ação coletiva transformadora. Nas últimas décadas, sobretudo, essa interpretação passou a ser gradativamente superada pela visibilidade que os próprios trabalhadores sem-terra alcançaram com a sua organização e as suas conquistas em movimentos sociais e, ao mesmo tempo, pelas novas perspectivas, metodologias de pesquisa e de abordagens de temas e de problemas no campo da história.

Uma das contribuições para essa mudança de enfoque na produção historiográfica deve-se às possibilidades abertas pela história oral como método para o estudo e a escrita de uma "história vista de baixo". Para além dessa questão, agrega-se a constatação de que a realização das pesquisas não pode contar com fontes escritas, pois são escassas ou não existem. Nessa direção, a riqueza de um conjunto vasto de trabalhos realizados sobre os chamados movimentos sociais do campo, a partir dos anos de 1980, reforça a percepção das múltiplas formas de abordagem de uma diversidade de temas e de questões a partir da história oral.

Inúmeros estudos realizados a partir de fontes orais têm dado voz aos trabalhadores do campo e movimento às suas práticas. Uma historiografia influenciada pelas mudanças no interior do debate marxista[96] explicita os diversos modos de vida do campesinato. O camponês emerge não mais como alguém que não faz e não participa da história, como resíduo de um passado a ser superado, mas, sim, como sujeito, cujo modo de ser porta os possíveis de um novo tempo de organização social.

Nessa linha de interpretação, trabalhos vêm analisando as experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela terra e pela reforma agrária. Destaco, entre tais estudos, aqueles que procuram incluir em suas análises os significados que os próprios trabalhadores rurais atribuem às suas experiências cotidianas no processo de luta pela conquista da terra e pela permanência nela. Essa perspectiva, além de explicitar a importância do MST como agente de transformação social, abriu a possibilidade de desmistificar certa visão política romântica ou idealizada em relação ao MST, ao trazer à análise os conflitos e as contradições vividas nos processos da luta pela terra, em especial, na organização das relações cotidianas nos assentamentos rurais.

É nas experiências em situações de liminaridade, como as vividas em acampamentos e em ocupações de terra, que pessoas estão tecendo valores humanistas em oposição à barbárie. "Liminar" deriva da palavra latina *limen*, que quer dizer *soleira da porta*. A acepção designa aquele que está em posição (espacial, temporal ou outra) inicial, limítrofe ou de passagem (FERREIRA, 2009). Do ponto de vista antropológico, a expressão liminaridade designa temporalidade ou situação marginal, paradoxal e ambígua, que antecede ou acompanha a passagem de mulheres e/ou de homens a uma nova categoria ou posição social.

A ideia de liminaridade é tributária da obra do antropólogo

96 Refiro-me, em especial, à influência das obras de Eric Hobsbawm, de Edward P. Thompson, de Raphael Samuel e de George Rudé. No que se refere aos estudos da questão agrária e camponesa, a influência do pensamento do francês Henri Lefebvre é também significativa nas ciências humanas.

Arnold van Gennep (1969), *Les rites de passage*. Para ele, trata-se de um momento no qual fronteiras são ultrapassadas ou eliminadas, o que foi observado durante os ritos de tribos africanas. Os ritos de passagem foram recorrentemente interpretados a partir dos anos de 1960.[97] Victor Turner (1974), a partir de Gennep, reelaborou o conceito de liminaridade, apresentando elementos da situação liminar (homogeneidade, igualdade, anonímia, ausência de propriedade material). Trata-se de um tempo e um espaço social que indicam nivelamento social dos sujeitos em processos de passagem/travessia. Desenvolveu, também, o conceito de *communitas*: "[...] uma comunidade, ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos" (TURNER, 1974, p. 119).

Na releitura de entrevistas, de documentos do MST e de trabalhos de pesquisadores publicados, visualizei um lado positivo da liminaridade. Trata-se de um vivido paradoxal, ambíguo e positivo no fazer-se da experiência em um tempo e espaço individual e coletivo. Configura, pois, uma situação de transitoriedade de quem experimenta a exclusão social, designa sujeitos que travam lutas cotidianamente para suas ações manterem coerência com o que acreditam e para suas escolhas morais não os impossibilitarem de continuar a viver e a interagir com o(s) outro(s). Liminares são desordeiros/rebeldes – pessoas que vivem na fronteira e, nessa condição de contradições sociais, questionam sobre sua situação de vida, identificam interesses comuns e se colocam em movimento, confrontando uma ordem e um sistema social.

A liminaridade, no sentido aqui empregado, remete a tempos e a espaços marcados pela pobreza, violência física e simbólica, assistência precária ou inexistência do atendimento à saúde, não existência da escola ou acesso a ela. Também se refere a sujeitos que ocupam um espaço e produzem um tempo de recriação de relações de vizi-

97 Sobre a origem do termo liminaridade e sua reinterpretação no campo da antropologia, ver DaMatta (2000).

nhança, de solidariedade, de ajuda mútua e de cooperação. Dessa forma, o acampamento é visto como uma comunidade de interesses compartilhados, divergentes e contraditórios.

Diante da pobreza extrema, da violência, da falta de trabalho, enfim, das condições materiais de existência, a organização e a luta coletiva tornam-se estratégias para produzir um novo tempo. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre a ambiência, os modos de ver, sentir e produzir nos acampamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como espaços e tempos nos quais se criam novas subjetividades. O que proponho é dialogar com diferentes vozes de resistência de trabalhadores rurais sem-terra e assentados rurais do Oeste e do Sudoeste do Paraná, que evidenciam os acampamentos e as ocupações de terra como formas políticas coletivas de enfrentamento e de mudança. Trata-se de narrativas acerca de uma conjuntura de extrema precariedade, que informam sobre estratégias variadas de organização da vida cotidiana para tornar possível uma comunidade de iguais, a qual, no entanto, revela práticas que negam outras subjetividades.

Utilizo a categoria de subjetividade(s) referida à noção de sujeito, aos seus modos de viver, sentir e interpretar as relações, bem como à criação de estratégias de produção de sentidos, de escolhas e de enfrentamentos individuais e coletivos. Ou seja, os sujeitos são portadores de interesses múltiplos, convergentes, desencontrados e contraditórios. No vivido, a práxis é contraditória e é nela que se produzem as subjetividades. Assim, a acepção de subjetividade remete à ideia de um certo espaço de autonomia dos sujeitos, um espaço em que partilham e confrontam interesses diversos. Nesse processo constituem ambiências e são constituídos por e nelas como sujeito(s), engendrando as condições para uma nova qualidade de vida individual e coletiva, alicerçada nas diferentes formas de reciprocidades e de insurgências.

Os acampamentos e as ocupações são as principais formas de luta do MST. O acampamento pode ocorrer às margens de uma rodovia, na propriedade improdutiva ocupada, ou, ainda, numa praça de pedágio de rodovia, na cidade, geralmente em frente ao Incra ou à sede do governo estadual. Em qualquer um dos exemplos, trata-se de terras de direito público: públicas porque são do Estado ou de responsabilidade dele, públicas para a manifestação do povo no Estado de Direito ou, então, porque não cumprem com a sua função social e, portanto, o Estado tem um dever constitucional, o de desapropriá-las a serviço do bem comum.

Às margens das rodovias, os conjuntos de barracos de lonas pretas (algumas vezes amarelas), as bandeiras vermelhas e, não raras vezes, cruzes expõem a exclusão social, engendrada pela exploração e pela expropriação promovidas pelo capital, dando visibilidade a um sujeito coletivo que não pode ser ignorado, o MST. Evidenciam seu conteúdo: a luta é pelo direito ao trabalho, contra a terra improdutiva a serviço da especulação imobiliária, contra o agronegócio financiado pelo Estado e fornecedor de grãos para o mercado internacional, contra também aos cultivos geneticamente modificados, denominados de transgênicos. A luta é pela desapropriação de propriedades a serviço do capital, para torná-las produtoras de alimentos à soberania alimentar. E, na mesma medida, por uma educação básica para o campo, conjugada à organização de cooperativas, para viabilizar a permanência dos agricultores, e à continuidade da ação coletiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Não obstante tenham sido agregadas novas bandeiras de luta à atuação do MST, a ocupação, prática coletiva de rompimento das cercas/divisas de propriedades privadas, tem se mantido como forma principal de enfrentamento e de resistência coletiva. A ocupação, seguida ou não da formação de acampamento, apesar das diferenças de forma e conteúdo, historicamente foi o meio encontrado

por camponeses, em diferentes lugares e momentos, para ter acesso à terra ou assegurá-la.

A título de exemplo, podem-se mencionar as ocupações coletivas dos camponeses índios no Peru, no início dos anos 1960, descritas por Eric Hobsbawm (1998). No Brasil, os trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, atingidos por barragens e indígenas, desde os anos 1960, vêm montando acampamentos para reivindicar terra. A ocupação, com a montagem de acampamentos, como forma de ação coletiva de enfrentamento direto, passou a ser utilizada pelos trabalhadores sem-terra apenas em fins dos anos 1970, quando a luta pela terra passou a ser articulada para além do âmbito local.

As entrevistas revelam uma diversidade de sujeitos denominados de trabalhadores sem-terra. Alguns autores afirmam que são pessoas que perderam as suas terras na década de 1960 e 1970 e foram para a cidade. Como, porém, perderam a terra se a maioria nunca teve terra? Os processos migratórios para o Oeste do Paraná não realizaram a utopia da propriedade familiar para a maioria dos migrantes e, em geral, quando realizaram o projeto da propriedade ou da posse da terra, ela não foi suficiente para a reprodução desse modo de vida.

A maior parte do contingente migratório para a região se deu nas décadas de 1960 e 1970. Todavia, a partir dos anos 1970, as relações de trabalho no campo sofreram transformações, levando muitos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, inclusive incentivados pelo governo federal, a migrar para o Norte do país participando de projetos de colonização ou para as cidades. Sem apoio do governo e sem condições para produzir, muitos retornam para as regiões de onde saíram. Somam-se a esse contingente os atingidos pela construção de usinas hidrelétricas (38.000 pessoas – Itaipu), os retornados do Paraguai (brasiguaios) e os pequenos proprietários rurais.

Esses trabalhadores (parceiros, meeiros, arrendatários, peões, pequenos proprietários, entre outros) têm, em comum, experiências de vida marcadas pela migração e pela inserção em relações subalternas de trabalho no campo ou na cidade. Essas vivências levaram,

em 1978, no Sudoeste do Paraná, um grupo de trabalhadores, inicialmente pequeno, com o apoio dos sindicatos autênticos e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a dialogar. Perguntavam-se acerca de suas condições de vida e sobre a concentração fundiária. Sabiam que havia terras ociosas e terras griladas. Antônio Ribas[98] relata que "[...] o banco estava tomando a terra. A gente trabalhava e pagava a metade da renda pro patrão". Assim, concluíram: "A terra está aí, nós temos direito, mas como vamos chegar? Vamos ocupar". Venceram o medo e praticaram a primeira ocupação no Paraná. E, nos anos que se seguiram, eles multiplicaram essa ação.

A produção dessa noção de direito à terra não se fez sem um fundamento histórico, nem sem valores morais. As trajetórias de vida dos acampados e dos assentados revelam múltiplas histórias de expropriação e de exploração. A memória dessas experiências lhes possibilitou confrontar as condições de sua existência com o que é justo e injusto. Os valores morais permitiram que a igualdade formal de sujeitos diferentes, expressa na reciprocidade contratual do trabalho, fosse questionada na vida cotidiana pelo narrador, a exemplo de muitos outros na mesma condição, desnudando a desigualdade real de tal relação de troca. Na explicitação da contradição entre igualdade formal e desigualdade real, inerente à forma contratual, engendrou-se a resistência individual e coletiva.

Nesse processo surgiu o MST, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, que, contrapondo-se aos projetos de colonização e ao Regime Militar, definiu os acampamentos e as ocupações como única solução para a conquista da terra e para a continuidade da luta pela reforma agrária.

Vidas em acampamentos

A vida em um acampamento, em meio às incertezas, ao medo e às dificuldades, é marcada pela luta coletiva por um pedaço de chão

98 Entrevista realizada com Antônio Ribas, em Lindoeste, em fevereiro de 1999, por Davi F. Schreiner.

como lugar de trabalho e de produção da vida. A perspectiva dos sem-terra acampados é, portanto, prospectiva: terra, trabalho, autonomia e produção de alimentos para a vida. A luta do MST, todavia, não se limita a essa propositura, pois objetiva transformações mais profundas na sociedade brasileira. "A gente trabalha por uma transformação!", afirma Lúcia Ferreira dos Santos (SANTOS, 1998, p. 28). À época desse depoimento, Lúcia participava da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, promovida pelo MST. A Marcha iniciou em 17 de fevereiro de 1997, com cerca de 1.300 sem-terra de diferentes acampamentos e assentamentos do país, em oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O relato da ex-empregada doméstica, com 23 anos, duas filhas, divorciada de um ex-militante do MST, evidencia que a luta pela vida a levou a participar de acampamentos e, com o passar do tempo, despiu-se de representações preconceituosas atribuídas aos sem-terra, tornando-se uma liderança do Movimento. Sua fala sintetiza a dinâmica de construção, como sujeito de ação, na luta coletiva pela terra. A expressão "Primeiro a terra, depois a vida [...]" (SANTOS, 1998, p. 33) indica a conquista da terra para nela produzir as condições materiais de existência. Dessa dimensão, a narrativa desloca-se para um sujeito coletivo (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o conjunto de suas reivindicações político-sociais, entre as quais a reforma agrária.

A exemplo da avaliação de Lúcia, os relatos dos trabalhadores sem-terra que entrevistei, acerca da vida nos acampamentos, dimensionam tais espaços como bem organizados, onde a maioria das decisões são coletivas. É um tempo de aprendizado, que brota da experiência vivida. Dalmiro avalia esse tempo comparando-o ao da escola.

> Foi sofrido, mas *para mim foi uma escola*. O que eu aprendi no acampamento não aprendi na escola, o estudo era pouco pra mim. O acampamento foi uma coisa organizada, *isso aí foi uma escola*, foi sofrido mais eu gostei. No acampamento

> eu *aprendi muito,* olha se eu for dez anos na aula eu não vou aprender tanto o que aprendi no acampamento.[99]

Dalmiro aponta pelo menos para dois sentidos relacionados à experiência de acampamento: (i) nela se fortalece a consciência de que os trabalhadores sem-terra são capazes de se organizarem, e (ii) que no vivido ocorre o aprendizado de como tecer a organização coletiva. Nesse sentido, na leitura de Dalmiro se pode visualizar certa convergência com a concepção do MST de que os sujeitos se educam na luta, ao participarem de acampamentos, de ocupações e de caminhadas. Para o Movimento, entretanto, o aprendizado na experiência deve levar à formação de um sujeito coletivo disciplinado. A cartilha do MST intitulada *Como organizar a massa* é uma das evidências materiais nesse sentido. "Quanto mais a massa se apega aos símbolos, aos líderes e à organização, mais ela luta, mais se mobiliza e mais se organiza" (MST, 1991, p. 24). Desse modo, os sujeitos passam a reivindicar, além da terra, a reforma agrária e transformações sociais mais profundas.

Todavia, ainda que os entrevistados interpretem o acampamento como tempo de aprendizado, embora de modos diversos, a vida cotidiana nesse espaço também é dimensionada como de carência, de medo e de sofrimento e, não menos, como de relações de solidariedade, de reciprocidades horizontais num mundo de precariedade e de enfrentamento.

A possibilidade do despejo é sempre iminente. Quando ocorre o confronto com a polícia militar e/ou com grupos armados dos fazendeiros, não raras vezes, se faz mediante ações de extrema violência, como ocorreu no Paraná em fins da década de 1980 e início dos anos de 1990. O Grupo de Operações Especiais (GOE) do governo Lerner, com o apoio da União Democrática Ruralista (UDR), deflagrou grandes operações em todo o estado. Em geral, de madrugada, trabalhadores foram algemados, interrogados, identificados por meio de fotografias e de filmagens e sofreram violências físicas.

99 Entrevista com Dalmiro Kellmer, no Assentamento Vitória, Lindoeste, em fevereiro de 1999, por Davi F. Schreiner.

A partir de 1998, os despejos foram executados pela polícia militar, "a polícia de capuz", atrelada partidariamente e ideologicamente à bancada ruralista e à UDR, e também pelas milícias privadas. Relatos de homens, de mulheres e de crianças evidenciam a barbárie na prática padronizada do aparato policial. Nos despejos, mulheres e crianças foram separadas dos homens. Homens e mulheres, sob ameaças, foram interrogados e identificados. Trabalhadores algemados, obrigados a deitar no chão, sofreram algum tipo de violência física e simbólica.

Por ocasião do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná, organizados por diversas entidades que lutam pela reforma agrária e pelos direitos humanos, sob a presidência do jurista Hélio Bicudo, ex-membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, Valdecir Bordignon, em depoimento, relatou que, no dia 29 de abril de 1999, foi prestar apoio a um acampamento na fazenda Santa Maria, no Noroeste do estado. Durante a madrugada, cerca de trinta policiais com metralhadoras, fuzis e cães, invadiram o acampamento. A intenção dos policiais era clara: identificar as lideranças e fazer o despejo das famílias.

A polícia já tinha uma lista de nomes de pessoas que poderiam estar no acampamento. De posse dela, começou a identificá-las e retirá-las dentre as famílias agrupadas pelos policiais no centro do acampamento. Bordignon foi uma delas. O comandante da operação ordenou que ele levantasse, fosse algemado e levado para o estábulo, onde havia vários tanques de água, bebedouros de gado.

> A primeira coisa foi o *afogamento*. [...] me retiraram do tanque, me *bateram, me chutaram, me pisaram e aí começaram a fazer algumas perguntas*, [...]: – Quem eram as lideranças daquela regional, [...], quem tinha mandado ocupar aquela fazenda? [...]. E que eles jamais podiam admitir que ocupasse aquela fazenda, e também falavam que tinham matado dois em Querência do Norte, pra eles tanto fazia matar mais [...]. Aí, depois me espancaram, né, mandaram

> eu correr para que me atirasse nas costas, eu não corri. Depois *me colocaram na água de novo*, num tanque. Depois me espancaram de novo e, logo após, eles me fizeram ajoelhar e aí comer esterco de gado, com uma faca no pescoço e uma pistola automática na cabeça, *e fizeram eu ingerir esterco de gado*. Aí logo *após me deixaram nu*, nesse local, e aí *ameaçavam me estuprar*, fazer várias coisas comigo. Aí fiquei nesse período duas horas e meia a três horas nessa tortura. (BORDIGNON, 2001, p. 38-39, grifo nosso).

O que se evidencia nas ações do aparato policial do Estado relatadas pelos trabalhadores é uma tecnologia de poder de caráter seletivo, cujos alvos são sujeitos sociais capazes de protagonizar e mediar ações coletivas. Por isso, a exemplo do que ocorreu em outros despejos, os trabalhadores identificados como lideranças foram levados para a delegacia de polícia, onde foram autuados em flagrante por formação de quadrilha, cárcere privado e esbulho possessório e ficaram presos durante 42 dias.

Deve-se registrar, no entanto, que a violência contra os trabalhadores sem-terra, todavia, não é um caso isolado. Em todo o país, entre 1985 e 2007, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram assassinados 1.373 trabalhadores. O assassinato, a tortura, as prisões, a existência de uma lista de lideranças ameaçadas de morte pela UDR e os despejos ilegais contam com a conivência, em muitos casos, do poder Judiciário. Imputar ao Judiciário toda a culpabilidade no que se refere à violência no campo não só não seria justo como significaria desconsiderar a sua contribuição na resolução dos conflitos agrários. A Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar as causas e os desdobramentos da violência no campo brasileiro, conclui, no entanto, que:

> [...] parte de seus membros [do judiciário] tem contribuído decisivamente com as injustiças, com a intocabilidade da propriedade privada, com a instituição do latifúndio e legitimado as formas mais absurdas de violência contra trabalhadores e apoiadores da reforma agrária. Inúmeros casos que servem como exemplo desta ineficácia do Judiciário nos foram relatados: o uso indevido das ações possessórias

> que se destinam à defesa da posse para a proteção da propriedade. (ABRA, 1992).

Na mesma direção, Antônio Sérgio Escrivão Filho e Darci Frigo, este último dirigente da CPT/PR, questionam, em artigo publicado em CPT, *Conflitos o Campo – 2010*: "[...] qual tem sido o papel do sistema de justiça – Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Judiciária?". Segundo eles:

> As prisões, em regra geral, estão relacionadas a conflitos coletivos, envolvendo trabalhadores rurais sem terra, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, pescadores, trabalhadores rurais, entre outros. Relacionando o número de prisões com o número de conflitos nos últimos três anos, vamos verificar que, para 1.538 conflitos, registraram-se 438 prisões em 2007, o que representou uma prisão para cada 3,5 conflitos. Em 2008, em 1.170 conflitos houve 168 prisões, uma prisão para cada 7 conflitos. Em 2009, 204 prisões em 1.184 conflitos, uma prisão para cada 5,2 conflitos. (CPT, 2010).

Os meios de comunicação têm contribuído para essa situação. A maneira como os grandes meios de comunicação resgataram esses acontecimentos do terreno movediço da luta pela terra criminalizou a ação coletiva dos sem-terra em rede nacional ao representá-la como subversão, como desordem, e os sem-terra como "baderneiros", "chefes" dos sem-terra, "bandidos", "invasores" e "vagabundos". Do ponto de vista da desmoralização e da recriminação da ação coletiva, essas representações valorizam o isolamento, a individualização, ajudando a apagar a memória das experiências de luta e desfigurar a consciência dos direitos.

Na contramão dessa prática de criminalização, os acampamentos, as marchas e as ocupações de terra se mostram espaços públicos e comunitários bem como tempos interativos e comunicativos. É nesses movimentos que os sem-terra interpretam as relações de exploração e de expropriação a que estavam submetidos, ali então

se percebem como sujeitos portadores de direitos e passam a lutar como sujeitos políticos coletivos para alcançar objetivos individuais e coletivos. Ao mesmo tempo, diante das diferentes formas de violência, continuam a se organizar como meio de proteger-se e de conquistar a terra.

Em resposta aos despejos violentos ocorridos entre fins de 1997 e primeiro semestre de 1999 e como forma de pressionar o governo a fazer desapropriações para o assentamento de nove mil famílias no Paraná, o MST articulou grupos de sem-terra de acampamentos de todo o estado. No dia 6 de junho de 1999, marcharam de Ponta Grossa em direção a Curitiba. À frente carregavam uma cruz. Em Curitiba, acamparam na praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico, ladeada pelo Palácio do Governo, Palácio da Justiça e Assembleia Legislativa. Além disso, continuaram a promover ocupações, pois tinham clareza de que o Estado só promove desapropriações quando pressionado pela mobilização dos trabalhadores.

Nesse sentido, os dados acerca da criação de assentamentos são reveladores. Entre 1987 e 2009, foram realizadas 6.086 ocupações de terra em todo o país. Cerca de 80% dos assentamentos criados resultaram da ocupação de terras. Esses dados revelam que a ocupação da terra não está esgotada. Prova disso são as desapropriações de propriedades improdutivas que o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e o Incra têm realizado e a grilagem de mais de 100 milhões de hectares que esse Instituto identificou e divulga. O que há é uma gritante concentração fundiária, consubstanciando a distorção da função social da terra. O resultado do Censo de 2006 revelou que cerca de 15 mil latifundiários detêm fazendas acima de 2,5 mil hectares e possuem 98 milhões de hectares. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras.

Esse quadro desnuda, pois, o problema agrário como sendo, sobretudo, uma questão política e, até o momento, o direito agrário apenas tem regulado as mudanças em curso e de forma a não permitir o enfrentamento direto da questão e sua superação. Historicamente, a reação das

classes conservadoras diante da possibilidade de mudanças profundas na estrutura agrária levou a opções conservadoras: regulou o já existente ou não executou o previsto na legislação. Do Estatuto da Terra, de 1964, a desapropriação de terras para reforma agrária não foi colocada em prática, e governos militares optaram pelos projetos de colonização como forma de evitar conflitos em áreas de tensão social. O processo de elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985 e a Constituição Federal de 1988 foram momentos, depois de 1964, nos quais a reforma agrária entrou na agenda política de modo mais enfático. Também, contraditoriamente, momentos nos quais as forças favoráveis à sua realização sofreram uma considerável derrota: o I PNRA previa assentar 1,4 milhão de famílias e só foram assentadas cerca de 100 mil e, na Constituinte, foi aprovado um capítulo da Constituição Federal dedicado à reforma agrária muito aquém das expectativas dos movimentos sociais.

No passado recente, os programas da política agrária do governo Fernando Henrique Cardoso – entre outros, o Cédula da Terra, criado em 1997, e o Banco da Terra, criado em 1998 – instituíram a chamada reforma agrária de mercado, cujo mecanismo de aquisição de propriedade não é a desapropriação para criar projetos de assentamentos de famílias, mas a compra direta e imediata de terras. Tais programas se mostraram inócuos. Durante o governo Lula, segundo dados oficiais do Governo Federal (2010), teriam sido assentadas 574.609 famílias. Além de o número ser questionável, por incluir regularizações de posses, projetos de colonização, entre outros, ele está longe de atender às milhares de famílias que demandam terra.

Nessa conjuntura, a resistência organizada dos sem-terra tem recolocado o problema da posse da terra como uma questão de resistência à expansão do capitalismo no campo. Nas terras ocupadas, os sem-terra, inicialmente, até a conquista do assentamento, montam novos acampamentos. Organizam-se para solucionar problemas relacionados à falta de alimentos, à segurança, à saúde, à educação, entre outros, enfrentando os impactos da situação de conflito.

Diante dessa configuração, a forma *acampamento* nos faz refletir sobre a construção de um "mundo" vivido na precariedade, que politiza a experiência social, criando estratégias variadas para tornar possível a cooperação na luta e as condições para a sobrevivência. O vivido na precariedade remete à liminaridade, ao residual, para usar uma expressão de Henri Lefevre (1983), àquilo que não é capturado pelas práticas de subordinação política e de dominação.

Nesse sentido, o acampamento na terra ocupada demarca uma fração do território conquistada do capital e transformada em territorialidade camponesa. O conjunto dos barracos, as bandeiras, as cruzes, a organização em comissões e as roças comunitárias são elementos que apontam para a existência de uma comunidade de interesses na luta pela permanência na terra.

As inúmeras experiências de acampamento ensejaram a elaboração de regras para a organização da vida cotidiana. Nos acampamentos, os sem-terra organizam a vida orientando-se por normas aprovadas em assembleias da executiva nacional e por regras que eles próprios criam no fazer-se das experiências cotidianas. Nesse sentido, observou-se que: (i) as diretrizes orientadoras gerais da executiva nacional preservam a autonomia de organização própria de cada acampamento; (ii) a organicidade interna dos acampados deve garantir a democracia de base (decisões coletivas e divisão das tarefas); (iii) a vida cotidiana deve pautar-se pela observância de valores de uma economia moral comunitária – trata-se de práticas de costume, definidas em lei, e valores próprios da tradição cultural comunitária camponesa, como a solidariedade e a partilha, e se observa, também, que doações pecuniárias devem ser aplicadas para o bem de todas as famílias; enfim, introduz-se aí a ideia de bens coletivos, no seu conjunto, tendo em vista a luta política e o enfrentamento com os jagunços e a polícia, em que a normatização da vida cotidiana nos acampamentos marca um "regime de guerra" (MST, 1988).

Nesse contexto, os acampados organizam-se em comissões (setores), que variam de acampamento para acampamento, mas, em

geral, os setores de limpeza, de saúde, de segurança, de alimentação e de educação nunca estão ausentes. Cada setor tem um coordenador. Além das comissões, as famílias organizam-se em grupos para discussões que envolvem o cotidiano da luta e para desenvolver trabalhos em conjunto. Os coordenadores dos grupos e os coordenadores dos setores formam a coordenação do acampamento. Os problemas e o planejamento das atividades são discutidos nos grupos e as decisões são levadas pelos coordenadores à coordenação central. Quando não se chega a um consenso, a coordenação convoca uma assembleia dos acampados. Homens, mulheres e crianças participam.

Na medida em que todos são valorizados, espraia-se entre os acampados o sentimento de igualdade, fortalecendo a união e a solidariedade do grupo. A igualdade entre o homem e a mulher também passam a ser questionadas. A avaliação de Fátima Kellmer, nesse sentido, é exemplar:

> Deu uma mudança grande, porque a maioria das mulheres, eu mesma não participava de movimento nenhum. Se viesse com essa história pra mim eu não estava nem aí. *No dia a dia do acampamento deu pra ver* que não é por aí, *tem que se organizar, a mulher tem os seus direitos*, isso tá na Constituição.[100]

O reconhecer-se como sujeito portador de direitos é ato gerador de reflexos na vida cotidiana dos assentamentos, em que a mulher participa da cooperativa e se organiza para diferentes lutas, como no Assentamento Vitória: "a mulherada se reúne pra ir na Prefeitura brigar" pelo ônibus escolar. O aprendizado na luta não significa, todavia, necessariamente, que os trabalhadores, uma vez assentados, continuem atuando como militantes do MST.

Indaguei a um assentado, em uma de minhas incursões ao Assentamento Vitória, como ele se via hoje, como um colono/pequeno agricultor, como um sem-terra ou como um assentado. Neuri Spe-

100 Entrevista realizada com Fátima Kellmer, no Assentamento Vitória, Lindoeste, em março de 1999, por Davi F. Schreiner.

roto respondeu-me: "Sou um pouco de cada um". Evidencia-se, nessa autorrepresentação uma dupla referência. De um lado, um modo de vida camponês em recriação, cuja centralidade se articula na posse ou propriedade da terra e no trabalho familiar. De outro lado, a identificação com o conjunto dos trabalhadores que lutam pela terra e pela permanência nela. Na observação pessoal, a assentada Sirlene Andrade elabora o sentido que atribui ao sem-terra:

> [...] sem-terra é aquele que está em cima do lote, mas que participa de uma organização, porque teve um Movimento que trouxe ele até aqui. Mas tem muitas pessoas que, se você chega na casa e pede pra colocar um cartaz, uma bandeira, do Movimento Sem Terra, não deixam de jeito nenhum.[101]

O sem-terra é aquele que participa de uma organização coletiva, não apenas na fase da luta pela terra, mas continua a luta após a conquista do assentamento para viabilizar a permanência no campo. Trata-se de lutar por créditos financeiros governamentais para a produção, para a moradia, para viabilizar cooperativas, bem como de continuar lutando pela reforma agrária. Nesse sentido, o fragmento da fala da entrevistada aponta para posicionamentos diversos. De um lado, de modo geral, há um reconhecimento da importância da organização coletiva, do MST, para a conquista da terra. De outro lado, muitos já não participam do MST e manifestam-se contrários às suas lideranças. Em outros termos, após a conquista da terra, a "comunidade de iguais", vivida no tempo de acampamento, se desfaz diante de interesses divergentes.

Cabe, então, questionar: o que, efetivamente, leva grande parte dos assentados a não participar mais do MST? Se partirmos do pressuposto de que os sujeitos são portadores de interesses, devemos perguntar-nos sobre o que move os trabalhadores rurais a ingressar em acampamentos! Certamente, entre os motivos, o principal é a

101 Entrevista realizada com Sirlene Andrade, em Lindoeste, em abril de 1999, por Davi F. Schreiner.

conquista da terra, mas este também é um dos objetivos do MST. O que nos leva, então, a perguntar sobre os significados que os sujeitos atribuem à conquista da terra e sobre os seus modos de organização da terra e do trabalho.

Nesse sentido, as experiências vividas nas relações de trabalho, relatadas por Ivani Taborda e seus familiares, que os levaram à decisão de acampar, são significativas. Trabalhavam, no município de Planalto, Sudoeste do estado, como arrendatários.

> Era repartido com o patrão. Conforme a gente colhia, dividia. O patrão era meio velhaco, combinava que ia dar as meia, depois quando chegava no final ele não pagava. [...] Daí eu disse pro meu marido: "não adianta ficar aqui trabalhando desse jeito que a gente trabalha e não sobra nada. Lá no acampamento a gente vai tentar um pedaço de terra pra gente, daí o que a gente faz é da gente".[102]

O fragmento da entrevista nos revela, inicialmente, que Ivani e seus familiares confrontaram a reciprocidade da relação formal (contratual) com a desigualdade real na relação de trabalho. Concluíram que a exploração era tamanha que jamais realizariam a utopia de adquirir terra. Nesse caso, como na maioria, a reciprocidade contratual não significa igualdade.

A referência "lá, no acampamento", da entrevistada, indica a imagem de um grupo de famílias que não são proprietárias e que estão unidas para lutar pela terra. Nesse sentido, quando mulheres e homens decidem deixar de ser arrendatários optando pelo acampamento do MST, a representação de sem-terra (sem a terra, exemplo: arrendatário, boia-fria) ganha novo conteúdo. Assumir a condição de acampado significa reconhecer-se como expropriado da terra e das condições necessárias à reprodução social no campo. Ao mesmo tempo, partilhar com outras famílias de origens e de trajetórias diversas, que se autorreconhecem numa mesma condição de vida

102 Entrevista com Sirlene Andrade. Ver nota 102.

e trabalho, produz a representação dos sem-terra (uma identidade política coletiva de luta pela terra como movimento social).

O consenso em torno desse objetivo é tão forte a ponto de as(os) trabalhadoras(es) passarem por cima do medo, especialmente o de desrespeitar as leis. Quando homens e mulheres, geralmente durante a madrugada, após terem recolhido os pertences e as instruções já terem sido recebidas, em caminhões ou a pé, rompem as cercas do território improdutivo e imediatamente começam a construir barracos de lonas pretas, têm consciência de que se trata, em princípio, de uma transgressão da lei da propriedade privada e, na mesma medida, de que a Constituição Federal de 1988 só garante proteção jurídica à propriedade fundiária que cumpre com a sua função social. Por conseguinte, entendem que sua ação é legítima.

Como afirma um dos assentados do Projeto Vitória, Getúlio Sengel: "A terra é pra quem vive nela, quem nasceu nela, se criou e trabalha nela". Quando assim não ocorre, sentem-se no direito de ocupá-la. A ocupação é, pois, ação para a realização de um conjunto de expectativas de direitos. Ao mesmo tempo, como o fragmento da fala de Ivani aponta, a opção pela luta coletiva não elimina, necessariamente, os interesses dos sujeitos individuais. Sua opção pela luta coletiva é para conquistar "um pedaço de terra" para a família.

Para o MST, todavia, além de as ocupações e de os acampamentos serem formas políticas de enfrentamento coletivo para a conquista do assentamento e para a continuidade da luta pela reforma agrária, também são experiências necessárias aos sem-terra para discutir formas de posse e de uso coletivo da terra. Por isso, nos acampamentos, o Setor de Frente de Massa desenvolve discussões sobre as possíveis formas de organização da terra e do trabalho no assentamento e estimulam as famílias a lavrar e a semear a terra em mutirões ou em grupos de famílias, cultivando roças comunitárias. São formas de reciprocidade horizontais, baseadas em valores morais que se contrapõem à desigualdade da relação de troca na economia capitalista. Assim, não raras vezes, a roça coletiva, o mutirão e a troca de dias

de serviço são adotados nos primeiros anos de assentamento. Com o passar do tempo, a recorrência a essas práticas diminui.

Coletivo(s), insurgências

Nesse sentido, os depoimentos dos assentados evidenciam que as lideranças da CPT, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e do MST, por volta de 1978, já discutiam, nos acampamentos e em assembleias com os trabalhadores rurais, formas para uma agricultura alternativa e mecanismos para superar os entraves colocados na comercialização dos produtos agropecuários. Em inúmeros assentamentos, a terra e o trabalho coletivos foram experimentados enquanto meios de enfrentamento das dificuldades impostas à agricultura familiar. A partir de 1989, de forma mais efetiva, o MST passou a elaborar uma proposta de cooperação para os assentamentos rurais com o objetivo de viabilizá-los economicamente, formar e liberar quadros para o conjunto das lutas dos trabalhadores e consolidar a base do Movimento. Para essa finalidade, o MST privilegiou a formação de cooperativas de produção agropecuária, chamadas de CPAs.

O referencial político-ideológico que informou o processo de implantação da cooperação nos assentamentos rurais encontra-se em diversos documentos do MST, sobretudo no "Caderno de Formação" nº 11, publicado em 1986. A análise desse Caderno e de outros documentos revelou representações desqualificadoras que têm por objeto os assentados que optam pela propriedade e trabalho familiar, entre as quais a de que lhes falta capacidade de gestão, não planejam, não assumem compromissos e têm dificuldades de aplicar normas. Esses, entre outros problemas apontados, estariam relacionados a não superação de determinados "vícios" próprios da condição camponesa, como o individualismo, o personalismo, o oportunismo e a autossuficiência.

Na medida em que o camponês é visto como incapaz de mudança de atitude por si só, as lideranças do MST, para implantar o trabalho coletivo e as cooperativas, intervêm na vida cotidiana dos assenta-

dos de diversos modos, entre os quais a realização de laboratórios experimentais de campo, manipulando o vivido através das representações. O que se conclui é que o MST, orientado por uma utopia igualitarista e informado por uma concepção de mundo moderno, dialogou a partir de uma visão do urbano e de teorias estranhas ao meio rural. A concepção dualista que norteia a proposta de cooperação do MST, do coletivismo *versus* individualismo, é redutora do modo de vida dos assentados e de suas utopias.

As 65 entrevistas que realizei mostram que os assentados rejeitam formas fechadas de cooperação, sobretudo a forma coletiva da terra e do trabalho. A luta é coletiva momentaneamente: enquanto perdura a luta pela terra. Conquistada a terra, momento que também é o de organização do assentamento, uma contradição impõe-se aos assentados: transformar a situação excepcional (a comunidade de iguais, com suas formas de solidariedade e de organização do trabalho) vivida no tempo de acampamento em sua vida cotidiana no assentamento ou recriar o seu modo de vida camponês anterior, alimentado como utopia na memória, utopia que implica a apropriação individual da terra.

A maioria das famílias busca, através da luta pela terra, a recriação de um modo de vida camponês, cujo fundamento é o trabalho familiar em lotes que sejam seus e em relações de cooperação comunitárias. Não se trata de mera restauração do passado, mas de escolhas de valores. A terra, o trabalho, a família e a liberdade são elementos importantes no universo camponês brasileiro: a terra como patrimônio da família, sobre a qual se realiza o trabalho, que constrói a família – a terra como valor de uso e não para fins mercantis (WOORTMANN, 1990).

Não obstante a resistência dos assentados à coletivização, com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), em 1991, e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), em 1992, o MST desencadeou uma política de estímulo à formação de cooperativas, sobretudo das CPAs, em detrimento de

outras formas de cooperação. Diante do fracasso das primeiras CPAs, o movimento criou e incorporou outras formas organizacionais, justapostas e hierarquizadas. O SCA deveria envolver, além dos grupos coletivos e semicoletivos, as associações para a produção agropecuária, as associações para uso compartilhado de máquinas, e trabalhar com todos os assentados. Ocorreu, contudo, que, na trajetória, os assentados que aderiram às suas propostas foram estimulados e apoiados e os que resistiram sofreram pressões e retaliações por parte das lideranças.

Assim, embora o MST afirme, como princípios do sistema cooperativista, a gestão democrática, direção coletiva, divisão de tarefas e de funções, centralismo democrático, crítica e autocrítica, na prática, não raras vezes, esses princípios cederam lugar, nas relações das lideranças com a base, a práticas autoritárias e clientelistas.

A percepção dessa contradição levou o movimento, reiteradamente, a afirmar, na sua política organizativa da cooperação, a necessidade de envolver também os "individuais". O documento "Pedagogia do Trabalho com os Assentamentos", elaborado pelo Grupo de Estudos do MST de São Paulo, discutido nos encontros regionais do MST no Paraná, parte da percepção da ocorrência de mecanismos autoritários e de exclusão social nos processos de organização da vida cotidiana e da produção nos assentamentos.

> Muitos militantes, cheios de vontade, mas carentes de pedagogia e método, acabaram por transformar metas políticas em regras imutáveis para serem aplicadas a qualquer custo [...] Vejamos: quem não contribui com o MST está fora; quem não estiver na cooperativa não está com o MST; quem não tem núcleos organizados não serve ao projeto; e, geralmente, rotulamos as pessoas que não concordam conosco de vários apelidos: lúmpen, oportunistas, etc. Desta forma, é mais fácil expurgar alguém do assentamento, ou do MST, que trabalhar com as diferenças, já que as diferenças nos obrigam a ter paciência, a ser menos autoritários e mais pedagogos, nos obrigam a pensar e elaborar estratégias de tempo prolongado e não resolver no imediato. (MST, 2001).

O documento evidencia que o MST se tornou uma organização social dos dirigentes, o que provocou a redução da participação das bases. Práticas de imposição, e não de convencimento e politização, permeiam o trabalho de base nos acampamentos e nos assentamentos. O que se vê são relações de favor, de mando, de obediência e de controle de outras subjetividades, criando novas desigualdades entre os sujeitos. Como o documento reconhece, há necessidade de militantes menos autoritários e de desenvolver um trabalho também com os assentados "individuais" tendo em vista o projeto de transformação social. É preciso dialogar com e nas diferenças e não subordiná-las a um projeto totalizante e, portanto, excludente.

Novas tessituras de um movimento

As múltiplas experiências nos acampamentos e nos assentamentos, a crítica e a autocrítica do MST às suas propostas e às práticas das lideranças junto à base, bem como a interpretação, pelos sem-terra, das relações sociais, do vivido na liminaridade e da própria atuação do Movimento evidenciam a dinâmica do fazer-se de uma práxis que se assenta na premissa libertária. Durante os últimos anos, a autocrítica levou o MST a reafirmar o diálogo como prática educativa: "É preciso mais diálogo e menos monólogo". O pedagogo popular, a partir da realidade vivida, "deve ver, tratar todas as familias como base" do Movimento, estabelecer a crítica do "método e melhorar o entendimento do que pensa e quer um camponês(a)" (MST, 2001). O que se busca, portanto, é facilitar a independência individual e, ao mesmo tempo, a emancipação coletiva.

Nesse sentido, a meu ver, a perspectiva adotada pelo MST, embora não tenha abandonado a proposição das formas coletivas fechadas de organização da terra e do trabalho, tem sido a de estimular os diferentes modos horizontais de reciprocidade, o exercício da democracia participativa, da solidariedade e do cooperativismo, procurando envolver todas as famílias. As formas de cooperação, contra a reinserção excludente do capitalismo, continuam a ser vistas

como instrumentos para a continuidade da luta pela reforma agrária e para a inserção política e social dos assentados.

Ao mesmo tempo, novas práticas políticas de cooperação na luta passam a ser valorizadas, como também as tradições e os valores dos modos de vida dos assentados. Com a produção orgânica e agroecológica, a agroindustrialização e a comercialização, o MST pretende inserir o assentado no mercado, elevando a melhoria da qualidade de vida. A educação passou a ser vista como elemento central no processo de conscientização e de organização dos assentados. Assim, a luta por uma educação básica do campo fortaleceu-se nos anos 1990, articulada a temas como a cooperação e a defesa do meio ambiente.

Nesses termos, nos assentamentos está se produzindo uma nova ambiência, que não é única, tampouco homogênea. Trata-se de espaços e de tempos dinâmicos, de relações sociais de reciprocidades horizontais e verticais, convergentes e divergentes. Diferentemente da situação de liminaridade, vivida no acampamento, agora se tem um território geograficamente determinado. As famílias produzem as suas condições materiais de existência e participam, sempre que podem, sem prejudicar a vida familiar e os trabalhos no lote, e, não raras vezes, para além do que podem, do MST. A maioria das famílias, todavia, não mais participa das atividades e das mobilizações do Movimento.

Observa-se, desse modo, um deslocamento: da luta mais abrangente do Movimento para a preocupação com a produção de alimentos para a manutenção da família e com a outra parte que é comercializada, que vai para o mercado. Por diferentes caminhos, embora não de forma tão articulada e pelos meios projetados pelo MST, a produção e a comercialização de alimentos objetivam a soberania alimentar.

Nesse sentido, a meu ver, a terra não cumpre apenas com a sua função social, contribuindo para eliminar a fome entre as famílias rurais, mas a sua utilização aponta para a necessidade de uma política agrária de humanização e de potencialização das decisões locais como base

à estrutura do poder político nacional. Nesse sentido, observo que a criação de assentamentos também tem produzido um impacto social e econômico, sobretudo nos pequenos municípios, a partir de investimentos do Estado na instalação dos sem-terra, com a construção de escolas, moradias e infraestrutura nos lotes, e como com a venda de produtos agropecuários pelas famílias no comércio local.

Para além das convergências e dos desencontros que têm marcado a formação de um sujeito coletivo, o MST, bem como dos conflitos e dificuldades que os sujeitos enfrentam para participar da construção de projeto(s) coletivo(s) e incorporar-se a eles, é diante da necessidade de enfrentar e superar problemas, de opinar sobre a organização e de recriar todas as dimensões do cotidiano vivido que os trabalhadores elaboram novas subjetividades, engendrando-se como sujeitos individuais e como sujeitos coletivos na luta por direitos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o sem-terra acampado é sujeito liminar. Vive numa situação de transitoriedade e, ao vivenciá-la de maneira coletiva e como pessoa, com interesses e expectativas, valores e conflitos diversos, (re)cria práticas e formas de superar essa conjuntura liminar. A conquista do assentamento é apenas uma delas. Ao participar de lutas coletivas, nelas também desenvolve um aprendizado, constituindo-se como outro, individual e coletivo em um movimento social.

A maioria tem optado pela posse do lote de terra e pelo trabalho familiar e são trabalhadores que já não mantêm os mesmos laços e compromissos com o Movimento. Outros, com a mesma opção de posse e uso da terra, continuam na luta. Há inúmeros exemplos de filhos e de filhas de assentados, nascidos em acampamentos e em assentamentos, que foram criados/educados na luta, ou ouviram seus pais falarem de suas experiências liminares, e passaram a lutar ou estão lutando por um pedaço de chão, formam a base e/ou são lideranças no MST.

Nessa perspectiva, pode-se falar na existência de uma práxis educativa, práxis que se faz na criação de tempos e de espaços de

liberdade e de autonomia, em que há contradição, opressão e repressão, e que se tece na interpretação das relações sociais e no diálogo. Nesses termos, nas relações contraditórias dos sem-terra em movimento no MST, as experiências educativas são recriadas e ressignificadas, dimensionando historicamente uma práxis socio-política transformadora.

Referências

Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. CPI da violência no campo brasileiro. *Reforma Agrária*: ABRA, Campinas, n. 1, v. 22-120, jan./abr. 1992.

BORDIGNON, Valdecir. Depoimento. In: BORDIGNON, Valdecir et al. *Anais do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná.* Curitiba: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2001. p. 38-39.

BRASIL. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. O livro branco da grilagem de terras. Brasília: MPFDA/Incra, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. *Justiça é cega.* (Contraponto). São Paulo: CPT, 1999.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL. Goiânia: CPT, n. 26, 2010.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132000000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jun. 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O novo dicionário da língua portuguesa.* 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009. p. 1209.

GENNEP, Arnold van. *Les rites de passage*. Paris: Mouton & Co and Maison des Sciences de L'Homme, 1969.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura, 1983.

BRASIL. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. O livro branco da grilagem de terras. Brasília: MPFDA/Incra, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. *Como organizar a massa.* São Paulo: Secretaria Nacional, 1991.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. *Normas gerais do movimento sem terra*. São Paulo: MST, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. *Pedagogia do trabalho com os assentamentos*. São Paulo: MST, 2001. (Texto digitado).

PINHEIRO, Jonas. CPI da violência no campo brasileiro: relatório final. *Reforma agrária*: revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, ano 22, n. 1, jan./abr. 1992. Disponível em: < http://www.reformaagraria.net/node/224>. Acesso em: 19 abr. 2012.

SANTOS, Andréa Paula. Entrevista com Lúcia Ferreira dos Santos. In: SANTOS, Andréa Paula; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; BOM MEIHY, José Carlos. *Vozes da Marcha pela Terra.* São Paulo: Loyola, 1998, p. 23-33.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURNER, Victor W. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 119.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se "neguceia"*: o campesinato como ordem moral. Brasília: UNB, 1990. (Série Antropologia, n. 69, mimeografo).

2. Desigualdades e diferenças: história oral e movimentos sociais

Mónica Gatica
Tradução: Méri Frotscher

Para pensar desigualdades e diferenças na América Latina, primeiro é necessário assinalar a superposição de temporalidades, aquilo que Fernando Calderón enunciou como tempos mistos, o que supõe atender a distintas chaves de interpretação: as classes sociais, o gênero, o étnico e também a geração. Entendo que a análise de classe é basal, mas é importante atentar para outras chaves, evitando cair num modelo de análise monocausal e procurando compreender quais articulações se produziram entre as diferentes desigualdades sociais. Justamente nos movimentos sociais contemporâneos, o trânsito para romper com a invisibilização supôs organização e autoidentificação, o que tem resultado em novos temas e novas práticas. Nossa bagagem teórica e metodológica pressupõe contar com afinados instrumentos para rastrear identidades, experiências e consciências.

Como historiadores, não recuperamos, mas criamos a partir de indícios, ancorados num presente que nos interpela; nosso trabalho tem que dialogar com a dinâmica vivida por nossas sociedades, não apenas para produzir consensos, mas para contribuir no sentido de propiciar mudanças. Trata-se de compreender e "revelar o significado vital, corrosivo, agressivo e rebelde de muitos atos [que] aparentemente [podem ser os] mais insignificantes" (GILLY, 1986, p. 104). Nossa disciplina é uma ferramenta para pensar, para entender o presente e assumir que ele pode ser modificado, já que não é um

fato natural; estudamos o passado, mas olhando para o futuro, como diz Josep Fontana.

Propomos então trabalhar com um enfoque interpretativo que privilegie as experiências e crenças, recuperando matizes e práticas sociais, reconstruindo percepções e discursos que permitam recuperar sujeitos históricos coletivos os quais muitas vezes têm permanecido na opacidade.

Se nossa vontade é explicar o comportamento dos movimentos sociais, é pertinente considerar, como bem sustenta Waldo Ansaldi (2005/2006), certas correlações:

1) revisar o padrão de acumulação de capital, as formas de ação coletiva e o marco institucional que regula as relações sociais e políticas, sem que se suponha a total desaparição de formas precedentes;
2) a correlação entre os ciclos de intensificação das lutas de classes e os pontos de inflexão mais altos dos ciclos econômicos;
3) revisar o uso do termo movimento social, que se refere, desde a metade do século XIX, ao movimento operário, mas que, desde os anos 1930 do século passado, é utilizado na França e nos países anglo-saxões no plural: movimentos sociais. Para além das diversas acepções, entendemos que se devem destacar os componentes racionais e conscientes da ação social e atender, então, à sua intencionalidade.

Entendo que existem pré-condições estruturais, mas os movimentos não se desenvolvem, nem poderiam fazê-lo, sem ideologia; não há ação humana que não passe pela consciência, como nos demonstrou Antonio Gramsci (1997).

Elizabeth Jelín (1986, p. 18) se refere aos movimentos sociais definindo-os como "ações coletivas com alta participação de base, que utilizam canais não institucionalizados e que, ao mesmo tempo em que vão elaborando suas demandas, vão encontrando formas de ação para expressá-las e se vão constituindo em sujeitos coletivos, quer dizer, reconhecendo-se como grupo ou categoria social".

Com Eder Sader (1988) compartilhamos a ideia de que é necessário atender às mudanças que se operam nos comportamentos das classes populares, revisando certas afirmações coloquiais e levianas que transferem linearmente pautas de comportamento da classe dominante, como, por exemplo, a identificação com os novos processos produtivos, o consumo, o disciplinamento e a renúncia de direitos; valorizando experiências que têm sido invisibilizadas, como procurei fazer ao investigar o coletivo de chilenos exilados no nordeste de Chubut, ou, por exemplo, como fez o historiador Pablo Pozzi, ao abordar outros problemas, em sua emblemática obra *Oposición obrera a la dictadura* (2008). Há comportamentos de resistência os quais somente podemos acessar e "reconhecer" trabalhando a partir de uma história construída de baixo e que atenda a subjetividades dinâmicas.

Na América Latina, o tema dos "novos movimentos" apareceu nos anos 1980, mas devem se distinguir claramente dois momentos. O primeiro, registrado no final das ditaduras e na transição às democracias, que em geral contou com uma composição plural em termos de classe. Nesse momento, foi distintiva uma reivindicação específica por pertencimento etário, de gênero ou em defesa do meio ambiente, de direitos humanos ou por demandas de *locus* de vida, como sustenta Ansaldi. O MST se transforma numa exceção, devido à sua composição (camponeses), suas reivindicações e sua resistência ao neoliberalismo. Num segundo momento, destacam-se os movimentos sociais que combinam um duplo pertencimento, classista e étnico, e que se associam à resistência à globalização neoliberal. O ponto de partida foi o levante indígena-camponês do Equador, que se estendeu pelo mundo andino, Bolívia, México e Guatemala. Na Argentina, há alguns desses movimentos, basicamente urbanos (piqueteros, fábricas recuperadas, assembleias de vizinhos), que também se opuseram e se opõem ao neoliberalismo. O particular desse segundo momento é que ele tem posto em discussão a legitimidade dos regimes democráticos, interceptando e até colidindo com o Estado.

Ao trabalhar nos interstícios da relação entre história e memória, estamos particularmente atentos às modificações que sofrem as representações e os imaginários bem como aos roteiros que as distintas organizações e coletivos vão estruturando para dar conta de suas trajetórias. Cremos que, ao revisar a emergência dos "novos movimentos", podemos rastrear comportamentos que dão conta de identidades forjadas num largo processo de luta. Como entender e explicar a emergência do movimento de povoadores na área periférica da Grande Santiago sem considerar a experiência do poder popular? Que dizer do Movimento Piquetero na Argentina que tem recuperado práticas operárias do final do século XIX e começo do XX? Como entender o comportamento dos camponeses bolivianos sem considerar a luta dos mineiros e a experiência da Revolução de 1952? Que dizer da produção intelectual de mulheres ex-combatentes da área Ixil na Guatemala?

Devemos trabalhar, como salientei no início do artigo, numa tensão entre as condições objetivas e uma análise específica dos imaginários, revisando sua construção identitária, que é a que os singulariza e que permite que sejam reconhecidos. Muitas vezes o teor da reivindicação, o específico daquilo que requerem, a suposta espontaneidade que lhes é atribuída pelos meios de comunicação, ou inclusive pela repressão que atribuem, impede uma problematização ajustada. Por exemplo, o enfrentamento de uma comunidade mapuche em Chubut com um conhecido apresentador de televisão, Marcelo Tinelli, ou em outro caso com os empresários italianos Benetton, não dá conta de reivindicações de autodeterminação e ações de resistência frente ao Estado provincial e nacional, que não somente remetem ao ato genocida levado adiante por Julio A. Roca, como também a uma experiência urbana que tem mobilizado, com forte caráter etário/étnico/de classe, uma liderança jovem e decidida.

Proponho que pensemos as distintas identidades, como diz Rojas-Mix (2006), de um modo dinâmico, apelando ao gerúndio – sendo – e não de modo essencialista.

Em relação à perspectiva da história oral, é pertinente assinalar que não cremos que seja possível equipará-la a um saber específico ou a um tipo particular de história, já que o fundamental para qualquer historiador é a tarefa de interpretar os documentos, sejam eles escritos, materiais ou orais. Enquanto metodologia ou estratégia de aproximação, a história oral remete a uma dimensão técnica, mas também a uma perspectiva teórica que se enriquece com o aporte de outras disciplinas, contando com uma especificidade e remetendo a uma série de problemas. Ela possui características, preceitos e atributos distintos, mas, especialmente, produções que evidenciam resultados peculiares. Não é somente um método, mas um movimento, como diz Eugenia Meyer, uma ferramenta de trabalho imprescindível para a análise do passado recente e também um instrumento de denúncia.

Não podemos deixar de observar que a narração não somente dá conta de algo que ocorreu, mas também se constitui ela mesma em um evento que tem efeitos sobre os comportamentos coletivos e individuais (PORTELLI, 2005, p. 36). A diferença essencial que se coloca no tratamento da fonte oral é justamente o tipo de pergunta que podemos realizar e que pode superar o limite da informação, para dar conta da representação. "As fontes orais nos dizem não somente o que as pessoas fizeram, mas o que se desejava fazer, o que acreditavam estar fazendo e o que agora pensam que fizeram" (PORTELLI, 1991, p. 42). É a especificidade que Pollak (2006, p. 43) assegura quando se refere à "sensibilidade epistemológica aguçada" com a qual devem trabalhar os investigadores a partir dessa perspectiva.

Nos anos 1960, a proposta foi descobrir vozes daqueles que não haviam sido escutados, "uma espécie de potencial ideológico liberador, […] a noção de democratizar a prática historiadora propriamente dita", o que talvez correspondeu a um momento político (JAMES, 1995, p. 44). Mas, seguindo Thompson (1978), cremos que esse intento de democratização foi um sonho irreal. Mesmo assim, a história oral segue representando uma boa ideia democrática, tanto

é que inclusive, e principalmente, incorpora sujeitos que seriam excluídos de uma história mais tradicional.

Levar adiante essa tarefa não implica dar a palavra àqueles que optaram pelo silêncio, nem tentar iludir com interpretações aleatórias, sem integrar na interpretação todo o material reunido: as entrevistas realizadas e as rejeitadas, os resultados obtidos e as dificuldades da investigação.

Buscamos colaborar, não somente recuperando a palavra dos que perderam, porque nesse caso continuaram perdendo, mas revisando e dando conta de que o século XX e o que vivemos do XXI têm sido um período de atrocidades, o qual também implicou obtenção de direitos e revoluções, como bem destacou Alessandro Portelli, em junho de 1998, na X Conferência de História Oral, no Rio de Janeiro.

Parafraseando Thompson (1978), podemos dizer que uma das coisas mais lindas do nosso ofício é quando vemos que as pessoas se sentem melhor, porque puderam contar sua história; agora não podemos ir tão a fundo, ser tão profundos como os psicanalistas, já que não estamos formados nessa disciplina e nosso objetivo está contextualizado a partir das transformações ou permanências sociais (JAMES, 1995, p. 47). Nossa análise se enriquece ao registrar e interpretar aspectos que a psicanálise tem definido como memória e repressão, sexualidade e fixações, mas que são difíceis de aplicar, não somente por conta da especificidade da disciplina, mas, sobretudo, porque trabalhamos com o lembrado mais do que com o reprimido, mesmo que também tratemos de interpretá-lo. Outras disciplinas podem contribuir com ferramentas, mas devemos continuar definindo nossa própria bagagem.

Pode parecer que, com a observação anterior, desacreditamos ou desmerecemos nossa investigação, mas o que procuramos é nos centrar na peculiaridade da análise que realizamos, atendendo às mudanças e permanências na diacronia, inscrevendo-nos na totalidade. Nosso desafio é conjugar a não uniformidade da experiência humana com a pretensão de generalidade e explicação da ciência

social. Luisa Passerini (1978) e Ronald Grele (1991), quando abordaram a subjetividade e a qualidade textual do testemunho oral, destacaram justamente que se trata de uma oportunidade única.

Bem, é necessário distinguir o que e como ocorreu do que se narrou, já que é uma questão metodológica que inclusive pode ser complexificada, ao cruzarmos a fonte oral com fontes mais tradicionais, escritas ou materiais. Isso implica que não podemos ignorar que se trata de narrações instituídas e que, portanto, sua verificabilidade merece o mesmo tipo de reparo. A informação documental a que recorremos não nos servirá para provar a exatidão da fonte oral, mas para interpretá-la essencialmente.

Nosso objetivo é contribuir para revelar subjetividades, para que não fiquem presas ao passado, repetindo o trauma de modo circular, mas que se inscrevam numa perspectiva identitária histórica e inclusiva.

Parafraseando Pablo Pozzi (2008, p. 8), pretendemos não somente ser historiadores orais, mas historiadores, tratando de utilizar todas as fontes possíveis. Somente um mau historiador utilizaria apenas uma parte do *corpus* documental o qual poderia acessar (POZZI, 2008, p. 8).

Seguindo Thompson, entendemos que história é uma forma dentro da qual lutamos, e muitos têm lutado antes de nós, buscando não um saber indolente, mas marcas e traços para compreender nosso presente e construir um futuro mais justo. Assim, se trabalhamos com história oral, é porque ela nos permite compreender e documentar melhor temas básicos, possibilitando conhecer e entender como experimentaram e manejaram distintas circunstâncias os sujeitos nos quais centramos nossa análise: redescobrimos subjetividades, valorizamos os testemunhos e os transformamos em fontes essenciais para a história recente.

Atendendo às particularidades de nossa tarefa, devemos destacar que a construção não implica somente a informação documental, mas as mesmas fontes, o que revela questões metodológicas impor-

tantes: em princípio, a entrevista é um diálogo com adequações em relação a certos esquemas ou pautas acerca de um problema ou de questões determinadas, tendo um propósito profissional, e ela supõe um processo de ação recíproca; é uma comunicação interpessoal, estabelecida entre o investigador e o sujeito. Sua natureza é oral, mas também temos a oportunidade de captar os gestos, a transpiração, o pranto, os tons de voz, as ênfases. Nós, entrevistadores, não somos passivos, já que buscamos e provocamos reflexões e evocações, quer dizer, somos coautores, tendo a oportunidade de validar e ressignificar o narrado; e paralelamente, no momento da transcrição, revisitamos e interpretamos, avançando mais além da questão linguística ou narrativa.

Poderíamos assinalar que ambicionamos, através da história oral, obter informação de indivíduos e grupos, o que também supõe a possibilidade de influenciar; ela é uma ferramenta e uma técnica extremamente flexível, capaz de adaptar-se a distintas condições e circunstâncias, permitindo colher dados relevantes e significativos e superando a informação que nos pode proporcionar um documento mais tradicional. Os mesmos sujeitos apresentam dados relativos a suas condutas, opiniões, desejos, atitudes, expectativas, que por sua mesma natureza seriam quase impossíveis de se registrar de outro modo. É bastante frequente detectar mentiras ou omissões. Pode-se deformar ou exagerar respostas, mas nós, entrevistadores, temos a possibilidade de controlar e validar o desenvolvimento, superando obstáculos, contendo silêncios e, quantas vezes, prantos e dores não superados.

Não é possível formular normas ou pautas inquebrantáveis para levar a um bom termo, mas, obviamente, quem nos brinda com seu testemunho merece todo nosso respeito e agradecimento, e é recomendável atuar com espontaneidade e franqueza, sem astúcias ou rodeios. Estamos construindo uma fonte a partir de um ato voluntário, em mérito a uma tarefa que temos nos colocado previamente, e que supõe a separação sujeito/objeto.

Bem assinala Pollak (2006, p. 74) que "a situação da entrevista é, ela mesma, da mesma forma que o escrito autobiográfico, um momento de testemunho e de reconstrução de identidade para a pessoa entrevistada". É um material muito rico em informação, já que dá conta das adaptações e articulações prévias e posteriores ao fato ou problema que destacamos.

Os sujeitos que entrevistamos em nossa investigação frequentemente constituem uma memória contra-hegemônica – denunciando excessos como detenção, tortura, encarceramentos –, constituindo-se em critério de legitimação experiencial do ouvido, do visto e do vivido, e que é posto em funcionamento através de uma reelaboração e codificação linguística, numa situação de comunicação determinada (SCHÜRMANN, 2004, p. 2).

Em nossa análise propomos aplicar a perspectiva da *história vista de baixo*, já que nos permite rever a história das grandes personalidades e dos grandes fatos para fazer uma síntese mais rica, fundindo a experiência da gente comum com temas mais tradicionais da história. Agora, nesse reconhecimento da história *vista de baixo* está implícito a existência da estrutura e do poder social que estão permeando a mesma realidade *vista de cima*. Bem sabemos que o poder impõe esquecimentos e memórias, mas os que resistem necessitam conservar seu passado, especialmente aquele que busca ser invisibilizado; e, muitas vezes, a memória preservada por aqueles que perderam – os de baixo – nos canaliza a buscar em arquivos e repositórios mais tradicionais, enriquecendo nossa análise. Bem assinala Adolfo Gilly (1986, p. 19) que "a gente não se reconhece na história que se vangloria, mas naquela que lhe permite compreender seu passado, discernir sua vida e entrever seu futuro".

Quando pensamos a classe operária, entendemos como definitivo o elemento subjetivo, quer dizer, sua consciência, e cremos que estar comprometidos com os trabalhadores é levar adiante uma prática social, uma linguagem e uma relação entre o intelectual e a vida cotidiana que dê conta dele.

A memória coletiva cumpre uma função para a identidade de um grupo social, desse modo favorecendo a integração, e representa a projeção de interesses compartilhados. Bem nos recorda Todorov (2000, p. 51) que "a representação do passado é constitutiva não somente da identidade individual – a pessoa é constituída de suas próprias imagens acerca de si mesma – mas também da identidade coletiva". "Em outras palavras: a organização e a definição na consciência dos de baixo, de sua identidade de classe frente aos de cima é o único fundamento sólido e possível de uma renovada versão da identidade [...] [que] somente se define, se reconhece a si mesma e se conquista na luta." (GILLY, 1986, p. 113).

Considerando então que há uma relação entre a memória social e a identidade, sabemos que os atributos e valores desta estarão influenciados pelos parâmetros do grupo ou coletivo de pertencimento; e, portanto, a memória e os mesmos testemunhos se inserem numa linguagem e numa narração prévia, que constituirão um marco de comunicação e sociabilidade, o qual pode implicar uma homogeneização e estilização. A consideração que desde o presente se institui permitirá ou não resolver seu valor exemplar.

Sendo a realidade intersubjetiva e considerando que os significados que as pessoas atribuem aos objetos e sucessos de sua própria biografia se constroem na interação, a retomada de lembranças a partir das narrativas dos próprios sujeitos é central, porque mesmo os limites ou distorções das lembranças podem representar potencialidades úteis para reler e interpretar o passado ou para interpretar-se a si mesmo em uma contínua reelaboração (MONTESPERELLI, 2004).

Como bem acentua Pollak (2006, P. 38-39), "a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e se processa por meio da negociação direta com os outros", portanto devemos pensá-la como dinâmica e dialética, desde uma perspectiva não essencialista. Assim, quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, instituídas e conformadas, os questionamentos e os

problemas levantados pelos outros não provocam a reconfiguração – nem no nível da identidade coletiva, nem no da identidade individual – já que funcionam por si só. Significativamente, em períodos calmos, momentos em que diminui o conflito, as preocupações com a memória e a identidade são menores (POLLAK, 2006, p. 41).

Ao ter a oportunidade, em 2008, de visitar com os colegas da UNIOESTE o Assentamento Antônio Companheiro Tavares, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, localizado no município de São Miguel de Iguaçu, e hoje o problematizando, penso na pertinência da noção de *trabalho* utilizada por Raphael Samuel (1996) em *Theatres of memory.* Essa noção permite considerar a memória não como o resultado imediato, mas como o produto de uma prática social formadora que se apropria do passado segundo modalidades específicas. Ao revisar o material fotográfico, destaca-se a construção, a necessidade de suportes materiais (lugares, imagens, discursos), instrumentos e práticas (comemorações, atos, homenagens) (CHAUVIN, 2005, p. 98).

Assim, a consciência se fundamenta num passado compartilhado, e quando evocamos quem somos, estamos também nos referindo a quem somos e a quem queremos ser: "memória, história e identidade se fundem indissociavelmente num mesmo ato" (RIVERO; BELLELLI; BAKHURST, 2000, p. 382).

Diante da questão em debate, é também pertinente atender à necessidade de distinguir as identidades atribuídas, frequentemente "de cima", e as identidades reivindicadas ou contra-hegemônicas nas quais centramos nosso interesse.

Referências

ANSALDI, Waldo. Quedarse afuera ladrando como perros a los muros. Protesta y movimientos sociales en América Latina en la bisagra de los siglos XX y XXI. *Anuario Escuela de Historia*, Rosario, n. 21, 2005/2006.

CHAUVIN, Irene Depetris. Historia, memoria e identidad política: las representaciones de la resistencia en Noticias (1973/1974). *Anuario Escuela de Historia*, Rosario, n. 20, 2005.

FONTANA, Josep. *La historia después del fin de la historia.* Barcelona: Crítica, 1992.

GILLY, Adolfo. *Arriba los de abajo*. México: Océano, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1997.

GRELE, Ronald. Movimiento sin meta: problemas metodológicos y teóricos en la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (Org.). *La historia oral*. Buenos Aires: CEAL, 1991. p. 119-141.

JAMES, Daniel. La historia oral y sus problemas: entrevista a Paul Thompson. *Entrepasasados*, Buenos Aires, ano 5, n. 9, 1995.

JELÍN, Elizabeth. Otros silencios, otras veces: el tiempo de la democratización en la Argentina. In: CALDERÓN, Fernando G. (Ed.). *Los movimientos sociales ante la crisis.* Buenos Aires: CLACSO, 1986.

MONTESPERELLI, Paolo. *Sociología de la memoria.* Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

PASSERINI, Luisa. *Storia orale, vita quotidiana e cultura materiale della classi subalterne*. Turín: Rosenberg y Séller, 1978.

POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio*: la producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.

PORTELLI, Alessandro. El uso de la entrevista en la historia oral. *Anuario Escuela de Historia*, Rosario, n. 20, 2005.

PORTELLI, Alessandro. Lo que hace diferente a la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (Org.). *La historia oral.* Buenos Aires: CEAL, 1991.

POZZI, Pablo. *Oposición obrera a la dictadura (1976-1982).* Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

RIVERO, Rosa; BELLELLI, Guglielmo; BAKHURST, David (Org.). *Memoria colectiva e identidad nacional.* Madri: Editora Biblioteca Nueva, 2000.

ROBERTS, Brian. Memoria. Hacer historia y narración. Voces Recobradas. *Revista de Historia Oral*, Buenos Aires: ano 1, n. 3, 1998.

ROJAS-MIX, Miguel. *El imaginario civilización y cultura del siglo XXI*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SAMUEL, Raphael. *Theatres of memory*: past and present in contemporary culture. Londres: Verso, 1996.

SCHÜRMANN, Vicente B. *El testimonio*: algunas características para su recepción (Los asesinados del seguro obrero de Carlos Droguett y Tejas Verdes de Hernán Valdés). Disponível em: <http://www.cyberhumanitatis.uchile.cl/index.php/RCH/article/viewArticle/ 5783/5651>. Acesso em: 13 jun. 2011.

THOMPSON, E. P. *La formación de la clase obrera en Inglaterra.* Barcelona: Guadarrama, 1978.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria.* Barcelona: Paidos, 2000.

3. “Que a diferença não se converta em desigualdade”: organizações sociais e história oral na Argentina contemporânea

Pablo Vommaro
Tradução: Robson Laverdi

As reflexões que apresentamos foram formuladas a partir do trabalho com duas experiências de organização social: o Movimento de Trabalhadores Desempregados de São Francisco Solano (MTD de Solano), que nasceu em 1997 em Quilmes, sul da Grande Buenos Aires; e as ocupações de terras e construção de assentamentos urbanos que se constituíram na mesma área entre agosto e novembro de 1981.

O principal objetivo de nossa pesquisa é compreender as configurações políticas, subjetivas e produtivas das organizações sociais urbanas de base territorial e comunitária que surgem na Argentina a partir do final da década de 1960 e começo da de 1970.

Quando escolhemos trabalhar com organizações sociais contemporâneas, a metodologia proposta pela história oral se apresenta como uma ferramenta extremamente frutífera por permitir nos aproximar das produções subjetivas de seus integrantes, seja no nível individual ou coletivo. Por isso, para nós, a história oral não constitui somente uma metodologia, mas também uma forma de se aproximar da realidade, uma perspectiva a partir da qual indagar as problemáticas e conflitos que atravessam a vida dos sujeitos com os quais trabalhamos. É, portanto, um aporte de formulação teórico-conceitual que nos permite compreender a realidade social, para poder, então, transformá-la.

O trabalho a partir da história oral resgata, destaca, valoriza e põe em relevo as diferenças, além de ajudar a não reproduzir desigualdades do presente enraizadas em processos histórico-sociais do passado. Muitas vezes, ao lidarmos com outras fontes, como as documentais, estatísticas, etc., essas diferenças são negadas ou são mais dificilmente assumidas, e as desigualdades são perpetuadas.

Aproximarmo-nos dos testemunhos dos protagonistas dos processos históricos permite reverter as desigualdades sociais reproduzidas muitas vezes nos relatos da historiografia oficial ou tradicional. Por outro lado, trabalhar a partir da oralidade possibilita assumir a diferença como fortalecimento e não como debilidade, valorizando os processos de singularização e subjetivação como processos de constituição de sujeitos políticos que não são unívocos nem homogêneos, mas singulares. Desta maneira, partir da diversidade, da pluralidade, da multiplicidade implica reconhecer a diferença. Contudo, a história oral nos permite descobrir que a diferença potencializa. Não significa necessariamente debilidade já que não divide, permitindo construir o que é comum sobre bases sólidas, assumindo as complexidades, conflitos, ambiguidades e contradições das subjetividades e das relações humanas.

Pôr em relevo o que é comum não significa tentar homogeneizar a organização social com a qual trabalhamos ou apagar as diferenças que lhe são inerentes e constitutivas. Ao contrário, uma das maiores riquezas desses tipos de organização é poder trabalhar a partir das diferenças, das diversidades, tentando construir o comum. Quer dizer, a capacidade de voltar-se potencializa o heterogêneo, o múltiplo, o diverso, evitando que se transforme em desigualdade.

Alguns testemunhos de nossos entrevistados nos permitem pensar e aprofundar essas problemáticas.

Uma das entrevistadas, M.,[103] membro do MTD de Solano, nos

103 Manteve-se o anonimato dos entrevistados por uma decisão exclusiva do autor. As entrevistas foram realizadas para uma tese, por equipes de pesquisa que coordenam o Centro Cultural de Cooperação e por pesquisadores do Programa de História Oral, da Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires (UBA).

dizia o seguinte sobre essa questão:

> [...] as diferenças creio que existem, negá-las me parece que seria algo que não nos enriquece. A busca é que estas diferenças sejam algo para enriquecer e não para separar, e que as diferenças não sejam desigualdades. Creio que aí está um pouco a ideia. Da mesma forma, creio que é uma busca, creio que de preconceitos estamos cheios e as diferenças são muitas no todo. [...] É isso, ir construindo partindo da diferença como algo positivo e não como algo que se veja como desigualdade.[104]

Outro, J., acrescentava:

> Assim, emerge a ideia que a multiplicidade é dispersão, que é necessário criar uma ferramenta que aglutine toda a massa proletária para emancipar os povos. Ou seja, que é necessário driblar para hegemonizar e ganhar a revolução. Isso para nós é mentira.[105]

Um documento produzido pela mesma organização que os entrevistados antes citados integravam propugnava:

> […] pretendemos abordar o tema de uma perspectiva que contemple que não somos iguais entre os seres humanos, que estas diferenças que existem entre uns e outros, e que sejam bem-vindas, são fundamentalmente uma condição de horizontalidade como uma relação social entre desiguais, que se constrói coletivamente em função do conjunto, superando a centralidade do poder [...]. (MTD DE SOLANO, 2003).

A "busca é que as diferenças não sejam desigualdades", dizia nossa entrevistada M. e argumentava claramente a questão. Então

104 Entrevista realizada com M. (mulher, membro do MTD de Solano, Bairros San Martín e Santa Rosa), em Solano, em 2003, por Pablo Vommaro.

105 Entrevista realizada com J. (rapaz, membro do MTD de Solano, Bairro San Martín), em Solano, em 2002, por Pablo Vommaro.

descobrimos que não se trata somente de dar conta e assumir as diferenças e de reverter as desigualdades, mas também é necessário que as diferenças não se tornem desigualdades. Dito de outra maneira, que o necessário processo de assumir e sublinhar as diferenças possibilite a construção da igualdade.

Essa igualdade pode ser entendida também como a construção do que é comum, de espaços e relações sociais comuns que permitam estender um projeto coletivo para alterar o estado de coisas existente em uma situação determinada.

A construção de comunidade, então, permite que a diversidade que caracteriza o território, as diferentes situações individuais e a violência que domina a vida do bairro se transformem em capacidade criadora ao organizar-se em um projeto coletivo, comunitário. Se o poder (o Estado, o capital) separa, diferencia, classifica, divide, as organizações que investigamos se propõem a reunir, integrar, compor, igualar. Os vínculos baseados na alegria e na afetividade desempenham um papel importante nesses processos.

Chegamos assim, a partir do caminho aberto pelo trabalho com a história oral nas organizações sociais, a dar conta dos processos de constituição de redes de relações sociais comunitárias situadas territorialmente. Essas redes organizativas (intersubjetivas, interpessoais) mantêm, a partir do territorial, um sentido amplo, um nível de organização do bairro mínimo, não visível, que pode se condensar ou se concentrar (fazer-se visível) em determinados momentos nos quais confluem outros fatores.

As redes que analisamos estão constituídas por relações de confiança, solidariedade e afinidade diversas como: parentesco, vizinhança, amizade, fé religiosa, convicções políticas, entre outras. E estão sustentadas em práticas que podem ser mais ou menos visíveis a partir do exterior delas mesmas. Desta maneira, as redes territoriais mantêm a organização mais além das condições políticas conjunturais imediatas ou em paralelo a elas.

Certamente o processo de constituição dessas redes está deter-

minado por elementos próprios da dinâmica local, que, por sua vez, possuem características específicas do sistema social dominante (capitalismo e suas mudanças a partir de 1968-1973). Podemos conceituar isto defendendo que a organização social é algo permanente, constituído a partir dos territórios, e que o que caracteriza um momento histórico determinado é o modo pelo qual se (re)constitui ou (re)significa essa organização e a sua qualidade, que pode ser difusa ou concentrada.

Se identificarmos essas redes de relações sociais como a trama a partir da qual se constituem – não unicamente – as organizações sociais, o valor da história oral se amplia, já que ela é uma via de ingresso privilegiada para poder apreender suas características e dinâmicas fundamentais.

Deslocamo-nos assim a outra dimensão significativa para compreender as configurações políticas e subjetivas das organizações sociais: o processo de politização dos espaços cotidianos. Uma política do e a partir do cotidiano que torna políticas (comuns, públicas[106] e conflitivas[107]) relações e dimensões que antes permaneciam no âmbito do privado ou do íntimo.

Portanto, ao nos aproximarmos das práticas cotidianas que os sujeitos sociais manifestam em diferentes espaços (lugares de produção, âmbitos territoriais, familiares), a metodologia da história oral nos convida a explorar uma ampla gama de possibilidades para compreender os processos de ruptura e continuidade que protagonizam.

Os valores, saberes, linguagens, práticas, experiências e tradições que se transmitem de geração em geração são possíveis de perceber através dos testemunhos orais dos protagonistas que produzem sua experiência de vida. Assim, a entrevista, entendida como espaço de inter-relação, diálogo e intercâmbio, permite-nos aproximarmos dos

106 Em nossa análise, seguindo Virno (2002), público não é sinônimo de estatal. Esse autor concebe os espaços públicos não estatais como âmbitos de desdobramento do comum em forma de autogestão, a partir das organizações sociais, sem depender necessariamente do Estado.

107 Conflito entendido como expressão política do antagonismo social.

sujeitos que protagonizam os processos históricos que estudamos, produzindo um deslocamento múltiplo acerca dos problemas de estudo que construímos.

Por um lado, ficamos próximos dos sujeitos históricos, encurtando a suposta distância que deve existir entre o investigador e o objeto investigado. Essa diluição da distância que fundamenta boa parte do conhecimento social permite recolocar a relação sujeito investigador – objeto investigado, para propor outro vínculo em que as duas partes são reconhecidas como sujeitos e o conhecimento produzido a partir dessa relação é, então, subjetivo e situado.

Por outro lado, a partir desse ponto, na entrevista são colocadas em jogo as subjetividades daquelas pessoas que a constituem. Longe de negar as implicações subjetivas, a entrevista, enquanto espaço que pode transformar os seus protagonistas, permite encarar as modalidades de objetivação dos problemas e processos estudados a partir do reconhecimento e da assunção das subjetividades que se põem em jogo e se reconfiguram aí. Assim, a entrevista – como acontecimento, expressão e atualização de processos anteriores e também em sua dimensão performativa – é um espaço de transformação, de criação ou inovação.

Ademais, construir o testemunho oral (uma fonte oral) implica assumir-se a partir de um não saber ou assumir que há outro sujeito que, não estando legitimado como investigador ou intelectual, conhece elementos sobre um fato ou processo que nós não conhecemos. A história oral significa também, então, reconhecer que existem outros saberes e outras formas de conhecimento. Se pretendermos que a partir da fonte oral podemos interpretar, compreender (e transformar) a realidade social que estudamos, temos que ser também capazes de assumir esse outro saber, esse outro conhecimento, em todas as suas dimensões e implicações, ainda quando questionem nossos próprios pressupostos.

A história oral, assim como a entendemos, permite construir um diálogo sistemático entre dois sujeitos com capacidades e potencia-

lidades singulares: o investigador, o qual indaga acerca de um processo, organização ou acontecimento histórico, e o sujeito, o qual protagoniza o processo que o primeiro quer conhecer. Revisitamos assim o problema da diferença e da desigualdade. O intercâmbio que constitui a entrevista expressa essa relação dialógica que, ainda que diferente, não tem por que ser desigual.

Avançando, o diálogo que buscamos é também uma interpelação. E essa interpelação, se a assumimos, nos leva a redefinir e repensar nosso trabalho. Provoca-nos a reconfigurar nossos conceitos e reformular as perspectivas a partir das quais estudamos alguma problemática. Estimula-nos a sermos criativos e inovar no processo de construção do conhecimento. Não repetir fórmulas e tampouco nos repetirmos, senão repensar constantemente sobre nossa tarefa.

Dessa maneira, a história oral permite questionar a possibilidade de construir um conhecimento absoluto e objetivo, incorporando ao processo de investigação tanto a voz do investigador como a do sujeito entrevistado.

Sem desconhecer a utilidade de outras fontes, como as documentais, que muitas vezes temos que analisar em relação com os testemunhos orais, consideramos que, para realizar uma história integral das organizações sociais contemporâneas (poderíamos estender isso e dizer uma história integral das classes subalternas, dos trabalhadores, dos produtores), necessitamos valer-nos das fontes orais.

Dizemos que não descartamos para nada o trabalho de investigação histórica a partir de fontes documentais. Ao contrário, em nosso trabalho analisamos também os textos produzidos pelas organizações sociais, assim como os documentos oficiais e jornalísticos.

Apresentam-se, assim, pelo menos quatro opções de trabalho com documentos: os produzidos pelas organizações sociais; as fontes jornalísticas; os documentos oficiais; e os documentos escritos por outras organizações vinculadas de alguma maneira à problemática que estudamos.

O valor das primeiras e das últimas é enorme já que permite aproximarmo-nos de dimensões que muitas vezes podem estar esquecidas ou silenciadas nos testemunhos orais, assim como complexificar visões e completar dados ou processos.

A respeito das fontes jornalísticas, muitas vezes questões relacionadas às organizações por nós estudadas aparecem como crônicas em seções policiais dos jornais de modo que os testemunhos incluídos são mutilados ou tergiversados. Chegamos aí a uma nova problematização que nos abre a história oral: a maioria das fontes (em especial, as documentais), com as quais trabalham os historiadores, são produzidas pelas classes dominantes.[108] Reproduzem, como dizemos, as desigualdades e injustiças passadas e presentes.

Ao contrário, a história oral permite aproximarmo-nos das subjetividades e das práticas cotidianas de quem, como protagonistas dos sucessos que estudamos, foi silenciado pelos produtores daquelas fontes.

Assim, as fontes orais nos permitem indagar, por um lado, na memória e na lembrança. Por outro, descobrir um ponto de vista ou uma perspectiva particular sobre um processo, que guarda uma relação complexa e mediada com o relato das coisas "tal como aconteceram".[109] De todo modo, o que há que explicar é que, ao trabalhar com a oralidade, interpretamos a história das percepções atuais dos sujeitos sociais os quais protagonizaram as experiências que estudamos, as que chegam através das entrevistas realizadas. Quer dizer, trabalhamos com percepções, recordações, sensações e saberes, com esquecidos e silêncios, sobre um passado mais ou menos longínquo, que estão construídos a partir da vivência daqueles dias, a experiên-

108 Pablo Pozzi (2008, p. 7) explica dizendo que "se não fosse pela história oral em geral, tudo o que podemos fazer é ver os oprimidos através das fontes gestadas pelos opressores". Matizamos essa afirmação ao considerar, em nosso trabalho, documentos produzidos por organizações sociais, de onde também expressam suas vozes.

109 Por razões de espaço, não discutiremos mais a fundo as implicâncias do trabalho com fontes orais neste ponto. Para exemplificar: Necoechea e Pozzi (2008); Benadiba e Plotinsky (2005) e Necoechea (2006). Este último trabalha a sugestão de noção de ponto de vista para as análises dos testemunhos a partir da história oral.

cia vivida nos anos transcorridos e o presente no qual se produz a entrevista.

Por outro lado, a situação da entrevista tem um valor metodológico que não se pode desligar de seu valor político. Encarar uma entrevista é também estar disposto a assumir um compromisso político. Não só de indagar as subjetividades políticas do entrevistado, mas também colocar em jogo as do entrevistador. Assim, a história oral é uma aposta política para construir uma história distinta da hegemônica, que expresse outras vozes e ponha em relevo outras práticas e produções que não são hegemônicas nas sociedades nas quais vivemos.

História oral também significa assumir o compromisso de resgatar (valorizar) a memória coletiva expressa no nível social e individual. Desde já, existem múltiplas relações entre ambas as memórias que não serão matéria de análise neste texto.

O compromisso de quem faz história oral implica, ademais, iniciar uma abertura da investigação até outros espaços e sujeitos. Reconhecer, como dizemos, que os únicos que produzem conhecimento não são somente aqueles que habitam a universidade. Pôr em relevo os saberes e as experiências dos sujeitos sociais que integram as organizações com as quais trabalhamos. Construir conhecimento junto com eles, reconhecendo que cada um pode aportar elementos distintos, mas igualmente valiosos e significativos. Isso também significa facilitar para que as organizações sociais possam construir sua própria história. Não que façamos nossa história por eles, nem sobre eles, sim que construamos uma história com eles, a partir de suas vozes.

Chegados a este ponto, nos parece necessário realizar alguns esclarecimentos. Por um lado, que as concepções apresentadas acerca da história oral tentam não ser substancialistas ou essencialistas. É possível recorrer aos caminhos que abrem o trabalho com os testemunhos orais somente se estamos dispostos a assumir uma postura política, teórica, conceitual e metodológica alternativa à domi-

nante no campo acadêmico. Por isso concebemos o fazer da história oral como a situação de um compromisso com a expressão de uma disposição a encarar certas questões que não são naturais, nem estão dadas, mas que devem ser produzidas. Temos que estar preparados para assumir que não sabemos sobre algo, sendo capazes de escutar o outro. Temos que assumir outros saberes, apreender os processos de dominação e resistência que participam do cotidiano: as redes sociais de organização (e solidariedade) em nível territorial, as práticas inovadoras e as alternativas que produzem os sujeitos como expressão do antagonismo social.

Por outra parte, trabalhar com a história oral implica assumir também um conjunto de problemas, muitos dos quais não poderemos dar conta aqui, mas queremos somente deixar marcados. Podemos começar mencionando a polifonia e polissemia que são inerentes ao trabalho com fontes orais como assim concebemos. Essa multiplicidade de vozes e de significados se constitui de forma conflitiva, elas se sobrepõem, se contradizem e se confrontam; se compõem e se integram constituindo uma perspectiva a partir da qual se parte para interpretar os processos históricos.

Em segundo lugar, enfrentamos o que podemos denominar o problema do erro e da reconstrução parcial. Se somos capazes de trabalhar com a história oral dessa perspectiva, podemos, entretanto, ver que eles não são obstáculos, mas condições básicas (pontos de partida) a partir das quais se produz a história com base no testemunho oral. Coincidimos com Adleson, Camarena e Iparraguirre (2008, p. 47), todos, retomando Todorov e Labov, sustentam que "a história não se conta quando se adere a uma cronologia 'objetiva', mas quando se separa dela para incorporar sentidos e conceitos ou juízos subjetivos". No fim, concordando novamente com Necoechea (2006), o testemunho oral é um ponto de vista possível entre outros. Tal qual se trabalhássemos com qualquer outro tipo de fonte, "o importante dos testemunhos não é a veracidade dos mesmos, mas sim a possibilidade de rastrear sentimentos através do tempo", acres-

centa Pozzi (2008, p. 5).

Para concluir, deixaremos colocadas algumas experiências concretas a partir das quais pudemos formular, ao menos parcialmente, os elementos que expusemos neste trabalho.

Como dissemos, nos aproximarmos das organizações sociais de base territorial e comunitária a partir da história oral nos permitiu indagar sobre os processos de construção de subjetividades, nas formas de produção – material e simbólica – dos sujeitos. Ao mesmo tempo, possibilitou-nos identificar alguns dos traços que caracterizam as organizações sociais na atualidade e que mencionamos de forma incipiente: politização do cotidiano, territorialização, construção de vínculos comunitários, o que podemos denominar política do corpo presente (vinculada tanto às formas de ação e democracia direta como ao envolvimento da totalidade do corpo na prática política e social – vital – dos sujeitos), entre outros.

Particularizando alguns elementos próprios de nossos casos, o trabalho com as fontes orais tornou possível que recolocássemos, a partir de alguns pressupostos teóricos, até mesmo aspectos da metodologia de nosso trabalho. Mencionaremos apenas alguns dos fatores que identificamos.

Em primeiro lugar, permitiu-nos estabelecer a relação que existia entre a origem do MTD de Solando em 1997 e o processo de ocupação de terras e construção de assentamentos de 1981. Isso modificou a forma pela qual encaramos o estudo do MTD e nos levou a investigar os processos de ocupação e assentamento do início dos anos 1980.

Em segundo lugar, possibilitou que indagássemos sobre as configurações subjetivas dos ocupantes e assentados dos anos 1980, em particular no que se refere à sua concepção acerca dos próprios direitos e à legalidade da ação que estavam empreendendo. Isso mudou nossa opinião em relação a essas questões e nos levou a discutir a maioria dos estudos, concebidos até o início de nossa investigação, sobre esses processos.

Por outro lado, nos aproximamos de outra dimensão das configurações subjetivas dos sujeitos com os quais trabalhamos. Nesse caso, referindo-se à sua concepção acerca da terra e da moradia. Também discutimos aqui a maioria dos textos produzidos sobre essas questões. As entrevistas puseram em relevo que "a terra é um lugar para viver".[110] Todavia, "a terra se ocupa", já "a moradia é um projeto de vida".[111] Dessa maneira, a terra aparece como uma conquista a se conseguir de forma coletiva e mediante a ação direta de ocupação, enquanto a moradia se apresenta como um processo de mais longo prazo e com uma incumbência mais pessoal ou familiar.

Em quarto lugar, o trabalho com a história oral abriu-nos a porta para os processos de constituição de redes de relações sociais de organização. Essa trama relacional, surgida a partir do território, é difícil de ser vista e compreendida fora da própria experiência de organização social. Essas redes capilares têm a capacidade de ser difusas e concentradas. Ou melhor, são invisíveis ("parece que não está", nos dizia I. em uma entrevista[112]) em muitos momentos, e se fazem visíveis e concentradas quando a situação o requer (a necessidade de terras, certa composição ou situação local e o acontecimento das ocupações, por exemplo). Essa característica se faz de um ponto inacessível, inapreensível, tanto para o poder "externo" (governamental, por exemplo) como para aqueles a quem estamos indagando no presente. Contudo, como dissemos, os testemunhos permitiram aproximarmo-nos deles e entrever sua dinâmica e atualidade.

Isso se vincula ao último ponto que assinalamos neste artigo: a continuidade ou persistência da organização social no tempo. Isso não quer dizer que não havíamos identificado rupturas, mudanças e elementos dissimuláveis; contudo, as entrevistas nos permitiram

110 Entrevista realizada com M. (mulher, 69 anos, protagonista de ocupações e assentamentos), em Solano, em 2005, por Pablo Vommaro.

111 Entrevista realizada com I. (mulher, 50 anos, membro das CEBs e colaboradora da Igreja de N. S. de Itati, durante as ocupações de 1981, habitante do bairro velho de La Paz), em Solano, em 2006, por Pablo Vommaro.

112 Entrevista com I. Ver nota 112.

dar conta também da vigência das relações sociais de solidariedade e organização que permanecem, difusas, reatualizadas a partir da dinâmica territorial e com a capacidade de se reativar quando a situação o requer.

Para concluir, assinalamos que a retroalimentação que derivamos do intercâmbio e diálogo com os sujeitos sociais que protagonizam os processos estudados nos coloca permanentemente novos desafios, novos problemas e novas formas de olhar e desenvolver nosso trabalho. Se quisermos ser fiéis a esses problemas e construir conhecimento histórico significativo e transformador, temos que ser capazes de assumir esses caminhos tanto quanto esses compromissos em toda sua profundidade.

Referências

ADLESON, S.; CAMARENA, M.; IPARRAGUIRRE, H. Historia social y testimonios orales. In: NECOECHEA, G.; POZZI, P. *Cuéntame cómo fue*: introducción a la historia oral. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

BENADIBA, L.; PLOTINSKY, D. *De entrevistadores y relatos de vida*: introducción a la historia oral. Buenos Aires: Imago Mundi, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABLHADORES DE SOLANO. *Horizontalidad por los compañeros de los MTDs autónomos*. Solano: MTD de Solano, 2003. (Documento interno.)

NECOECHEA, G. Mi mamá me platicó: punto de vista, clase y género en dos relatos de mujeres. *Taller*, n. 23, mar. 2006.

NECOECHEA, G.; POZZI, P. *Cuéntame cómo fue*: introducción a la historia oral. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

POZZI, P. Historia oral: repensar la historia. In: NECOECHEA, G.; POZZI, P. *Cuéntame cómo fue*: introducción a la historia oral. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

VIRNO, P. *Gramática de la multitud*. Trad. Eduardo Sadier. Buenos Aires: 2002. Mimeografado.



MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

1. Migração, memória e identidade: relatos de história oral no contexto de histórias familiares e nacionais

Alexander Freund
Tradução: Adriano Steffler
Revisão da tradução: Méri Frotscher

No prefácio de sua tradução do estudo de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, Lewis A. Coser relata uma experiência pessoal: quando emigrou para os EUA, em 1941, tinha aproximadamente 30 anos. Rapidamente ele travou amizade com americanos que tinham a mesma idade que ele. Entretanto, apesar de todos os interesses comuns que partilhavam, algo bloqueava a comunicação entre eles. Ele percebia que havia uma barreira intransponível entre ele e seus amigos e conhecidos americanos. Então Coser se lembrou dos trabalhos de Halbwachs, que lera na Sorbonne, em 1933, depois de ter se mudado de Berlim para Paris. Os estudos de Halbwachs sobre a memória coletiva ajudaram-no a explicar a sua própria "leve alienação", como ele a chamava, com relação aos americanos: os seus amigos e ele não partilhavam de memórias coletivas o suficiente. Seja a deificação dos jogadores de beisebol ou o primeiro beijo na *high school*, Coser não conseguia associar nenhuma experiência, imagem ou sentimento próprio com essas experiências culturais específicas. E apesar de ele considerar os americanos, em geral, desinteressados pela história, muitas vezes ele não conseguia acompanhar as suas alusões históricas. Tudo o que ele vivenciara nas três primeiras décadas de sua vida fazia pouco sentido para os seus amigos americanos.

O inverso também ocorria, pois ele via pouco sentido nas experiências da infância e da juventude dos americanos (COSER, 1992, p. 21-22). Ele estava excluído da memória coletiva dos americanos, e eles, da memória coletiva de Coser.

Desde os estudos fundamentais de Halbwachs, o conceito de memória coletiva foi tornado preciso, especialmente por meio de trabalhos de psicologia cognitiva e social (Bruner, Assmann e Welzer), bem como por meio das novas neurociências (Schacter). Além disso, há vários estudos empíricos relacionados a determinadas memórias coletivas, na maioria dos casos, memórias coletivas nacionais, como, por exemplo, a memória alemã com relação ao Terceiro Reich (Rosenthal, Welzer, dentre outros) ou a memória canadense com relação à I Guerra Mundial (Vance). Não obstante, o fenômeno fundamental descrito por Coser em sua obra foi muito pouco investigado até o momento: quando pessoas migram, elas não perdem apenas a sua integração à memória coletiva de seu país de origem; ao mesmo tempo, elas adentram um ambiente cuja memória coletiva lhes é estranha. Essa dupla alienação e desorientação, muitas vezes, é descrita por migrantes através de uma imagem que expressa o fato de se sentirem perdidos entre dois mundos ou até mesmo dilacerados. Isso ocorre comumente quando os imigrantes não têm a possibilidade de manter por anos e décadas um contato com a sua antiga pátria, de modo que eles logo ficam excluídos da memória coletiva de seu país de origem. Muitos dos alemães por mim entrevistados, os quais emigraram para os Estados Unidos da América após a II Guerra Mundial, em sua maior parte, voltaram à Alemanha pela primeira vez apenas 15, 20 ou 30 anos depois de sua emigração. A maioria viu isso, na verdade, como uma bela experiência, porém, quase todos também disseram que a Alemanha havia se tornado estranha para eles, que ela não era mais a sua pátria, que eles não mais poderiam ou quereriam viver lá (HARZIG, 1998; ANTOR; BROWN; CONSIDINE, 2003, p. 3).

Diferentemente da língua e das formas de convivência e de comportamento externas, os imigrantes não conseguem apreender a memória coletiva de sua nova pátria. De vez em quando, eles terão uma ideia dessa memória coletiva, mas para eles, na maioria dos casos, ela será acessível apenas num plano intelectual, mas não num plano emocional. Em geral, a maioria dos imigrantes se integra econômica e socialmente de uma forma relativamente rápida e bem-sucedida, mesmo que muitas vezes isso exija grandes sacrifícios, sobretudo nos anos iniciais. Mas, até agora, ainda não foi extensamente explorado até que ponto e de que maneira ocorre uma integração às memórias coletivas do país anfitrião.

Eu advogo a inserção estratégica do conceito de memória coletiva na pesquisa sobre experiências de migração. O conceito de memória coletiva pode dar respostas a dois conjuntos de questões. Investigar migração e memória oferece, em primeiro lugar, respostas a questões sobre identidade e, em segundo lugar, respostas a questões a respeito de poder social. Vamos primeiramente à questão da identidade. Com relação a esse assunto, não devemos nos restringir à identidade do indivíduo, tampouco à identidade de um grupo ou subgrupo étnico (por exemplo, de um grupo político que se constitui enquanto pertença étnica). Ao menos no Canadá, essas focalizações da identidade individual e da identidade de grupos étnicos parecem ser predominantes. A maioria dos estudos históricos trata de grupos étnicos isolados, ao passo que a maioria dos estudos sociológicos distingue grupos étnicos, dentre outros motivos, pelo fato de o governo federal canadense orientar as estatísticas federais com base nesses estudos. Em estudos menores, muitas vezes também se pesquisa a história de uma organização étnica, seja ela a história de uma igreja, de um banco cooperativo ou de uma sociedade de canto. Todas essas pesquisas certamente só teriam a ganhar se utilizassem as entrevistas de história oral não somente como meros conjuntos de fatos, mas também inquirindo como a memória é constituída e como é construída de forma narrativa, em conjunto com o entrevistador.

Em pesquisas sobre identidade de grupos, não devemos negligenciar principalmente a identidade da família. Desse modo, podemos desenvolver estudos fascinantes, que são dependentes da composição da família (por exemplo, com relação à sua origem étnica). Vejamos dois breves exemplos no estudo sobre a *Vergangenheitsbewältigung*[113] em famílias alemãs, em que se abrem duas grandes lacunas. Em primeiro lugar, até agora foram entrevistadas famílias alemãs apenas na Alemanha, mas não no exterior. Em segundo lugar, na Alemanha são indagadas apenas famílias "alemãs"; por outro lado, famílias "com um histórico de migração" são sistematicamente (inconscientemente?) excluídas (por exemplo, WELZER, 2002). Uma exceção é o trabalho de Viola Georgi, que inquiriu jovens alemães com um histórico de migração sobre a forma como são confrontados e como lidam com o passado alemão nazista no que diz respeito às aulas e às excursões de turma. Dessa forma, percebe-se que para esses jovens, provindos de famílias de imigrantes, ocupar-se com o passado desempenha um papel central no "julgamento da identidade e da pertença na sociedade alemã com origem na imigração" (GEORGI, 2003, p. 11). Por outro lado, com relação a imigrantes alemães no Canadá, percebe-se que a ocupação com o passado nazista desempenha um papel igualmente importante e que ela influencia bastante decisivamente a identidade canadense já há várias gerações (FREUND, 2006; 2009).

O segundo grupo importante, que não pode ser negligenciado no que se refere aos migrantes, é a nação. No caso dos migrantes, isso é, evidentemente, no mínimo duplamente complicado, visto que se tem pelo menos duas nações nas quais os migrantes desenvolvem a sua identidade. Essas identidades estão intrinsecamente vinculadas e em comunicação constante, por vezes, inconscientemente. Na tentativa de se situar e de se posicionar na memória coletiva da família e da nação, ou seja, de modo a construir a sua identidade, os indivíduos não são, todavia, autárquicos. Eles se referem a esboços coleti-

113 N. E.: *Vergangenheitsbewältigung*: as diversas formas pelas quais a sociedade alemã lidou politicamente com o passado nacional-socialista depois da II Guerra Mundial.

vos de identidade e deles são dependentes. Isso nos leva à segunda questão, que trata do poder social.

Essa segunda questão é, em minha opinião, tão importante quanto a primeira: trata-se do problema sobre a ordem e o poder social, que são instaurados pela memória coletiva. Tomemos, como exemplo, a nação. Ela se constitui, em parte, por meio da memória coletiva, que não é monolítica ou homogênea, mas é dominante, hegemônica e direcionada a "contramemórias" marginalizadas. Talvez isso seja mais fácil de se compreender se, em lugar da memória coletiva, falarmos em discursos, pois geralmente é esse o caso. O Estado nacional é organizado por "narrativas mestras", que não são apenas ensinadas em escolas, mas também impostas pela mídia e pela economia. Das "narrativas mestras" também faz parte a narrativa sobre a formação histórica da nação.

Como exemplo, cito o Canadá. Nesse país há um grande consenso, em primeiro lugar, de que a nação teve origem nos campos de batalha das guerras mundiais e, em segundo lugar, de que o Canadá tradicionalmente é uma sociedade de imigrantes tolerante. O resultado é a transfiguração de soldados e colonizadores em heróis nacionais. O fato de os povos nativos terem sido quase exterminados pelo imperialismo colonial e o de que os generais da classe alta incitaram aos campos de batalha os filhos oriundos da classe proletária são, entretanto, histórias que os estudantes canadenses, na maior parte das vezes, aprendem apenas na universidade.

Em que medida essas histórias (ou mitos) organizam a sociedade? Para proletários, cujos filhos são estilizados como heróis nacionais, é mais difícil protestar contra a ordem vigente ou se ver como vítima de interesses ideológicos e econômicos – no caso do Canadá, de interesses imperialistas e capitalistas. Imigrantes que são tornados heróis têm dificuldade para exigir os seus direitos, para criar uma empatia com os povos nativos ou para se engajar na defesa dos direitos deles. Evidentemente, essa afirmação está bastante reduzida e simplificada; assim, a classe proletária manifestamente protestou durante e depois

das guerras, e sempre houve imigrantes que defenderam veementemente os direitos de outros. Mas, em princípio, esses mitos históricos nacionais, que constituem parte da memória coletiva, socialmente apresentam um efeito de organização.

Os imigrantes precisam, afinal, se integrar a essas grandes narrativas. Isso é um processo simples se eles acreditam nos ideais dessas "narrativas mestras", como, por exemplo, no princípio norteador do liberalismo, de que toda pessoa é responsável pela própria felicidade, e também na liberdade democrática, que muitos imigrantes não conheciam ou conheciam apenas de forma restrita em seus países de origem. Conforme podemos ver, os imigrantes alemães do pós-guerra que vieram para o Canadá têm dificuldades para se integrar ao mito histórico dominante, segundo o qual a nação canadense foi constituída nos campos de batalha das guerras mundiais. De forma semelhante, é difícil para alguns ex-cidadãos da República Democrática Alemã acreditar que eles teriam simplesmente desperdiçado quarenta anos de suas vidas em uma ditadura de injustiça, que eles só iriam provar dos frutos da democracia e do capitalismo na velhice e que eles ainda teriam que ter demonstrado gratidão incondicional por isso. Ainda em 2009, ano em que foram comemorados os vinte anos de queda do muro e os sessenta anos de República Federal da Alemanha, e no qual quarenta anos de República Democrática Alemã foram simplesmente silenciados, esses migrantes involuntários, que, ao amanhecer, acordaram em um novo Estado, sem ter dado um passo e sem ter atravessado nenhuma fronteira, têm dificuldade para se adaptar à nova memória coletiva. Coser (1992, p. 22) observou uma alienação semelhante entre colegas soviéticos no começo dos anos 1990, eles se sentiam coagidos a "'esfolar' as suas memórias coletivas como uma pele e a reconstruir um conjunto completamente diferente de memórias coletivas".

Todavia, nós não devemos ver essas experiências de migração somente como uma história da perda e da alienação. Trata-se também de uma convergência de diferentes memórias coletivas, que

pode levar a um profícuo intercâmbio transcultural. Novamente, o Canadá é um bom exemplo: a "narrativa mestra" que descreve o país como uma sociedade multicultural tolerante se impôs apenas a partir dos anos 1970 e, na verdade, devido à forte influência de grupos de imigrantes, que até os anos 1950 e 1960 ainda eram discriminados. Além disso, nesse caso não devemos entender as experiências de migração como experiências extraordinárias. Numa sociedade, o alienamento e o intercâmbio de diferentes memórias coletivas podem ocorrer também entre diferentes gerações e entre grupos sociais distintos.

Espero que, com esses poucos parágrafos, eu tenha conseguido elucidar brevemente que o conceito de memória coletiva é significativo para que se possa compreender melhor experiências de migração e outras experiências de estranhamento e de alienação.

O que tudo isso tem a ver com a história oral, ou melhor, como, nesse caso, a história oral vem a propósito? Até onde eu saiba, a pesquisa empírica de memórias coletivas específicas se baseia, até o momento, predominantemente em discursos de formadores de opinião – políticos, jornalistas, intelectuais, acadêmicos e representantes de outras elites. Dessa forma, evidentemente e com frequência, escamoteia-se o fato de que a memória coletiva pesquisada é, na verdade, a memória coletiva dominante, mas não a única memória coletiva. Além disso, admite-se tacitamente que toda a sociedade concorda com os discursos elitistas. Pode-se ver isso nitidamente nos estudos sobre a "superação" do passado nacional-socialista alemão: a respeito da assim chamada *Vergangenheitsbewältigung* há inúmeros livros sobre debates parlamentares, discussões publicadas a respeito do monumento em memória ao Holocausto, a exposição acerca das forças armadas alemãs durante a II Guerra, o *Historikerstreit*,[114] o debate em torno do livro de Daniel Goldhagen[115] e outros eventos encenados publicamente que envolveram debates sobre a memória.

114 N. E.: *Historikerstreit*: como ficou conhecido na historiografia alemã o debate ocorrido entre 1986 e 1967 acerca da historicização do Holocausto.

115 Título da edição em língua portuguesa: *Os carrascos voluntários de Hitler*.

No entanto, a forma como isso tudo é acolhido pelo povo, para ser franco, é praticamente desconhecida. A respeito disso faltam as fontes ou então elas não estão arquivadas, e, por esse motivo, são de difícil acesso. Somente alguns estudos, baseados em entrevistas, oferecem informações sobre o assunto. Trata-se, na maioria das vezes, do trabalho de psicólogos sociais, que de fato fazem entrevistas, mas as tornam anônimas e não as arquivam. Um grande projeto de história oral da Alemanha Ocidental, desenvolvido no início dos anos 1980 na região do Ruhr, é, até o presente momento, o mais importante projeto de história oral relacionado a essa questão (NIETHAMMER; PLATO, 1983).

Na pesquisa de memórias coletivas, a história oral desempenha, portanto, antes de mais nada, o comprovado papel de construção das fontes. Já que não há diários, redações, cartas ou também fontes confiáveis na internet, é sensato fazer entrevistas de história oral. Com base nelas, os historiadores podem responder às seguintes questões:

Em primeiro lugar, até que ponto as diferentes pessoas e grupos sociais estão integrados a memórias coletivas?

Em segundo lugar, em que medida indivíduos e grupos participam, ativa ou passivamente, da construção de memórias coletivas?

Em terceiro lugar, como eles utilizam essas memórias coletivas em suas próprias vidas?

A fim de responder a essas questões, realiza-se uma entrevista biográfica, como é comum, por exemplo, na prática da história oral alemã (PLATO, 2009; LEH, 2009). Na prática da história oral canadense, entretanto, entrevistas biográficas são pouco comuns e amplamente desconhecidas, por esse motivo eu explico isso brevemente aqui (*vide* também FREUND, 2009). Em uma primeira fase da entrevista biográfica, simplesmente pede-se ao entrevistado que conte a sua história de vida. Ele pode levar tanto tempo quanto desejar, pode começar onde quiser e arranjar a história do jeito que preferir. Mediante pedido, também são feitas perguntas, do contrário, o entrevistador permanece em silêncio. Como essa maneira de proce-

der pode fazer com que o entrevistado fique inseguro ou se aborreça, é importante esclarecer esse método antes do início da entrevista. Dessa forma, queremos oferecer aos entrevistados a possibilidade de contar a sua história de vida do modo mais livre possível, sem que eles sejam influenciados pelas perguntas do historiador. A maioria das histórias de vida é contada em uma ou duas horas, mas, evidentemente, há também os relatos de cinco minutos e as narrativas de 15 horas. Em uma segunda e breve fase, são feitas perguntas esclarecedoras.

Em uma terceira e minuciosa fase, são abordados os temas que, por um lado, foram pouco mencionados na história de vida e, por outro, interessam de forma especial aos historiadores. Se há realmente um interesse pela memória coletiva, deve-se questionar como ela foi vivida e experienciada de forma inteiramente concreta. Para isso, primeiramente, como preparação para a entrevista, deve-se analisar como se manifesta a memória coletiva de uma sociedade. Na Alemanha, devido aos numerosos estudos sobre a *Vergangenheitsbewältigung*, isso é uma tarefa fácil. De modo contrário, no Canadá, esses estudos são quase inexistentes. Uma importante manifestação concreta no Canadá é o chamado *Remembrance Day*, em 11 de novembro. Nesse dia, são recordadas as vítimas de todas as guerras. Veteranos canadenses de todas as guerras marcham com seus uniformes e com suas condecorações em paradas, que são realizadas em qualquer pequena cidade. A respeito disso, pode-se perguntar concretamente a imigrantes alemães se e como eles participaram desse evento. Desse modo, verifica-se que muito poucos imigrantes alemães participaram do *Remembrance Day*, pois eles se sentiam excluídos. Para eles, o *Remembrance Day* não era um dia de recordação de todas as vítimas de todas as guerras, pois não se lembram nem dos soldados das forças armadas alemãs e nem dos muitos fugitivos e expatriados alemães, que vieram do Leste Europeu para a Alemanha durante e após a II Guerra Mundial.

Uma manifestação concreta ainda mais importante da memória coletiva canadense é o ensino de História na escola. Muitos filhos de imigrantes, que frequentaram escolas canadenses, já falam de experiências concretas em seus relatos biográficos, sem que seja necessário solicitar. No que se refere a isso, foi muito importante para os filhos de imigrantes alemães dos anos 1950 e 1960 que, nas aulas sobre a II Guerra Mundial, o professor ou a professora diferenciasse, de forma inequívoca, alemães de nazistas.

Mas as entrevistas não podem tratar somente do modo como os entrevistados lidaram com os debates publicados. Eles próprios ou os seus familiares, na maioria dos casos, faziam parte da história. Por esse motivo, é importante descobrir como eles lidaram com a sua participação completamente pessoal e com a participação familiar na história. No caso das famílias de imigrantes alemães do pós-guerra, os adultos, em sua maioria, vivenciaram o Terceiro Reich quando eram adultos jovens, tendo "participado" como soldados das forças armadas, como ajudantes no combate antiaéreo, como membro da juventude hitleriana, do Partido Nacional Socialista Alemão e de outras organizações nazistas. Como isso foi discutido na própria história de vida e no interior da família? Isso foi encoberto, adulado ou reconhecido como erro?

Uma entrevista de história oral tão detalhada poderá nos auxiliar a responder às questões sobre a relação entre o entrevistado e as memórias coletivas.

Voltemos à primeira questão: em que medida diferentes pessoas e grupos sociais estão integrados a memórias coletivas? Especialmente a história de vida pode ser aproveitada em termos de conteúdo e de forma. Até que ponto memórias coletivas, como, por exemplo, a da nação, constituem pontos de referência para a própria história de vida? A interpretação da narrativa mestra é aceita sem críticas? Muito poucos alemães que imigraram para os Estados Unidos da América depois da guerra, os quais vivenciaram a II Guerra Mundial na Europa, aceitam, por exemplo, a interpretação norte-

-americana dessa história. Apesar de eles terem passado cinquenta anos de suas vidas nos EUA e de os seus filhos e netos terem conhecido os pontos de vista norte-americanos em escolas canadenses e americanas, as narrativas da guerra e do pós-guerra contadas pelos imigrantes alemães quase não se diferenciam das histórias que na Alemanha contam os que lá permaneceram. Concomitantemente, eles se apresentam como imigrantes que, com sua disposição para o trabalho, contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da sociedade canadense e americana pós-guerra, e, com isso, eles se situam na narrativa mestra da sociedade norte-americana composta por imigrantes.

Tanto na história de vida quanto por meio de perguntas concretas, nós podemos descobrir pormenores sobre a participação ativa na construção de discursos sociais e sobre a utilização dessas memórias coletivas na própria vida.

As histórias de vida construídas em entrevistas de história oral não são meramente relatos das experiências de indivíduos. Antes elas são histórias de vivências que se originaram no contexto de histórias familiares e nacionais. Vivências, experiências e recordações também são sempre filtradas por histórias e enredos maiores, reconstruídas em múltiplas narrativas recontadas, de modo que, por fim, elas se ajustam bem à própria história de vida, à história da família e à história da nação. Esse ajustamento da própria história a histórias maiores também abrange completamente experiências de resistência e de caráter marginalizado.

Assim, através de uma construção e interpretação mais complexa de entrevistas de história oral, podemos sobrepujar a constatação de Lewis Coser de que os imigrantes estão excluídos da memória coletiva da nova pátria. Constatar isso é o primeiro e mais importante passo. Mas, em seguida, devem então ser feitas inúmeras perguntas a respeito de como esses imigrantes e seus descendentes se conformaram com essas memórias coletivas. Para responder a essas questões, as entrevistas de história oral são excelentes fontes.

Referências

ANTOR, Heinz; BROWN, Sylvia; CONSIDINE, John; STIERSTORFER, Klaus (Hg.). *Refractions of Germany in Canadian literature and culture.* Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2003.

CONSIDINE, John. Introduction. In: ANTOR, Heinz; BROWN, Sylvia; CONSIDINE, John; STIERSTORFER, Klaus (Hg.). *Refractions of Germany in Canadian literature and culture.* Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2003.

COSER, Lewis A. Introduction: Maurice Halbwachs, 1877-1945. In: HALBWACHS, Maurice. *On collective memory*. Ed., transl., and with an introduction by Lewis A. Coser. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

FREUND, Alexander. Troubling memories in nation-building: World War II: memories and Germans' interethnic encounters in Canada after 1945. *Histoire sociale/ Social History*, Otawa, v. 39, n. 77, May 2006.

FREUND, Alexander. A Canadian family talks about oma's life in Nazi Germany: three-generational interviews and communicative memory. *Oral History Forum D'histoire Orale*, Otawa, n. 29, 2009.

GEORGI, Viola B. *Entliehene erinnerung. geschichtsbilder junger migranten in Deutschland.* Hamburg: Hamburger Edition, 2003.

HARZIG, Christiane. When you are a new immigrant you are just half and half: the process of becoming Canadian among post-world-war-two German immigrants. In: STROBEL, Christina; EIBL, Doris. *Selbst und Andere/S. von begegnungen und grenzziehungen*: feministische Arbeiten im Rahmen der Kanada-Studien (Beiträge Zur Kanadistik, Bd. 7). Augsburg: Wißner, 1998. p. 66-79.

LEH, Almut. Ethical problems in research involving contemporary witnesses. Trans. Edith Burley. *Oral History Forum d'histoire orale*, Otawa, n. 29, 2009.

NIETHAMMER, Lutz; PLATO, Alexander von (Hg.). Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930-1960, 3 Bde. Berlin, Bonn: Dietz, 1983.

PAPE, Ulrike. In der ferne zu hause: soziobiografische studien zu motivation und lebenssituation deutscher Kanada-Auswanderer von 1983 bis heute. Universität Göttingen: Diplomarbeit, 2006.

PLATO, Alexander von. Contemporary witnesses and the historical profession: remembrance, communicative transmission, and collective memory in qualitative history. Trans. Edith Burley. *Oral History Forum D'histoire Orale*, Otawa, n. 29, 2009.

WELZER, Harald et al. *Opa war kein nazi*: nationalsozialismus und holocaust im familiengedächtnis. Frankfurt: M. Fischer, 2002.

2. Imagens de si e do outro: interpretação de fotografias e fontes orais em estudos migratórios

Méri Frotscher

Com a intensificação das migrações internacionais, não somente trabalhadores, mercadorias, informações e tecnologias, mas também imagens de si e do "outro", produzidas a partir do ponto de vista do migrante, circulam cada vez mais e de forma mais ágil entre as fronteiras nacionais. Fotografias tornaram-se há tempo parte das experiências migratórias. Com o avanço da tecnologia, elas assumiram novas funções e significados e, por conta disso, sua interpretação constitui um desafio para a compreensão das trajetórias de migrantes na era global.

Neste artigo, discutiremos algumas possibilidades de interconexão de fotografias de migrantes e fontes orais. Algumas questões norteiam nossa análise: que relações podem ser estabelecidas entre fotografias – em suporte digital ou não – e migrações internacionais contemporâneas? Como fotografias podem ser usadas em entrevistas de história oral? De que maneiras esses olhares constroem culturalmente o "outro" ou mesmo o produzem? O artigo não pretende responder exaustivamente a todas as perguntas acima, mas, com base nelas, apresentar algumas possibilidades de produção e análise de fontes orais e visuais em estudos migratórios.

As fotografias de migrantes são aqui entendidas enquanto "artefatos culturais" que pertencem ao mundo compartilhado dos indivíduos e dos grupos sociais (GEERTZ, 1973). Assim, as fotografias podem ser tomadas como traduções visuais de "realidades" distintas,

como suportes de memórias e representações sobre a alteridade. Há muito tempo a noção de realidade enquanto reflexo do real implodiu nas ciências humanas e sociais. A própria fotografia, antes considerada (mais) capaz de reproduzir uma realidade, é tratada enquanto uma possível representação da "realidade".

Este artigo é baseado em dois estudos de caso sobre a emigração temporária de jovens trabalhadores do Oeste do Paraná, Sul do Brasil, para a Áustria e a Suíça, desde os anos 1970 (FROTSCHER, 2007; 2008b). As entrevistas foram realizadas após o retorno deles ao Brasil e tiveram duração, em geral, de uma hora e meia, quando também foram mostradas e comentadas fotografias tiradas naqueles países.

As migrações a trabalho para a Áustria e para a Suíça, objeto desta investigação, muito embora temporárias, apresentam algumas especificidades e diferenças entre si. Os que migraram para a Suíça, a maioria filhos de pequenos agricultores, trabalharam legalmente em propriedades rurais familiares através de contrato de 18 meses estabelecido com a Agroimpuls, uma entidade ligada à Schweizerischer Bauernverband (Liga Suíça de Agricultores). Oficialmente são reconhecidos como "estagiários" (*Praktikanten*), através do que se justifica a estadia e a jornada de trabalho, superior à exercida normalmente pelos trabalhadores suíços. Para os empregadores, essa mão de obra é mais barata que a suíça, mas para os "estagiários" essa é uma forma de ganhar mais dinheiro do que no Brasil e de adquirir novas experiências de vida. A referida entidade arregimenta mão de obra no Brasil há mais ou menos quarenta anos. Os pré-requisitos para participar do programa são idade de 18 a 30 anos, conhecimento da língua alemã, francesa ou inglesa e experiência na agropecuária (FROTSCHER, 2009). Brasileiros são selecionados em áreas de produção agropecuária com maior concentração de descendentes de alemães, sobretudo no Oeste dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Durante a pesquisa no Oeste do Paraná, pudemos perceber uma migração em corrente numa vila, Dez de Maio, onde realizamos a maior parte da pesquisa de campo.

Os que migraram para a Áustria em geral trabalharam ilegal-

mente, exercendo atividades que não exigiam qualificação profissional, principalmente em indústrias, restaurantes e construção civil. A maioria tinha documentos de identidade falsos de algum país da União Europeia (com ou sem o nome verdadeiro), outros permaneceram no país como turista. A minoria dos entrevistados possuía a cidadania austríaca. No caso da Áustria, houve um fluxo migratório de brasileiros do Oeste do Paraná a partir do início dos anos 2000, por causa da atuação de mediadores dessa região que providenciavam papéis falsos e indicavam empregos (sobre esse fluxo migratório, a disputa entre brasileiros no mercado de trabalho na Áustria e suas experiências de fronteira, sejam jurídicas, socioeconômicas, culturais, ver Frotscher (2008a)).

Nesses dois casos de migração temporária, pudemos observar que alguns entrevistados, depois da primeira estadia naqueles países, iniciaram uma migração pendular. A diferença entre os dois fluxos migratórios se deve menos ao país de destino e mais ao tipo de estadia, legal ou ilegal, e de ocupação laboral.

As narrativas orais e visuais desses entrevistados configuram olhares sobre a alteridade, os quais fixam fronteiras entre o "lá" e o "aqui". São olhares de emigrantes provindos de um país emergente e que se dirigiram a países europeus por conta das diferenças socioeconômicas e do desejo de acúmulo rápido de capital para melhor viver financeiramente no Brasil após o retorno. Eles migram, retornam e migram novamente dependendo das situações e possibilidades nos países de origem e de destino. Trata-se de correntes migratórias causadas não somente pelas desigualdades socioeconômicas vividas no capitalismo globalizado contemporâneo, motivações pessoais também constituem um *push factor* relevante.

Discutiremos o tema das migrações internacionais a partir da perspectiva dos estudos culturais dedicados à questão da identidade e da diferença. As fotografias e os relatos orais e escritos de migrantes podem configurar imagens da alteridade e, assim, concomitantemente, expressar uma autorrepresentação de si e da cultura

e sociedade de origem, uma vez que "as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença" (WOODWARD, 2000, p. 39). Na discussão sobre migrações e diferença, também nos parecem frutíferas as ideias formuladas por Homi Bhabha, teórico dos estudos pós-coloniais. Esse autor discute o processo de articulação de diferenças culturais, as quais "fornecem o terreno para elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade" (BHABHA, 2003, p. 20). De acordo com Stuart Hall (2003), diante da globalização e da dispersão das pessoas pelo mundo, não cabe polarizar, de um lado, a cultura nacional e, de outro, as minorias, ou contrapor dominantes e dominados. Cabe analisar, segundo o autor, como se constituem sujeitos através dos atos de enunciação. A globalização tem reproduzido diferenças dos mais variados tipos e resultado em diversos processos relacionados à construção, negociação e dissolução de identidades. Novas identidades nacionais surgem, outras são abandonadas, negociadas, contestadas. No lugar de uma identidade una, surgiu a noção de identidades plurais, múltiplas e fragmentadas nas ciências humanas e sociais, cada vez mais dedicadas à relação entre o global e o local e à constituição de identidades transnacionais. Levando isso em conta, podemos analisar os diferentes elementos constituidores de identidades entre os sujeitos de migrações internacionais no século XXI. Olhares de migrantes sobre a cultura e sociedade de destino e suas relações com as autorrepresentações serão discutidos a seguir.

Olhares de migrantes

Instigados a separar fotografias que marcaram suas estadias no exterior, muitos entrevistados escolheram imagens que retratavam diferenças geográficas, como paisagens espetaculares. Não são essas as imagens que nos interessam aqui, mas as que expressam diferenças sociais, materiais e culturais.

A fotografia abaixo, por exemplo, foi escolhida por Pedro Bernard[116] para compor seu álbum de fotografias disponível no Orkut, a rede de relacionamentos da internet mais popular no Brasil na época da entrevista.



Figura 2 – Sonho de consumo (Bezau, Áustria)
Fonte: acervo pessoal do entrevistado

O gesto de Pedro chama a atenção para o Mercedes modelo esportivo. A foto expressa a impossibilidade de comprar aquele carro luxuoso, mas também o seu sucesso como jovem empreendedor no Brasil. Essa última ideia aparece num detalhe na estampa da camiseta de futebol, uma propaganda da pequena empresa de sua família no Brasil, financiada através da emigração. Além do progresso financeiro, a camiseta expressa sua paixão pelo futebol e o sonho inicial de poder morar na Áustria como jogador profissional. A carreira

116 Entrevista realizada com Pedro Bernard (nome fictício), em Marechal Cândido Rondon, em 2007, por Méri Frotscher.

de jogadores de futebol brasileiros na Europa lhe provava que esse sonho poderia ser possível. No Brasil, Pedro havia chegado a participar de campeonatos de futebol suíço na categoria infantojuvenil em nível estadual.

Nesta análise, cabe refletir sobre as motivações de fotografias de migrantes no exterior. No caso acima, mais do que um *souvenir* para si próprio, a foto foi produzida para ser mostrada a outrem. Essa função é reforçada pela legenda que a acompanha: "fasê (sic) o quê???".[117] Ela sugere alguns elementos para uma melhor aproximação aos sentidos da fotografia. As duas possibilidades de interpretação não se excluem: o sonho impossível de ser conquistado e a simulação da posse daquele produto de luxo. A fotografia expressa, portanto, de um lado, os sonhos de consumo do migrante e, de outro, a consciência do seu lugar ocupado na hierarquia socioeconômica na Áustria. As entrevistas com Pedro e com outros migrantes confirmam esses sonhos e também a existência dessa consciência.

Não cabe considerar essa fotografia como expressão de uma "realidade" do país de destino do migrante. A *performance* junto ao Mercedes pode ser associada às expectativas de um típico trabalhador brasileiro no exterior. A foto expressa não apenas o "Eu estive aqui", mas também o sonho que move muitos migrantes brasileiros na Europa. A visualização da paisagem ao fundo da fotografia prova ao espectador o primeiro passo do seu sucesso fora do Brasil: viver num país onde carros luxuosos são comuns. Nesse sentido, a fotografia expressa uma teatralização das diferenças socioeconômicas entre os países de origem e de destino. Ela põe duas sociedades em diálogo. Através dos gestos e do olhar para a câmera, Pedro "anima" a cena fotografada e, assim, dialoga com o espectador.

A fotografia é plausível e compreendida pelo espectador brasileiro, pois a composição, os gestos e os símbolos nela presentes dialogam com diferenças e carências vividas no Brasil e com precon-

117 Além de usar linguagem coloquial, comum nos *e-mails*, *chats* e redes de relacionamento na internet, Pedro troca a letra "z" pela "s" na conjugação do verbo fazer, o que revela seu grau de escolarização.

cepções existentes sobre a Europa. Isso porque a imagem, segundo Luciana Bittencourt (1998, p. 205), aponta "não só para uma memória que lhe é intrínseca, mas também evoca, especialmente, uma memória que lhe é externa, a memória do espectador". Ainda segundo a autora, "as imagens fotográficas funcionam como molduras referenciais em que a realidade social e o contexto cultural são compartilhados" (BITTENCOURT, 1998, p. 209).

Essa fotografia digital, disposta na internet, demanda também analisar seus usos e sua circulação. Câmeras digitais facilitam o processo de escolha da imagem que melhor cabe ao fotógrafo, o qual, nesse processo, elimina rapidamente as que não lhe agradam. No caso da fotografia acima, ela foi escolhida e também incluída numa rede de relacionamentos na internet, na qual todos podem visualizá-la. Tecnologias modernas, associadas a redes de relacionamento na internet, facilitam a composição e a circulação de autoimagens como a acima.

Tais imagens nos parecem apropriadas também para discutir os usos e funções sociais da fotografia digital em contextos migratórios. Através de fotos digitais, os migrantes hoje podem "mostrar" suas experiências no exterior a um público mais abrangente. Frequentemente fotos são enviadas via *e-mail* ou fazem parte de *blogs* ou perfis de redes de relacionamento. Ao contrário de gerações anteriores, as quais mantinham contato com parentes e amigos de forma mais cara e lenta, através de cartas, as novas gerações têm a chance, através da internet, de manter contato com um público mais abrangente e até mesmo desconhecido. É interessante lembrar que o contato com o lugar de origem é muito importante para os migrantes temporários e as fotografias são um dos meios utilizados para esse fim. Para os destinatários brasileiros, tais fotos são um suporte para imaginar o país de destino do migrante e, muitas vezes, permitem amadurecer a ideia de seguir o mesmo caminho.

Atualmente praticamente o mundo inteiro está conectado à internet. Por meio dela, os migrantes podem compartilhar mais facilmente e rapidamente suas novas experiências no novo local

de moradia. Além dos contatos existentes, a internet tem também facilitado ao usuário achar pessoas com as quais há muito tempo não tinha mais contato e até ajuda mesmo na prática do flerte. Um desempenho atraente através de fotografias postadas em redes de relacionamento é uma boa base para isso.

Se considerarmos a facilidade de disponibilização de autoimagens através da internet, podemos também refletir melhor sobre o papel da fotografia na construção e expressão de subjetividades e no estabelecimento de novas relações intersubjetivas na era da revolução digital. As fotografias são um meio para a afirmação de identidades, através de *performances* e, muitas vezes, de exibicionismos. As imagens podem ser objeto do voyeurismo contemporâneo que rompe os limites entre a esfera pública e privada. Isso não é apenas aceito, mas muitas vezes desejado por vários usuários. Embora nosso objetivo não seja discutir as razões e consequências do uso de redes de sociabilidade na internet, acentuamos que tais redes acompanhadas de fotografias e *chat rooms* apresentam novas problemáticas também para os estudos migratórios.

Sabemos que as imagens são sempre abertas à interpretação. No caso da fotografia acima, nos interessa captar os sentidos dados a ela pelo próprio entrevistado. Nosso primeiro contato com Pedro ocorreu quando visitava a família e a namorada nas férias no Brasil, momento em que o entrevistamos. Na ocasião tomamos conhecimento daquela e de outras fotos postadas em seu perfil na internet. Por que e como tais fotografias podem ser conectadas a fontes orais será discutido mais adiante.

No Brasil, antes da migração, Pedro havia concluído o ensino secundário e trabalhava como garçom. Como não pretendia cursar ensino superior ou ensino profissionalizante, o encontro com um tio que há dois anos trabalhava na Áustria lhe pareceu uma possibilidade de abandonar o emprego que não lhe oferecia perspectivas de futuro. Após encaminhar documentação para obter a cidadania austríaca, com base nos seus ascendentes, partiu sozinho para uma pequena

cidade do estado de Vorarlberg, Áustria. Logo abandonou seu projeto de ser jogador de futebol profissional e conseguiu, com a ajuda do tio, um emprego como ajudante numa fábrica, com o propósito mais realista de economizar dinheiro. No momento da entrevista, ainda trabalhava naquela fábrica. Dois anos mais tarde, voltou ao Brasil, onde atualmente ajuda a administrar o comércio da família.

O propósito de acumular bens é acentuado na entrevista através da repetição insistente da palavra "objetivo" para expressar sua permanência naquele país. Tal fato coincide com a associação sugerida pela fotografia:

> Mas é que nem eu falo, as pessoas que tão lá, tão com um objetivo, normalmente tão com um objetivo. Também tem brasileiros que gostam e ficam por lá mesmo. Isso é difícil, mas também tem. Mas normalmente vai com um objetivo. Se tu tem um objetivo, se tu quer, tu consegue. É assim mesmo, se tu põe um objetivo na tua vida... senão a vida não teria graça, né. É uma experiência ímpar, você tá saindo fora do país, então tu coloca um objetivo, se tu não coloca um objetivo, a tua vida também não vai ter graça assim, né. O pessoal tá trabalhando e tal, mas você não vai vai ter lazer e tal, né. Mas tu tem que colocar um objetivo, se tu não coloca um objetivo, então daí tu fica... que nem eu falo, se tu não colocar um objetivo: "ah, vamos economizar e tal pra investir lá".[118]

A estadia naquele país, embora temporária, é interpretada como um projeto pessoal necessário e uma experiência-chave para sua vida. Nesse e noutros momentos da entrevista, ele procurou destacar o papel da migração no seu amadurecimento pessoal. Outros migrantes com experiências migratórias similares durante a juventude também representaram a migração como um "divisor de águas",[119] uma prova de maturidade.

Assim como a análise de fotografias é baseada não somente nos

118 Entrevista com Pedro Bernard (nome fictício). Ver nota 118.

119 Expressão utilizada pelo entrevistado Gilson Maier (nome fictício). A entrevista foi realizada em Toledo, Paraná, em 2009, por Méri Frotscher e Diná Schmidt.

elementos visíveis, também a prática da história oral exige a leitura subliminar. A estrutura da entrevista e os elementos da narrativa denotam como o entrevistado interpreta seu passado. Ao repetir a palavra "objetivo", por exemplo, Pedro não apenas expressa a razão de sua migração, mas também seus esforços em permanecer na Áustria. As horas extras, a consequente falta de tempo para turismo e lazer, a saudade dos amigos e da namorada aparecem na entrevista recompensadas pelo capital economizado, com o qual disse comprar terrenos e investir na empresa da família. Seu posicionamento em relação ao trabalho e à vida no exterior explica comportamentos considerados imprescindíveis a quem deseja se tornar um "empreendedor". O orgulho em relação às conquistas é expresso também através da camiseta que aparece na fotografia, como visto. A fotografia e a fonte oral mostram a autoimagem de um jovem independente e ambicioso que acredita nas possibilidades do capitalismo. Importante destacar que a entrevista foi feita enquanto Pedro ainda trabalhava na Áustria, o que ajuda a explicar a coincidência dos sentimentos expressos na imagem e na fonte oral.

Fotografias como a analisada demonstram a especificidade da linguagem visual na expressão de expectativas e representações de emigrantes brasileiros. Entretanto, sem a entrevista de história de vida seria impossível captar os sentidos da fotografia para o migrante. O exemplo nos mostra, portanto, como fotografias e fontes orais podem complementar umas às outras. Mas isso não quer dizer que as fontes orais devam ser consideradas meros complementos para a análise de fotografias ou vice-versa. A interconexão de ambas nos possibilita muito mais, como buscaremos explicitar nas páginas que seguem.

O exemplo dado, baseado especificamente em fotografia digital, pode ser confrontado com exemplos de épocas anteriores, quando os meios e ritmos de veiculação de imagens e informações eram outros. O exemplo a seguir nos instiga a pensar sobre as implicações do avanço tecnológico para as experiências dos migrantes.

Em Dez de Maio, distrito da área rural de Toledo-PR, percebe-

mos, durante o trabalho de campo, em algumas famílias, o fenômeno da migração em corrente para a Suíça desde os anos 1970. O distrito foi fundado nos anos 1950 por agricultores oriundos principalmente do estado do Rio Grande do Sul. Geraldo, um ex-"estagiário" da Agroimpuls, filho de uma família de "pioneiros" do distrito, interpreta sua experiência naquele país acentuando a diferença tecnológica entre aquela época e a atual:

> [...] naquela época o Brasil também era diferente, nós não tinha telefone, eu não liguei nenhuma vez pra casa, pra mim telefone era coisa nova [...] a distância tecnológica era diferente, não tinha ordenha, ordenhadeira, não tinha tanque de puxar esterco, aqui na região não tinha trator, tavam começando os tratores. [...] a comunicação com casa era só carta. Eu taria curioso se hoje esses que vão pra lá ainda escrevem carta. Nem manda, manda muito pouco, cartão, eu acho. Hoje, quando a gurizada volta da Suíça, não tem novidade pra contar. Mostram [já antes] lá as fotos com a internet, mostram tudo, daí não tem novidade pra contar quando volta. Ninguém sabia certo [quando eu fui], só sabia que eu tinha embarcado lá, eu ainda fui de navio naquela época. [120]

Naqueles "bons tempos", tônica de sua narrativa, fotografias da estadia no exterior eram enviadas pelo correio tradicional ou eram trazidas ao Brasil somente após o retorno. Através da expressão dessas diferenças tecnológicas, Geraldo procura ressaltar as dificuldades que teve de enfrentar e, assim, sobressair diante da nova geração.[121] Naquela época, os "estagiários" permaneciam o dobro do tempo na

120 Entrevista realizada com Geraldo Vogel (nome fictício) e Rafael Huber (nome fictício), em Toledo, Paraná, em 2008, por Daiane Silva. Na ocasião, estavam presentes R. Huber, um ex-estagiário mais novo, e dois filhos de Geraldo, um que havia sido estagiário e outro que se preparava para sê-lo, provavelmente tal fato fez Geraldo comparar sua experiência com as situações e experiências mais recentes.

121 Isso fica claro também através do emprego da palavra "gurizada", derivada da palavra "guri" (rapaz), comum no Sul do Brasil, utilizada para se referir ao grupo de jovens. O sufixo utilizado homogeneíza os membros do grupo e, em certa medida, tem um significado pejorativo.

Suíça e tinham a possibilidade de se formar num curso profissionalizante. Esses fatos são representados como uma grande vantagem em relação ao programa atual.

Márcio, outro entrevistado do mesmo distrito e que viveu a primeira experiência na Suíça nos anos 1980, escolheu, para nossa pesquisa, uma fotografia muito singular, que retrata uma declaração de amor à esposa escrita na neve num dia de inverno: "[nome da esposa], eu amo você". Como a fotografia de Pedro, com a paisagem dos Alpes ao fundo, a de Márcio sugere a presença do migrante no exterior em razão da neve. Mas, diferente daquela foto, esta foi batida com uma câmera analógica e foi meticulosamente planejada. Depois de escrever na neve, em grandes letras, sua declaração de amor, Márcio subiu num silo da propriedade onde trabalhava e tirou a fotografia. É muito simbólica a escolha da neve, algo espetacular para um brasileiro, ainda mais para expressar a saudade da esposa deixada no Brasil.

Nesse caso, a fotografia é a materialização dos sentimentos mais íntimos do migrante. Não apenas o objeto fotografado, mas a própria produção da fotografia e seu envio pelo correio expressa a saudade da esposa e também do filho recém-nascido. O complexo ato fotográfico foi um meio de lidar com essa situação difícil. Esse é um exemplo de como as fotografias podem ser mais do que suportes da memória social. Podem também ser um meio utilizado para manter relacionamentos durante a estadia no exterior e, assim, procurar ligar o presente ao futuro.

As fotografias podem ser também utilizadas para afirmar identidades grupais. Durante o trabalho de campo, pudemos adentrar no espaço doméstico de algumas famílias de "estagiários" e assim captar outras funções sociais de fotografias de migrantes. Algumas famílias guardam e mostram fotografias dos parentes no exterior a outras pessoas, incluindo a entrevistadora, como forma de mostrar o sucesso do migrante e, assim, da própria família. Frequentemente são dispostas em porta-retratos na sala de estar. Dessa forma, pre-

sentifica-se o parente ausente em seu cotidiano. Esse foi o caso de um casal entrevistado, cujo filho, no momento da entrevista, estava pela segunda vez na Dinamarca trabalhando numa propriedade rural. Antes disso, ele havia sido "estagiário" através do programa suíço. Seus pais fizeram questão de mostrar também, com grande orgulho, álbuns de fotografias do filho naqueles países ao final da entrevista.[122]

As famílias dos jovens entrevistados, em geral, são constituídas por pequenos proprietários descendentes de imigrantes europeus que chegaram ao Brasil ao longo do século XIX e início do XX. Seus descendentes vivenciaram diversas experiências migratórias no interior do país. No início dos anos 1950, migraram para o Oeste do Paraná em busca de terras férteis para cultivo, com o objetivo de reproduzir sua condição de pequeno produtor. Durante algumas entrevistas, essas migrações dos antepassados e seus descendentes são referenciadas ao justificarem o fato de terem conhecimento da língua alemã, embora, na maioria dos casos, ele seja muito limitado. Essas referências também denotam o desenvolvimento, nas famílias de alguns entrevistados, de "identidades migratórias transgeracionais", fenômeno abordado por Rina Benmayor e Andor Skotnes (apud THOMSON, 2002, p. 347). A disposição de fotografia aérea da propriedade rural numa das paredes da casa dos entrevistados acima citados, prática comum entre famílias de agricultores da região desde que empresas passaram a oferecer tais serviços, permite apreender a importância dada à conquista da terra. Esse fato e a emigração dos filhos para a Europa poderiam ser vistos como um paradoxo. Mas, em relação ao casal entrevistado, a estadia do filho no exterior é vista como a confirmação de uma ética do trabalho associada ao "colono" descendente de imigrantes. Entre agricultores descendentes de imigrantes europeus no Sul do Brasil, esse termo é regido por características e valores específicos, como a dedicação ao trabalho, a produção baseada na pequena propriedade familiar e o passado comum de

122 Entrevista realizada com Valério e Marta Lenfers (nomes fictícios), em Toledo, Paraná, em 2009, por Méri Frotscher.

colonizadores (SEYFERTH, 1992, p. 80).

No início do trabalho de campo, muitos entrevistados mostravam suas fotografias por iniciativa própria. Álbuns eram retirados de gavetas ou já haviam sido disponibilizados anteriormente para aquele momento. Não bastava, portanto, falar sobre as experiências no exterior, queriam também "mostrá-las" e, assim, "prová-las" através de imagens. Para esses entrevistados, falar sobre a migração implicava também visualizar momentos, objetos, lugares, pessoas.[123] É importante ressaltar que esse comportamento certamente tem a ver com o fato de que as entrevistas foram feitas no Brasil e de que mostravam as fotografias à entrevistadora, também brasileira.

Percebemos então que incluir essas fotos no trabalho de campo poderia abrir novas perspectivas e questões, mas deveríamos refletir sobre uma metodologia apropriada. A possibilidade mais convencional, a de coletá-las e conversar sobre elas após a gravação da entrevista, nos parecia pouco frutífera, pois alguns entrevistados costumavam falar sobre suas experiências e impressões baseados nas fotografias. Percebemos que elas poderiam também ser utilizadas como "detonadoras da memória" (SIMSON, 1998).

Essa ação de mostrar fotografias durante a conversa denota a perspectiva da maioria dos entrevistados conferindo a elas um caráter de evidência, ou seja, de prova da "realidade". Através delas se procura socializar a "realidade" do país e, assim, também justificar a emigração. Essa perspectiva é expressa de forma exemplar através da fotografia e da entrevista analisadas a seguir.

Sandro é filho de agricultores brasileiros que, assim como muitos, emigraram para o Paraguai nos anos 1970, onde compraram terras com o objetivo de melhorar de vida. Muitos deles se desiludiram e retornaram ao Brasil, sendo chamados, então, de "brasiguaios".[124]

123 Fotografias também são usadas por entrevistados para expressar visualmente um sentimento de pertencimento nacional, como pudemos constatar em investigação em andamento sobre imigrantes alemães no Brasil.

124 Grande parte dos emigrantes brasileiros provinha do estado do Paraná. O alagamento causado pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, a mecanização da produção de

Sandro retornou sozinho para o Brasil, área de fronteira com Paraguai e Argentina, em 2002, iniciando logo a seguir uma história de migrações pendulares para a Áustria.

Entre as fotos mais significativas de sua experiência neste último país, destacamos, abaixo, uma foto em particular.



Figura 3 – Chegada do serviço médico de emergência
(St. Gerold, Áustria)
Fonte: acervo pessoal do entrevistado

A fotografia mostra uma cena referente ao sistema de saúde austríaco que impressionou o entrevistado: a chegada de um helicóptero para atender a um paciente que havia acabado de sofrer um infarto. A cena ocorreu na pousada situada na propriedade na qual o entrevistado/fotógrafo trabalhava.

A imagem faz mais do que documentar uma cena espetacular. Ela estabelece um diálogo com a falta de assistência médica cotidiana sentida e relatada pelo entrevistado durante os anos vividos no Paraguai. Os significados daquele evento para quem decidiu abando-

soja e a consequente concentração de terras fizeram com que muitos pequenos agricultores procurassem terras mais baratas no Paraguai.

nar esse país exatamente por conta dos problemas sociais e econômicos são assim expressos na entrevista, ao interpretar a fotografia: "se tivesse uma ambulância no local, sabe, com UTI, uma coisa para ser transportado, [mas] não tem nada. É uma vila [...]".[125]

Outros trechos oferecem mais elementos para compreender os motivos da fotografia, os significados atribuídos a ela e o porquê de tê-la escolhido para mostrar à entrevistadora. Além de ser uma "prova" das melhores condições de vida na Áustria, serviu para justificar a si mesmo e à entrevistadora a sua saída do Paraguai e suas constantes migrações a trabalho para aquele país, mesmo após seu casamento no Brasil e o nascimento de seu filho. Para ele, o trabalho no exterior é uma forma mais rápida de acumular dinheiro para a família.

Interessante salientar que meses depois da entrevista, quando Sandro afirmou não querer mais retornar à Europa em razão da família e da constituição de uma pequena empresa, tornou a emigrar, dessa vez para a Suíça. Isso mostra o caráter volátil da permanência num lugar, próprio das migrações pendulares, vividas por sujeitos que negociam cotidianamente as possibilidades de vida e de trabalho, conforme as situações socioeconômicas do país de origem e de destino.

A fotografia e o relato oral anteriormente analisados nos lembram que "todos os discursos são 'localizados'", como acentua Stuart Hall (1996, p. 68). Segundo o mesmo autor: "Todos nós escrevemos e falamos desde um lugar e um tempo particulares, desde uma história e uma cultura que nos são específicas. O que dizemos está sempre 'em contexto', posicionado" (HALL, 1996, p. 68). A produção de um discurso da diferença, nesse caso expresso visualmente e oralmente, processa-se em diálogo com as experiências vividas no Paraguai e no Brasil, marcadas pela falta e/ou precariedade de assistência médica e hospitalar e dificuldades de transporte. Aquela imagem, por-

125 Entrevista com Sandro Baier (nome fictício), em Marechal Cândido Rondon, em 2008, por Méri Frotscher.

tanto, nos permite refletir sobre a capacidade da linguagem visual em expressar o estranhamento/maravilhamento sobre o "outro" e, ao mesmo tempo, revelar aspectos do universo do qual provém o migrante. A fonte oral nos permite "ver" o não visível na fotografia e, assim, perceber com maior profundidade os significados da cena.

A fotografia analisada não foi produzida a partir do mero ato de ver, mas do ato de olhar, o qual configura outro campo de significação, segundo Sérgio Cardoso. Para o autor, o ato de olhar "perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto" (CARDOSO, 1988, p. 348). A descrição da fotografia feita por Sandro nos mostra que ela pode ser entendida como uma reflexão sobre suas condições de vida no passado, suas circunstâncias de vida no momento da produção da fotografia e suas perspectivas para o futuro. Ela é menos uma tentativa de representação do "outro" e mais uma forma de reflexão sobre a condição do seu autor. Em outras palavras, pode-se dizer que as fontes orais e visuais dos trabalhadores brasileiros entrevistados nos falam muito mais sobre como se posicionam diante das experiências vividas do que sobre as "realidades" dos países de destino.

A escolha do tema a ser fotografado no exterior varia conforme uma série de razões. A interconexão entre fontes orais e fotografias já durante o trabalho de campo pode ajudar a melhor capturar esses fatores. Podemos perceber a influência dos universos socioeconômicos e culturais dos quais provêm os migrantes, assim como suas próprias expectativas com a migração.

Como sugerido por Luciana Bittencourt (1998), nos parece plausível combinar dois modos de interpretação de fotografias: o "modo documentário" e o "modo reflexivo". O primeiro "considera a informação que pode ser apreendida por meio da análise de conteúdo da imagem, servindo como uma fonte de dados sobre outros universos culturais e sobre o contexto histórico no qual a fotografia foi criada" (BITTENCOURT, 1998, p. 200). O segundo, "considera a fotografia como um meio para elucidar as representações criadas pelo sujeito cognoscível no trabalho de campo e as estratégias discursivas usa-

das na construção de um conhecimento sobre o 'outro'" (BITTENCOURT, 1998, p. 200-201). A análise do processo de elaboração da fotografia nos permite entender o olhar, a visão de mundo e o universo cultural do seu autor. Ela permite captar não apenas a mensagem literal, mas também a mensagem cultural da fotografia.

O relato oral pode nos auxiliar a captar a mensagem cultural da fotografia. Nesse sentido, a perspectiva da história oral, preocupada com a construção e a atribuição de significados aos fatos (PORTELLI, 1996), se aproxima da pesquisa baseada em imagens, preocupada não unicamente com o seu caráter documentário, mas também com o processo imagético e a atribuição de significados produzidos pelos atores sociais.

O helicóptero que aparece na fotografia anterior é um símbolo das carências vividas pelo migrante no Paraguai. A foto demonstra seu descontentamento em relação à sua vida nesse país e também no Brasil. Suas experiências nos três países o fazem comparar os modos de trabalho e de vida e apontar suas diferenças em diversos momentos da entrevista. A escolha da fotografia demonstra como esses pensamentos o acompanhavam há muito tempo e como o abandono da vida no Paraguai ainda o comovia. As diferenças socioeconômicas também entre Brasil e Áustria constituem a razão de suas migrações pendulares e a fotografia, assim, seria a "prova" de que as condições materiais de vida seriam melhores "lá" do que "aqui".

A estadia no exterior resulta na produção de artefatos visuais que têm, para a maioria dos migrantes, estatuto de "realidade" fotografada, mesmo que a imagem fotográfica produza "uma síntese entre o evento representado e as interpretações construídas sobre ele" (BITTENCOURT, 1998, p. 199). Por conta disso, as fotografias nos parecem fontes significativas para investigações preocupadas em discutir as representações sociais do "outro" e de si em movimentos migratórios.

Mesmo que a maioria dos entrevistados que trabalharam na agropecuária na Europa provenha de uma região onde predominam atividades do mesmo ramo, todos mencionaram diferenças entre

as formas de viver, habitar e trabalhar. Pareceu-nos curioso o fato de Márcio, citado anteriormente, e Ataídes, ambos do mesmo distrito e ex-"estagiários" na mesma propriedade suíça, mas em épocas distintas, terem feito fotografias do mesmo motivo para expressar a mesma ideia.



Figura 4 – Passagem da Tour de France (Amriswil, Suíça)
Fonte: acervo pessoal do entrevistado

Tiradas do mesmo lugar, as fotografias captam a imagem vista da janela do quarto de dormir. Uma delas, a acima, captura o momento em que ciclistas da Tour de France acabavam de passar em frente à casa dos ex-patrões. Na outra fotografia, não se veem os ciclistas, mas a perspectiva é a mesma. Ambas, enviadas a parentes, explici-

tam o desejo de socializar imagens do novo local de moradia. Elas demonstram também que, mesmo naquela propriedade de produção agropecuária, a rua é asfaltada e sinalizada, algo muito diferente da realidade no local de origem no Brasil, onde tais elementos de infraestrutura são pouco comuns. A passagem da Tour de France deixa isso ainda mais evidente. Assim, ambas as fotografias expressam duas ideias de inferioridade: a do Brasil como inferior à Suíça e a de área rural como inferior à área urbana.

Todos esses exemplos indicam que fotografias de migrantes podem ter as mais diversas funções. Como visto, elas podem ser suporte da memória individual e veículo de expressão de expectativas, sentimentos, posicionamentos e conquistas pessoais. Elas podem servir para a manutenção de laços familiares e sociais. Elas também são capazes de reproduzir a migração através da marcação de diferenças socioeconômicas e técnicas, como será visto a seguir.

Especialmente os entrevistados que participaram do programa na Suíça e que migraram há mais tempo destacaram as diferenças tecnológicas em relação ao Brasil ao fotografar cenas e ambientes de trabalho. É o caso de Ataídes, que em uma de suas primeiras estadias na Suíça, nos anos 1990, fotografou o computador usado para programar a preparação da ração animal. Outro entrevistado, Edilmo, que esteve naquele país nos anos 1980, acentuou também na entrevista as diferenças técnicas nas formas de trabalhar percebidas na época em que migrou e, sobretudo, o aproveitamento dos recursos naturais: "Eles [...] adubam bastante a terra, eles não perdem uma grama de esterco, eles não jogam nada fora, eles [...] aproveitam tudo".[126]

Outros retornados como Edilmo continuam destacando a Suíça como um país de alta tecnologia na agricultura, contribuindo para a reprodução da migração em sua comunidade. Nós o conhecemos durante o processo de seleção em 2007, quando acompanhou um

126 Entrevista realizada com Edilmo Bahr (nome fictício), em Marechal Cândido Rondon, em 2007, por Méri Frotscher.

sobrinho candidato ao programa.

Mesmo os entrevistados mais novos, já acostumados com o trabalho mecanizado no Brasil,[127] buscaram destacar máquinas ou procedimentos mais avançados em suas entrevistas e fotografias. Candidatos brasileiros se apropriam dessa imagem, também usada pela Agroimpuls em seu material de divulgação, para reivindicar uma vaga do programa. Em curtas entrevistas realizadas simultaneamente ao processo de seleção, os candidatos nos salientaram querer aprender novas tecnologias, mas os principais motivos são economizar dinheiro e adquirir experiências de vida.

Fotografias de migrantes são um meio utilizado para aproximar espaços geográficos distintos. Elas fazem parte também de um processo de descoberta do novo local de moradia. Através delas o migrante procura se apropriar do novo espaço e, dessa forma, transformá-lo em "lugar", no sentido antropológico do termo. Entretanto, para muitos migrantes temporários, o tempo e o tipo de estadia (legal ou ilegal) e de ocupação profissional, assim como outros fatores, não lhes permitem fazer do local de destino um "lugar" isento de estranhamentos. Para evitar a extradição, entrevistados afirmaram ter evitado se expor demasiadamente em público e demonstraram ter tido dificuldades de estabelecer, livremente e sem receios, contato com autóctones.

A fotografia abaixo, escolhida por Valdir, o qual trabalhou ilegalmente na Áustria, foi tirada com o objetivo de demonstrar as diferenças culturais percebidas pelo seu autor.

127 A produção agrícola no Oeste do Paraná foi mecanizada a partir dos anos 1970 e, desde então, a região absorve novas tecnologias e é uma das maiores produtoras de soja e milho do país.



Figura 5 – Ceia de Natal (Au, Vorarlberg, Áustria, 2005)
Fonte: acervo pessoal do entrevistado

Na foto, vemos uma mesa arrumada para um jantar no dia do Natal. A comida, o vinho, os talheres, a Bíblia, assim como os *Lebkuchen* (broa de mel com especiarias, especialidade da época do Natal) na parede, foram dispostos pelo patrão, dono de uma padaria, como uma pequena surpresa ao empregado que naquela noite passaria o Natal longe da esposa e das duas filhas. Naquele dia tão especial para muitas famílias cristãs, Valdir estaria acompanhado apenas de um colega brasileiro, em situação similar. Na entrevista, ele esclarece por que tirou a fotografia. O gesto inesperado do patrão e a mesa arranjada lhe chamaram a atenção. Segundo ele, sua família não tinha o hábito de comer numa mesa especialmente arrumada na noite de Natal. A imagem destaca, na sua visão, uma diferença nacional muito particular.

A partir da perspectiva limitada de um imigrante temporário ilegal, Valdir relata essa diferença e assim constrói uma ideia generalizante dos austríacos. Tais generalizações, presentes também em outras entrevistas, são construídas através da referência ao pronome

"eles". Diferenças econômicas, de classe e de educação, entre outras, muitas vezes não são levadas em conta. Frequentemente situações são interpretadas de forma simplificada como diferenças nacionais.

A importância dada à fotografia no momento da entrevista também tem a ver com o remorso sentido em relação ao ex-patrão, o qual, segundo o entrevistado, não sabia de sua documentação falsa. Oito meses depois de sua entrada na Áustria, inesperadamente, Valdir foi extraditado, momento em que seu patrão finalmente teria tomado conhecimento de sua situação ilegal no país. Assim ele explica na entrevista:

> Foi lá na casa do patrão que eles me pegaram. Eu estava dentro do quarto. Olha, eles [o patrão e sua família] levavam a gente aqui [na mão – Valdir gesticula]. Chegou um ponto que ele começou a chorar, desandou a chorar, de pena que eu ia embora, sabe? Porque a gente era tudo [pra ele], trabalhador. Porque a gente vai lá pra ganhar dinheiro, não é? Então tem que... pra mim não importava quantos serviços eu iria ter, as horas que eu iria ficar lá, eu queria ganhar dinheiro.[128]

Esse trecho demonstra como a situação de ilegalidade lhe causou dilemas morais. Todos os migrantes entrevistados sofreram ao viver longe da família, mas os que estavam em situação legal tinham a possibilidade de se integrar sem receios à sociedade de destino. Sobretudo no caso dos "estagiários", o programa visa estimular sua integração à família dos empregadores.[129]

No caso de muitos imigrantes ilegais entrevistados, entretanto, essa compensação permanece bloqueada ou dificultada. Para Valdir,

128 Entrevista realizada com Valdir Alberto Becker (nome fictício), em Marechal Cândido Rondon, em 2007, por Méri Frotscher.

129 No programa da Agroimpuls, por exemplo, os "estagiários" devem morar com as famílias dos proprietários, o que os ajuda de certa maneira a estabelecer contatos mais intensivos ou mesmo amizades. Alguns dos ex-patrões chegaram a visitá-los depois no Brasil. Um dos ex-estagiários casou com uma suíça e Márcio, entrevistado citado anteriormente, convidou um amigo suíço para ser padrinho de seu filho.

por exemplo, um contato mais próximo e aberto com seu patrão lhe parecia impossível por causa dos papéis forjados. Era complicado, para ele, lidar com esse conflito moral insolúvel, o que tornou sua estadia difícil, ainda mais após ter constatado a reação do patrão ao ser descoberto pela polícia. Na retrospectiva, durante a entrevista, o constrangimento em não poder revelar sua situação lhe comove emocionalmente mais do que o relato de sua extradição.[130]

Na prática da história oral, assumimos que o passado sempre é reinterpretado no momento da entrevista. Durante o processo de rememoração, a reconstrução dos "fatos" combina passado, memória e interpretação, os quais sempre se encontram entrelaçados. Constatação similar pode ser considerada na interpretação de relatos baseados em fotografias.

Momentos marcantes no passado muitas vezes são fixados através de fotografias. Elas podem confirmar ou mesmo construir memórias individuais e coletivas. Fotografias podem constituir a base para determinadas interpretações do passado, o que não quer dizer que elas não possam ser ressignificadas mais tarde. No caso acima, deve-se distinguir dois diferentes momentos. O primeiro está no passado, quando a fotografia foi tirada. Naquela ocasião, o motivo da fotografia foi associado a uma suposta diferença cultural e nacional. O segundo é o momento da entrevista, quando Valdir explica e reinterpreta a situação fotografada. Nessa oportunidade, ele justifica não ter revelado sua situação ilegal ao patrão em razão de seu firme propósito de ganhar dinheiro a qualquer custo, um objetivo que ele relativiza durante o resto da entrevista. Na época da entrevista, a distância temporal e geográfica o faz observar a situação a partir de

130 O principal objetivo dos imigrantes ilegais entrevistados era acumular dinheiro para investir no Brasil. Valdir, por exemplo, vendeu um terreno para poder pagar os papéis falsos, cerca de R$ 3.800,00, e os custos da viagem. Trabalhadores ilegais são mais frequentemente e facilmente passíveis de exploração. São em geral mal pagos e não têm chance de se defender perante o empregador. Muitas vezes não é fácil reobter o dinheiro investido. Uma extradição é muito cara e para aqueles que não trabalharam o suficiente para pagar os custos do voo e dos papéis, a ruína financeira. Além disso, a extradição pode causar problemas legais, os quais bloqueiam o retorno por um determinado período.

uma nova perspectiva, a ponto de representar seu projeto de vida no passado como "uma loucura". A amizade com o seu ex-patrão e o constrangimento em relação à situação são a tônica de um dos momentos mais comoventes, quando ele se refere à fotografia e não às diferenças entre ambos os países.

A migração ilegal pode levar a outros problemas emocionais com resultados mais drásticos. Alguns entrevistados relataram que o medo permanente de serem pegos pelas autoridades os levou a problemas emocionais. Em entrevistas, alguns caíram em lágrimas, outros também falaram da vontade de se submeter a tratamento psicológico.

Os problemas ligados a uma estadia ilegal obviamente influenciam a percepção do "outro". Através da pesquisa, percebemos que a migração temporária ilegal pode levar a uma ênfase maior das diferenças ou a uma visão mais superficial ou mesmo distorcida da sociedade de destino. Tais perspectivas podem ser compreendidas, pelo menos em parte, se levadas em conta as dificuldades de integração. O sentimento de insegurança, consequência da estadia ilegal, pode restringir os contatos sociais com nativos. Em razão das condições da estadia, diversos entrevistados afirmaram procurar se aproximar de outros brasileiros em igual situação. Com os seus conterrâneos, afirmaram sentir-se mais seguros e confortáveis. Mas restringindo seus contatos aos conterrâneos permanecem *outsiders* e dificilmente conseguem olhar "por dentro" da sociedade de destino.

O tipo e a recorrência de fotos do "outro" depende, tanto para os migrantes legais como para os ilegais, da duração da estadia. As primeiras normalmente focalizam mais as diferenças e revelam mais os estranhamentos e surpresas. Com o tempo esse tipo de foto "de turista" rareia, à medida que o migrante vai se acostumando com o novo meio.

No caso da maioria dos entrevistados, as condições e a longa jornada de trabalho limitam seu tempo para lazer e turismo. Em geral suas fotografias focalizam cenas do trabalho, da casa e da paisagem

da região onde moram. Sobretudo os "estagiários" mostraram ter tirado muitas fotos do ambiente de trabalho, uma especificidade desse tipo de migrante mais especializado e interessado no aperfeiçoamento profissional. Entre eles também a recorrência de fotografias feitas durante viagens com fins turísticos foi relativamente maior que entre os migrantes ilegais entrevistados. Estes últimos afirmaram limitar seu raio de deslocamento por causa da advertência dos mediadores em não atravessar fronteiras nacionais ou não se expor a outras situações que pudessem facilitar a descoberta de sua condição de ilegal no país. Uma simples *blitz* pode lhes custar a extradição. Muitos relataram evitar situações em que teriam que mostrar seus papéis ou mesmo contatos que poderiam lhes obrigar a revelar sua verdadeira identidade. Esse permanente medo é assim expresso por Valdir: "Ah, [eu me sentia] sempre com o pé atrás. [...] é que nem o cara fugir da cadeia". Os riscos foram confirmados em 2006, quando muitos brasileiros do Oeste do Paraná foram descobertos pela polícia e extraditados da Áustria.[131]

Apesar de não podermos detalhar essas considerações neste artigo, acreditamos que comparar elementos da migração legal e da ilegal bem como observar a influência da duração da estadia podem demonstrar outros aspectos interessantes sobre a construção de imagens do "outro".

Considerações finais

Neste artigo, procuramos mostrar algumas possibilidades metodológicas utilizadas na interconexão entre fotografia e história oral no trabalho de campo. Usar ambas as fontes conjuntamente pode levar a uma compreensão mais complexa e aprofundada das experiências, sentimentos e expectativas de migrantes. Como visto, alguns entrevistados associaram intuitivamente fotografias aos seus relatos de história de vida, ao dispor previamente fotografias para a entre-

131 As deportações foram noticiadas em uma série de reportagens de um jornal local (O PRESENTE, 2006).

vista, como forma de "mostrar" suas experiências no exterior. A interconexão entre fontes orais e fotografias possibilita acompanhar o complexo processo de construção de autorrepresentações e imagens do "outro".

A interconexão de fotografia e história oral resulta em algo mais do que uma soma de possibilidades, abre novas problemáticas e perspectivas. Entendemos que esses aportes metodológicos são válidos não apenas para estudos migratórios, mas também para outras pesquisas dedicadas à história oral e à fotografia.

Este estudo de caso procurou levantar aspectos relevantes sobre fotografia e seus significados para os migrantes. Analisar migrações internacionais contemporâneas com base em fotografias seria impossível sem levarmos em conta o progresso tecnológico, a revolução digital e a globalização. Fotos enviadas por *e-mail* e disponíveis em redes de relacionamento sociais, salas de discussão e outras possibilidades de comunicação da internet criaram novas formas de sociabilidades e constituem ainda um desafio para a pesquisa científica. Mas elas apontam para alguns problemas em relação ao seu uso. O perigo de invasão da esfera privada e a possibilidade de manipulação nos lembram dos cuidados e limites de seu uso. Outro problema se refere à enorme massa de fotografias e à sua disponibilização por tempo não determinado. Em que pese isso, o tema deve ser considerado, e não apenas pelos estudos migratórios, uma vez que tais imagens têm feito cada vez mais parte de nossa vida cotidiana.

Referências

BARTHES, Roland. *A câmara clara*: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. de Lima Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BITTENCOURT, Luciana. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. L. M. (Org.). *Desafios da imagem*: iconografia, fotografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

FROTSCHER, Méri. *Do Oeste do Paraná rumo à Europa*: emigração, memória e identidades (2007-2008). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2007. (Projeto de pesquisa.)

FROTSCHER, Méri. Experiências de fronteira: memórias de migrantes brasileiros retornados da Áustria. In: DUARTE, G. R.; FROTSCHER, M.; LAVERDI, R. *História, práticas culturais e identidades*: abordagens e perspectivas teórico-metodológicas. Cascavel: Edunioeste, 2008a.

FROTSCHER, Méri. *Migrações e outros deslocamentos no Oeste do Paraná*: outros enfoques e perspectivas (2008-2010). Marechal Cândido Rondon: Unioeste-SETI; Curitiba: Fundação Araucária, 2008b. (Projeto de pesquisa.)

FROTSCHER, Méri. Trabalhadores brasileiros, brasileiros trabalhadores: ressignificação da identidade étnica entre emigrantes de origem rural (Oeste do Paraná – Suíça, 1970-2008). *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 20, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 24, p. 68-75, 1996.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

O PRESENTE. *Ilegais na Áustria*: rondonenses presos devem ser deportados na terça. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, ano 14, n. 1780, p. 4, 12 fev. 2006.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 18, ano 7, p. 78-95, fev. 1992.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne G. (Org.) *O fotográfico*. São Paulo: HUCITEC/CNPq, 1998. p. 21-34.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral nos estudos de migração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.



HISTÓRIA ORAL, ENSINO E DIFERENÇA

1.Entre o que era e o que poderia ter sido: a história oral e os desafios para pensar o passado

Geni Rosa Duarte

Que relações podemos estabelecer entre história oral e ensino de história? Ao colocar em questão essas relações, interessa-nos, mais do que discutir as possibilidades do *uso* da metodologia da história oral nos cursos de história, refletir sobre as relações entre o próprio conhecimento histórico e seu ensino e, nessa perspectiva, avaliar o papel que a história oral pode exercer na discussão sobre o que mais recentemente se convencionou chamar de *didática da história*.

Nesse sentido, queremos focalizar especificamente a questão do direito ao conhecimento do passado, a partir da posição de antemão assumida de que esse direito muitas vezes é negado pela imposição de um conhecimento histórico que pouco tem a ver com a vida das pessoas a quem ele se dirige. Centrado apenas e tão somente no plano da escola, esse conhecimento meramente *escolar* ainda carrega o peso dos procedimentos cientificistas gestados no decorrer do século XIX no processo de constituição da história enquanto disciplina. Muitas reformas curriculares, nesse sentido, não passaram de mudanças na enumeração de itens de conteúdo, a partir dos critérios no momento valorizados. Reconheceu-se sempre no ensino de história uma função formativa, mas reduziu-se o *sujeito histórico*, muitas vezes, à condição de *objeto*, necessariamente ativo no ato de absorver informações, mas passivo no ato de produzi-las.

Mais do que a discussão sobre procedimentos e métodos para

transmissão dos conhecimentos históricos, a didática da história, nos termos propostos por Bergmann e Rüsen, coloca dentro do seu campo de preocupações a questão da *consciência histórica*. Para Rüsen (2001, p. 57), especificamente,

> se entende por consciência histórica a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.

Para Bergmann, a formação de uma consciência histórica se dá num contexto social e histórico e é conduzida por terceiros, intencionalmente ou não – por isso, exatamente, ela passa a ser preocupação da didática da história (BERGMANN, 1989/1990, p. 30). Essa concepção, segundo Luís Fernando Cerri (2002), ultrapassa a questão consciência/não consciência nos termos propostos por Gadamer, ou a concepção etapista e evolucionista propiciada por uma dada leitura de Heller, tangenciando muito mais a multiplicidade de focos (história oficial, contra-história, etc.) de Marc Ferro.

Num artigo em que discute essas relações pensando-as a partir do ensino de história na Alemanha, Jörn Rüsen salienta que a ênfase no cientificismo do século XIX, presente na autodefinição da disciplina, fez com que se perdesse um importante princípio, o de "que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo" (RÜSEN, 2006, p. 7). Com isso, as questões da disciplina passaram a se autorreferir à própria comunidade de historiadores, o que fez com que as questões ligadas ao ensino passassem a ter um papel secundário, voltadas à discussão das *melhores técnicas* para sua correta transmissão.

Rüsen identifica na Alemanha, até os anos 1960, um posicionamento ligado ao historicismo, em que a história enquanto disciplina se encontrava legitimada pela sua mera existência, ou seja, quando "a história formal não se dirigia à essência do saber histórico escolar". Percebia-se o conhecimento histórico como sendo gestado exclusi-

vamente através do discurso interno dos historiadores profissionais, cabendo a outros, não historiadores, portanto desvinculados da pesquisa histórica, transmitir esse saber sem participar da sua geração (RÜSEN, 2006, p. 10).

Nos anos 1970, segundo o autor, algumas mudanças muito expressivas se produziram na reflexão sobre o conhecimento histórico e sua relação com a didática da história, a partir de um movimento de autorreflexão e de autoentendimento histórico, aproximando esse conhecimento também da vida prática e da educação em particular. Se, por um lado, esse movimento aproximou muitos historiadores de uma vertente especificamente pedagógica, preocupada em grande parte com a reformulação curricular, "subestimando as características peculiares da história como campo de aprendizado", por outro lado, propiciou a outros a reflexão sobre os processos e funções da consciência histórica em geral, na escola, mas também além dela. Nos termos colocados pelo autor:

> A didática da história agora analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar. (RÜSEN, 2006, p. 12).

Em suma, há o reconhecimento de que o conhecimento escolar tem um papel ativo também fora da escola, não se podendo reduzir o espaço escolar a mero espaço de recebimento de influências externas. Embora não se possa considerar o aluno *tábula rasa* sobre a qual se vai imprimindo conhecimentos, também se reconhece que o saber escolar tem um papel social ativo, para além desse espaço.

No Brasil, a discussão dessas questões é relativamente recente. Vivíamos até cerca de quarenta anos um modelo de escola secundária elitista, no interior da qual a discussão das melhores formas de

transmissão impunha um currículo de história que trazia de fato a ideia de uma única *civilização* – branca e europeia – como destino final dos povos. Isso resultava num conteúdo organizado segundo um modelo evolucionista, com ênfase na história nacional como realização desse destino. Por outro lado, as reformas propostas e levadas a efeito pelos governos militares ditatoriais relegaram a história escolar a um papel extremamente secundário, ligado a uma concepção cívica, atrelando seu conhecimento aos limites impostos pela chamada Doutrina da Segurança Nacional. A imposição da escola de oito anos trazida pela Lei 5.692/71, formada pela mera sobreposição do ensino primário e ginasial e a ênfase numa educação mais "tecnológica", ligada a uma pulverização dos chamados estudos "humanísticos" (desqualificando tudo aquilo que não estivesse ligado às determinações impostas pelos critérios denominados "técnicos"), tinha como alvo o afastamento completo do ensino da comunidade de historiadores. Nesse processo, a questão das "licenciaturas curtas", sobrepondo-se aos profissionais formados nos cursos de história e geografia, sinaliza e reforça essa conclusão.

Nos anos 1980, vários fatores contribuíram para centrar o foco das discussões no ensino e na pesquisa histórica. A luta das associações de classe de professores pela reinstituição nos currículos escolares das disciplinas história e geografia abriu possibilidades de debates de várias propostas e de experimentações pelos vários sistemas de ensino. Ao mesmo tempo, a emergência de movimentos sociais a partir de 1970, que apareciam no cenário público fragmentados, mas se reproduzindo e se expressando de forma singular, "mantendo-se como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades", segundo Eder Sader (1988, p. 198), fez surgir necessidades e campos de possibilidades. A memória se apresentou como um campo de luta em suas múltiplas dimensões, descerrando campos de produção de conhecimento que não o acadêmico, mostrando que as diferentes comunidades e movimentos também apresentavam necessidades de pensar historiograficamente suas experiências. Um

dos resultados mais evidentes foi quebrar a lógica reprodutivista do conhecimento histórico escolar, o que foi muito bem colocado numa exposição feita a um conjunto de professores, certa vez, por um antigo operário, envolvido no processo de preservação do espaço da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus na periferia de São Paulo, palco de uma longa greve, fundamental, segundo ele, para a memória do próprio movimento operário: "Quando eu era estudante eu odiava história, matéria decorativa e sem sentido para mim; agora, eu só faço história".

Nessa mesma direção, algumas propostas curriculares de história, das muitas apresentadas nesse período, problematizaram o papel dos seus professores, do então primeiro e segundo graus, nesse ensino, enfatizando a necessidade de considerar a historicidade deles também como sujeitos dessa relação de aprendizagem. Nessa direção, abriram-se possibilidades para que também sua voz se fizesse presente no debate, seja na articulação de propostas curriculares – caso da Proposta Curricular da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, apresentada em sua versão final em 1989, embora não implementada –, ou através das publicações da ANPUH – por exemplo, no volume *Repensando a história*, organizado por Marcos A. da Silva (1984) –, ou ainda nos Encontros Nacionais "Perspectivas do Ensino de História" a partir de 1988, para citar apenas alguns exemplos.

Vale a pena destacar alguns pontos dessa proposta elaborada em São Paulo, citada acima. Tentando articular o conhecimento do passado a partir das questões vivenciadas por diferentes grupos no presente, inclusive minorias, como mulheres, negros, índios, propunha-se ao professor conviver e trabalhar com "o indeterminado, o indefinido, o diferenciado, dentro de uma perspectiva de que a História é uma prática social e o vir a ser é construído pelo ser social em suas várias dimensões do presente"[132] (SÃO PAULO, 1989, p. 9).

132 Embora a proposta não tivesse sido implementada, ela gerou muita discussão, tendo sido assunto de inúmeros trabalhos acadêmicos, dissertações e teses, e embasando outras propostas curriculares.

Não é por acaso, portanto, que as discussões caminharam nesse sentido nas propostas curriculares, ao mesmo tempo que se colocava no debate o direito à memória por parte de populações muitas vezes excluídas dessas prerrogativas. Exemplificando: em 1991, realizou-se em São Paulo o Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, em que Maria Célia Paoli destacou a necessidade de fazer emergir "um outro horizonte historiográfico", apoiado "na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos" – mesmo que essas memórias tenham "um fraco nexo com a história instituída" (PAOLI, 1992, p. 27).

É no interior desse imenso campo de possibilidades, portanto, que queremos situar a relação história oral/ensino de história. Na medida em que o currículo deixa de se constituir numa relação de conteúdos organizados a partir de uma lógica externa à relação de sujeitos, isto é, professores e alunos, abre-se o campo para a incorporação da memória, não como "primo pobre" da história, ou como ponto de partida para a interpretação dos dados, mas como algo que "porta a marca da experiência", no dizer de Raphael Samuel. Vale a pena citar o que esse autor salienta nessa questão:

> [...] a memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo. (SAMUEL, 1977, p. 44).

E exatamente como um campo historiográfico, a memória, situada na relação de ensino, transcende a mera enumeração ou organização dos conteúdos. Ela alicerça toda a relação educativa, possibilitando que esta vá além do mero inculcar de conhecimentos prontos e acabados de uma geração a outra. Ou seja, numa relação que é fundamentalmente de trocas, permite o compartilhamento de

experiências, de diferenças – geracionais, étnicas, de gênero e outras – que possibilitam a emergência de todos, alunos e professores, como sujeitos, e não como meros objetos de uma relação pensada e planejada alhures.

Mais ainda, centrando-me nas questões levantadas por Bergmann referente à didática da história nas suas relações com o saber histórico, indissociável do processo de pesquisa histórica, tenho por objetivo problematizar algumas questões a partir de situações vivenciadas no interior de um projeto de investigação e ao mesmo tempo de interferência num conjunto de escolas paranaenses. São questões e formulações ainda provisórias, mas que procuram situar o lugar que a história oral poderia ter e tem no processo de ensino da história enquanto disciplina e enquanto dimensão vivida.

Vou me referir, especificamente, a questões levantadas a partir de uma pesquisa (DUARTE, KOLING, DEITOS, 2007) desenvolvida em algumas pequenas cidades do estado do Paraná, especificamente em núcleos rurais[133] dos municípios de Ibema, Guaraniaçu, Campo Bonito e Catanduvas. Nossa "porta de entrada" nessas pequenas comunidades foi a escola local, que nos possibilitou uma primeira problematização de questões e nos direcionou para os primeiros depoimentos.

Desde os primeiros contatos, foi visível que essas cidades e principalmente esses pequenos núcleos populacionais rurais vêm sofrendo um processo de "encolhimento", a partir do desaparecimento ou inviabilização de pequenas propriedades. Embora a região, em décadas passadas, não tenha sido atingida pelos investimentos na agricultura de grãos e na pecuária, devido ao seu relevo acentuado e à ocorrência de terras melhores para essa atividade mais a oeste do estado, atualmente isso vem acontecendo, principalmente com a formação de grandes fazendas de gado. Ao mesmo tempo, a região vivenciou, nas últimas cinco décadas (como, aliás, todo o estado do

133 Refiro-me a pequenas comunidades, vilas ou distritos e assentamentos, concentrando moradores que vivem ou viveram da exploração de pequenas propriedades, normalmente contendo uma pequena escola, igreja e dispondo de alguns serviços.

Paraná), um processo acentuado de formação de núcleos urbanos, ou seja, de emancipação de pequenos distritos, que se transformaram em pequenas cidades (as quais vivem, basicamente, ainda hoje, de atividades rurais).

Deparamo-nos com situações em que a escola desenvolvia projetos ligados a depoimentos orais, normalmente com *pioneiros* ou moradores mais antigos. Com isso, os alunos entravam em contato tão somente com aquilo *que tinha sido*, ou seja, com narrativas que enfatizavam, de forma muitas vezes heroica, a chegada dos migrantes a essas terras, a derrubada da mata, o estabelecimento de atividades produtivas e a esperança de que aquele núcleo, um dia, pudesse virar cidade.

Todavia, a situação presente era outra. As escolas viam, ano a ano, diminuir o número de alunos. As atividades produtivas transformavam-se mais em atividades de subsistência, fazendo com que a migração de pessoas mais jovens fosse quase uma necessidade. As grandes fazendas traziam uma população flutuante, ou seja, empregados que se deslocavam de uma a outra, na dependência do grande proprietário. Muitas vezes as equipes escolares conheciam muito bem os antigos moradores, mas quase nada sabiam dessa população "nova", que era vista como se não fizesse parte do lugar.

Para poder apreender as dinâmicas dessa situação, considerando que ela não se explicava meramente por questões econômicas, nosso objetivo era dialogar com as experiências nos termos propostos por Thompson, ou seja, pensar os depoentes como sujeitos "que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada" (THOMPSON, 1981, p. 182). Dessa forma, voltávamos para o presente vivido para, a partir dos conflitos e acomodações, procurar apreender outras realidades, no tempo e

no espaço, narradas enquanto experiências individuais ou coletivas.

A ocupação dessa região, de fato, se deu por migrações tanto do Sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) como de outros estados (Minas Gerais e estados nordestinos). A narrativa de um passado de desbravamento da terra, por um lado, contrastava com as muitas formas de acesso a ela: por compra de título, por compra de direitos de antigos posseiros ou mesmo através da ocupação ou da *posse.* Muitas vezes os *posseiros* eram chamados, pelos migrantes sulistas recém-chegados, de *paranaenses*, sendo destacado que estes tinham condições de se deslocar facilmente, diante da disponibilidade de terras a serem ocupadas, mas muitos sulistas também se fixaram na região como *posseiros*. Ainda nos anos 1950, ocorreram deslocamentos a partir das fazendas cafeicultoras de São Paulo e do Norte do estado do Paraná.

Segundo Schreiner (2002), essa população já fixada na região provavelmente provinha das antigas fazendas de gado dos campos de Palmas e Guarapuava, onde viviam como agregados, responsáveis pelas culturas de subsistência até finais do século XIX, sobrevivendo de atividades de coleta de madeira e erva-mate, bem como da criação à solta de porcos –também exercidas por muitos dos migrantes mais recentes. Todavia, esse processo de fixação dos migrantes mais recentes no lugar aconteceu a partir de deslocamentos causados por situações as mais diversas. A ocorrência de pequenas propriedades se deu ao lado da estruturação de latifúndios, seja para especulação pura e simples, seja para a exploração de atividades econômicas (hortelã, fumo, oliveiras, etc.), o que muitas vezes ocasionou alguns conflitos.

Os depoimentos colhidos nos pequenos distritos e zonas rurais tematizam a questão da migração a partir das vivências, dos conflitos, das adaptações e da permanência nesses locais, mesmo após as mudanças que se deram com muita intensidade nos últimos cinquenta anos. Essas transformações atingiram não apenas o meio ambiente, que sofreu um violento processo de desmatamento e des-

truição da cobertura vegetal, como também as formas de apropriação da terra, o trabalho e a produção.

D. Ivone, 84 anos na época da entrevista, moradora do distrito do Borman, em Guaraniaçu, relatou as várias migrações que viveu. Primeiro veio de Santa Catarina para o Paraná com o marido e dois filhos, obtiveram uma *posse*, venderam, compraram outras terras, ocuparam áreas na região, em diversos municípios. Foram para Rondônia, voltaram. Hoje, viúva e aposentada, ela vive num pequeno pedaço de chão, agora escriturado (segundo ela, comprado do governo). Pelo seu relato, o que a atraiu, e ao marido, foi justamente a facilidade para adquirir terra boa e abundante. Assim D. Ivone relata essa atração:

A onda da febre do ouro, todo mundo vinha pro sertão pra fazer fortuna, lá a terra era muito picada, nós tava na colônia e, daí, pra cá diz que não precisava nem limpar a roça, plantava um milho e botava os porco, não precisava nem colher nem limpar a roça, nada, então deu uma febre do ouro, que eu digo, nós viemos, todo mundo pra cá e nós viemos junto.[134]

É bastante significativa a construção da imagem a febre do ouro, lembrando a conquista do oeste dos filmes norte-americanos. Decorre disso a sua autorrepresentação como *pioneiro*, desbravador, civilizador, dentro da qual não faltavam as referências aos índios, como se verá adiante. A facilidade de criar porcos no sistema de safra (criação à solta) organizava as relações das pessoas do lugar. E era fácil, então, *abrir uma posse*:

> Ah, entre os povo do lugar, o povo indicava, ó, lá tem um lugar muito bom, e ia lá e tomava posse por conta, não tinha não ninguém morando, e tinha índio, muito índio, a gente tem muito medo dos índio, eles roubavam criança e daí meu marido cuidava da safra e eu comecei dar aula, ai, todo mundo era analfabeto, ninguém sabia nada, e daí eu

134 Entrevista realizada com D. Ivone, no Distrito de Borman, Guaraniaçu, Paraná, em 2008, por Geni Rosa Duarte, Paulo José Koling e Nilceu J. Deitos.

> comecei a dar aula e ficava sozinha e ele ia pra safra e daí eu sofria com as criança, buscando lenha de longe, buscando água de longe.[135]

A narrativa vem carregada da descrição de dificuldades, dos sofrimentos, do desafio de ocupar uma terra coberta pela floresta – aliás, com a destruição completa de quase toda a madeira então existente. Mas o que fica também é a afirmação de que era possível conseguir terra, estabelecer-se e depois viver como pequeno proprietário, criada uma estrutura para tal – mesmo sentindo que os tempos haviam mudado bastante. A valorização da solidariedade, tão necessária nas condições extremas de vida, era essencial, a ponto de negar-se a existência de conflitos pela terra: "Não, naquele tempo não dava nada, era tudo companheiro, e era muito companheirismo, tinha muito companheirismo, e um ajudava o outro", assegura D. Ivone, muito embora o estranhamento em relação à população indígena estivesse sempre presente. Configurava-se, nesse sentido, a construção de uma memória que estruturava uma identidade, um sentimento de pertencimento. Ou seja, moldava um sentimento de continuidade e de coerência na reconstrução que um grupo ou pessoa faz de si mesmo, nesse processo definindo também o Outro (POLLAK,1992).

Nesse sentido, a migração e a fixação no novo lugar representavam a recriação de formas de vida comunitária, na qual os elementos dos locais de proveniência se perpetuavam: a vida se constituía a partir da igreja, da escola, de outros locais de convivência, do armazém, etc. A concentração de pequenos proprietários tornava possível a existência de uma estrutura de escoamento da produção, que, por sua vez, favorecia o crescimento e expansão do local, mas de forma mais extensiva. Desse modo, o estabelecimento de armazéns e de cerealistas possibilitava a comercialização do que era produzido. D. Ivone relata também a existência de inúmeras serrarias, mas o processo de desmatamento foi além do uso da madeira, pois muitas

135 Entrevista com D. Ivone. Ver nota 136.

espécies (nobres, inclusive) foram simplesmente descartadas.

No distrito de Guaporé, também em Guaraniaçu, a forma de posse da terra foi outra. A venda dos lotes por uma companhia empreendedora, que conseguiu a posse de vastas extensões de terra durante o governo Lupion, já era planejada para a formação de um núcleo urbano que poderia vir a tornar-se cidade. Ao iniciar a venda, já havia posseiros residindo no lugar, e eles se referem a alguns conflitos, porém não especificam, nos depoimentos, onde ocorreram.

O Sr. Agostinho, ainda hoje morador do núcleo de Guaporé, identifica um processo de povoamento da região a partir do incentivo a pequenas propriedades, processo que hoje se reverteu. Assim se refere ao tempo em que chegou à região:

> No tempo em que nós chegamos aqui tinha bastante terra que era do Estado, deveria de ser, porque a gente também não entendia muito da... e tinha gente que tinha bastante terreno e daí foram dividindo em pedaços pequenos e foram vendendo cinco alqueires pra um, dois, três pra outro, dez, mais ou menos assim, e daí quando chegou umas horas esses que tinham comprado essas pequenas propriedades foram vendendo novamente pra fazendeiro, que hoje virou em duas ou três fazendas daqui até o Rio Piquiri, só daqui pra cima que é sítios mais pequenos, mais daí é... não ficou os mais pequenos, só ficou os mais fortes.[136]

A sua chegada, entretanto, foi anterior à própria organização e loteamento do lugar. A memória junta os períodos antes da formação do núcleo urbano com os posteriores, e com o presente, no qual figura com força o processo de concentração fundiária:

> Plantava feijão, arroz, milho, lidava muito com safra que se falava antigamente, hoje não se fala mais... roçava o mato e daí soltava a porcada pra engordar, era a maior fonte de...

136 Entrevista realizada com Agostinho, no Distrito de Guaporé, Guaraniaçu, em 2008, por Paulo José Koling.

> Daí depois quando foi criado o patrimônio[137] que foi loteado, daí foi feito lotes pequenos e começou a vir muita gente do Norte e começaram a diversificar a plantação e começaram a plantar o algodão, que não conhecia até então, daí bastante anos foi plantado o algodão, como eu posso falar... Fazia azeite lá... hortelã, aqui foi cultivado o hortelã também e daí isso ficou até a década de [19]70, café também, até setenta e poucos e o povo começou a vender as chácaras pequenas, os fazendeiros foram entrando e comprando e esse povo foi dispersando e hoje nós fiamos em bem pouca gente.[138]

Depois, afirma que entrou na região como posseiro, narrando como se dava a legalização das terras ocupadas, quando se dependia inclusive dos relacionamentos políticos:

> Você entrava em um terreno, abria um pedaço, na época, marcava um território e... chamava posseiro na época, não precisava comprar, aqueles que queriam escriturar, sempre tinha um cidadão mais inteligente que ia em Curitiba, pegava uma procuração daqueles posseiros, os documentos e tal e ia lá e escriturava em nome dos posseiros.[139]

Não sem conflitos, decorrentes inclusive das lealdades políticas que iam se formando no processo de constituição dos diferentes núcleos urbanos na região, desagregando o sistema de respeito aos contratos de posse, muitas vezes feitos sem documento preliminar nenhum: "um vendia, ia embora, o outro dizia que era dono e pronto!". A disputa por terras possibilitava expulsar os posseiros: "uns coitadinhos!", segundo o Sr. Agostinho, inclusive valendo-se de outros expedientes:

> Vamos fazer uma comparação bem simples: eu tinha uma posse, ele tinha outra e ela outra, daí você ia lá no Estado e documentava essa terra, pegava um título a troca de arru-

137 Patrimônio era o pequeno núcleo urbano formado.
138 Entrevista com Agostinho. Ver nota 138.
139 Entrevista com Agostinho. Ver nota 138.

> mar 100 votos ou 1.000 votos ou dinheiro mesmo lá pros cabeçudo, aí quê que ele fazia, ele vinha com o mapa ali daquela terra ali, que ele queria te comprar o teu direito, se você não queria vender ou não vendia e emperrava, eles davam um jeito de te arredar do lado, outro vendia a troco de mais de nada, outro se assustava e saía e largava... então era mais ou menos assim que funcionava... dali a pouco teve gente que ficou com bastante terreno, também pegava cinco, seis, dez cidadão que tinha o direito ali, como eles diziam de não existir divisa respeitada por toco... e acontecia isso aí! E tinha algum que emperrava um pouquinho e saía de qualquer maneira, não tinha... e daí eles ficavam assustando que ia mandar polícia, o exército, aquela coisa toda... levavam toda vida na base do susto! Não teve caso assim que fizeram massacre ou que mataram alguém ou judiaram... mas, não, não existiu! Na região aqui, não![140]

Com uma narrativa bem articulada, o Sr. Arthur, cartorário do distrito, relaciona a implantação do núcleo urbano à venda de terras pertencentes a um grupo (sem dizer como elas foram conseguidas), justificando a tentativa (que não deu certo) de transformar em município o distrito. Ao contrário dos posseiros e pequenos proprietários que se fixaram no local, seu referencial era o urbano, planejado e estruturado para se tornar uma das sedes regionais:

> Foi loteado então esses oitocentos e tantos alqueires, foi criado uma área urbana e loteado o resto em chácaras maiores, mais distantes, e menores, mais próximas, que era uma forma de prevê já uma futura cidade: os pequenos proprietários mais próximos, e os maiores mais longe um pouquinho, então foi assim que começou o Guaporé. [...] Muito bem, montada essa parte de estrutura de loteamento, foram distribuído avisos para as firmas corretoras, especialmente o do Norte do Paraná, e um grupo de corretores de lá começou a trazer gente de lá de Bahia, Minas, Sergipe, Alagoas, Ceará, de todos os lugares. Se fosse procurar há anos atrás aqui no Guaporé acho que encontrava um morador de cada

140 Entrevista com Agostinho. Ver nota 138.

> estado. Então veio um grupo muito grande do Nordeste, uma parte de São Paulo, do Sudeste, Minas veio muita gente e daí, mais tarde, veio também um grupo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo do Paraná, e foi criado então... isso aqui encheu de gente.[141]

A narrativa que se repete é sempre de um tempo passado de afluência. Como veio para a região quando esta se encontrava em uma situação mais estruturada, a visão que ele apresenta do local é de uma totalidade a partir da constituição de uma amostra de todos os estados brasileiros, estabelecida sem conflitos, numa perspectiva de evolução e progresso:

> Plantavam milho, arroz, feijão. No início então, aqueles nordestinos montavam então aqueles barraquinho feito de madeira rodeado de eucalipto, de palmito e com a cobertura com a folha de palmito também. Mais tarde já foram fazendo uma casinha melhor, daí veio a primeira serraria do Guaporé. Tinha muita madeira aqui, tinha muita peroba, cedro, canela, tudo que é tipo de madeira tinha aqui e muito palmito... [...] Então foi esse o começo do Guaporé, foi então a partir de [19]65, 66, 68, 70.[142]

Fica claro, portanto, que as formas de ocupação da região mesclam não só diferentes migrações, mas estas ocorriam segundo um processo heterogêneo de apropriação da terra, em que convivem diferentes formas de entender o seu significado. A privatização da terra, desse modo, conviveu – de forma conflituosa ou não – com outras formas nas quais ela era entendida não como mercadoria, mas amalgamada ao indivíduo, como lugar de trabalho e vivência. Esse processo não se relacionava ao modo como se dava a posse da terra, mas às formas de sua utilização – e nesse sentido a organização comunitária dos pequenos proprietários, não necessariamente

141 Entrevista realizada com Arthur, no Distrito de Guaporé, Guaraniaçu, Paraná, em 2008, por Geni Rosa Duarte e Paulo José Koling.

142 Entrevista com Arthur. Ver nota 139.

no formato mais ou menos urbano, dispondo de alguns serviços e formas de deslocamento da produção, como destaca o Sr. Arthur para Guaporé, tornava-se essencial.

Nesse processo, outras relações e outras formas de organização social se configuram. A memória fixada exclusivamente nos "antigos moradores", naqueles que se estabeleceram antes, nega lugar aos que vieram depois. Chamou-nos a atenção a dificuldade de localizar, nos núcleos populacionais, os que vieram depois – empregados das fazendas, moradores mais recentes ou por menor tempo, cujos filhos também frequentavam a escola. Eles eram como "habitantes invisíveis", que estavam e não estavam no lugar. Isso sem falar nos assentados, a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou dos reassentados provenientes de regiões inundadas pela construção de usinas, que sofreram e ainda sofrem, segundo nos relataram, um processo de rejeição bastante acentuado.

Nesse sentido, chama a atenção a fala de um sitiante, Sr. Delânio, 34 anos, também morador de Guaporé, que havia nascido no lugar, porém deixou a região, trabalhou em indústria, retornou e, soubemos agora, partiu novamente. Bastante jovem, em relação aos demais entrevistados, não enxergava possibilidades de viver no lugar, embora mantivesse com ele laços de solidariedade decorrentes da sua própria história familiar. Embora fosse alguém "do lugar", ele trazia bem clara a noção de mudança – decorrente do processo de concentração fundiária – que inviabilizava um determinado modo de vida.

> Ah, eu lembro que tinha muito situante [sitiante]. Não era como hoje, virado só em fazenda. Todo o lado que a gente vai é só fazenda. Naquele tempo, lá na nossa região mesmo, região do Cabrito, ali era... não tinha fazenda, não existia! A fazenda que existia ali era do [nome do fazendeiro]. Então ali onde é que nós, a minha mãe, tem o terreno ali, hoje virou tudo fazenda! Às vez tem lá... que nem tem a Discolândia ali hoje, que não existia, a fazenda que pertence pra Discolândia, que naquele tempo não existia! Era oitenta alqueire, mas era do outro lado do rio lá, daí a Discolân-

> dia passou pro lado de cá, eles foram comprando, a turma foram vendendo... desanimando... uns foram embora pra cidade, outros mudou pro outro estado... e foi indo... a rocinha que nós fazia era mais algodão, era o que dava mais... pra nóis que era pequeno... Então a turma foi desanimando, desanimando... aí chegou um tempo que o preço caiu muito, ficou muito difícil... daí foi indo e todo mundo parou...[143]

Tendo voltado a viver em Guaporé, dedicava-se, na ocasião da entrevista, a pequenos serviços, uma vez que a reduzida área de terra familiar era insuficiente para a produção (e a reprodução do modo de vida camponês). Nesse sentido, a sua compreensão do passado também passa pela avaliação dos laços de sociabilidade então existentes, essenciais para a articulação da sobrevivência:

> Era bem mais divertido Guaporé naquele tempo. Às vezes o povo vinha aqui fazer baile, quando saía um baile aqui já vinha tudo aquele povo de lá. Às vezes saía uma festa aqui, dava uma imensa de uma festa aqui! Era festa de duas vaca pra cima, né? Que matavam aí... hoje se fizer uma festa aí e matar uma vaca é capaz de não vender a metade [risos]![144]

Para concluir depois, melancolicamente, ao se referir a uma situação que não parece ter volta:

> E não vai voltar mais, por que? Porque o fazendeiro não vai vender cinco alqueire pra ninguém mais, né? [risos] Não vai mais dividir não! Então vai ser daqui pra pior, quem pensa num terreno que não segurar ou enjoar de ter, cai na mão do fazendeiro daí... cada vez fica pior, né?[145]

Ou seja, a concentração fundiária é um processo sem volta.

143 Entrevista realizada com Delânio, no Distrito de Guaporé, Guaraniaçu, Paraná, em 2008, por Geni Rosa Duarte e Marcos V. Ribeiro.

144 Entrevista com Delânio. Ver nota 141.

145 Entrevista com Delânio. Ver nota 141.

Embora haja ainda regiões onde a pequena propriedade ainda exista – ou ainda persista –, ela depende da organização externa para sobreviver – é o caso de muitos moradores que se dedicam a atividades como o cultivo do fumo, do bicho-da-seda, etc. (na dependência de uma indústria ou de um único comprador).

Em todo o estado do Paraná, por outro lado, veiculam-se imagens, pela imprensa e pelos órgãos públicos, que valorizam a agricultura comercial, de grãos, principalmente, a partir de imagens como "Estado-celeiro do Brasil". Isso também coloca, aos pequenos proprietários, demandas e questões: "eu prometi que nunca plantaria soja", disse-nos um depoente, dona de uma propriedade média, "e hoje eu planto soja". A necessidade do uso de defensivos agrícolas, com todos os problemas daí decorrentes, também se apresenta, muito especialmente para aquelas propriedades que dependem do trabalho familiar.

Essa situação se apresenta para as escolas da região como um dilema. Envolvidas exatamente nesse processo de mudança acelerada, em que a própria permanência do lugar se encontra ameaçada – e são muitas as pequenas comunidades das quais ainda se veem as ruínas –, como se posicionar diante disso? Ou seja, como escapar de uma rememoração do passado que, se, por um lado, dá voz aos antigos moradores, por outro, ignora e não aceita "novos personagens" que adentram a cena? Como se situar diante do presente *que não é o que poderia ter sido*?

Há uma tendência a veiculação de *histórias oficiais* dos lugares, com base em uma perspectiva evolucionista que configura o processo de migração, de fixação no lugar, e não dá conta do processo de mudança. É a memória dos pioneiros, dos que vieram antes, dos que deram a cor local – e só. Mudanças posteriores são aquelas contadas independentemente dos sujeitos – ou nas quais os sujeitos são *a modernização agrícola*, *o plantio da soja*, entre outros. Nesse presente sem sujeitos, o conhecimento histórico sistematizado nega o próprio cotidiano vivido, como se ele estivesse ausente da história.

Consideremos, nos termos de Bergmann, que a consciência his-

tórica se dá na interposição entre a experiência vivida todos os dias, a que é transmitida, cientificamente ou não, e as questões trazidas pelo conhecimento histórico sistematizado, considerando que essas questões se dão, nas comunidades analisadas, no interior de um processo conflitivo, no qual imagens do progresso esperado, que não se configurou no presente, se contrapõem às de um passado muitas vezes idealizado.

Nessa perspectiva, a história oral ganha força e expõe seus riscos. Sua força e seu limite se situam exatamente na pesquisa empírica, elemento essencial da própria reflexão histórica, possibilitando uma identificação do indivíduo com a coletividade no decorrer do tempo. Essa dimensão empírica abarca, portanto, até mesmo a história transmitida no processo de socialização, não filtrada por nenhuma perspectiva já sistematizada como conhecimento. Mas vai além, inserindo-se naquilo que constitui um dos pontos mais importantes da didática da história, nos termos propostos por Bergmann: embora ele não a cite, consideramos que a história oral, na perspectiva do ensino, rompe a sedimentação trazida pelo conhecimento racionalizado e sistematizado, contrapondo-se, portanto, a todas "as tentativas de imprimir aos alunos determinadas opiniões e identidades, de elaborar uma unicidade da imagem do passado e de eliminar a categoria de modificabilidade da história, fazendo com que o presente apareça como ponto final de um processo histórico unidimensional" (BERGMANN, 1989/1990, p. 38).

Isso implica concluir que, para dar conta dos riscos e dos limites da história oral em relação à educação, ela deve mais e mais ser inserida no ensino de história. Ou seja, de uma forma preliminar, a história oral na escola deve extrapolar os seus limites, para que a voz a ser ouvida e considerada não seja apenas a de alguns, dos mais valorizados, dos primeiros ou dos pioneiros. A inserção da história oral no ensino vai além: abrir-se para os riscos da história oral é inserir nas relações vividas na escola os conflitos e a heterogeneidade vivenciados no social. Para que a história ensinada não seja uma his-

tória única, nem a história dos que, um dia, venceram.

Referências

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, set. 89/fev. 90.

CERRI, Luís Fernando. Ensino de história e nação na propaganda do "Milagre Econômico". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

DUARTE, Geni Rosa; KOLING, Paulo José; DEITOS, Nilceu J. *Intervenção na relação universidade/educação básica*: tempo passado, desafio do presente. Marechal Cândido Rondon: SETI/UNIOESTE, 2007. (Projeto de pesquisa e extensão vinculado ao Programa Universidade sem Fronteiras.)

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da. (Org.). *Direito à memória*. 2. ed. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/ SMC/ Prefeitura do Município de São Paulo, 1992. v. 1.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 2, jul./dez., 2006.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP. *Proposta curricular para o ensino de história*: 1º grau. São Paulo: CENP, 1989.

SCHREINER, Davi Felix. *Entre a exclusão e a utopia*: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letars e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Marcos A. da (Org.). *Repensando a história*. São Paulo: Marco Zero, 1984.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

2. Projeto aborígene para a integração – ProAbi: a história oral como ferramenta de reflexão na ação

Bibiana Andrea Pivetta
Tradução: Geni Rosa Duarte

O "Projeto Aborígine para a Integração – ProAbi: da investigação-ação interdisciplinar à construção de materiais didáticos interculturais" vem sendo desenvolvido desde o ano de 2005 em etapas sucessivas e complementares (ProAbi 1: 2005-2006; ProAbi 2: 2007; ProAbi 3: 2008-2009), abarcando diferentes espaços curriculares em escolas da província de Santa Fé – Argentina.

O ponto inicial do projeto foi o reconhecimento das necessidades específicas dos docentes e alunos de escolas frequentadas por crianças pertencentes aos Povos Originários do nosso território. A finalidade foi melhorar a situação da falta de capacitação e materiais relativos à educação bilíngue e intercultural necessários a uma melhor qualidade de vida das etnias Mocoví, Tobas e Wichis, que habitam principalmente o centro e o norte da província.

O projeto foi pensado para atender às necessidades específicas de crianças e jovens dos Povos Originários:

- consolidando os processos identitários étnicos em sua interação com a sociedade em sua totalidade;
- facilitando a apropriação e interpretação de códigos, normas e saberes sociais;
- propiciando a permanência e continuidade no sistema educativo formal;
- elaborando material didático em conformidade à proposta

(livros de leitura bilíngues, dicionários, cadernos temáticos, CDs interativos).

> A proposta considera a capacitação docente semipresencial a partir da teoria, e o lado prático como um processo de aprendizagem profissional na qual se acompanha o professor na construção de ferramentas a partir de suas próprias práticas, refletindo – apoiado pela teoria e aplicando as técnicas aprendidas, acompanhados pelos capacitadores naqueles problemas que surgirem, retroalimentando sua prática cotidiana e interagindo dentro de sua instituição escolar. (PIVETTA, 2010, p. 24).

O trabalho conjunto entre pesquisadores, mestres e professores indígenas propiciou que os alunos – guiados por seus professores – pudessem "tomar a palavra", refletir sobre ela e fazer uso de instrumentos e valores culturais que lhes permitissem serem "cidadãos da cultura letrada" a partir de uma "real" integração que não implique "perder a cidadania" em sua comunidade e cultura (letrada ou oral). Nesse sentido, acreditamos que se possa alcançar o referido objetivo a partir do compromisso e da construção conjunta de conhecimentos em torno dessa problemática e, portanto, ele deve ser assumido de forma institucional pela escola em seu conjunto.

Das 23 escolas de Santa Fé que cursaram a primeira etapa, foram selecionadas sete[146] para a segunda e, por fim, permanecem atualmente quatro escolas (três primárias e um CEPA – Centro de Estudos para Adultos) na terceira. Nesta última etapa, termina a construção da "Coleção ProAbi", que consta de um livro teórico-prático e quatro suplementos de materiais didáticos elaborados pelas escolas. A ideia foi a de que cada grupo de professores com os professores de língua originária e/ou pais de cada comunidade construísse materiais didáticos bilíngues e interculturais para suas escolas: dois grupos pre-

146 A seleção das escolas foi realizada pela Diretora Geral de Educação do Ministério de Educação de Santa Fé e pela equipe de capacitadoras ProAbi em consenso com os diretores e docentes dos estabelecimentos que intervieram no projeto.

pararam CDs interativos; um elaborou uma caixa didática de jogos bilíngues interculturais; e o quarto, um livro de história oral.

Para dar conta da tarefa realizada (com os alcances reais de cada instituição e seus acordos institucionais sobre as características de cada material), decidiu-se pensar o material final como uma coleção ProAbi, na qual se respeite a autoria dos capacitadores (livro ProAbi teórico-prático), e quatro suplementos, de cada uma das equipes de trabalho de cada escola: CDs interativos, livro e caixa didática de jogos). Cada etapa da proposta abarca diferentes temáticas curriculares com a ideia de que o material elaborado não somente seja intercultural bilíngue, mas também interdisciplinar, segundo a escolha de cada equipe.

Acreditamos haver conseguido atingir nossos objetivos, e, sobretudo, o trabalho se realizou cooperativamente: professores, professores indígenas, capacitadores e fundações, sem a contribuição de cada um não teria sido possível. O importante é que *todos* avançamos em nosso profissionalismo.

> A dinâmica de oficina que se implanta neste projeto possibilita um autêntico diálogo entre teoria-prática e reflexão-ação, que resulta efetivo para a construção de saberes, o enriquecimento mútuo e sobretudo abre espaços para construir novas práticas de ensino que recuperem a diversidade cultural. (PETEAN, 2005. p. 2).

História oral e pesquisa educativa

Quando o ProAbi foi pensado, a ideia não era, de maneira nenhuma, capacitar em áreas curriculares (ciências sociais, educação física, formação ética e cidadania, língua e ciências naturais), mas se tomaram eixos temáticos para trabalhar a partir de conceitos-chave indispensáveis para "compreender" as concepções culturais dos Povos Originários. Essa característica do projeto no seu início acarretou discussões e conflitos entre as capacitadoras convocadas,

uma vez que a ideia era tomar esses eixos selecionados, analisá-los teórica e praticamente e – o mais importante da proposta – aplicar no processo de ensino-aprendizagem o método da pesquisa-ação (eixo transversal do projeto) como uma indagação sistemática e autocrítica do agir docente na sala de aula (ver Fig. 6.).

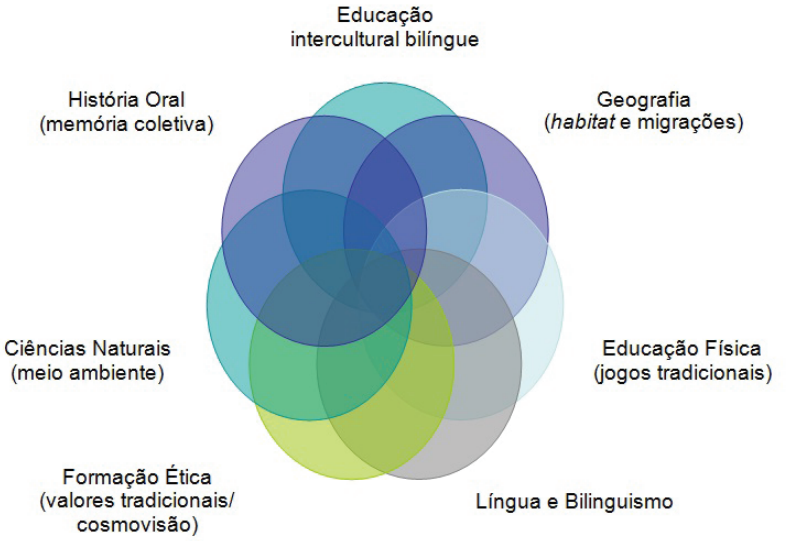


Figura 6 – Eixos de capacitação

Fonte: Pivetta (2010, p. 40)

Outro aspecto derivado do anteriormente exposto é explicitar, refletir e compreender que uma mesma ideia ou conceito aparece reiteradamente em um contexto de sala de aula, mas sua forma de apresentação e discussão costuma ser diferente, uma vez que o grupo *classe* muda de ano a ano e o mesmo professor "interage de modo diferente" perante o novo grupo. Portanto os conceitos trabalhados são elaborados progressivamente de acordo com o contexto de sala de aula/institucional, redefinindo-se através desse mesmo desenvolvimento.

Ainda que, em numerosas oportunidades, se acreditasse ter em conta esses aspectos da prática diária, nem sempre essa postura se

efetivou, já que, muitas vezes, as ideia/conceitos a serem ensinados foram convertidos em estereótipos, repetidos sem que tivessem significado para os alunos, principalmente no caso daquelas crianças que pertencem a culturas cujos conceitos e percepção do mundo diferem em grande parte daqueles dos docentes pertencentes a culturas diferentes.

Dessa maneira, o ProAbi tem a intenção de se constituir em um "laboratório de investigação – ação educativa" e de ser uma primeira aproximação do que foi postulado por Lawrence Stenhouse (2007), ou seja, colocar a investigação na ação, mas, no caso do projeto, em contextos de fortes diferenças culturais, com Povos Originários.

As avaliações em relação aos resultados obtidos nas capacitações específicas para os estabelecimentos com altas porcentagens de crianças aborígines e sua aplicação posterior na sala de aula não produziam modificações na ação docente nesses locais e, menos ainda, na aprendizagem dos alunos:

> Em geral, um ponto fraco na pesquisa educativa é sua desconexão com a realidade da sala de aula, sua falta de comprovação na ação e, certamente, se se quer que qualquer investigação seja útil aos professores, que repercuta na melhoria da qualidade educativa, torna-se necessário avaliá-la na sala de aula. Por outro lado, quando falamos de "aplicar" a pesquisa, de utilizá-la... Utilizamos uma terminologia inexata, que não se ajusta com precisão ao que queremos expressar e que nos serve unicamente para compreender, para transmitir a exigência de total união, nesse âmbito, entre teoria e prática, porque empregar na sala de aula uma pesquisa pressupõe sua realização por parte do professor. Do contrário, o pesquisador puro faria uma proposta cuja validade não conheceria nunca, e o professor realizaria um trabalho sem saber o que fazia. Situação absurda (que, de fato, se produz) e que é urgente superar. (CASANOVA, 2007, p. 6).

Se se incentiva o docente a considerar que sua ação educativa depende de sua prática diária e a formular hipóteses comprovando suas ideias na sala de aula, se conseguirão profissionais não somente comprometidos com seu fazer diário (ainda que pareça contraditório, achamos que a maior parte dos docentes nesses contextos está muito comprometida com sua profissão, mas a questão é que eles não conseguem superar por si mesmos a soma de problemas complexos que encontram no seu fazer diário), mas que também façam uso das ferramentas que vão adquirindo ao longo de sua história sem medo de equivocar-se, enriquecendo a tarefa educativa e levando em conta as particularidades de seu contexto. Quem melhor que o próprio professor para saber do que se necessita em sua escola para que as crianças aprendam? Quem melhor que o professor para conhecer sua comunidade?

Claro que as circunstâncias mudam e o docente deve saber implementar o método correto para adequar sua ação às problemáticas com as quais lida cotidianamente, para isso deve saber trabalhar hipóteses baseadas em diagnósticos reais e precisos dos problemas a resolver, delimitá-los e priorizá-los, refletir institucionalmente sobre as ações a empreender, levá-las a cabo no âmbito de ação de cada um (o diretor no nível institucional, o professor na sala de aula, o professor indígena em tudo aquilo que implique relação com a comunidade, etc.), avaliar as ações e seu alcance (estar disposto a ser crítico e autocrítico) e reformular novas problemáticas a superar. Enfim, trabalhar em equipe e colaborativamente, tarefa nada fácil, mas não por isso impossível.

As identidades múltiplas na sala de aula e a história oral como ferramenta didática

Decidimos começar com o eixo da história oral como ferramenta de pesquisa e conhecimento cultural das comunidades dos alunos e com os jogos tradicionais, aplicando-os no âmbito da sala de aula de maneira problematizadora. A partir das ciências sociais, o objetivo do seu ensino é que os alunos adquiram um conjunto de ferra-

mentas conceituais para conseguir compreender, explicar, repensar e *reconhecer-se* como protagonistas da realidade social na qual vivem; permitindo-lhes, no futuro, desempenhar com êxito o papel de cidadão comprometido com o seu entorno.

Admitimos desde já a difícil tarefa de explicar e compreender a complexa trama social que constitui nosso entorno e tanto mais trabalhá-la a partir de contextos de sala de aula multiculturais.

Podemos enumerar alguns dos aspectos que dificultam ainda mais nosso trabalho:

- geralmente a socialização secundária – na qual a escola tem um papel insubstituível – é muitas vezes contraditória ou não condiz com as pautas culturalmente aprendidas no seio da família – socialização primária – dos alunos de outras culturas;
- na realidade social circundante – com a qual temos que trabalhar na escola –, as etnias e/ou grupos culturais de nossos alunos "ocupam" um lugar negativo, de exclusão social;
- o docente, ao desconhecer pautas culturais tradicionais do grupo étnico de seus alunos, cai, em muitas oportunidades, em posturas etnocentristas ou generalizações discriminatórias com relação às ideias, crenças, tradições ou costumes praticados pelos seus alunos e suas famílias.

É por isso que é indispensável ter claro quais os conceitos que vamos selecionar, como faremos para trabalhá-los na sala de aula e como poderemos articulá-los com os anos anteriores e posteriores do processo educativo, de maneira tal que, ao finalizar a aprendizagem escolar, os alunos tenham aprendido conceituações mais complexas que lhes permitam desenvolver-se e interagir na sociedade. Temos que tomar conhecimento, ainda, de quanta informação disponibilizamos sobre determinados conceitos (aprendizagem prévia) para poder conseguir as inter-relações necessárias que os alunos deverão realizar em seu processo de raciocínio.

Segundo a definição de conceito: "são ferramentas intelectuais que dão sentido a uma imensa quantidade de dados sobre a vida

social e natural, outorgam significâncias à informação e permitem superar a mera descrição de fatos e fenômenos" (PIVETTA, 2010, p. 35), o que torna complexa sua aprendizagem já que se necessita adquirir ideias abstratas para aplicá-las a contextos diferentes.

A análise e reflexão sobre os conceitos sociais como tempo, espaço, organização social ou exploração de recursos naturais, entre outros, revelam-se difíceis para os alunos, sendo indispensável para essa aprendizagem partir de seus conhecimentos prévios, a fim de que depois eles possam estabelecer inter-relações entre as ideias novas e as anteriores para construir o conceito e aplicá-lo no seu entorno social. Dessa forma, o conceito aprendido irá se tornando mais complexo na medida em que o aluno passe pelos ciclos escolares e possa inter-relacioná-lo com diferentes exemplos que completem, o mais acabado possível, um conceito geral que seja necessário mais adiante utilizar, aplicar, relacionar ou raciocinar.

Quando trabalhamos dentro da escola, não devemos esquecer que os alunos vêm com uma valiosa bagagem cultural, diferente da nossa, mas nem por isso menos importante; o valor da sua utilização como ponto de partida para a aprendizagem dos conteúdos curriculares e seus efeitos entre os educandos, suas famílias e a escola é insubstituível para fomentar o entusiasmo das crianças pela aprendizagem, assim como a aproximação dos membros da comunidade (pais, avós, etc.) do âmbito escolar. Convertendo-se este último em um lugar de relações interétnicas, na medida em que se promove a afirmação do educando em seu próprio universo social e conceitual e enquanto se propugna a apropriação seletiva, crítica e reflexiva de outros dentre os elementos culturais exteriores ao grupo étnico de pertença, enriquecendo a própria cultura e, portanto, melhorando as condições de convivência entre culturas diferentes. Se retomamos o conceito de "escola aberta" de Sagastizábal e Pivetta (2006), temos que compreender que "a escola deve ser pensada em relação com um sistema educativo conformador por sua vez de um sistema político e social", o qual integra um sistema mundial que a inclui e a relaciona

sincronicamente na direção do passado e do futuro através de um olhar histórico que indefectivelmente deve ser intercultural.

É impossível conhecer – especialmente se consideramos que se trata de "conhecer conceitos das ciências sociais" – sem estabelecer relações com conhecimentos prévios que temos em nossa cabeça, o mesmo se passa com nossos alunos. Geralmente *não* conseguem estabelecer relações que lhes permitam elaborar ideias novas sobre as diferentes problemáticas com as quais se depararam os grupos humanos no decorrer do tempo e a relação destes com os diferentes espaços geográficos, conceitos estes que devem ser incorporados na escola. Em numerosas ocasiões, acredita-se que se soluciona o problema "aprendendo de memória" sem reflexão alguma, portanto pode-se menos ainda resolver situações problemáticas para entender explicações mais complexas na medida em que o adolescente vai amadurecendo dentro do sistema de escolarização.

O paradigma para a educação do futuro em contextos de diversidade étnica constitui um desafio para a criatividade do docente, partindo de saberes específicos deverá ele aceitar a incerteza de reestruturá-los em função da cultura para conseguir o "aprender a aprender" de seus alunos; e, ainda mais importante, "não confundir o fracasso do instrumento com o fracasso da criança" (REQUEJO; TABOADA, 2004, p. 58).

Se partimos da ideia de que o conhecimento é construído socialmente, por que não fazê-lo dentro da sala de aula? Claro que isso se torna mais complicado quando o conceito do qual se parte – na direção de outros mais complexos que são aqueles que nossos alunos devem aprender – pertence a uma cultura alheia à nossa.

A partir do trabalho na escola com a bagagem cultural e social com a qual os alunos chegam, os docentes conseguirão que os estudantes construam – com suas próprias experiências e ritmos – os novos conhecimentos curriculares a serem incorporados. A rica bagagem com a qual o aluno chega à aula deve ser aproveitada pelo professor que, partindo dos conceitos prévios da criança, pode ir

incorporando saberes científicos, propor problemas que os incentivem a buscar explicações mais complexas, intercambiar pontos de vista; em síntese, atingir um pensamento crítico-reflexivo em relação ao seu entorno sociocultural.

A importância do conhecimento desse processo de aprendizagem por parte do docente não aborígene torna-se indispensável para compreender a contemporaneidade, explicar o passado e poder reconhecer a diversidade cultural em relação aos diferentes espaços interétnicos que são vivenciados dentro da escola.

Dificuldades e ações superadoras no ensino das ciências sociais

Acreditamos que o ensino das ciências sociais na escola visa a que os alunos, a partir de sua aprendizagem, consigam explicar a realidade social na qual vivem, mas para alcançar esse objetivo devem conseguir construir o conceito de *processo histórico* – totalidade complexa e dinâmica na qual se desenvolvem as ações passadas e presentes dos homens –, em que os fatos se sucedem devido à passagem do tempo; isso requer o trabalho com a noção de *temporalidade*, *mudança social* e *multicausalidade* dos acontecimentos históricos. A partir desse ponto de vista, os fatos históricos são compreendidos e são explicados como parte de um processo histórico que transcorre através do tempo e durante o qual se organizam e se transformam as sociedades.

O reconhecimento da diversidade cultural no âmbito da escola comporta o desafio de integrá-la à sociedade global. Em uma etapa de nossa história, negou-se o direito à diferença e de fato as ações políticas tenderam à uniformidade; atualmente, o risco é de reproduzir e acentuar a diferença sem a possibilidade de mútuo enriquecimento, o que geraria uma nação fragmentada.

Aceitar a diversidade cultural implica estar e relacionar-se com o mundo a partir de diferentes ângulos, a partir de diferentes perspectivas, e essas outras perspectivas ampliam e enriquecem a sua pró-

pria. O desafio é construir uma sociedade pluricultural e, para essa tarefa, confiamos, entre outras possíveis ferramentas, na educação intercultural bilíngue, entendida esta como um sistema de educação que deve tratar de atender a todas as necessidades culturais, afetivas e cognitivas, dos grupos étnicos e dos indivíduos dentro de uma sociedade. Essa educação busca promover a paridade de sucessos educacionais entre grupos e entre indivíduos, o respeito e a tolerância mútuos entre diferentes etnias e culturas que coexistem dentro do âmbito escolar. Por sua vez, o impacto da sociedade de consumo sobre as comunidades originárias cria uma série de "necessidades falsas", quer dizer, pode gerar carências sentidas pelos indivíduos que os impelem a formas de condutas que não favorecem a solução de seus problemas cotidianos e, pelo contrário, muitas vezes os tornam mais agudos.

Dessa maneira, o que se ensina deverá partir do enfoque próprio da cultura dos alunos na direção de conceitos universais. Assim, a criança que aprende estará afirmando sua identidade étnica e estará oferecendo a si mesma os elementos necessários para a convivência com a sociedade toda. O referido conhecimento enriquece a experiência pessoal na medida em que permite a cada ser humano reconhecer sua condição de membro de uma cultura e de uma história.

Éctor Catorí, diretor da escola 6.173, dá conta das dificuldades de compatibilizar ensinamentos tradicionais com a escola oficial:

> Existem muitas críticas a respeito da escola como o único espaço onde se ministram conhecimentos. Razão pela qual os Povos Originários formulam a educação autóctone que não está baseada numa racionalidade instrumental do conhecimento; ao contrário, os saberes brotam da própria vivência. A vivência implica numa relação de proximidade emocional das pessoas com a natureza do seu entorno. Para saber é necessário viver uma relação de sintonia e empatia com os outros. Está relacionada com os projetos de vida e gestão territorial dos povos nativos. Em diversas culturas existem formas próprias de aprender e são interpretadas a

> partir de categorias próprias, demarcadas numa relação de produção com a natureza e as divindades. Portanto, a educação própria é a formação das pessoas em termos de sua cultura e cosmovisão.
>
> Nesse tipo de educação há um reconhecimento das múltiplas e diferentes formas de saberes e conhecimentos construídos a partir da cosmovisão, as formas de organizar a vida, os valores, as práticas de vida, seus sentidos e seus significados. A partir desse enforque, entenderemos o conhecimento como um processo de construção social que se gera através de experiências coletivas para entender, explicar e aprender a realidade; portanto, não existe uma forma somente de construção do conhecimento. Nas culturas originárias a sabedoria não passa pelos conhecimentos estritamente racionais, mas pelos sentidos, ele (saber) pode estar no olho, na mão ou no coração. O trabalho daquele que ensina não se reduz somente ao trabalho da sala de aula, mas se estende à comunidade, onde facilita o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimentos e diferentes formas de aprender.[147]

A importância do trabalho de pesquisa sobre "a transmissão de saberes tradicionais de anciãos a jovens das etnias originárias" com a metodologia da história oral é que proporciona informação sobre os costumes dos alunos que, por pertencer a uma cultura diferente, não possuem história escrita, ou, se ela existe, está "distorcida".

Ainda maior é o valor da utilização dessa metodologia de pesquisa se se consideram os efeitos conseguidos entre os educandos, suas famílias e a escola, uma vez que fomenta o entusiasmo das crianças pela aprendizagem, assim como a aproximação dos membros da comunidade no espaço escolar.

No plano metodológico, a história oral formula inovações que superam os velhos procedimentos do trabalho histórico em múltiplos aspectos. Um exemplo disso é a delimitação dos períodos temporais a investigar; na história oral, utiliza-se como critério a

147 CD Suplemento nº 1, integra o trabalho de Pivetta et al (2010).

perspectiva daqueles que viveram os processos a partir da experiência concreta, enquanto os enfoques tradicionais distinguem lapsos de tempo em função de certos fatos convencionais, ideologicamente determinados, que têm pouca relação com a vida cotidiana dos grupos sociais.

A história oral deixou de constituir algo mais que um procedimento de aprovisionamento de informações para transformar-se num método amplamente utilizado pelos cientistas sociais. No caso específico dessa metodologia de investigação em contextos de diversidade cultural, sua utilização na aula é duplamente enriquecedora, devido ao fato de que os documentos com que contamos para reconstruir a história dos Povos Originários não levam em conta a cosmovisão dessas etnias e, ao trabalhar com relatos que são contribuição de membros pertencentes à comunidade dos alunos, estaremos afirmando sua autoestima e sua identidade.

A oficina de história oral dá resposta a uma necessidade de sistematizar e reelaborar os conteúdos curriculares trabalhados pelos professores na sala de aula. A utilização da história oral através do trabalho de campo e dos métodos próprios dessa disciplina permitiu aos professores:

- aplicar a investigação história na escola;
- elaborar material didático para trabalhar nas aulas;
- adquirir conhecimento do "outro" diante da necessidade de trabalhar conscientemente na diversidade;
- facilitar a busca de um código "comum" entre docentes e alunos que partem dos saberes próprios, hipóteses e conceitos prévios para o desenvolvimento da aprendizagem;
- proporcionar um enfoque ativo e não passivo da história ao trabalhar com pessoas pertencentes à comunidade, conhecidas dos alunos.

O trabalho no ProAbi apontou em primeiro lugar para o resgate da história oral das etnias de cada escola, sejam elas "*aboríge-*

nes, criollos ou gringos".[148] Com a informação obtida, trabalhou-se na elaboração de material didático para desenvolver diferentes aspectos da história regional dentro da aula, sendo utilizados relatos dos informantes segundo os projetos de cada grupo docente: elaboração de jogos, de contos, de projetos de artesanato, etc.

O professor trabalhou em sala de aula com métodos próprios da investigação histórica, chegando a construir documentos informativos sobre as diferentes práticas culturais de seus alunos. Esses documentos se transformaram em temas geradores para incorporar diferentes conceitos curriculares, e para isso o docente facilitou aos alunos bibliografia específica para que elaborassem informes grupais.

Trabalhou-se de forma interdisciplinar, incorporando conteúdos pertencentes à formação ética e cidadania, ciências sociais, ciências naturais, língua e educação física; também se interagiu continuamente com membros da comunidade, foram convidados anciãos, pais e jovens para que os alunos elaborassem informes sobre as mudanças sofridas pela comunidade quanto à sua organização com o passar do tempo. Consequentemente as adequações curriculares constituem uma consequência lógica dessa tarefa, obrigando os professores a refletir e realizar uma sistematização de seu conteúdo.

Assim a implementação da técnica própria da história oral como ferramenta nos proporcionou:

- material indispensável para levar adiante um currículo intercultural;
- uma revalorização dos anciãos da comunidade como fonte de sabedoria na escola;
- uma forma sistemática de dar "sentido" histórico-social a entornos familiares que até aquele momento eram desconhecidos pela comunidade educativa;
- uma melhor aprendizagem, uma vez que se partiu da bagagem cultural com a qual a criança chega ao espaço escolar.

148 Reproduzimos os termos utilizados nas instituições escolares para nomear os diferentes grupos étnicos da região.

Em síntese, o resultado do trabalho com a história oral foi mais além do que uma mera história local sobre os Povos Originários, uma vez que o material obtido é e será utilizado tanto no campo de ciências sociais como, de forma interdisciplinar, nas diferentes áreas do currículo escolar de cada instituição.

Trabalhar a área não significa sobrepor os conteúdos das diferentes disciplinas que a compõem, mas integrar, interconectar e estruturar a informação abordada por elas. O importante será superar a visão tradicional das ciências sociais como espaço curricular que tem como eixos história, geografia bem como formação ética e cidadania, deve-se incorporar, ainda, o aporte de outras disciplinas do campo social. É fundamental que os docentes proponham o trabalho sobre três eixos que a estruturam: espaço geográfico, tempo histórico e sujeitos sociais, uma vez que são eles que, em sua interação, permitem explicar a dinâmica social e facilitam a compreensão dos processos sociais a partir da complexidade.

Quando trabalhamos com crianças de culturas diferentes daquela do docente, para que a experiência pedagógica tenha êxito, o prioritário é conhecer a cultura do aluno e depois disso partir dos seus conceitos prévios. Para isso será necessário estar informado sobre a história, costumes, modo de vida e organização da comunidade a que esses alunos pertencem. Isso se constituirá em uma ferramenta importante, pois os estudantes têm, por exemplo, seus próprios conceitos sobre a família, as relações sociais, a organização política, as autoridades, etc. Essa bagagem cultural é algo que o professor deve conhecer, investigando, escutando, compreendendo, de modo que a partir desses conceitos trazidos pelos alunos se trabalhará para incorporar de forma paulatina os conteúdos científicos específicos das disciplinas que integram a área.

Nós, docentes, devemos nos deter a pensar como ensinamos os conteúdos procedimentais. Por muito tempo, ensinamos a fazer mapas, questionários, quadros estatísticos, gráficos de barra ou circulares, quer dizer, os alunos aprendiam a manejar as técnicas, mas

o que não fazíamos enquanto docentes era ensinar a conseguir que os meninos determinassem quando utilizar essas ferramentas. E é aí onde deve produzir-se a mudança, os alunos devem aprender a forma de obter o conhecimento. Não é que se pretenda convertê-los em pesquisadores sociais, mas permitir que desenvolvam uma *atitude científica*. Isso será conseguido se, desde o nível inicial, desenvolverem-se atitudes que tenham como resultado criar essa postura.

Na oficina de história oral, foram trabalhados como proposta interdisciplinar de investigação os seguintes passos:

- *Formular perguntas sobre a realidade*: nesse ponto, deve-se tender a interrogar como e por que ocorrem os fatos a investigar.
- *Formular hipóteses*: trata-se de conseguir, primeiramente, uma aproximação da resposta possível na colocação inicial, que logo será contrastada com a informação obtida nos passos seguintes.
- *Sintetização da informação*: formas para obter dados do recorte da realidade que se está investigando. Os procedimentos serão: questionários, entrevistas, análise de documentos históricos escritos, visuais (fotos) ou audiovisuais (documentários, filmes), análise de objetos históricos, etc.
- *Processamento da informação recolhida*: ordenar a informação sintetizada, relacionar os dados, separar aquilo que é importante do que é secundário.
- *Análise e interpretação da informação*: nessa etapa, os procedimentos devem tender à aplicação de conceitos para assim poder explicar a realidade estudada. Também nesse momento, aplica-se o princípio de multicausalidade e o de processo.
- *Comunicação das conclusões obtidas*: nessa etapa, manifestam-se as diferentes formas pelas quais a informação recolhida, processada e analisada pode ser dada a conhecer. Em princípio, podemos falar de formas orais e escritas, mas existe um sem-número de possibilidades que vão desde a elaboração de um informe até a confecção de uma exposição de objetos e

fotos ou a concretização de um audiovisual (vídeo).

A proposta é, então, dar força para que as ciências sociais tenham como eixo o trabalho com orientação científica desde a mais tenra idade, adequando a complexidade dos procedimentos às possibilidades dos alunos e do grupo. Não existem receitas a respeito nem garantias de que, ao colocar em prática esses procedimentos, tenhamos êxito imediato, mas como docentes reflexivos e críticos temos uma obrigação profissional de produzir mudanças, e aqui devemos nos valer da criatividade a que permanentemente nos voltamos para realizar nossa tarefa. A mudança levará tempo, mas se verão os resultados positivos operados nos alunos e em suas famílias, o que em definitivo se traduzirá na visão que teremos em sala de aula com meninos motivados que realizam aprendizagens significativas.

Os projetos trabalhados durante a capacitação são exemplos de que a mudança é possível; as propostas colocadas em prática pelos docentes eram analisadas, corrigidas e reformuladas; às vezes, isso causava aborrecimento entre eles, que pensavam que os projetos estavam "prontos"; o debate e a avaliação os levaram a construir uma aprendizagem significativa no nível profissional também neles próprios. Os resultados foram ótimos e as propostas de trabalho colocadas em prática demonstraram que a mudança de que falávamos era possível. As palavras dos docentes no encerramento do projeto assim o demonstram: "Conseguiu-se até o momento a participação das famílias, permitindo-se incorporar saberes culturais como conteúdos de ensino" (Miriam Patrícia Mendoza, Escola nº 452 de Los Laureles, Santa Fé, Argentina).

"Ao realizar o projeto descobrimos que nossos alunos desconheciam sua origem étnica, pelo que, depois de sua implementação, foram motivados a investigar o tema. Isso fizeram demonstrando interesse e participação entusiasmada" (Dana Malo e Anália Muchiut, Escola nº 6.147 de Guadalupe Norte, Santa Fé, Argentina).

Referências

CASANOVA, María Antonia. Prólogo à edição espanhola. In: STENHOUSE, Lawrence. *La investigación como base de la enseñanza.* Madri: Morata, 2007.

CATORÍ, Éctor. Material didáctico de Escuela Bilingue Intercultural n. 6173. Campo el 94. Colonia Durán/Santa Fé: In: PIVETTA, Bibiana et al. *ProAbi*: de la investigación-acción interdisciplinaria a la construcción de materiales didácticos interculturales. Rosario: Editorial Fas, 2010.

PETEAN, Patricia Claudia. Informe de avance sobre ProAbi, pela Prof. Directora. Región II de Educación y Cultura del Ministerio de Educación de Santa Fe. Reconquista, agosto de 2005.

PIVETTA, Bibiana et al. *Proyecto aborigen para la integración*. Rosario: Editorial Fas, 2006.

PIVETTA, Bibiana et al. *ProAbi*: de la investigación-acción interdisciplinaria a la construcción de materiales didácticos interculturales. Rosario: Editorial Fas, 2010.

PIVETTA, Bibiana et. al. La historia oral como estrategia de investigación en el aula intercultural. In: SAGASTIZABAL, María de los Ángeles (Coord.). *Enseñar y aprender en contextos complejos*. Buenos Aires: Editorial Noveduc, 2006.

REQUEJO, M; TABOADA, M. Autorías de la palabra y del pensamiento infantil. In: MINISTERIO de Educación, Ciencia y Tecnología. *Educación Intercultural Bilingue en Argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 2004

SAGASTIZÁBAL, M. A; PIVETTA, B. et al. (Org.). *Aprender y enseñar en contextos complejos.* Buenos Aires: Noveduc, 2006.

STENHOUSE, Lawrence. *La investigación como base de la enseñanza.* Madri: Morata, 2007.

Alexander Freund

Professor titular da cátedra *German-Canadian Studies* e professor associado de História da Universidade de Winnipeg. Vice-presidente da Associação de História Oral do Canadá e vice-presidente da Associação de Estudos Étnicos do Canadá. Membro da diretoria da Associação Internacional de História Oral – IOHA (2008-2010). Autor do livro *Aufbrüche nach dem Zusammenbruch: Die deutsche Nordamerikaauswanderung nach dem Zweiten Weltkrieg* (Göttingen: V&R unipress, 2004) e de diversos artigos e capítulos de memórias sobre o nacional-socialismo entre imigrantes alemães na América do Norte. Atualmente trabalha na preparação do livro *Encounters: dealing with the past abroad. Germans, jews, and the nazi past in North America, 1945-2005* e de uma coletânea sobre história oral e fotografia, em conjunto com Alistair Thomson.

Antonio Torres Montenegro

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutor pela State University of New York – Stony Brook (2000), doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (1991). Presidente da Associação Brasileira de História Oral – ABHO (1996-1998). Membro da diretoria da Associação Internacional de História Oral – IOHA (2008-2010). Autor dos livros *História, metodologia, memória* (São Paulo: Contexto, 2010) e *História oral e memória: a cultura popular revisitada* (São Paulo: Contexto, 1992).

Benito Bisso Schmidt

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande

do Sul. Diretor do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Foi presidente da Seção Rio Grande do Sul da Associação Nacional de História – ANPUH-RS (2006-2008) e vice-presidente da Associação Brasileira de História Oral – ABHO (2010-2012). Autor dos livros: *Em busca da terra da promissão: a história de dois líderes socialistas* (Porto Alegre: Palmarinca, 2004) e *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)* (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000). Organizador do livro *O biográfico: perspectivas interdisciplinares* (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000) e coorganizador de *Memórias e narrativas (auto)biográficas* (Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009).

Bibiana Andrea Pivetta

Licenciada em História pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina, e professora de Ensino de História. Especialista em investigação educativa e em história oral e didática em ciências sociais em contextos multiculturais. Capacitadora de professores em escolas urbano-marginais, rurais e de modalidade bilíngue-intercultural aborígene. Diretora de equipes de investigação sobre migração, trabalho e história oral na Universidade de Buenos Aires e no Instituto Rosário em Ciências da Investigação (IRICE-CONICET). Diretora do projeto "Aborigen para la integración 2005-2009 – ProAbi", apoiado pelo Ministério da Educação de Santa Fé, pela Fundação Ines Tomasetti (Argentina) e pela Fundação Santa María (Espanha). Autora e coautora de livros sobre migração, história oral e diversidade cultural na escola.

Davi Félix Schreiner

Doutor em História pelo Programa de História Social da Universidade de São Paulo, professor adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Autor do livro *Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do traba-*

lho no Extremo Oeste do Paraná (Toledo: EdT, 1997). Coorganizador dos livros *Mundos dos trabalhadores: lutas e projetos* (Cascavel: Edunioeste, 2009), *Trabalho e movimentos sociais* (Cascavel: Edunioeste, 2008) e *Infâncias brasileiras: experiências e discursos* (Cascavel: Edunioeste, 2009).

Geni Rosa Duarte

Doutora em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Professora associada do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Autora de artigos sobre a relação entre história e música popular e sobre ensino de História, entre outros. Junto com Robson Laverdi e Méri Frotscher, foi coorganizadora dos livros: *Práticas socioculturais como fazer histórico: abordagens e desafios teórico-metodológicos* (Cascavel: Edunioeste, 2009) e *História, práticas culturais e identidades: abordagens e perspectivas teórico-metodológicas* (Cascavel: Edunioeste, 2008).

Luiz Felipe Falcão

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Autor do livro *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX* (Itajaí: Ed. UNIVALI, 2000) e coorganizador de *Michel Foucault: perspectivas* (Rio de Janeiro: Achiamé, 2005).

Marcos Alvito

Doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1998). Professor associado da Universidade Federal Fluminense. Autor do livro *As cores de Acari* (Rio de Janeiro:

FGV, 2001) e coorganizador de *Futebol por todo o mundo: diálogos com o cinema* (Rio de Janeiro: FGV, 2006), *Um século de favela* (Rio de Janeiro: FGV, 1998) e *Cidadania e Violência* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ FGV, 1996).

Marcos Fábio Freire Montysuma

Professor adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Vice-presidente da Associação Brasileira de História Oral (2010-2012) e diretor regional sul da Associação Brasileira de História Oral (2006-2008). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Coorganizador do livro *Memória e história oral* (Indaial: UNIASSELVI, 2010).

Méri Frotscher

Pós-doutoranda na Universidade Livre de Berlim. Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora adjunta do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Autora do livro *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau, 1929-1950* (Blumenau: Edifurb; Cascavel: Edunioeste, 2007), coorganizadora dos livros *Práticas socioculturais como fazer histórico: abordagens e desafios teórico-metodológicos* (Cascavel: Edunioeste, 2009), *História, práticas culturais e identidades: abordagens e perspectivas teórico-metodológicas* (Cascavel: Edunioeste, 2008) e *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes* (Blumenau: Nova Letra, 2000).

Mónica Gatica

Licenciada em História pela Universidade Nacional da Patagônia San Juan Bosco. Atualmente é doutoranda em História na Universidade Nacional de La Plata. Professora associada da Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais na Universidade Nacional da

Patagônia San Juan Bosco. Projetos desenvolvidos: El Sindicato de Trabajadores Viales del Chubut: de su creación a su burocratización (1972-1976); Formación, burocratización y proyección de un gremio, el caso SITRAVICH 1972-1984; Industrialización, proletarización y subproletarización. Una nueva identidad para la mujer en Trelew?; Una aproximación a los diseños políticos para Patagonia. De la integración al ajuste neoliberal. El caso de Chubut; e Patagonia: la construcción hegemónica del "desierto". Su resignificación desde estrategias contrahegemónicas.

Pablo Alejandro Pozzi

Diretor do Programa de História Oral da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, Argentina. PhD em História pela State University of New York – Stony Brook (1989) e professor titular da cátedra de História dos Estados Unidos da América no Departamento de História da Universidade de Buenos Aires. Entre suas obras se destacam: *Luchas sociales y crisis en Estados Unidos, 1845-1993* (Buenos Aires: El Bloque Editorial, 1993), *Huellas Imperiales: Estados Unidos de la crisis de acumulación a la globalización capitalista* (Buenos Aires: Imago Mundi, 2003) e *Trabajadores y conciencia de clase en Estados Unidos* (Buenos Aires: Editorial Cántaro, 1990).

Pablo Ariel Vommaro

Professor de História da Universidade de Buenos Aires e doutorando em Ciências Sociais na Universidade de Buenos Aires. Investigador do Programa de História Oral da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Ares. Cocoordenador do Grupo de Trabalho "Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina" do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Publicou diversos trabalhos acerca das organizações sociais urbanas de base territorial e comunitária e das práticas políticas de jovens.

Regina Beatriz Guimarães Neto

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (1996), com estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (2003). Presidente da Associação Brasileira de História Oral – ABHO (2008-2010). Autora dos livros *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX* (Cuiabá: EDUFMT, 2006) e *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo* (Cuiabá: UNICEN, 2002).

Robson Laverdi

Pós-doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2003). Professor adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Diretor regional sul da Associação Brasileira de História Oral (2008-2010). Autor do livro *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Oeste do Paraná* (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005). Coorganizador dos livros *História, práticas culturais e identidades: abordagens e perspectivas teórico-metodológicas* (Cascavel: Edunioeste, 2008) e *Práticas socioculturais como fazer histórico: abordagens e desafios teórico-metodológicos* (Cascavel: Edunioeste, 2009).

Roseli Boschilia

Professora adjunta do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (2009-2011). Diretora regional sul da Associação Brasileira de His-

tória Oral (2002-2004). Pós-doutora pela Universidade do Porto (2012) e doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Autora dos livros *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano – 1940-1960* (Curitiba: Artes&Textos, 2010) e *Reconstruindo memórias: os poloneses do Santo Inácio* (Curitiba: Univ. Tuiuti, 2004).

HISTÓRIA ORAL, DESIGUALDADES E DIFERENÇAS

Formato
15,5 x 22 cm

Tipografia
Leftist Mono Sans
Minion Pro

Papel
Capa em Triplex 250g/m²
Miolo em Offset 75g/m²

Montado e impresso na oficina gráfica da

Editora Universitária UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE CEP: 50.740-530
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br | editora@ufpe.br